UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

KARULLINY SILVEROL SIQUEIRA

O IMPÉRIO DAS REPÚBLICAS: PROJETOS POLÍTICOS REPUBLICANOS NO ESPÍRITO SANTO, 1870-1908

VITÓRIA
2016

KARULLINY SILVEROL SIQUEIRA

O IMPÉRIO DAS REPÚBLICAS: PROJETOS POLÍTICOS REPUBLICANOS NO ESPÍRITO SANTO, 1870-1908

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Pereira Campos.

Coorientador: Prof. Dr. José Murilo de Cavalho.

VITÓRIA

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) (Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Siqueira, Karulliny Silverol, 1985-

S618i O Império das repúblicas : projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908 / Karulliny Silverol Siqueira. – 2016.

313 f. : il.

Orientador: Adriana Pereira Campos. Coorientador: José Murilo de Carvalho.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Imprensa - Espírito Santo (Estado). 2. Republicanismo - Espírito Santo (Estado). 3. Partidos políticos - Espírito Santo (Estado). 4. Brasil - História - Império, 1822-1889. I. Campos, Adriana Pereira. II. Carvalho, José Murilo de, 1939 -. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 93/99

KARULLINY SILVEROL SIQUEIRA

O IMPÉRIO DAS REPÚBLICAS: PROJETOS POLÍTICOS REPUBLICANOS NO ESPÍRITO SANTO, 1870-1908.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História.

Aprovada em ___ de _____ de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Adriana Pereira Campos (Orientadora)
Universidade Federal do Espírito Santo

_____

Prof. Dr. José Murilo de Carvalho (Coorientador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr. Marcello O. Neri de Campos Basile (Membro Externo)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

_____

Profa. Dra. Rita de Cássia Maia e S. Costa (Membro Externo)
Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo

_____

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco (Membro Interno)
Universidade Federal do Espírito Santo

_____

Profa. Dra. Fernanda Claudia Pandolfi (Membro Interno)
Universidade Federal do Espírito Santo

À minha família, minha dose diária de inspiração.

AGRADECIMENTOS

Foram muitos os que percorreram comigo esta jornada. Hoje, ao final de todo o processo, é necessário agradecer e relembrar o companheirismo e a dedicação dos que vivenciaram comigo a escrita deste trabalho.

Primeiramente, é o momento de encontrar as palavras que possam para agradecer à minha eterna professora e orientadora, Adriana Pereira Campos. Não agradeço somente por sua orientação e sua generosidade por compartilhar comigo tantos ensinamentos, mas também por acreditar em meus projetos durante minha trajetória acadêmica. Desde 2005 você vem tornando meus sonhos muito mais reais.

Ao Professor Marcello Basile, toda minha gratidão por tudo que aprendi ao longo desses anos. Uma vez orientador, sempre orientador. Tudo o que compartilhamos durante minha passagem pela UFRRJ foi absolutamente essencial para minha formação. Com você, aprendi e, ainda aprendo, o que é ser uma profissional com determinação e ética. Obrigada por acreditar e por se fazer presente em todos os momentos.

Ao professor José Murilo de Caravalho, agradeço imensamente por aceitar a coorientação deste trabalho. Agradeço pelos ensinamentos, pelas conversas sinceras, e, agradeço, sobretudo, por ser minha grande inspiração. Assim como para muitos, suas referências permeiam meus trabalhos, minhas aulas e minha vivência acadêmica. Registro aqui minha profunda admiração pelo que vem me ensinando desde 2009, quando tive o prazer de ser sua aluna nas aulas no IFCS.

Agradeço imensamente ao Professor Sebastião Pimentel Franco. Primeiramente por aceitar fazer parte desta banca, mas também por tudo que representa na minha trajetória desde a graduação. Registro aqui meu imenso carinho e admiração. Agradeço por sonhar comigo durante esta tese, por apoiar cada passo e cada fase concluída.

Agradeço também à Professora Fernanda Pandolfi por todas as contribuições dadas ao trabalho. Obrigada por fazer parte desta banca, pela convivência no laboratório e por seus comentários sempre muito pertinentes. Também agradeço à Professora Rita Maia pela leitura do trabalho e pela generosidade de contribuir com seus comentários nesta banca.

À Professora Patricia Merlo, agradeço pelos ensinamentos acadêmicos e pelos ensinamentos da vida. Você certamente esteve ao meu lado nos momentos mais importantes durante esses quatro anos. Agradeço também aos professores com os quais convivi durante as disciplinas do Doutorado, pois certamente foram cruciais para o desenvolvimento da tese e seu embasamento teórico.

Às Professoras Tânia Bessone e Monique Siqueira, agradeço pela convivência que tivemos nas aulas da UERJ, quando pude então aprofundar minhas discussões acerca da circulação impressa e da esfera literária. Agradeço também à Professora Surama Conde, que, com sua calma e delicadeza, sempre foi uma das grandes incentivadoras de meus projetos, desde os tempos da UFRRJ. Meus sinceros agradecimentos ao Professor Omar Schneider, que gentimenente disponibilizou os relatórios elaborados por Silva Jardim durante sua estadia no Espírito Santo, o que certamente facilitou o acesso às informações. Agradeço também à Ivana, Belchior, Cintia e Rute, que, sempre solícitas, me auxiliaram em todos os momentos.

Durante o primeiro semestre de 2015 realizei meu estágio de Doutorado na Universidade de Illinois, Estados Unidos. Aproveito para agradecer a receptividade de todo *o Lemann Institute for Brazilian Studies*, registrando minha gratidão aos Professores Jaerry Dávila e Joseph Love, por me receberem com tanta dedicação e cuidado. Agradeço muito pelas discussões e pela leitura atenta ao meu relatório de qualificação. Agradeço muito à Elis Artz, que esteve sempre pronta a me ouvir e incentivar durante meus estudos nos Estados Unidos. Agradeço também à Glória, que com seu sorriso sincero, me acolheu tantas vezes nas manhãs frias de Urbana-Champaign.

Além dos professores que se fizeram presentes nesta jornada, relembro agora alguns amigos que foram essenciais durante esta trajetória. Agradeço profundamente à Kátia Sausen, Lorena Garioli, Alexandre, Thais, Leonardo, Carolline, Ludimila, Hariadne, Alessandra, Rafaela, Layli, Dirce, Renata e Vinícius. Sem vocês ao meu lado, este trabalho certamente não teria se realizado. Agradeço também ao Bento, que desde sua chegada, trouxe paz e luz a tudo que eu idealizei. Obrigada por ser um verdadeiro anjo, pelos momentos que me permitiu aprender com você e compreender que eu era muito mais forte do que eu imaginava.

Outros grandes amigos também se mostraram presentes ao longo da escrita da tese. Agradeço com muito carinho à Geisa, pela leitura atenta de grande parte da tese, com comentários sempre importantes. Também agradeço muito à Camila Midori, Karolina Rocha, Thiara, Mery, Kátia Bandeira. Aline, Ana Paula, Alexandre Bazilio e Luana, por me incentivarem a cada dia, e por

mostrarem-se sempre prontas a ajudar. Agradeço a todos os membros do Laboratório que, ao longo da tese estiveram comigo e me auxiliaram. Lembrarei sempre com muito carinho de Fernando, Juliano, Julio Silva, Ana Lúcia, Jansen, Guilherme e Lucas. À Heloisa Ferreira, Camila Morello, Giovana, Kamylla, Juliana, obrigada por me ouvirem, por me fazerem sorrir diariamente. Às amigas "Gimgim", agradeço por todo carinho e por dividirem comigo os momentos mais lindos desde nossa infância. Não posso também me esquecer das amigas do Rio de Janeiro, que, mesmo de longe, estiveram sempre ao meu lado. Obrigada Ingrid, Mariana e Daiane Elias pelo carinho. Também agradeço aos amigos que, de tão próximos, já são quase "familiares". Dani, Léo, Theo, Ricardo, Paula, Dandara, Elisiane, Erivan, João Pedro e André: vocês tornaram esse caminho um pouco menos complicado.

Agradeço ainda aos alunos que passaram por mim durante esses quatro anos, seja no IFES, na UFES ou na Faculdade Saberes. A possibilidade de compartilhar a História com vocês, me fez certamente crescer a cada dia e possibilitou aprofundar minha pesquisa. Não poderia deixar de lembrar também dos amigos que fiz durante o Doutorado Sanduiche. Gostaria de lembrar o quanto Natália, Lídia, Rafael, Eliezer, Beth, Nádia, Luis e Nicole foram essenciais para tornar inesquecível minha estadia no exterior. Juntos enfrentamos todas as dificuldades e o frio desesperador, mas também vivemos sonhos em comum.

Ainda sobre a fase na universidade americana, não posso deixar de agradecer algumas pessoas muito especiais que participaram deste processo. À Graciane, agradeço por todas as informações antes, durante e depois da viagem. Você sabe o quanto se tornou especial para mim. À Heena, agradeço por me permitir conviver com um ser tão extraordinário. Ser sua colega de apartamento me tornou mais humana e, ao mesmo tempo, mais fiel aos meus sonhos. À Thais, não sei se tenho palavras. Obrigada por ser a amiga mais doce, mais sincera e preocupada. Obrigada por tudo que fez por mim.

À Katia, Débora e José Luis, que sempre fizeram da Biblioteca Estadual um espaço de descobertas nas fases de pesquisa. Aos colegas do IHGES pelo incentivo constante. À Fapes, pelo financiamento desta pesquisa e, à Capes, pelo financiamento do estágio nos Estados Unidos.

À minha família, a melhor parte de mim. Agradeço a vocês por tudo, pelo companheirismo, pela paciência e por suportarem minha ausência. Vocês são minha verdadeira inspiração, as pessoas mais fortes e leais que eu conheço. À Deus, por me permitir seguir, por me fazer compreender que sonhos têm obstáculos, mas não têm fim.

RESUMO

A partir de 1870, com a atuação dos *liberais radicais*, e, posteriormente, com a criação do Partido Republicano na Corte, intensificou-se a crítica ao Império Brasileiro. Na perceção deste grupo, a República passou a ser a única solução para os problemas do país. O ideário republicano, no entanto, não se mostrou homogêneo no Império, já que ao menos três modelos republicanos foram expostos nos últimos anos do século XIX: o projeto jacobino, apoiado na vertente francesa, o projeto republicano positivista, e ainda o liberal americano. Desta forma, ao identificar a pluralidade do republicanismo em âmbito nacional, este estudo objetiva compreender os projetos republicanos que disputaram espaço no Espírito Santo nos últimos anos do século XIX, destacando também o processo de consolidação do novo regime. Pretende-se, neste sentido, identificar a recepção das correntes republicanas que emanavam da Corte, a fim de compreender a ressignificação destes ideais diante das demandas locais. Esta investigação tem a imprensa como principal *corpus documental*, identificando-a como espaço propício ao debate político do período e também como veículo partidário dos grupos políticos locais. Para a análise da documentação, esta pesquisa se baseia no estudo das *linguagens políticas*, propondo a identificação dos vocábulos mais utilizados em meio à propaganda republicana no Espírito Santo, a fim de compreender os diferentes projetos políticos em em voga, além da composição de uma nova linguagem, permeada também por ressignificações que compunham a dinâmica política do novo regime. Além do estudo das linguagens, esta investigação é também norteada pelo conceito de *cultura política*, com a finalidade de identificar novos valores e símbolos que se inserem na sociedade capixaba após o advento da República. Com base nas premissas teórico-metodológicas citadas, torna-se possível destacar as especificidades do republicanismo no Espírito Santo, delimitando suas temporalidades, além de suas características distintas nas diversas partes da província, que, por sua vez, irão conflitar até meados de 1908, momento de consolidação da política republicana local.

Palavras-chave: Republicanismo; Imprensa; Espírito Santo; Partidos Políticos.

ABSTRACT

Starting from 1870, with the actions of radical liberals, and later with the creation of the Republican Party in the Court, the criticism of the Brazilian Empire was intensified. In the perception of such group, the Republic became the only solution to the country's problems. Republican ideas, however, were not homogeneous in the Empire, since at least three Republicans models have been experimented in the last years of the nineteenth century: the Jacobin project, supported by the French slope, the positivist republican project, and even the American liberal project. Thus, by identifying the plurality of the republicanism nationwide, this study aims to understand the Republican projects that competed for space in Espírito Santo in the last years of the nineteenth century, also highlighting the process of consolidation of the new regime. The present study intends to, in this sense, identify the reception of the republican currents emanating from the Court, in order to understand the reframing of these ideals in the face of local demands. This research has the press as the main *documentary corpus*, identifying it as a space conducive to political debate of the period and also as a party vehicle of local political groups. For the analysis of documentation, this research is based on the study of *political languages*, proposing the identification of the words most used among the Republican propaganda in the Espírito Santo, in order to understand the different political projects in discussion, in addition to the composition of a new language, also permeated by resignifications that made up the politic dynamics of the new regime. In addition to the study of languages, this research is also guided by the concept of *political culture*, in order to identify the new values and symbols which were inserted into the capixaba society after the advent of the Republic. Based on the abovementioned theoretical and methodological assumptions, it is possible to highlight the specifics of the republicanism in the Espírito Santo, delimiting its temporalities, and its distinctive characteristics in different parts of the province, which in turn will conflict until mid-1908, moment of consolidation of the local Republican politics.

Keywords: Republicanism; Press; Espírito Santo; Political parties.

RÉSUMÉ

A partir de 1870, les actions des libéraux radicaux et, plus tard, avec la création du Parti républicain à la Cour, ont intensifié la critique de l'Empire brésilien. Dans la perception de ce groupe, la République est devenue la seule solution aux problèmes du pays. Les idées républicaines, cependant, n'étaient pas homogènes dans l'Empire, puisqu'au moins trois modèles républicains ont été exposés dans les dernières années du XIXe siècle: le projet jacobin, soutenu par le biais français, le projet positiviste républicain, et même le libéral américain. Ainsi, pour identifier la pluralité de républicanisme à l'échelle nationale, cette étude à pour but de comprendre les projets républicains qui ont disputé l'espace dans le Espírito Santo dans les dernières années du XIXe siècle, en soulignant également la nouvelle consolidation de régime. Nous avons l'intention, ainsi, d'identifier la réception des courants républicains émanant de la Cour, afin de comprendre la resignification de ces idéaux face à des demandes locales. Cette recherche a la presse comme le principal *corpus documentaire*, l'identifiant comme un espace propice au débat politique de la période et aussi comme véhicule des partisant de ces groupes politiques locaux. Pour l'analyse de la documentation, cette recherche est basée sur l'étude des *langages politiques*, en proposant l'identification des mots les plus utilisés parmi la propagande républicaine dans le Espírito Santo afin de comprendre les différents projets politiques en vogue en plus de la composition d'un nouveau langage, aussi imprégné par resignifications qui composent la dynamique de la nouvelle politique de régime. En plus de l'étude des langages, cette recherche est également guidée par le concept de la *culture politique*, en vue d'identifier de nouvelles valeurs et des symboles qui appartiennent à la société capixaba après l'avènement de la République. Sur la base des hypothèses théoriques et méthodologiques mentionnées, il est possible de mettre en évidence le républicanisme des détails dans le Espírito Santo, délimitant leur temporalité, et ses caractéristiques distinctives dans différentes parties de la province, qui, à son tour, rentreront en conflit jusqu'à la moitié de 1908, lors de la consolidation de la politique républicaine locale.

Mots-clés: Républicanisme; Presse; Espírito Santo; Partis Politiques.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. JORNAIS PRODUZIDOS NAS DÉCADAS DE 1860 E 1870 NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO.....75

LISTA DE QUADROS

QUADRO1. JORNAIS PUBLICADOS NA DÉCADA DE 1860.....43

QUADRO 2. CARACTERIZAÇÂO DOS JORNAIS PUBLICADOS NA DÉCADA DE 1870 SEGUNDO A IDENTIDADE PARTIDÁRIA OU TEMA.....76

QUADRO 3. PERFIL SOCIAL DOS REDATORES DE 1870.....80

QUADRO 4. CONSULTAS NA BIBLIOTECA PÚBLICA DE VITÓRIA.....115

QUADRO 5. TIPOGRAFIAS E JORNAIS CRIADOS NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO.....121

QUADRO 6. MAPEAMENTO DA IMPRENSA POLÍTICA DURANTE A PROPAGANDA REPUBLICANA NO ESPÍRITO SANTO (1887-1889).....175

QUADRO 7. MEMBROS DO CLUBE REPUBLICANO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM FORMADO EM 1887.....179

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. HOMENAGEM A MONIZ FREIRE E GRACIANO NEVES NA CAPA DO JORNAL O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (1896)…….244

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **18**

1. LINGUAGENS DA ORDEM: A FORMAÇÃO DOS GRUPOS POLÍTICOS LOCAIS E A DIFUSÃO DA IMPRENSA NA PROVÍNCIA **28**

1.1 OS PARTIDOS POLÍTICOS NO IMPÉRIO E A POLÍTICA PROVINCIAL 30

1.2 LINGUAGENS POLÍTICAS E MUDANÇAS NA DINÂMICA PARTIDÁRIA EM 1860 40

1.2.1 A Imprensa e os Partidos Políticos na Província 42

1.3 LIBERAIS E CONSERVADORES: A LINGUAGEM DA ORDEM 47

1.3.1 Liberdade, Povo e Nação 47

1.3.2 A linguagem que veio do Sul 51

1.4 CONCLUSÃO 57

2. A *ORDEM* AMEAÇADA: O PROGRESSO E AS NOVAS PRÁTICAS POLÍTICAS EM 1870 ..... **59**

2.1. O ESQUADRO E O COMPASSO: A MAÇONARIA NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO 62

2.1.1 A maçonaria e a questão religiosa 67

2.1.2 A maçonaria e a liberdade 68

2.2 O ATHENEU PROVINCIAL: *"VIVA A REPÚBLICA!"* 70

2.3. A IMPRENSA CAPIXABA E AS NOVAS IDEIAS DA DÉCADA DE 1870 74

2.3.1 Os obreiros da democracia: redatores e tipografias na crise da Monarquia 79

2.3.2 A *cultura política* democrática na província do Espírito Santo 82

2.4 POR DEUS E PELA MONARQUIA: A LINGUAGEM ANTIRREPUBLICANA NA PROVÍNCIA 93

2.5 CONCLUSÃO 99

3. IDEIAS DE REPÚBLICA E LINGUAGENS DA MONARQUIA: A AMPLIAÇÃO DA ESFERA LITERÁRIA E A DIVULGAÇÃO DE PROJETOS POLÍTICOS NA PROVÍNCIA **101**

3.1 O INÍCIO DO FIM: A MONARQUIA E O "COLAPSO" DAS IDEIAS 103

3.2 NOVOS ESPAÇOS, NOVAS LEITURAS: A CIRCULAÇÃO DAS NOVAS IDEIAS NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO 105

3.2.1 Os espaços de leitura no Império: bibliotecas e sociedades literárias 107

3.2.2 Impressos, leituras e leitores na Província 111

3.3 AS MÁQUINAS DE IDEIAS: A AMPLIAÇÃO DA ATIVIDADE TIPOGRÁFICA NO ESPÍRITO SANTO NA CRISE DA MONARQUIA 120

3.4 PROJETOS E LINGUAGENS: ANOS FINAIS DO IMPÉRIO 123

3.4.1 A *cultura política* consensual: a linguagem monarquista e o medo da revolução 125

3.4.2 A linguagem positivista do Centro: o progresso por meio da ordem 130

3.4.3 A divulgação de um projeto positivista na Província 132

3.5 OS LIBERAIS POSITIVISTAS NA IMPRENSA 134

3.6 O PROJETO REFORMISTA DO SUL E A LINGUAGEM DA CRÍTICA 142

3.7 CONCLUSÃO 147

4. OS SENTIDOS DA REPÚBLICA: A DISPUTA ENTRE LINGUAGENS E PROJETOS REPUBLICANOS NO ESPÍRITO SANTO 149
4.1 A PERSPECTIVA REGIONAL DO MOVIMENTO REPUBLICANO NA HISTORIOGRAFIA 151
4.1.1 Novas perspectivas do movimento republicano: as experiências de República nas províncias 156
4.2 LINGUAGENS E PRÁTICAS DO REPUBLICANISMO 161
4.2.1 A criação e a consolidação do Partido Republicano no Brasil 161
4.2.2 Conceitos e ideias: o vocabulário republicano durante a propaganda 167
4.2.2.1 Democracia e representatividade 167
4.2.2.2 A Abolição 168
4.2.2.3 O Federalismo 170
4.3 O REPUBLICANISMO NO ESPÍRITO SANTO 172
4.3.1 O movimento republicano capixaba na historiografia 173
4.4 OS REPUBLICANOS DO SUL: OS QUESTIONADORES DA ORDEM PROVINCIAL 176
4.4.1 As significações da república na Província 182
4.4.1.1 A república como opinião pública 182
4.4.1.2 A república como o fim do domínio da capital 183
4.4.1.3 A república como municipalidade: a defesa do Federalismo 187
4.4.1.4 As linguagens da república: democracia, ordem... ou morrer pela república! 189
4.4.2 A consolidação da propaganda republicana 195
4.5 A REPÚBLICA NA VISÃO MONARQUISTA 199
4.5.1 A República como o governo da ilusão e o Federalismo como ousadia administrativa 199
4.5.2 A República como ameaça à manutenção do poder 203
4.5.3 O 15 de novembro: no Sul, vivas à República! No Centro, armas e munições 205
4.5.4 Poder e elites: as ligações entre o Sul e a causa republicana 206
4.6 OS PROJETOS DE REPÚBLICA NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO 210
4.6.1 O momento da cisão: união republicana *versus* partido construtor 210
4.6.2 Centralismo versus municipalidade 215
4.7 OS PRIMEIROS GOVERNOS REPUBLICANOS E AS INTERVENÇÕES NO ESPÍRITO SANTO 220
4.8 CONCLUSÃO 221
5. "UMA SÓ REPÚBLICA": PASSADO E FUTURO NA LINGUAGEM REPÚBLICANA 224
5.1 O FIM DO OITOCENTOS E A BUSCA PELA "MODERNIDADE" 224
5.2 OS "CONSTRUTORES" DA REPÚBLICA ESPÍRITO SANTENSE 228
5.2.1 A República construída na prática e na linguagem 228
5.2.2 Modernidade e progresso: a era Moniz Freire 230
5.2.2.1 A linguagem construtora: a perspectiva do futuro 231
5.2.2.2 A República de Moniz Freire em ritos e símbolos 237
5.2.3. O poder invísivel: o Espírito Santo e seus dois governadores 242

5.3 UNIÃO REPUBLICANA E PARTIDO AUTONOMISTA: A RETÓRICA BASEADA NO PASSADO 247
5.3.1 A linguagem da crise: o declínio do poder político dos construtores 249
5.4 O PARTIDO REPUBLICANO FEDERAL: A LINGUAGEM DA CONTESTAÇÃO 251
5.4.1 Tempos de alianças: todos pela autonomia estadual 255
5.4.2 "Estamos acostumados a vencer": o segundo governo de Moniz Freire 258
5.4.3 A oligarquia no Espírito Santo: a contestação ultrapassa os limites do Estado 263
5.5 JERÔNIMO MONTEIRO E A LINGUAGEM DA RECONSTRUÇÃO 266
5.5.1 Em busca de uma só República: Jerônimo Monteiro e a conciliação entre o passado e o futuro 269
5.6. A CRIAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO ESPÍRITO SANTENSE: UM PROJETO UNIFICADOR 273
5.7 CONCLUSÃO 277
CONCLUSÃO 279
REFERÊNCIAS 285
APÊNDICES 299

INTRODUÇÃO

A década de 1860 representou um divisor de águas na política imperial. A cisão no Partido Liberal fez emergir a ala mais extremada do partido, redefinindo a política dos *liberais radicais*,[1] que passaram a ver na República a única possibilidade satisfatória para seus anseios políticos. Apesar dessa convicção dos radicais, a criação do Partido Republicano não representava um pensamento homogêneo, pois, segundo José Murilo de Carvalho, [2] a variedade de posições políticas dentro do movimento republicano era explícita. Naquele contexto, surgiram várias questões relativas ao novo regime político, como, por exemplo, a dúvida a respeito da melhor forma de governo, as delimitações do voto, e, ainda, discussões acerca de características do processo eleitoral, bem como sobre aquelas inerentes à organização Judiciária. Ou seja, nem na divulgação do novo regime, nem em sua assimilação estavam ausentes conflitos de ideias e interesses. Ao menos três projetos republicanos distintos circulavam no fim do Império: o liberal americano, pregando a autonomia provincial; o jacobinista, inspirado nos ideais da Revolução, e, ainda, o político positivista, eivado de ideias cientificistas.[3]

Nesta tese se compreende o republicanismo como uma vertente política plural, que suscitou reações diversas nas várias províncias do Império, não somente no período de propaganda, como também após a instituição da República em 1889. Tendo em vista as características que marcaram o republicanismo no cenário da Corte, constituiu meta desta investigação a análise do processo republicano em âmbito local. Embora não se pretenda aqui instituir a ideia de que as províncias apresentassem projetos republicanos divergentes dos visualizados na Corte, a pesquisa em *locus* provincial permitiu a verificar a recepção do ideário republicano e sua resignificação. Tornou-se possível, sobretudo, destacar a dinâmica política do Espírito Santo, que está pouco presente nas análises sobre a adesão ao republicanismo na historiografia nacional.

---

[1] CARVALHO, José Murilo. Radicalismo e republicanismo. In: CARVALHO, J. Murilo & NEVES, Lúcia M. B.(orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos*: Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 21.
[2] CARVALHO, José Murilo. *A Formação das almas*. O Imaginário da República no Brasil. São Paulo Companhia das Letras, 1990.
[3] CAVALHO, 1990.

Visando contribuir para a compreensão do processo republicano que ocorreu nas últimas décadas do século XIX, este estudo teve por objetivo principal a identificação dos projetos políticos em curso na Província do Espírito Santo durante a crise da monarquia, verificando também a consolidação destes grupos, e suas concepções acerca da República em momento posterior à mudança do regime. Para identificar as principais características da propaganda republicana no Espírito Santo e os projetos políticos em questão, optou-se pela análise da imprensa política, identificada como *locus* profícuo para o debate do período.

Para a discussão do tema, observou-se que os historiadores capixabas Pires de Amorim e Maria Stela de Novaes asseguram a ausência de conflitos políticos na transição entre Monarquia e República no Espírito Santo.[4] Tais análises, no entanto, percebem equivocadamente o republicanismo como um movimento único em toda a província, apresentando caráter homogêneo em termos de ideias e de sua recepção. Em sentido contrário, este trabalho buscou assinalar as singularidades da trajetória das ideias republicanas na província a partir de suas práticas distintas e de suas diferentes temporalidades. Os levantamentos demonstraram a existência de diferentes momentos do republicanismo no Espírito Santo, desde as primeiras manifestações ainda na década de 1870, passando pela propaganda republicana, e chegando à consolidação do ideário republicano em 1908.

Pela adoção da abordagem pluralista do conceito do republicanismo, a investigação pôde destacar as distinções do movimento republicano em seu caráter espacial. Ou seja, levando-se em conta a heterogeneidade do processo, entendemos que o ideário republicano não adquiriu a mesma receptividade em todo o espaço geográfico da província do Espírito Santo. Nas regiões sul, liderada por Cachoeiro de Itapemirim, e central, guiada por Vitória, circularam diferentes concepções do republicanismo no fim do século XIX.

Tal distinção em termos de ideias seria originária dos interesses das elites políticas locais. A entrada das ideias republicanas significou também um momento de cisão intra-elites. A opção republicana da região sul tornou-se a bandeira principal de grupo político local alijado do poder na província. Por outro lado, a elite, que dava continuidade à liderança política da província localizada no centro, perpetuaria o pacto entre o Espírito Santo e a Corte. Esse pacto era interpretado pelos republicanos do sul como a submissão dos interesses da província ao jogo

[4] Além das afirmações de Pires de Amorim, Maria Stella de Novaes também desenvolve em sua obra a ideia de que os capixabas não assistiram bestializados à proclamação, pois na verdade estavam muito "preparados" para o novo regime.

político do Rio de Janeiro, em prejuízo da ascensão de membros locais aos postos de representação na Assembleia Geral. O republicanismo surgido em Cachoeiro não seria somente uma disputa contra a elite local engajada na ordem monárquica, mas representava também o embate contra a máquina política do Estado Imperial, que não permitia a entrada de uma nova geração política nos postos de comando.

O conflito entre os grupos partidários se prolongou durante os primeiros anos do novo regime, além de tornar visível vasta gama de alianças e rearranjos partidários. No primeiro governo republicano do Estado do Espírito Santo, por exemplo, registraram-se divergências partidárias na condução da nova política no interior do próprio grupo republicano. As cisões se iniciaram após 1890, quando foi excluída a antiga comissão dirigente do partido republicano – vigente desde 1888 e formada por Bernardo Horta e Antônio Aguirre – e instituiu-se nova comissão para a agremiação. [5]

De acordo com Pires de Amorim,[6] a troca das comissões, movida por interesses políticos do governador Afonso Cláudio, foi o ponto chave para a exaltação dos ânimos de alguns que perderam lugar na direção do partido e abandonaram o grupo. Fato curioso é a adesão dos dissidentes do Partido Republicano aos *liberais históricos*.[7] Os egressos do partido de Afonso Cláudio se uniram ao grupo liderado pelo Barão de Monjardim, antigo líder *liberal* que dominou por décadas a política capixaba nos tempos da monarquia, e formaram o partido denominado *União Republicana Espírito-santense*,[8] selando, assim, a aliança entre antigos *monarquistas* e republicanos no Espírito Santo.[9]

Abre-se, assim, um campo de problemas interligados a serem investigados: visualizaram-se no Espírito Santo continuidades ideológicas vigentes durante a monarquia? A opção republicana serviu de camuflagem para um reduto *monarquista* e como estratégia de manutenção do poder dos antigos partidos monárquicos? Como os antigos partidos *monarquistas* se articularam com os novos partidos *republicanos*? A entrada dos políticos *monarquistas* no jogo político

---

[5] CLÁUDIO, 1912.
[6] AMORIM, Joaquim Pires de. A Trajetória dos Partidos Políticos capixabas até 1930. *Revista do Instituto Jones dos Santos Neves*. n.1, 1985. p. 28.
[7] CLÁUDIO, 1912, p. 539.
[8] Com o estabelecimento da *União Republicana*, o barão de Monjardim chega a ocupar o posto de governador, fazendo uma verdadeira reviravolta na questão partidária, já que segundo suas crenças políticas contra o regime republicano, perdera força por não pertencer a este grupo durante a transição política. Teoricamente o novo partido não se colocava como uma oposição ao novo regime, mas era atestado como um grupo que estava disposto a inspecionar se a República realmente chegaria até as proposições colocadas, e se governo se estabilizaria no país.
[9] No entanto, é o próprio Afonso Cláudio que exibe sua opinião sobre o que representou politicamente a *União Republicana*: "a mais forte oposição que o governador experimentou". CLÁUDIO, 1912, p. 543.

republicano representou adesão ao regime e às ideias propagadas, ou significou apenas remodelação das forças políticas? Quais os *projetos de República* presentes nesta região*?* As *matrizes intelectuais* assemelhavam-se àquelas conhecidas no Rio de Janeiro? Diante do vocabulário político em voga nos jornais do período e na Assembleia Legislativa, quais eram os conceitos de República existentes no Espírito Santo?

Por meio do inventário das semelhanças e diferenças entre as ideias republicanas em circulação no Espírito Santo e aquelas vigentes no Império, terminou-se por identificar os interesses que moveram os diversos grupos em direção ao novo regime e as instituições e jornais que foram portadores das novas ideias. A hipótese que norteou esta investigação é a de que ao menos dois projetos de República diferentes circularam no Espírito Santo no fim do século XIX, resignificando e assimilando aspectos dos projetos republicanos existentes na Corte a partir da dinâmica política local. Desta forma, esses projetos levaram em consideração as características e as demandas dos dois principais pólos políticos da província, o sul e o centro, enfatizando disputas políticas e projetos divergentes durante a crise do Império.

A pesquisa proposta pretendeu ainda contribuir com o preenchimento de lacunas historiográficas sobre a história do Espírito Santo. A história política capixaba acerca do período que compreende os anos posteriores ao início da República foi abordada nas obras de Marta Zorzal e Nara Saletto. Ambas concentraram-se na análise da evolução das composições partidárias entre 1889 e 1930. Zorzal direcionou o foco de sua análise para o *coronelismo*[10] como mediador das articulações políticas. Nesse sentido, a atuação política dos sujeitos históricos ali representados foi demonstrada como fruto da relação entre dominados e dominantes. [11] Já Nara Saletto, mesmo não deixando de lado o viés econômico da primeira República, aborda a construção dos partidos políticos por meio de interesses que vão além da esfera econômica, analisando ainda as conturbações eleitorais no Espírito Santo.[12] Percebe-se, entretanto, na historiografia mais recente, a ausência de análise do cenário político anterior à proclamação da República, bem como de seus momentos inaugurais. Não há, na historiografia,

---

[10] O coronelismo como prática política da primeira república foi evidenciado por autores como José Murilo de Carvalho e Victor Nunes Leal: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados:* escritos de história e política. São Paulo: UFMG, 1998; e LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto:* o município e o regime representativo no Brasil. 4.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
[11] ZORZAL, Marta. *Espírito Santo:* estado, interesses e poder. Vitória: FCAA/SPDC, 1995. p. 77.
[12] SALETTO, Nara. Partidos políticos e eleições no Espírito Santo da 1ª República. Vitória/ES: Ed. EDUFES, 1998.

estudos que abordem o *vocabulário político* dos jornais da época sobre os projetos e ideias políticas difundidas pelos grupos partidários. Tal ausência é também sentida no estudo da recepção da ideia republicana e na sua legitimação no legislativo capixaba.[13]

O marco temporal inicial desta investigação concentra-se na década de 1870. Nessa década, houve o surgimento de jornais intitulados "democráticos" e "científicos", que marcavam o início de nova imprensa política, delatora da crise do Império. Definiu-se 1908 como a data limite nesta investigação, pois se entendeu que o governo de Jerônimo Monteiro marcou o fim dos conflitos entre os grupos monárquicos a partir da aglutinação de forças políticas divergentes, consolidando o regime republicano.[14] A viabilização desta pesquisa se deveu ao levantamento de fontes acessíveis tanto no Espírito Santo como no Rio de Janeiro, principalmente os jornais disponíveis atualmente na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

A fim de tornar possível a análise acerca do republicanismo no Espírito Santo e da dinâmica partidária do período, optou-se por alguns conceitos que nortearam este estudo. Partir de certo conceito de *elite política* foi fundamental nesta investigação, principalmente a adoção dos parâmetros adotados por José Murilo de Carvalho no estudo do Império brasileiro.[15] O levantamento do local de nascimento, da formação educacional e da ocupação dos membros dos partidos, dos redatores de jornais e dos dirigentes partidários serviu para a busca das características específicas de uma elite política local. Quando falarmos nesta tese de *elite política* do Espírito Santo, referimo-nos aos indivíduos que ocuparam cargos na Assembleia Provincial, além dos que participavam dos grupos políticos e faziam parte da defesa destes por

---

[13] Refiro-me aqui aos estudos de BICHARA, Terezinha Tristão. *História do Poder Legislativo do Espírito Santo 1835-1889*. Vitória: Leoprint, 1985; ARAUJO, Leonor Franco. *Poder político e religioso na Vitória Imperial:* a atuação dos párocos na Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo, 1835-1864. Dissertação apresentada à Universidade Federal do Espírito Santo, 2005; GOULART, Rodrigo da Silva. *Os figurões da Terra.* Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGHIS-UFES. 2008. (Mimeo); e VIANNA, Karulliny Silverol Siqueira. I*mprensa e Partidos Políticos na Província do Espírito Santo 1860-1880*. Vitória: IHGES, 2013.

[14] O governo de Jerônimo Monteiro consegue congregar as diversas posições políticas, diminuindo os conflitos partidários.

[15] A chamada Teoria das Elites surge a partir das análises de Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, por meio das obras *The Ruling Class* e *Traité de Sociologie Générale*. Na visão dos autores, uma elite política é um grupo dirigente de um determinado contexto que se articula com a dinâmica social do período, controlando algum tipo de força social, seja em termo econômico ou intelectual. A mesma elite perde seu lugar quando já não possui perfil que seja condizente com as condições e necessidades do período, ocorrendo então uma substituição por uma "outra" elite. PARETO, Vilfredo. *Traité de Sociologie Générale*. Paris: Payot, 2 vols. 1933; MOSCA, Gaetano. *The Ruling Class. Elementi di Scienza Política*. New York: McGraw-Hill. s/d; GRYNSZPAN, M. A Teoria das Elites e sua genealogia consagrada. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 35-84, 1996.

meio dos jornais. Nesse sentido, articulou-se o método prosopográfico[16] para a coleta dos respectivos dados sobre a elite local.

Outro conceito para a compreensão dos projetos de república que circularam na provícia do Espírito Santo foi o de *cultura política.* Bastante polissêmico, o conceito *cultura política* teve sua primeira grande aparição na década de 1960. A obra *The Civic Culture,* de Gabriel Almond e Sidney Verba, se direcionou à abordagem cognitiva da política. Os autores buscaram, por meio da análise da percepção e a avaliação do sistema político e da democracia pelos cidadãos, apresentar os tipos de cidadania surgidos na época contemporânea. Existiriam, segundo essa interpretação, as cidadanias paroquial, súdita e política. Adverte-se, porém, que os modelos podem ser concorrentes numa mesma sociedade, e servem apenas aos propósitos teóricos de reflexão da política.[17] Embora o conceito de *cultura política* tenha surgido no âmbito da ciência política na década de 1960, é necessário ressaltar que a apropriação deste conceito por parte dos historiadores, sobretudo franceses, ocorreu durante as décadas de 80 e 90.

Este estudo compreende o termo *cultura política* como um conceito polissêmico, assim como atesta Serge Berstein. A complexidade do termo e seus usos na história política foram destacados por esse autor que, baseado também em Jean-François Sirinelli, outro estudioso do termo, definiu a cultura política como um conjunto de referências instituídas em um partido ou em uma tradição política.[18] Na perspectiva desses autores, a cultura política está ligada à cultura global de uma sociedade sem, entretanto, se confundir com ela. Em outras palavras, a cultura política pode ser compreendida como o conjunto de normas e valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si.[19] Nessa perspectiva, em meio ao conceito de cultura política e sua função na análise historiográfica, as ideias e as ações políticas ganham sentido por meio de símbolos e linguagens.

O *corpus* documental desta investigação se compôs de uma variedade de fontes primárias, dentre as quais a imprensa foi o principal conjunto documental. Além disso, a pesquisa contou com uma série de documentos de apoio que foram lidos a partir de sua correlação com a

---

[16] HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
[17] ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture*: Political Attitudes and Democracy in Five Nations. Princeton: Princeton University, 1963, p. 13
[18] BERSTEIN, Serge. A cultura política. In. RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 350.
[19] BERSTEIN, 1998, p. 352.

imprensa, quais sejam: *Annais* da Assembleia Provincial e Relatórios Governamentais (presidentes de província e governadores).

Para promover um exame detalhado dos documentos, sobretudo dos jornais e dos anais da Assembleia Provincial, utilizou-se metodologia calcada na análise das linguagens políticas, tomando por base autores como John Pocock[20] e Quentin Skinner[21]. Para Skinner, é necessário que se articule a linguagem, a intencionalidade, e o contexto social e político de um período, ou seja, texto e contexto, para que se recupere a identidade histórica de um determinado pensamento político. Assim, os *atos de fala* determinam as ideias de um ator político. Podemos dizer que os termos utilizados em um discurso (um jornal ou um debate no legislativo) não só descrevem, mas valoram as ações ou identificam porque um autor privilegia ou se afasta de determinados argumentos. De acordo com Pocock, reconstruímos a *linguagem política* de um período por meio dos termos mais utilizados, ou até mesmo pela produção de vocabulário e o uso de um *vocabulário político* disponível e a linguagem convencionada, o que o autor identifica como a articulação entre *parole* e *langue*.[22]

O estudo do arcabouço conceitual de um período e de sua linguagem política depende da atenção dada à retórica, ou seja, o modo como se fala na política. Não só o discurso legislativo, mas também o jornalístico se mostra efetivo na arte de persuadir e propagar ideias. [23] As alegorias que envolviam a retórica do pensamento político brasileiro no XIX foram demonstradas por Murilo de Carvalho. [24] Ressalta-se ainda a importância do auditório dentro da articulação retórica tal como demonstrou Chaïm Perelman. [25] Segundo o autor, a escolha dos argumentos ocorre a partir do perfil do público para o qual se deseja falar. As demais fontes complementares, como relatórios governamentais, relatórios policiais, autos criminais e correspondências contaram com o aparato metodológico da análise de conteúdo, assim como

---

[20] Essa metodologia demonstra que cada contexto linguístico indica um contexto político, social e histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa. POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político.* São Paulo: Edusp, 2003.
[21] SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno.* 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
[22] POCOCK, John G. A., 2003*,* p. 36.
[23] REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
[24] CARVALHO, José Murilo. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi: revista de História*, n. 1. Rio de Janeiro. p. 145.
[25] PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação. A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

proposto por Laurence Bardin, [26] que conduz a análise pela categorização sistemática e estatística da realidade de uma determinada fonte e agrupamento de seus conteúdos.

Os argumentos desta tese encontram-se organizados em cinco capítulos, os quais objetivam resgatar a trajetória do republicanismo no Espírito Santo identificando seus limites de espaço e de temporalidade. O primeiro capítulo aborda a trajetória dos primeiros grupos políticos locais e sua consolidação como partidos políticos durante a década de 1860. Neste primeiro momento, levaram-se em consideração as linguagens e o vocabulário político utilizados pelos grupos locais, encontrando neles um denominador comum em termos de ideário político: o conceito de ordem. Nesta parte, abordamos também o surgimento da imprensa política que ocorreu concomitante ao desenvolvimento dos partidos, tornando-se veículo difusor de ideias na província. O objetivo principal foi compreender os aspectos peculiares que envolveram a dinâmica política partidária local e sua manifestação por meio da imprensa, dando base para a compreensão do distanciamento de ideias republicanas e da radicalização partidária ocorrida no fim da década de 1860.

O segundo capítulo concentra-se nas modificações ocorridas na imprensa da década de 1870, destacando o surgimento dos jornais denominados "democráticos". O objetivo foi destacar o aparecimento de jornais que começaram a extrapolar o *locus* de debate que antes era circunscrito somente por liberais e conservadores. A partir dos jornais "democráticos", almejou-se indicar os novos vocábulos mais utilizados na imprensa local, sobretudo os conceitos de "democracia" e "modernidade". Também foi possível perceber manifestações embrionárias da ideia republicana na província, como, por exemplo, as atividades do Clube Saldanha Marinho, composto por alunos do Atheneu Provincial. Ao mesmo tempo, essa parte da investigação dedicou-se à comparação entre o contexto político da Corte, já com a formação do Partido Republicano, enquanto o Espírito Santo ainda demonstrava ressalvas ao republicanismo local.

No terceiro capítulo, apresenta-se a ampliação da esfera literária no Espírito Santo como pano de fundo para o desenvolvimento e circulação do ideário republicano. A província foi novamente estudada pelo recorte espacial das regiões sul e centro, destacando as diferentes trajetórias dos ambientes de leitura e de difusão literária, como, por exemplo, a Biblioteca Pública Provincial e o Grêmio Literário de Cachoeiro de Itapemirim. Embora no mesmo período seja possível identificar o crescimento da circulação de ideias nas duas regiões, assim

[26] BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

como a circulação de obras que embasavam o republicanismo, somente o sul utilizou tais ambientes para propagar alternativas ligadas ao ideário republicano. Neste sentido, a adesão do sul não pode ser explicada somente por sua proximidade com o Rio de Janeiro, já que a capital também possuía os mesmos predicados quanto à difusão de ideias políticas e notícias da época. Destacaram-se igualmente os diferentes projetos políticos divulgados no período entre os polos políticos do sul e do centro, que, posteriormente, foram resignificados a partir da consolidação do republicanismo.

No quarto capítulo, aprofunda-se a análise acerca do republicanismo no Brasil oitocentista. Inicialmente, realizou-se um panorama geral acerca da historiografia sobre o movimento republicano, identificando a necessidade de se visualizar o republicanismo brasileiro como um movimento plural com relação às províncias. Abordou-se as peculiaridades da propaganda republicana no Espírito Santo e, sobretudo, sua delimitação espacial. Pretendeu-se, neste sentido, indicar os fatores que marcaram a formação do primeiro clube republicano em Cachoeiro, a maior adesão ao ideário republicano na região sul da província e, sobretudo, o distanciamento da elite concentrada na capital da propaganda republicana. Nesse capítulo, explorou-se a hipótese desta tese sobre a existência de dois projetos republicanos distintos na Província. Examinou-se, principalmente, a diferença da linguagem política divulgada na imprensa nas duas regiões, caracterizando os principais pontos defendidos pelos grupos em questão.

Já no quinto capítulo, são discutidos os primeiros anos do governo republicano e a consolidação do regime no âmbito local. Novamente o foco de análise consistiu no estudo das linguagens políticas, mas agora vistas sob a perspectiva temporal. Constatou-se que as noções de futuro e passado permearam a retórica política do período no contexto de disputa pelo poder local. Nesta análise, abordou-se a construção da figura política de Moniz Freire como expoente da República e da modernidade, caracterizando novos valores e costumes na sociedade capixaba e auxiliando na construção da nova cultura política republicana local. No âmbito das linguagens, destacou-se o momento de crise e declínio de Moniz Freire e de seu Partido Construtor, divulgadores do ideário de futuro e modernidade. Abordou-se também a nova linguagem utilizada na campanha de Jerônimo Monteiro à presidência do Estado, o qual empregou a conciliação como tônica principal do discurso a fim de retirar o Espírito Santo de grave crise econômica e política.

A trajetória do republicanismo no Espírito Santo desde meados de 1870, indicando suas especificidades e similaridades diante do movimento republicano de caráter nacional,

constituiu, enfim, o foco de discussão desta tese. Considerou-se durante toda a reflexão a dinâmica política local no desenvolvimento dos ideais republicanos, desde seus primeiros adeptos dentre a mocidade do Atheneu até a mudança do regime ocorrida em 1889. Buscou-se acompanhar todo o processo de consolidação dos novos partidos republicanos, expondo principalmente a diversidade dos projetos políticos divulgados na imprensa. Este trabalho pretendeu, assim, contribuir não apenas com maior conhecimento da História da República no Espírito Santo, mas também discutir a diversidade de projetos de República no Brasil

1. LINGUAGENS DA ORDEM: A FORMAÇÃO DOS GRUPOS POLÍTICOS LOCAIS E A DIFUSÃO DA IMPRENSA NA PROVÍNCIA

> A proclamação da Independência, acordando a exageradas pretensões de alguns, trouxe oscilações à ordem no país, os acontecimentos de 1831 enlutarão o Brasil de novos revezes, mas o bom senso dos habitantes da província do Espírito Santo livrou-se constantemente de entrarem na desgraçada partilha das discórdias civis.[27]

Com o objetivo de estudar os projetos de República divulgados na província do Espírito Santo em meados de 1880, voltamos ao contexto da formação das linguagens políticas desenvolvidas na província do Espírito Santo durante as décadas de 1860 e 1870. Este capítulo aborda o percurso das agremiações políticas na província e a delimitação tardia entre *liberais* e *conservadores*, que ocorreu somente a partir de 1860, paralelo ao desenvolvimento da imprensa política. A partir da análise empreendida nos periódicos, demonstramos a proximidade entre as *linguagens políticas* dos dois partidos monárquicos, indicando os conceitos mais utilizados na retórica partidária, como, por exemplo: *ordem*, *liberdade* e *nação*.

Acredita-se que a difusão de projetos políticos por meio dos impressos e dos discursos parlamentares possibilitou a formação de uma *cultura política* na província do Espírito Santo. Bastante polissêmica, a expressão *cultura política* teve sua primeira grande aparição como conceito na década de 1960. A obra *The Civic Culture*, escrita pelos cientistas sociais Gabriel Almond e Sidney Verba, se dedicou à abordagem cognitiva da política. A análise desses autores levou em conta a assimilação, percepção e a avaliação dos cidadãos mediante o sistema político e a democracia.[28]

Uma grande renovação teórico-metológica ocorreu a partir da apropriação desse conceito por parte dos historiadores. Alguns autores problematizaram a temática, definindo o termo como

---

[27] Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Antonio Pereira Pinto entregou à Presidencia desta Província ao Exm. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da mesma em 1840. *Correio da Victória*, nº4-27/01/1849.
[28] ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. *The Civic Culture*: Political Attitudes and Democracy in Five Nations. Princeton: Princeton University, 1963. p. 13

um conjunto de códigos e referências em uma tradição política, como fez Jean Sirinelli.[29] Nesta mesma linha, Serge Berstein demonstrou que a cultura política nasce das demandas sociais, e que abriga em si diversidade de culturas políticas.[30] Dentre a pluralidade de significados, a proposta desse estudo se baseia na definição dada por Keith Baker sobre esse conceito. Para o autor, a cultura política é uma construção histórica em constante elaboração, composta por discursos e práticas simbólicas que definem as necessidades e negociações da política de uma sociedade, além de construir identidade.[31]

Na visão de Baker, a cultura política é essencialmente marcada pelo discurso, fazendo com que as mudanças políticas sejam também mudanças linguísticas.[32] De acordo com o autor, a cultura política compreende também a legitimação dessas demandas sociais, os termos, o significado destas necessidades e o contexto no qual estão inseridos.[33] Muito próxima à definição de Berstein, a proposta de Keith Baker insere o discurso político, e as demais simbologias e práticas como elementos que elucidam o jogo político de um grupo social.

Os símbolos e a linguagem, neste sentido, também podem ser elementos de grande valor quando se analisam as articulações políticas. Ainda seguindo a leitura de Keith Baker, a autoridade política seria essencialmente uma autoridade linguística. Desta forma, as mudanças no campo político podem ser verificadas no campo linguístico.[34]

As transformações linguísticas que ocorreram em meio à política oitocentista, sobretudo na província do Espírito Santo, são analisadas, neste estudo, por meio de fontes como impressos, Anais do Legislativo Provincial e relatórios. Para tal fim, é necessário recorrer às fundamentações do estudo das linguagens políticas proposto pela chamada Escola de

---

[29] SIRINELLI, Jean-François (dir). Historie des troites em France.T.2. *Cultures*. Paris, Gallimard, 1992. p. 3 e 4. Apud BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. *In:* RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma História Cultural.* Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.350.

[30] O termo *cultura política* também pode ser explicitado, segundo Serge Berstein, como um código de valores, uma tradição política que vigora em um determinado recorte temporal ou, ainda, um conjunto de referências que um determinado partido ou grupo toma para si como defesa política. BERSTEIN, Serge.*Op. Cit*., p. 349-363.

[31] BAKER, Keith Michael. Introduction. In: *The French Revolution and The Creation of Modern Political Culture*. Oxford (Grã-Bretanha): Pergamon Press, 1987. v. 1, pp. 12 e 13.

[32] BAKER, Keith Michael. El concepto de cultura política en la historiografía reciente sobre la Revolución francesa. *Ayer,* n. 62, 2006. pp. 94 e 95.

[33] Ao formular sua definição, Baker não abre mão de citar as críticas ao conceito de cultura política, entre elas, cita a análise de Margaret Somers. Esta autora destaca que os cientistas políticos converteram a cultura política em algo que não é cultural, e nem mesmo político. Para Somers, a cultura política seria mais bem definida como algo "pré-político", pois abriga valores sociopsicológicos dentro dos sistemas políticos. BAKER, 2006, p. 94

[34] BAKER, 2006, p.94

Cambridge e seus grandes expoentes como John Pocock[35] e Quentin Skinner[36]. A partir do contexto linguístico disponível no período, busca-se compreender as mudanças na dinâmica política local com base em suas práticas políticas e a utilização de novo vocabulário. Deste modo, a transição gradual da linguagem política ocorrida entre 1860 e 1870 propiciou a abertura para a linguagem política republicana divulgada em 1880, e, sobretudo, para a formação de novos grupos políticos.

1.1 OS PARTIDOS POLÍTICOS NO IMPÉRIO E A POLÍTICA PROVINCIAL

Os estudos sobre partidos políticos no Brasil do século XIX manifestam opiniões diversas sobre o momento da formação destes grupos, como também sobre sua caracterização ideológica e composição. Alguns autores concentraram-se no perfil social dos grupos, como, por exemplo, Afonso Arinos de Melo Franco[37] e Raimundo Faoro[38]. O primeiro identificou o grupo conservador como defensor dos interesses de um grupo ligado à economia agrária, ao passo que o partido Liberal era composto por setores urbanos como comerciantes, profissionais liberais e intelectuais. Já o segundo autor caracterizou os conservadores como representantes do estamento burocrático, enquanto os liberais representavam um campo de força contra esta burocracia do poder central, destacando os interesses agrários. Outras obras exploraram as diferenças ideológicas entre os partidários destes grupos, como, por exemplo, Oliveira Vianna. De acordo com Vianna, o "idealismo utópico" estava muito presente em alguns liberais como Tavares Bastos e Teófilo Ottoni. Alguns conservadores, no entanto, representavam o "idealismo orgânico", como Bernardo Pereira de Vasconcellos. Estes trabalhos, todavia,

[35] POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político.* São Paulo: Edusp, 2003.
[36] SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno.* 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
[37] FRANCO, Afonso Arinos de Melo. História e teoria do partido político do direito Constitucional Brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: 1974.
[38] FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. A formação do Patronato Político Brasileiro. 1. ed. Porto Alegre: Globo, 1958.

exploram a existência de diferenças presentes na origem social dos grupos, divergindo de outros autores que negam qualquer distinção entre liberais e conservadores.

Entre os trabalhos que destacam a semelhança entre os grupos políticos imperiais podem ser citadas as obras de Nestor Duarte[39], Vicente Licínio Cardoso[40] e Caio Prado Junior[41]. Na visão de Nestor Duarte havia, de fato, certas diferenças entre os dois partidos, contudo, apenas no campo ideológico. Para o autor, tanto liberais como conservadores, no domínio da política imperial, representavam os interesses de uma elite agrária. A obra de Licínio Cardoso também destaca os partidos políticos como defensores de um mesmo interesse, neste caso, a escravidão. Para este autor, visualizar a dinâmica política imperial por meio do conflito entre liberais e conservadores era uma visão errônea, apoiada em um conflito de interesses inexistente.

Por outro lado, a obra *A Construção da Ordem,* de José Murilo de Carvalho, aborda, com a intenção de explorar a dinâmica interna da elite, a composição dos partidos políticos imperiais para além da identificação de semelhanças e diferenças. Ao destacar os diversos grupos que formavam os partidos políticos, como magistrados, proprietários de terra, no partido Conservador, e profissionais liberais como jornalistas e advogados no partido Liberal, o autor se interessa em perceber como essas diferenças expostas no perfil sócio-econômico implicaram posições partidárias divergentes diante de temas centrais da política no Império.[42] O estudo minucioso de José Murilo de Carvalho aponta também para outra temática dentro da historiografia que visa identificar o momento de criação dos partidos. De acordo com o autor, a formação dos partidos Liberal e Conservador relaciona-se diretamente à dinâmica política que movimentou o Império a partir da década de 1830.[43] A descentralização promovida pelo Código de Processo Criminal em 1832, o Ato Adicional de 1834 e as revoltas regenciais deram base para a consolidação dos partidos políticos em todo Império.

De forma adversa, a cultura política da província do Espírito Santo durante este período foi marcada por práticas políticas que indicam que a formação partidária tenha ocorrido em momento posterior em relação ao Rio de Janeiro. Diferentemente da Corte, a província do

---

[39] DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização Política Nacional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939.
[40] CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da História do Brasil.* São Paulo: Cia. Editora nacional, 1933.
[41] PRADO JR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo, 1933. p. 82.
[42] CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/ Teatro de Sombras.* Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 201
[43] CARVALHO*,* 2007. p. 204.

Espírito Santo não apresentou uma linguagem política que indicasse a existência de *liberais* e *conservadores* logo após as agitações do período da Regência. As investigações indicam que durante esse período não havia partidos políticos definidos na região. Curiosamente, autores como Maria Stella de Novaes[44] e Joaquim Pires de Amorim[45] atribuíram a criação de partidos políticos na província do Espírito Santo à animosidade existente entre duas irmandades religiosas.

A contenda surgiu durante certa procissão em homenagem a São Benedito, em 1832, quando o Frei Manoel de Santa Úrsula, zelador do Convento de São Francisco, impediu que a Irmandade do Rosário utilizasse a imagem de São Benedito, que deveria permanecer naquele monastério. Em consequência dessa interdição, a imagem teria sido roubada pelos irmãos do Rosário durante a madrugada, dando início a uma das mais rumorosas desavenças em terras capixabas. Desde então, os grupos começaram a se provocar por meio de nomes pejorativos. Como de costume no século XIX,[46] as denominações de animais eram as mais usadas quando o objetivo era denegrir os inimigos. E assim escolheu-se a designação de peixes como alcunha dos *partidos* rivais. Os que roubaram a imagem e criaram a confusão passaram a chamar os adversários de *caramurus* e, em contrapartida, os irmãos do Convento de São Francisco escolheram o *peroá* – naquela época, o peixe mais barato – para denominar seus oponentes. Deste modo, na visão dos memorialistas, formaram-se assim dois grupos, *caramurus* e *peroás*, que passaram a digladiar no espaço político, dando origem, posteriormente, aos partidos.

Não há sólidas evidências, porém, que estes grupos, *caramurus* e *peroás*, tenham galvanizado o debate político nas primeiras décadas do Oitocentos. A proposta colocada pela historiografia tradicional[47] parece basear-se nas divisões políticas do Rio de Janeiro no período da Regência, que envolveram, em especial, três grupos: *caramurus*, *exaltados* e *moderados.* A província, entretanto, não demonstrou completa adesão às facções da Corte e seus projetos políticos.

---

[44] NOVAES, Maria Stella. *História do Espírito Santo.* Vitoria: FEES, 1984; OLIVEIRA, José Teixeira de. *História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo*. Vitória: Typ. do Espírito Santense, 1875.
[45] AMORIM, Joaquim Pires de. *A Trajetória dos Partidos Políticos capixabas até 1930.* Revista do Instituto Jones dos Santos Neves, nº 1,1985.
[46] MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: HUCITEC, 2005.
[47] NOVAES, *op. cit*.; OLIVEIRA, José Teixeira de. *História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo*. Vitória: Typ. do Espírito Santense, 1875.

Nos principais dicionários que circularam durante a primeira metade do século XIX, o vocábulo *partido* parece não agregar em si o aspecto formal de um partido político na forma que hoje conhecemos. O *Diccionario da Lingua Portugueza* de António de Morais Silva, publicado em 1789, muito em voga ao longo da primeira metade do Oitocentos, expõe um significado bastante genérico para o termo. Nesta obra, *partido* possuía sentido de parcialidade, de tomar parte, um bando ou uma facção, sem, contudo, indicar exclusivamente posicionamento político.[48] O *Dicionário da Língua Brazileira* publicado em 1832 por Luiz Maria da Silva Pinto também indica as mesmas proposições, exibindo o vocábulo *partido* como uma facção ou bando ligado ao interesse ou vantagem, mas não exclusivamente política. Seguindo o mesmo contexto linguístico, o vocábulo *partido* assumiu a mesma semântica no início do século XIX no Espírito Santo. Observa-se que em passagens da obra de Bazílio Daemon[49] e do Padre Antunes de Siqueira[50], o termo foi empregado para demonstrar a existência de grupos opostos. Daemon utilizou o vocábulo "partidos" para designar membros da Irmandade da Boa Morte. [51] Naquela ocasião, formaram-se dois "partidos", segundo o relato do memorialista, para debaterem onde seria levantado o mastro da irmandade. Já nos escritos de padre Antunes de Siqueira, o conceito "partidos" foi utilizado para descrever a distinção entre dois grupos, *praieiro* e *latino*, que disputavam a melhor encenação teatral das festividades de São Miguel. O conceito de "partido" talvez tenha sido objeto de variadas interpretações pela historiografia, o que levou a considerar as irmandades e seus "partidos", *caramurus* e *peroás*, como núcleos políticos. Não é possível, contudo, atribuir qualquer caráter político partidário a esses grupos, apesar da denominação.[52] Não se nega, entretanto, que havia discussão política dentro dessas irmandades ou agremiações culturais, já que representavam espaço de sociabilidade na província.

Trata-se, neste sentido, de certo anacronismo por parte dos memorialistas que associaram *caramurus e peroás* aos partidos *Liberal e Conservador*. A relação entre os grupos pode ter

---

48 Silva, Antônio de Morais. *Diccionario da língua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau*, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 2: L - Z), 1755-1824. p. 163.

[49]DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo*: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879. p. 176.

[50] SIQUEIRA, Francisco Antunes de. *Memórias do passado: a Vitória através de meio século*. Edição de texto, estudos e notas de Fernando Achiamé. Vitória: Floricultura, 1999.

[51] DAEMON, 1879*,* p.176.

[52] SIQUEIRA, Francisco Antunes de; ACHIAMÉ, Fernando A. M. *Memórias do passado:* a Vitória através de meio século. Vitória: Flor&cultura/Cultural-ES, 1999. p. 61.

ocorrido a partir da constatação de que o partido Conservador da Corte abrigou diversos indivíduos da facção *caramuru* da Regência. Consequentemente, outro anacronismo foi cometido pelos mesmos autores quando atribuíram a liderança dos liberais e conservadores no Espírito Santo ao padre Antônio Inácio Bermudes e ao coronel Dionísio Álvaro Rosendo desde a década de 1830.[53] Naquela época, Dionísio Álvaro Rosendo ainda não era o líder do partido conservador. Já o padre Inácio Bermudes faleceu antes mesmo da formação dos partidos políticos da província.

Durante as décadas de 1840 e 1850, a linguagem política que circulava pelo Império já exibia os vocábulos *liberal* e *conservador*, abandonando as denominações atribuídas às facções regenciais. Enquanto na Corte os partidos imperiais se consolidavam, na província do Espírito Santo, contudo, criavam-se as primeiras denominações políticas: os *Bermudistas*, chefiados por padre Inácio Bermudes, e os *Dionisianos*, grupo comandado por coronel Dionísio Rosendo. As facções locais, entretanto, iniciaram uma disputa política marcada por interesses pessoais, pois não formularam projetos políticos distintos tampouco reivindicaram adesão aos projetos Liberal e Conservador divulgados no Rio de Janeiro.

Por conflitos de ordem eleitoral, ocorreu posteriormente uma cisão no grupo chefiado por Dionísio Rosendo. O conflito se deu pela querela entre coronel Francisco Monjardim, um *dionisiano*, e os demais membros do grupo em 1856, época de eleições para deputado Geral.[54] O coronel Monjardim acreditava que ele seria o nome escolhido para a representação da facção *Dionisiana* naquelas eleições, e, no entanto, não o foi. Após o ocorrido, Monjardim acusou seus correligionários de o terem traído escolhendo outro candidato para a disputa. Ao mesmo tempo, há indícios de que Padre Bermudes veio a falecer logo depois, fazendo com que os simpatizantes de seu grupo político fossem então liderados por Francisco Monjardim, que a partir de então compôs junto aos ex-bermudistas o novo grupo denominado *Capichaba,* em 1857.[55]A partir desta época, a política na província passou a se pautar nas disputas entre os grupos *Capixaba* e *Dionisiano*, que semelhantemente à contenda entre *Dionisianos* e *Bermudistas*, não forjou um vocabulário político que permitisse diferenciar as propostas

[53] Além das incoerências encontradas em documentações, como também nos jornais, outro equívoco cometido pelas leituras anteriores foi o de relatar o possível surgimento dos partidos em Vitória, transmitindo-o para toda a província, sem atentar para a distinção entre as regiões da província. Assim, torna-se evidente que a política provincial se canalizou em dois pólos políticos: o sul e o centro.
[54] *Jornal da Victória*, nº7- 23/04/1864.
[55] *Jornal da Victória*, nº7- 23/04/1864.

políticas dos dois grupos, nem indentificar qualquer posicionamento a favor do grupo liberal ou conservador.

O contexto político desta quadra foi marcado pelas inúmeras revoltas liberais que ocorreram após as medidas centralizadoras do regresso. As "revoluções" de Minas Gerais e São Paulo e, sobretudo, a desconfiança sobre a manutenção das instituições liberais, parecem não ter surtido efeito na linguagem política veiculada pelos grupos no Espírito Santo. Do mesmo modo como ocorreu na Regência, as discussões políticas entre a elite local travaram-se quase sempre por interesses pessoais, com a preocupação voltada para as eleições da Assembleia provincial ou pela vaga na Câmara dos Deputados.

A dinâmica partidária da província até meados de 1840 assemelha-se em muitos aspectos a outras regiões do Império. Em estudo sobre a formação dos partidos monárquicos, Jefrey Needell[56] aponta três modelos fundamentais de ação política entre 1830 e 1857. O primeiro está relacionado à atuação política na Maçonaria; o segundo se dava por meio dos clubes e jornais a eles ligados; e o terceiro, considerado pelo autor como mais importante no processo de formação partidária, seria a atuação de oradores que falavam para oligarquias locais estabelecidas. Esses oradores guiavam a política local e eram vinculados a essas oligarquias pelo sangue ou casamento. Outro destaque importante no trabalho de Needell é a caracterização dos partidos nesta época. Para o autor, até 1840 a organização desses grupos políticos foi marcada por um senso de liderança altamente pessoal, na qual prevaleciam as relações de parentesco, os interesses específicos e a ausência de uma agenda ideológica.

A inexistência de posicionamento entre liberais e conservadores nesse período, para Jefey Nedeel, foi recorrente em várias regiões do Império. Wanderley Pinho[57], por exemplo, sugere que também na Bahia se percebia a indistinção entre liberais e conservadores até essa quadra. Em sua análise, a maior intervenção do governo central durante o quinquênio liberal forçou a adesão partidária nas províncias. As investigações de Judy Bieber [58] comprovam estas afirmações para a província de Minas Gerais. Seus estudos demonstram que até meados da

[56] NEEDEL, Jeffrey D. Brazilian party formation from the Regency to the Conciliation, 1831-1857. *Almanack Braziliense*. n.10, p. 5-22, 2009.
[57] PINHO, Wanderley. *Cotegipe e seu tempo: primeira phase*, 1815-1867. São Paulo: Typ. Nacional, 1937.
[58] BIEBER, Judy. *Power, Patronage, and Political Violence*: State Building on a Brazilian Frontier, 1822-1889. Lincoln: Univ. of Nebraska, 1999.

década de 1840 não havia mobilização partidária na região, o que se modificou com a maior influência do gabinete Liberal em nível local a partir desse período. Desde então, os grupos personalistas passaram a se identificar com a ideologia proposta por Liberais e Conservadores. Também em Pernambuco [59] é possível reconhecer as disputas políticas locais desta quadra, marcadas por conflitos de interesses pessoais e configuradas a partir de oligarquias que demonstravam rivalidades estritamente pessoais. A investigação sobre o Piauí [60] também destaca o aspecto personalista dos partidos durante este período e sinaliza o caráter instável dos partidos naquela região, o que se modifica também com maior intervenção do gabinete liberal. A província do Espírito Santo, no entanto, mesmo equiparando-se as práticas políticas das demais regiões citadas neste período em relação à prevalência de grupos personalistas até o período do quinquênio liberal, apresenta ainda outras características que podem ser destacadas. A primeira delas seria o prolongamento de uma cultura política marcada pela ausência de mobilização entre liberais e conservadores até a década de 1860.

A ausência de posicionamento político na região foi destaque nos relatórios governamentais, que atestaram frequentemente o caráter ordeiro da província. Tais relatórios eram muito utilizados pelos presidentes de província para assinalar o clima de tranquilidade pública, fazendo com que o item *segurança pública* ganhasse destaque. Até mesmo em regiões onde havia agitações políticas, a tranqüilidade geral foi ponto de discussão frequente. Nestes locais, como indicou Dimas Batista em estudo sobre relatórios governamentais de Minas Gerais, diferentemente do caso do Espírito Santo, a segurança pública era a preocupação dos governantes, fazendo com que tais documentos fossem marcados pela linguagem da desordem e pelas demandas que poderiam refazer a ordem provincial.[61] Na província do Espírito Santo, porém, a linguagem da ordem, para os presidentes de província, estava atrelada à inexistência de partidos e de disputas políticas.

Em 1848, enquanto os construtores da ordem no Império enfrentavam em Pernambuco uma das maiores revoltas liberais, a Praieira, o presidente de província, Antônio Pereira Pinto, escrevia

---

[59] Correspondência de H.H. Carneiro Leão ao Exmo. Amo. e Snr. Queiroz, Recife, 30 de julho de 1849. IHGB, Coleção Leão Teixeira, lata 748, pasta 28. Apud NEEDEL, *op. cit*. p.18.
[60] Correspondência de Ignacio Francisco Silveira da Mota ao Illmo. Exmo. Senr., Oeiras, 29 de janeiro 1850, marcado "particular". AN, AP07, caixa 4, pacote único. Apud NEEDEL, *op. cit.* p.18.
[61] BATISTA, Dimas J. O discurso oficial: a tranquilidade pública, princípio de governabilidade. In: XXIII Simpósio Nacional de História - História: guerra e paz, 2005, Londrina. XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz, 2005.

à Corte sobre a calmaria que pairava sobre o Espírito Santo. O governante denominou a província a "atalaia da tranquilidade" e ainda indicou uma das causas do louvável sossego: "[...] Uma grande causa parece que concorre para a realização deste fato é a não existência de partidos políticos na província [...]"[62] Por volta de 1859 outro presidente, Pedro Leão Veloso, reiterou a inexistência de discussões políticas acirradas na localidade: "[...] Não temos que lastimar nesta província a existência de facções violentas, que noutras, tem sulcado profundas cisões [...] Podemos ainda asseverar, sem medo de errar, *que não há aqui partidos políticos.*"[63]

Alguns pontos devem ser discutidos para a compreensão destas práticas políticas distintas. É necessário, sobretudo, relativizar a prerrogativa dos partidos políticos como condição para debate no período. Assim como em outras províncias, os conflitos políticos existiam, embora não houvesse posicionamento entre os partidos da Corte, que, nesse momento, já haviam se consolidado. Como alertou Julio Bentivoglio[64] em investigação sobre as agremiações políticas e a formação do Estado Imperial na primeira metade do XIX, a historiografia tende a avaliar a política do Império pautando-se somente nos partidos em detrimento de outras forças políticas, dando pouca atenção, por exemplo, à atuação do grupo *áulico*. Segundo as indicações do autor, é necessário que, buscando compreender melhor o jogo político do Império brasileiro, também se coloque em análise os não-partidos.

Desta forma, a não adesão dos grupos personalistas locais às bandeiras liberal e conservadora da Corte na década de 1840, o que divergia do ocorrido em outras províncias do Império, merece destaque na composição das diversas forças políticas que entraram em conflito na segunda metade do século, elemento ainda pouco discutido pela historiografia. É imprescindível, neste sentido, investigar o momento de adesão partidária dos grupos locais e a forma pela qual ocorre a definição de posicionamento político.

Os estudos de Marco Morel[65] sobre as sociabilidades políticas na primeira metade do século fornecem informações importantes sobre o processo de construção de identidades políticas. Segundo o autor, algumas práticas políticas foram indispensáveis para a definição dos partidos naquele período, como, por exemplo, a utilização dos espaços associativos e de sociabilidade para discussão política; o agrupamento em torno de um líder devido aos interesses pessoais; afinidades intelectuais,

---

[62] APEES. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Presidência de Antônio Pereira Pinto em 1848. p. 8.
[63] APEES. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Pedro leão Veloso em 1859. p. 5 (grifos nossos).
[64] BENTIVOGLIO, J. C. Cultura política e consciência histórica no Brasil: uma contribuição ao debate historiográfico sobre a formação dos partidos políticos no Império. *Diálogos* (Maringá), v. 14, 2010.
[65] MOREL, 2005, p. 63 e 64.

culturais ou econômicas; e, sobretudo, a utilização da imprensa. A importância da atuação da imprensa dentro do processo de construção de identidades políticas mencionado por Morel deve, sem dúvida, ser levada em consideração no estudo da cultura política do Espírito Santo, já que, até 1849, não havia publicações de jornais da província.

O uso de impressos como veículo político foi habitual nos momentos mais conturbados em que se discutia a formação da Nação e diferentes projetos políticos.[66] A partir da Independência, a liberdade de imprensa no Brasil fez surgir um grande número de tipografias e editoras. Na Corte, após 1821, a publicação de livros e impressos deixou de ser monopólio da Imprensa Régia e deu espaço para o surgimento de tipografias particulares. A partir de então, o número de tipografias aumentou, não só no Rio de Janeiro, mas nas demais províncias. Os estudos de José Mindlin indicam que Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Pará instalaram suas tipografias nas primeiras duas décadas do século XIX. Nas províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Goiás, a criação ocorreu nos anos de 1830, e somente mais tarde, durante a metade do século, lugares como Paraná, Ceará, Amazonas e Espírito Santo iniciaram as publicações tipográficas.[67] Ao reconstituir o início da imprensa em demais pontos do Império, nota-se que a província do Espírito Santo se situa entre os últimos locais a aderir à atividade tipográfica.

A ausência de imprensa possivelmente limitou a discussão política da época e prolongou uma cultura política baseada em facções e grupos personalistas até 1860. A análise das linguagens políticas empregadas pelas facções que existiram no período foi, deste modo, limitada pela rara produção de impressos. Embora se tenha indícios que jornais de outras regiões do Império circulassem e que indivíduos locais publicassem nesses periódicos, a falta de uma tipografia local restringiu, em nosso parecer, a circulação de novas ideias políticas e apartou a província das maiores agitações no Império.

Em nossas pesquisas não encontramos qualquer registro de reclamação da elite pela falta de jornais ou de recursos para obter os equipamentos tipográficos para a localidade. A investigação conduziu, ainda, à outra conclusão: havia certo temor no seio da elite capixaba de a imprensa

---

[66] No período Regencial, por exemplo, os periódicos foram utilizados pelas facções políticas para divulgar seus diferentes projetos de nação. BASILE, Marcello. *O Império em construção:* projetos de Brasil e ação política na Corte regencial. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2004 (Mimeo).

[67] MINDLIN, José E.; TEIXEIRA, Cleber e BRUCHARD, Dorothée. *Memórias esparsas de uma biblioteca: entrevista a Cleber Teixeira e Dorothee de Bruchard*- São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. p.103.

contribuir para incendiar o debate político local. O coronel Monjardim, por exemplo, manifestou, em ofício enviado ao visconde de Macaé, seus receios em relação à imprensa.

> [...] E por esta ocasião cumpre-me participar a V. Excia. que a notícia dos mencionados acontecimentos causou alguma sensação nesta capital, mas em poucas pessoas, pois que sendo a maioria de seus habitantes, e a de todos os outros pontos da província, inteiramente estranha à política, pouca ou nenhuma importância presta a semelhantes notícias, que, além disso, não podem aqui ser, felizmente, transcritas por falta de imprensa o que concorre por sem dúvida para manter-se o proverbial sossego, que de há muito goza a mesma província, a qual, V. Excia. o sabe, há atravessado as crises revolucionárias, que tem abalado o Império, sempre fiel ao imperador e às instituições juradas.[68]

Em 1840, no entanto, instalou-se a primeira tipografia na província, que produziu um único número do jornal inaugural do Espírito Santo, O *Estafeta*. Infelizmente não se localizou até o momento qualquer vestígio deste noticioso. Um novo jornal, *O Correio da Victória*, sob o comando de Pedro de Azeredo, só veio a circular em 1849.[69] A epígrafe estampada na primeira página do noticiário, "Monarquia, Constituição e Liberdade", era suficientemente genérica para integrar qualquer posição política e não gerar oposições na província. O impresso, portanto, não influenciava na definição das identidades.

O início da produção de impressos na província na década de 1840 não ampliou o debate político imediatamente. A linguagem utilizada pelo redator do *Correio da Victória* nos primeiros anos de publicação indica a censura e a ausência de discussão política que enquadraram a imprensa no projeto de ordem proposto pela elite local. Amâncio Pereira, em 1922, testemunhou que o primeiro número do jornal somente circulou após a leitura e o aval do coronel Francisco Monjardim, líder do grupo *Capichaba*. Em março de 1849, contudo, um artigo de crítica sobre alguns deputados na assembleia provincial publicado sob o pseudônimo "A. do G" proporcionou a revolta dos *Dionisianos* e fez o próprio Dionísio Rosendo, chefe dos *Dionisianos*, pedir, por meio de um ofício, a apreensão do jornal. Mesmo com tal repressão por parte do legislativo, Pedro de Azeredo resistiu comunicando que nada mais poderia ser feito, posto que os periódicos já estavam distribuídos por toda a província e também fora dela.

Com tamanha vigilância, dificilmente críticas à política local voltariam a estampar o periódico. Embora na Corte circulassem os conceitos como *liberal*, *conservador*, *partidos* e *revolução*, a

---

[68] Ofício de 22 de maio de 1848 enviado por Francisco Monjardim ao Visconde de Macaé, titular da pasta do Império. Apud OLIVEIRA, 1975, p. 336.
[69] PEREIRA, Heráclito Amâncio. História da Imprensa Capixaba. *Revista do IHGES,* n. 3, 1922. p. 28.

elite política-intelectual do Espírito Santo pareceu optar por seu próprio arcabouço linguístico, com base nas necessidades de seu projeto político. Não é possível, contudo, identificar na linguagem empregada nos impressos grandes diferenças entre os projetos políticos das agremiações capixabas. Somente na década de 1860, acreditamos, os jornais se tornaram veículo de contestação e constituíram-se como veiculo de oposição. Um novo arcabouço linguístico introduziu conceitos que renovaram a discussão política da província e auxiliaram na definição dos partidos locais.

1.2 LINGUAGENS POLÍTICAS E MUDANÇAS NA DINÂMICA PARTIDÁRIA EM 1860

Iniciada em 1853 pelo Marquês do Paraná, a política da Conciliação, que unia conservadores e liberais sob a liderança dos primeiros, objetivou estabilizar o sistema político, colocou em discussão reformas eleitorais e procurou reordenar a economia do Império. A Conciliação, contudo, sofreu duras críticas por parte dos grupos políticos na Corte. Enquanto os conservadores viam a política de Paraná como sinal de fraqueza do próprio partido, os liberais entendiam a dinâmica como manobra que visava enfraquecer seu grupo. Com a morte do Marquês de Paraná e as críticas acirradas ao Gabinete, D. Pedro II percebeu a inviabilidade da Conciliação e colocou, então, os conservadores no poder. Durante a sequência de três ministérios conservadores, a oposição Liberal tomou fôlego na década de 1860.

A política da Conciliação provocou reformulações na política partidária da Corte, sobretudo nas cisões internas nos dois partidos. Após a política do Marquês de Paraná, os partidos encontravam-se divididos entre as alas mais tradicionais, que criticavam anteriormente a Conciliação, e as mais moderadas, fruto da união entre os partidos. Em 1862, conservadores dissidentes e liberais moderados se uniram, formando a Liga Progressista e marcando a volta dos liberais ao poder com o gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcellos.

A década de 1860, denominada como o *renascer liberal*, foi marcada pela extensa produção de textos políticos. Obras como *As Cartas do Solitário* e *Os Males do Presente e as Esperanças*

do Futuro, de Tavares Bastos[70], e a *Circular dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Geraes*, de Theofilo Otthoni[71], caracterizaram o debate da ala liberal naquele período. Indicando as consequências da centralização nas províncias, os malefícios da escravidão e o debate entre Igreja e Estado, os escritos de Tavares Bastos exibiram propostas reformistas e colocaram em cheque a centralização. Já a obra de Otthoni perpetrou significativas críticas à monarquia, clamando por medidas como a extinção do Conselho de Estado, a democratização do sistema eleitoral e a liberdade de Indústria e de comércio.

Na defesa das ideias conservadoras, foi publicado em 1862 o *Ensaio sobre o Direito Administrativo,*[72] de Visconde do Uruguai*,* obra que fundamentava as razões pelas quais a descentralização não seria a melhor saída política para o Brasil. Uruguai também indicava que nem mesmo a centralização excessiva resolveria os problemas administrativos. Por outro lado, em 1860, Zacarias de Góes e Vasconcellos também discutiam os limites do poder do monarca com a publicação da obra *Da natureza e limites do poder moderador*. O renovado contexto linguístico proposto por tais obras abriu espaço para um vocabulário político marcado por conceitos como "liberdade" "descentralização", "centralização" e "anarquia".

Foi dentro desta conjuntura que surgiram os partidos políticos Liberal e Conservador na província do Espírito Santo.[73] Durante a década de 1860, com a intensa produção de jornais, a imprensa converteu-se em espaço de discussão e de opinião.[74] A partir da maior circulação de ideias, sobretudo por meio dos impressos e da utilização de novo vocabulário político, os grupos

---

[70] BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Os males do presente e as esperanças do Futuro.* 2ª Edição. Brasília: Nacional, 1976. *Idem*. *Cartas do Solitário,* 4ªedição. São Paulo: Nacional, 1975.

[71] OTTONI, Theophilo Benedicto. *Circular dedicada aos Srs. eleitores de senadores pela Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Correio Mercantil, 1860.

[72] URUGUAI. Visconde. Ensaio sobre o Direito Administrativo. In *Vinconde do Uruguai.* Org. e Intr. de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 2002.

[73] Provavelmente o momento em que os partidos delimitaram seus espaços e se denominaram *liberais* e *conservadores,* em meados de 1860, também pode ser vislumbrado na Assembleia Legislativa Provincial. Contudo, o debate político entre os deputados deste período não pode ser objeto de análise devido à falta de *annais*, os quais só começaram a ser produzidos em 1868.

[74] O fato torna-se instigante à medida que se percebe a existência dos jornais já em circulação desde a década de 40, mas que só se tornam *locus* de discussão política vinte anos mais tarde, em 1860. Fica bastante evidente que o jornalismo político acompanha o mesmo processo de maturidade pelo qual passam os grupos políticos no Espírito Santo oitocentista. A ideia da década de 1860 como nascimento de uma imprensa de opinião política é a hipótese principal do estudo anterior: VIANNA, Karulliny S. *Imprensa e Partidos Políticos na Província do Espírito Santo, 1860-1880.* Cadernos de História, IHGES, 2013.

locais passaram por uma redefinição e finalmente assumiram as identidades *liberal* e *conservadora*, o que abria espaço para novas práticas políticas.

1.2.1 A Imprensa e os Partidos Políticos na Província

A partir da década de 1860 as discussões locais foram dominadas pela intensa publicação de jornais políticos, que até então mantinham um tímido debate com apenas dois periódicos, *O Correio da Victória* e *A Regeneração*, publicados em Vitória, que não manifestavam posicionamento partidário. Somente neste mesmo ano, seis novos jornais foram publicados, todos redigidos para disputar debate político local.[75] O quadro abaixo demonstra a crescente atuação da imprensa no período com a aparição de 6 tipografias durante década de 60, sendo três destas localizadas na região sul da província (Itapemirim e Benevente) e outras três na capital.

[75] "A partir de 1860, a imprensa torna-se quase exclusivamente política; é nessa quadra que surgem A Liga, em 8 de Abril; o Indagador, em treze de junho; O Marimbondo, em onze de Agosto; O Provinciano em sete de setembro; e O Pica-Pau, em vinte e seis de setembro; todos em1860 [...]". Foi a época das polêmicas insidiosas e das retaliações partidárias extremadas, apenas suavizadas pelas sátiras espirituosas da Batista Pires e pelas crônicas humorísticas de Ferreira das Neves. ROSA, Affonso Cláudio de Freitas. *História da Literatura Espírito-Santense*. Porto: Oficina do Comércio do Porto, 1912. Apesar de terem sido publicados outros jornais nesta época, o único disponível para análise é periódico *A Liga.*

QUADRO 1. JORNAIS PUBLICADOS NA DÉCADA DE 1860

Jornal	Ano do Início de Publicação	Tipografia
A Liga	1860	Não identificada
O Indagador	1860	Não identificada
O Pica-Pau	1860	Não identificada
O Marimbondo	1860	Não identificada
O Provinciano	1860	Não identificada
Jornal da Victória	1864	Tipografia Liberal
O Itabira	1866	Tipografia D'O Itabira
O Escorpião	1866	Tipografia Imparcial
O Filho do Escorpião	1867	Tipografia Imparcial
Estrela do Sul	1867	Não identificada
Sentinella do Sul	1867	Tipografia da Sentinella do Sul
O Domingueiro	1867	Não identificada
O Cidadão	1868	Tipografia Imparcial
O Estandarte	1868	Tipografia d'O Estandarte
A Voz do Povo	1868	Não identificada

Fontes: BLAKE,1970; PEREIRA, 1922; e DAEMON, 1975.

O estímulo necessário à transformação da imprensa capixaba e sua expansão na província como veículo de opinião veio, sobretudo, de articulações políticas de fora do Espírito Santo. A

confortável posição das elites, cujas divergências não ultrapassavam o terreno pessoal, foi abalada com a criação do periódico *A liga,* que inaugurou seu primeiro número em 8 de abril de 1860. Embora não seja possível determinar a identidade do redator, o objetivo do jornal era apresentar Antônio Pereira Pinto, ex-presidente da província, como candidato ao cargo de Deputado Geral pelo Espírito Santo. Nascido no Rio de Janeiro e formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, Antônio Pereira Pinto já era deputado pela província e seu prestígio político advinha de sua experiência no governo exercido no ano de 1848.

Para conseguir o êxito esperado nas eleições, Pereira Pinto percebeu que precisava se aliar a um dos grupos locais. Os *Capichabas* já haviam deixado claro sua escolha por um candidato próprio, o que fez Antônio Pereira Pinto buscar apoio no grupo dos *Dionisianos*.[76] É preciso, antes de avançar na análise, discutir a denominação do periódico *A Liga*. Tratando-se do contexto político de vigência da Liga Progressista na Corte, o nome do periódico criado para divulgar a candidatura de Antônio Pereira Pinto pode parecer ao leitor uma forma de adesão àquele partido no Rio de Janeiro. Não há indícios, no entanto, para se afirmar esse posicionamento dos simpatizantes de Dionísio e, sobretudo, do próprio candidato. O vocábulo "liga", naquele contexto, foi resignificado na província a fim de identificar alianças como a realizada por Antônio Pereira Pinto, que denominou sua união aos *Dionisianos* como a *Liga Dionisíaca*.

O periódico de Pereira Pinto incitou os ânimos locais ao defender a reeleição de seu candidato, utilizando para esta empreitada as falácias sobre a vida pessoal e política do coronel Monjardim, candidato do grupo *Capichaba* e, sobretudo, o maior expoente da província no século XIX. Desta forma, o jornal inaugurou a linguagem de oposição, e, ao mesmo tempo, desfez a pretensão de homogeneidade que existia na elite política local na condução do projeto de *ordem*.

A composição retórica utilizada pelo redator se baseou na execução de dois "lances" [77] principais na tentativa de esvaziar a liderança de Francisco Monjardim de seu prestígio político. A primeira iniciativa foi degenerar a imagem do candidato, introduzindo vocabulário que rebaixava o coronel ao nível de monstros e animais, como, por exemplo, "macaco de chifres" e "lobisomem da fonte da Capixaba". O jornal também alegava que Francisco Monjardim havia

[76] Na verdade, o nome de Bermudes era o primeiro da lista de preferência daquele grupo. Curiosamente, porém, terminou substituído por coronel Francisco de Almeida Monjardim.
[77] SKINNER, 2003.

usurpado o lugar de líder do grupo Bermudista, após a morte do padre Inácio Bermudes, formando novo grupo sob seu domínio.

O segundo "lance" efetuado pela oposição, e talvez o mais importante, se baseou na divulgação do conceito de "liberdade" e seus congêneres, como a "liberdade de voto" e a "pedagogia do voto". O redator denunciou, ainda, a ausência de "liberdade política" pela qual a província passava desde o início do Império, fruto do domínio do grupo de Bermudes e, consequentemente, do próprio coronel Francisco Monjardim. O redator do *A Liga* usava os conceitos "escravidão" e "feudalismo" para denunciar a falta de liberdade política na província.[78] Os jornais igualavam os eleitores e votantes, portanto, aos escravos e servos. A linguagem política, mesmo de oposição, não ganhava profundidade e não ultrapassava o pleito em disputa. Questões como centralização, descentralização, autonomia, governabilidade não eram associadas ao debate que se desenrolava na província. A noção de liberdade restringia-se, assim, a condição de participar do escrutínio para deputados. Essa limitação, contudo, não foi denunciada.

Outro vocábulo de destaque na linguagem empregada pela *Liga* foi o termo *partido*. Tratando-se um período de indefinição partidária, em que frequentemente o termo *partido* era definido como "tomar parte", o periódico *A Liga* trouxe aos provincianos um novo significado para o conceito, agregando-o à política. As discussões sobre *partidos políticos* eram frequentes nas publicações, nas quais, pela primeira vez, apareciam os termos *partido Liberal* e *partido Conservador* estampando as folhas locais. O debate sobre identidade partidária neste periódico se mostrou tão intenso que, nas cinco edições que versavam sobre o tema, o vocábulo *partido* aparece por vinte e duas vezes. Nessas edições, o redator anônimo manifestava a necessidade do posicionamento político e indicava que a imprensa era destinada a organizar os partidos "legítimos, fortes, pela primazia de sua opinião":

> Essa época se aproxima, porque o povo está cansado de um dormir tão longo e fastidioso! Compreende-se facilmente que há necessidade de uma reação pacífica e regular que venha reviver o sistema constitucional. A reabilitação ou reorganização dos partidos, é portanto uma necessidade inclinável do dia. O povo quer saber qual deve ser sua religião política, porque o povo tem

[78] VIANNA, 2013, p.77

> crenças e estas carecem de ser reguladas pela força dos princípios que a regem.[79]

O artigo publicado em 24 de junho de 1860 foi assinado por *O Publicola*, mesmo nome de um pequeno periódico que circulava na Corte,[80] defendendo a candidatura de Pereira Pinto. Há indícios que a folha do Rio de Janeiro fosse escrita pelo próprio candidato, o que leva a acreditar que o deputado era o autor dos artigos publicados no Espírito Santo sob este pseudônimo. Nota-se, neste sentido, o quanto a introdução deste jornal e os debates provocados pela candidatura de um indivíduo que nem mesmo residia na província introduziram novos termos no vocabulário da imprensa provincial. As publicações sobre identidade partidária foram valiosas no contexto local, pois auxiliaram na definição partidária até então inexistente.

Além da divulgação partidária, o jornal *A liga* propagava a equivalência entre os termos *Nação*, *pátria* e *governo*, conceitos ainda pouco discutidos nos periódicos locais. De acordo com o noticiário, o governo era composto pela nação, que, por sua vez, equivalia à pátria. O periódico destacava também sua preferência pela soberania popular, mas concentrava suas energias na defesa da representação e no direito de exercício do povo, mas não um governo diretamente conduzido por este. Na linguagem política do jornal *A Liga,* figuravam diversas definições para o termo povo. Chegou-se a afirmar que o povo não era "canalha", em claro reconhecimento do protagonismo popular, mas sempre associado à noção de representação. Todo indivíduo, qualquer que fosse sua ocupação, faria parte da *nação*. O termo nação, por sua vez, estava associado ao *poder*, mas existiam limites, segundo o redator, que faziam com que o povo não detivesse o poder. De acordo com os escritos do jornal, o *povo* teria o direito da *representação*, que é sua mais nítida forma de poder.[81]

A linguagem de moderação se destacava também no conceito de *Revolução*, termo bastante empregado na retórica do jornal *A Liga,* mais utilizado com teor negativo, pois se divulgava que a revolução não levava benefícios aos povos. O redator lançou mão, por exemplo, da experiência da Revolta Praieira, a fim de demonstrar as consequências maléficas de um ato revolucionário. Para o redator, a *Revolução* também seria fruto do mau uso da *liberdade*.[82] Assim, o sentido de *liberdade* estaria muito mais ligado aos limites do que propriamente à

---

[79] *A Liga*, nº13- 24/06/1860.
[80] A candidatura de Antônio pereira Pinto também era propagandeada pelo *Correio mercantil*, no Rio de Jeneiro. Em edição de 23 de agosto de 1860 o jornal adverte sobre o novo número de *O Publicola*, jornal publicado na tipografia de N. Lobo Vianna, na rua da Ajuda, nº 79, na Corte.
[81] *A Liga*, nº 5- 05/05/60.
[82] *A Liga*, nº 5- 05/05/60.

ampliação de direitos políticos. Desta forma, ensinava-se aos provincianos que a moderação e os limites das paixões eram as melhores opções dentro do campo político.

A *liga Dionisíaca* formada entre Antônio Pereira Pinto e os membros do grupo *Dionisiano* pareceu manifestar o início de uma inclinação partidária por parte do grupo. O redator apoiava o posicionamento do candidato, incitando os *Dionisianos* contra a política progressista, compreendida como um elemento construído pelo partido Liberal, e que, naquele momento, era o motivador da crise do sistema político brasileiro. Há indícios de que o vocabulário e as discussões do jornal *A Liga* tenham de fato estimulado os agrupamentos locais a delimitarem seus ideais também por meio da publicação de impressos e do novo contexto linguístico exposto. A partir de então, verificou-se a produção de diversos jornais políticos e a difusão de nova linguagem na província, manifestando, enfim, a adesão a liberais e conservadores a partir de 1861.

1.3 LIBERAIS E CONSERVADORES: A LINGUAGEM DA ORDEM

1.3.1 Liberdade, Povo e Nação

Logo após a atuação do jornal *A Liga,* as divisões políticas se tornaram cada vez mais notáveis entre a elite política provincial. A época que marcou o *renascer liberal* na Corte influenciou a dinâmica política por meio da circulação de ideias do partido Liberal na imprensa, que receberam a atenção de personalidades importantes do meio político local. Em Vitória, por volta de 1861 os grupos políticos provinciais aderiram aos partidos Liberal ou Conservador. Os *Capichabas,* liderados por Coronel Monjardim e representados Marcellino Pereira de Vasconcellos no jornal *O Tempo*, definiram-se pela bandeira Liberal. Já os *Dionisianos* mantiveram o posicionamento moderado, se colocando na defesa do partido Conservador.

A data de formação dos partidos, contudo, afigurava-se polêmica para uns e absolutamente correta para outros. Durante uma contenda política exposta no *Jornal da Victória* em 1864, Alfeu Monjardim acusa José Marcellino Pereira de Vasconcellos de mentir sobre o posicionamento "liberal" que este julgava ter desde 1847:

> Desde 1847, disse o Sr. Mercellino que pertence às fileiras liberais da província. [diz] que meu pai só para elas desertou de outras fileiras em 1859.

> Fantásticas proposições! Até o ano de 1861, como é notadamente sabido, os dois partidos da província eram unicamente de meras afeições pessoais, distinguindo-se pelos nomes dos respectivos chefes. E é só nesse ano aqui plantou a política liberal e conservadora. Como é, pois que o Sr. Marcellino já em 1847 pertencia às fileiras liberais?[83]

Como se observa, José Marcellino Pereira de Vasconcellos,[84] ao mencionar a data de 1847, usou a retórica para denominar seu antigo grupo e a si mesmo de liberal, pois se posicionou como membro de agremiação liberal desde a consolidação deste partido no Rio de Janeiro. O jogo retórico de Marcellino correspondia a sua expectativa de ser considerado um membro tão antigo e importante quanto os Monjardim.

Como redator de *O Tempo*, primeiro jornal de bandeira liberal na província, Marcellino Vasconcellos publicou pela primeira vez em 1861, na *Tipografia Liberal* instalada na rua Porto dos Padres, nº 6, na capital. Era um periódico composto por quatro páginas, recebia correspondências e admitia assinaturas tanto para a capital, quanto para outras localidades. O periódico circulava às terças e sextas-feiras sob o valor de 12$000 a assinatura ao ano. Curiosamente, a epígrafe com a frase do poeta francês François de Malherbe, "*Le temps est medicin d'heureuse experience. Son remede est tardif, mais il et bien certain*", parece indicar que Marcellino apostava na longa experiência como remédio para os males da política, denotando uma inclinação claramente moderada e conservadora do editor. *O Tempo* marcou a entrada da linguagem liberal e de novos conceitos políticos defendidos pelo partido.

Na linguagem de *O Tempo*, a política provincial foi caracterizada como verdadeiro *absolutismo* e, em outras ocasiões, *despotismo*. Para descrever a política local, José Marcellino de Vasconcellos considerava os liberais redentores do povo capixaba, pois o retirara da servidão que se encontrava antes da existência do partido.[85] Para caracterizar a relação do povo com os líderes políticos da província, Marcellino Vasconcellos utilizava expressões como "servos dos reis da Tunísia e do Marrocos". Em face dessa heróica posição, segundo o redator, os liberais

---

[83] *Jornal da Victória*, nº7- 23/04/1864.
[84] Nascido na capital da província em 1 de outubro de 1821, indivíduo muito famoso por sua ilustração, Marcellino era formado em Direito e, embora não se mencione o local onde fez sua formação, percebe-se uma forte ligação com a província de São Paulo, onde tornou-se membro do Ateneu Paulistano e do Instituto Científico. Também foi membro do Instituto Histórico da Bahia e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, além de possuir o título de Cavalheiro da Ordem de Cristo.
[85] *O Tempo*, n° 42- 10/12/1861

teriam sofrido toda uma sorte de perseguições que, em seu jornal, ele chamava de "inquisição".[86] *O Tempo*, portanto, veiculava uma linguagem que dava aos liberais o lugar de paladinos da Liberdade política da província do Espírito Santo.

A primeira manifestação dos *liberais* da província de acordo com os preceitos do partido Liberal da Corte foi a evocação da *descentralização*. Para pregar a oposição ao poder centralizador, a imprensa liberal manifestou total aversão a algumas leis, em especial à Reforma do Código Criminal ocorrida em 3 de dezembro de 1841. Por meio na análise do periódico *O Tempo*, torna-se bastante evidente que a organização e propagação das ideias liberais no Espírito Santo surgiram do engajamento de José Marcellino de Vasconcellos e, em menor escala, de Francisco Monjardim, chefe do partido.

Ao longo da década de 1860, outros jornais surgiram como veículo dos partidos na província. É o caso de *O Amigo do* Povo, criado em 1863, e o de *O Monarchista*, defensor do partido conservador. O primeiro denunciava a "opressão conservadora" na província sob o comando de Dionísio Resendo, chamando seus correligionários de "candidatos aventureiros" e denunciando os atos violentos das eleições daquele ano.[87] Os conceitos mais propagandeados pelo *Amigo do Povo* foram *liberdade* e *povo*, utilizados frequentemente de forma conjunta, na tentativa de demosntrar que uma das mais sublimes características de um povo era sua liberdade. Embora o termo *liberdade* não representasse um vocábulo novo no contexto do Império, na província o emprego do termo era característica nova da linguagem política, desde o jornal *A Liga*. Tal construção retórica pretendia, discutindo a liberdade de voto, inaugurar práticas políticas que se distinguissem da política personalista e "autoritária" da primeira metade do século. O conceito de *liberdade*, na imprensa provincial, apoiava-se firmemente nos preceitos da Constituição e, além disso, era usado para manifestar indignação em relação à forma como se realizavam as disputas eleitorais na província. *Povo* e *liberdade*, afinal, eram conceitos tratados nos periódicos nos liames mais conservadores da política, pois se baseavam em noções legais, como as definições constitucionais, e noções gerais, como a consideração de liberdade associada ao exercício do voto.

[86] *O Tempo*, n° 42- 10/12/1861
[87] *O Amigo do povo*, n° 5- 08/08/1863

Acerca do vocabulário utilizado para a denominação dos partidos na década de 1860, identificou-se que *liberais e conservadores* eram as palavras mais utilizadas no período. Há algumas exceções nos periódicos que apontam para o uso dos conceitos simétricos como *cascudos*[88] e *vermelhos,* para designar os *conservadores*.[89] A partir do ano de 1863, o fortalecimento das identidades partidárias tornou-se ainda mais evidente nos jornais. Os indivíduos passaram a se identificar cada vez mais como *Liberais* ou *Conservadores*. Além disso, construíram denominações alternativas como o *Partido Constitucional* para qualificar o partido Conservador.[90]

As linguagens políticas utilizadas pelos partidos não se diferenciavam em vários aspectos. A distinção entre o projeto político defendido pelo partido Liberal e pelo grupo conservador era mínima. Por essa razão, os jornais faziam uso de conceitos muito semelhantes. O conceito de *liberdade*, por exemplo, era empregado por ambos os partidos. Conservadores ou liberais viam nesse termo a oportunidade de demonstrar ao povo sua prerrogativa de escolha política pautada na liberdade e acusavam o partido oposto de propagar o *absolutismo*.

O jornal conservador *O Monarchista*, por exemplo, fazia as mesmas denúncias de seu opositor político sobre as eleições. Os liberais foram acusados pelo periódico, em 1863, de coagir os votantes e modificar o resultado das eleições, sobretudo em paróquias onde a vitória conservadora era dada como certa. O redator reclamava da prisão arbitrária de alguns indivíduos que só foram soltos após concordarem em dar seu voto aos liberais na eleição daquele ano.[91]

Além de focalizarem quase sempre um mesmo tema, as eleições, os dois partidos possuíam outros elementos retóricos comuns, como, por exemplo, a utilização dos conceitos de *anarquia* ou *desordeiros*. Estes vocábulos quase sempre foram utilizados na formulação de uma imagem negativa do partido oposto. Um grupo sempre caracterizava seu opositor como *desordeiro* e provocador de *anarquia*. Nenhum dos grupos, contudo, se autodenominava *anarquista* ou se colocava como destruidor da ordem imperial como sinal de resistência à política da Corte. O

---

[88] *O Amigo do Povo*, n° 5- 08/08/1863.
[89] AMARAL, Alex Lombello. *Cascudos e Chimangos: Imprensa e Política em São João del-Rei (1876-1884)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da UFJF. 2008 (Mimeo).
[90] *O Amigo do Povo*, n° 5- 08/08/1863.
[91] *O Monarchista,* nº 3- 20/09/1863.

que se percebe é que os dois partidos abominavam a *desordem* na capital, o que fez do termo *ordem*[92] um dos mais recorrentes nos jornais de Vitória como recurso na disputa política.

A unidade política e a estabilidade da monarquia também eram matérias recorrentes nos periódicos da província. Tal discussão era feita, sobretudo, a partir da divulgação e dos vocábulos *pátria* e *nação*.[93] Os conservadores, ao mesmo tempo, chamavam a atenção para o fato de que quanto mais as bandeiras partidárias divergiam, mais próximos estariam do fim da unidade imperial. Embora a década de 1860 marque no Espírito Santo o surgimento de imprensa de oposição, o discurso político mantinha-se vinculado à ideia de ordem e conservação. As linguagens e os argumentos retóricos, porém, não foram similares em toda a província. O equilíbrio entre as linguagens dos partidos da capital precisa ser problematizado ao ser comparado com o vocabulário político divulgado no sul da província. É necessário, em especial, verificar a dinâmica partidária desta região, a fim de não transpor as ocorrências do centro para toda a província.

1.3.2 A linguagem que veio do Sul

É necessário certo cuidado ao desenvolver a trajetória dos partidos políticos provinciais, pois o ato de transferir embates políticos da capital para toda a província anularia os conflitos que emergiam em diversas localidades do Espírito Santo. No entanto, não pretendemos demonstrar total divergência entre os dois polos, mas direcionar a algumas possíveis distinções que culminaram nos desdobramentos políticos da crise da monarquia.

No sul, mais precisamente em Itapemirim, os jornais mostram que, enquanto em Vitória estavam em cena os *Dionisianos* e *Capichabas*, ali concorriam os grupos rivais *Macucos* e *Arraias*.[94] Nota-se que não somente a denominação era diferente, mas também os líderes das facções não eram os mesmos da capital. O grupo político dos *Macucos* era chefiado pelo fazendeiro coronel João Gomes Bittencourt, enquanto as *Arraias* possuíam como líder político

[92] *O Monarchista,* nº 3- 20/09/1863.
[93] *O Monarchista*, nº 3- 06/09/1863.
[94] *O Estandarte*, n°17-26/07/1868.

o poderoso Joaquim Marcellino da Silva Lima, o futuro barão de Itapemirim.[95] No entanto, nos parece que a condução da política no sul da província segundo interesses pessoais se prolongou um pouco mais do que na capital, pois somente em 1863 surgiram os *liberais* e *conservadores* naquela região:

> Antes que em Itapemirm aparecessem os partidos Conservador e Liberal, quando dominavam os partidos pessoais de Coronel João Gomes, e do Barão de Itapemirim denominados Macucos e Arraias [...] Pouco e pouco foi germinando as idéias políticas, os antigos grupos foram se desfazendo, até que em 1863, banidas as mesquinhas dividas, foram hasteadas as bandeiras constitucionais- conservadora e liberal.[96]

De acordo com as fontes, a tônica do debate político se modificou em 1863, momento em que as personalidades políticas do sul passam a se chamar liberais ou conservadores. A transição para a denominação dos partidos monárquicos certamente foi motivada por interesses eleitorais na província, ou até mesmo pela necessidade de adequação às agremiações da capital para que os homens do sul entrassem no jogo político local.

Os componentes do grupo de João Gomes Bittencourt assumiram a bandeira conservadora, enquanto os antigos *Arraias*, antes liderados pelo futuro barão de Itapemirim, se posicionaram como os liberais do sul, desde então chefiados pelo genro do barão, Joaquim Antônio de Oliveira Seabra. Dificilmente as facções teriam desaparecido de forma tão rápida e dado origem aos partidos sem nenhuma correlação com ideais ou projetos políticos. O surgimento repentino pode representar a ausência de enraizamento ideológico dentro dos partidos no momento de sua criação, o que propõe alguns questionamentos, como, por exemplo, o quanto o grupo das *Arraias* possuía da política *liberal*, assim como nos perguntamos sobre quais ideias políticas conservadoras ganharam a simpatia dos *Macucos*.

Existem ainda outras possibilidades. A principal é de que os grupos do sul definiram-se em liberais e conservadores em consonância com seus aliados da capital capixaba. Por outro lado, não se pode desconsiderar a autonomia das relações políticas na região, pois os *Arraias*

---

[95] A disputa entre os dois líderes demonstrou-se também na época em que o imperador visitou a província. Indagava-se sobre o local de hospedagem de Pedro II que, caso escolhesse um dos coronéis, iniciaria ali uma disputa de egos entre os grupos inimigos. A disputa logo foi abafada, pois o imperador resolveu passar a noite no sobrado que pertencia a José Tavares de Brum e Silva. Passada visita do imperador, *Arraias* e os *Macucos* continuaram a concorrência política. Além disso, o barão de Itapemirim faleceu neste mesmo período, o que acabou influenciando as divisões políticas locais.

[96] *O Estandarte,* n° 17-26/07/1868.

chegavam a admitir que acompanharam seus aliados da Corte, empurrando seus adversários, os *Macucos*, para o partido conservador.

A distinção entre projetos políticos na região sul da província passou a ser vista a partir do ano de 1867. Tais diferenças, contudo, demarcaram-se, sobretudo, com a entrada de novos membros na elite política e intelectual vindos de fora da província. Os dois principais redatores da região sul, Clímaco Barbosa de Oliveira e Basilio de Carvalho Daemon, eram membros ativos em seus partidos. Clímaco havia chegado há pouco tempo da Corte, de onde trouxe uma identidade liberal consolidada, enquanto Daemon era um conservador convicto, também com ideias políticas muito definidas desde o tempo em que residia no Rio de Janeiro.

O grupo identificado como *liberais* no sul da província exibia perfil social variado. As listas de membros do partido publicadas nos jornais indicam que o grupo liberal do sul era composto, como na Corte, por comerciantes, profissionais liberais, bacharéis, mas também por grandes latifundiários da região. O partido contava com a presença de políticos e redatores locais, entre os quais estavam Clímaco Barbosa de Oliveira, redator da *Sentinella do Sul*, e Joaquim Pires de Amorim, responsável pelo jornal *O Cidadão*. O primeiro, natural da Bahia, se bacharelou na Faculdade de medicina do Rio de Janeiro. Foi na Corte, porém, que se iniciou na política.[97]

Quando chegou ao Espírito Santo, na década de 1860, Clímaco Barbosa chocou-se com um partido Liberal de ideias bem mais moderadas do que suas propostas políticas.[98] O médico acabou por se tornar singular no seio do partido Liberal da província, pois divulgava, tanto em seu jornal como na Assembleia provincial, na qualidade de Deputado, ideias exaltadas que eram defendidas pelos liberais em 1868 e 1869, durante a formação do Clube Radical na Corte. Essas ideias, contudo, não conquistaram a opinião dos liberais capixabas.

Joaquim Pires de Amorim, Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, também pode ser caracterizado como figura à parte na política provincial por defender as ideias liberais junto à Clímaco Barbosa na Assembleia Provincial, sobretudo no que se referia à educação e progresso

---

[97] No Rio de Janeiro publicou a obra *Tristes e Íntimas: Poesias*, em 1863; em 29 de agosto de 1864, apresentou sua tese *A albuminúria*, a fim de obter o grau de doutor em medicina. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. 7 vs Rio de Janeiro:Conselho Federal de Cultura, 1970. (1827-1903).

[98] Entre os debates de Clímaco Barbosa na Assembleia e nos jornais, destaco a reforma da Instrução Pública e, sobretudo, a educação feminina; as discussões sobre federalismo; e o Radicalismo baseado nas ideias de Jules Simon.

na província. Natural de Passo de Veromar, na Freguesia de Santiago de Amorim, em Portugal, Pires de Amorim residiu algum tempo no Rio de Janeiro quando chegou ao Brasil, mas, posteriormente, adquiriu a Fazenda Boa Esperança no sul do Espírito Santo.[99]

O partido Conservador do Sul, diferentemente do Partido Liberal, possuía maior homogeneidade social. A maioria de seus membros eram grandes fazendeiros, comerciantes, membros da Guarda Nacional e alguns militares. Dentre eles, podemos citar o fazendeiro Francisco Xavier Monteiro da Gama e Francisco Salles Ferreira Junior. Os Monteiro da Gama, cuja família descendia da união de Francisco Monteiro da Gama e Henriqueta de Souza Rios, filha de Bernardino Ferreira Rios, rico negociante mineiro, possuíam grande força política na região sul. Além do prestígio econômico que era proveniente de sua fazenda, a Monte Líbano, Monteiro da Gama acumulou importância política na região.

Apesar da diferença do perfil social de cada partido, o discurso político era muito semelhante. As questões pessoais prevaleciam nos debates reproduzidos pela imprensa, embora se encontre com frequência remissão às discussões políticas da Corte. No sul da província do Espírito Santo, a linguagem política conservadora foi bastante difundida no jornal *O Estandarte*, redigido por Basílio de Carvalho Daemon. O periódico veiculou intensa crítica dos conservadores capixabas à política progressista e, sobretudo, a Zacarias de Góes e Vasconcellos.[100] Diferente do discurso da capital da província, a crítica à política progressista exibida pelo periódico estava muito mais relacionada aos fatos ocorridos na Corte do que no Espírito Santo. Daemon advertia, em seu jornal, que a política progressista levou à crise de identidade dos grupos políticos da Corte.

---

[99] AMORIM, Joaquim Pires. *Um dos primeiros habitantes de Cachoeiro.* 2. ed. - Cachoeiro de Itapemirim: TIP. Vitoria, 1966. p. 7.

[100] Em 1866, quando se iniciou o último gabinete progressista na Corte, presidido por Zacarias de Góes, as turbulências políticas forjaram nova situação partidária. A alternância entre os partidos na Corte como medida de estabilidade política gerou fissuras dentro dos próprios partidos. A situação enfraqueceria o partido Liberal, justificando a volta dos conservadores ao poder. Para Nabuco, a própria posição de Zacarias dentro dos debates dificultava a aprovação de muitas mudanças e de reformas constitucionais, principalmente no que referia ao sistema eleitoral no Império. Os *progressistas* já demonstravam falta de coesão, principalmente por parte dos *liberais históricos*, que defenderam inúmeras reformas políticas e passaram a elaborar um projeto político mais substancial, culminando no radicalismo visto em 1869. Os conservadores, no entanto, criticavam a política progressista por meio dos jornais, e ainda, mesmo após subirem ao poder em 1868, acusavam os liberais pela situação pela qual passava o país naquele momento.

Para o redator d'*O Estandarte*, a política progressista era o principal fator que levava o Império à crise. Os progressistas eram denominados naquele noticioso como políticos prepotentes e "alugados", pois não era aceitável que conservadores e liberais se misturassem num mesmo partido.[101] A linguagem do jornal objetivou destruir moralmente a imagem de Zacarias como chefe do gabinete, acusando-o de mudar seu posicionamento de acordo com interesses próprios ou por ordens de Pedro II. Zacarias recebeu, inclusive, o epíteto de "boneco de molas".

Assim como em todo o Império brasileiro, a visão da imprensa conservadora sobre o *progressismo* era totalmente negativa. As *Cartas de Erasmo,*[102] por exemplo, foram publicadas por José de Alencar para, entre outros objetivos, fundamentar a defesa de uma urgente restauração das forças dos partidos Liberal e Conservador, enfraquecidos pela política de conciliação e pela política progressista. A dinâmica política do final da década de 1860 era caracterizada como *anarquista* e, curiosamente, como um ato de *retrocesso*, num claro jogo semântico.[103] Alguns artigos do periódico *O Estandarte* utilizavam uma retórica inflamada ao denunciar a situação de apatia dos deputados provinciais frente à crise ministerial na Corte. A censura à Assembleia Provincial era feita, em sua maioria, por meio de textos de caráter profético, pois codinomes atribuídos aos textos eram nomes de profetas, como, por exemplo, Samuel.[104]

> Sonho ou visão?
> Eu vi uma Assembléia Provincial composta de deputados mudos. Vi cada um deles de boca aberta quase a dormir sem saber o que havia a tratar. Vi mais como alugados de uma facção repelida por todo país, apoiarem os mais absurdos projetos daqueles que tem o olho aberto para fazerem progredir o progresso da barriga. Vi mais uma Santa Linguiça apresentar um relatório de factura mista e a caterva dos asnáticos acharem que deviam concordar com todas as estilícias aí escritas. [...] Vi mais levantar-se os agiotas progressistas e darem muitos apoiados pela lembrança da Santa Linguiça em formar uma linha de paquetes com o título: Economia dos Desperdícios. Vi mais fechar-se a Assembléia e ficar tudo no mesmo ser. E então eu acordei do lethargo.
> Samuel

Os textos escatológicos exibiam "visões futuras" sobre a Assembleia Provincial e a situação política da província. Empregavam a ironia para evidenciar a ausência de discussão no legislativo e a falta de engajamento político por parte dos liberais locais, que se tornavam

---

[101] *O Estandarte*, nº 3- 19/04/1868
[102] ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo / José de Alencar*. Organizado por José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: ABL, 2009.
[103] *O Estandarte*, n° 3- 19/04/1868.
[104] *O Estandarte*, n° 2- 12/04/1868.

"agiotas progressistas", pois, segundo Daemon, privilegiavam seus interesses pessoais em detrimento da ordem do Império.

Por outro lado, os conservadores do sul capixaba defendiam ardorosamente o Poder Moderador, utilizando-se das ideias de Benjamim Constant. Este poder era capaz, segundo a defesa conservadora, de manter a ordem e apartar a monarquia de *oligarquias* e *anarquias*. Já conceitos como o de *liberdade*, na retórica conservadora, assemelhavam-se muito aos sentidos atribuídos pelos liberais, pois relacionavam a *liberdade* aos limites de poder: "[...] Ou leva a liberdade a um declínio perigoso, e chega ao abismo medonho da anarquia de 1793 em França; ou conduz a autoridade por um caminho opressor, até que dela faz o despotismo do primeiro Napoleão"[105]

A liberdade, portanto, na visão de *O Estandarte*, deveria caminhar junto com a *autoridade*, a fim de não gerar despotismo e anarquia. Novamente a questão dos limites sobre a liberdade foi empregada em jornais da província, compactuando com uma política de cunho moderado.

Outro aspecto importante da linguagem empregada por *O Estandarte* é a caracterização do Império como governo misto. Haveria três qualificações de poder: primeiramente, a *monarquia*, representada pelo Imperador; em segundo lugar, a *aristocracia*, da qual faziam parte o Senado e os cortesãos, e por último, a *democracia*, caracterizada pela Câmara dos deputados. Mas era da *democracia*, contudo, que se originava o *povo*, que, por meio da representação, exercia sua legítima forma de poder no Império.[106]

No sul da província do Espírito Santo, enquanto a linguagem conservadora assumiu aspecto uniforme por meio das publicações de Daemon, que deu voz ao partido, o posicionamento liberal não pode ser analisado de forma homogênea. Durante os anos finais da década de 1860, os representantes liberais na Assembleia Provincial diferiam, como já dito, da linguagem política Liberal propagada por Clímaco Barbosa, que também utilizava sua folha para criticar os liberais progressistas. A *Sentinella do Sul* destacava a necessidade da volta dos liberais aos seus preceitos anteriores, momentos antes da Conciliação e do progressismo:

> Obreiros desta seita sagrada chamada liberalismo, é tempo de sairdes de vossas tendas para receber a remuneração de vosso trabalho. [...] a caravana

[105] *O Estandarte*, n° 14- 14/07/1868.
[106] *O Estandarte*, n° 14- 14/07/1868.

> dos filhos da liberdade levantou pousada e há de no caminho de seus deleitos colher novas vitórias.[107]

Clímaco pregava em seu jornal uma concepção de liberdade bem mais ampla que os adversários conservadores e, até mesmo, mais intensa do que a que era divulgada pelos liberais da capital da província. Na luta contra o alijamento político após a queda do gabinete, o redator fez um importante "lance" empregando em seu jogo retórico a discussão de direitos civis, políticos e, sobretudo, a *cidadania* por meio do exercício do voto:

> O direito político de todo cidadão é uma arma que ele pode manusear em defesa de uma ideia, e não em defesa de interesses particulares.[...] É na praça pública, diante das urnas, no juiz, na manutenção de seus direitos, no cumprimento de seus deveres, na igualdade perante a lei, que o homem pode dizer - Sou homem, sou cidadão.[108]

Em seu jornal, Clímaco novamente chama atenção para a necessidade da utilização dos direitos políticos em prol de causas coletivas, e não por interesses pessoais. Além disso, caracteriza o que entende por *cidadão* como aquele que exerce seu direito de votar e cumpre seus deveres. As ideias de Clímaco, no entanto, não podem ser caracterizadas como o ideal geral do partido, mas sim uma voz isolada.

Como se viu, a linguagem moderada dominava os grupos liberal e conservador do sul capixaba. Não significa, porém, que não houvesse voz discordante. Como se procurou demonstrar, o médico Clímaco Barbosa, por meio da *Sentinella do Sul*, inoculou ideias mais radicalmente liberais. Os conceitos principais, porém, giravam em torno das identidades partidárias, que tentavam delimitar os marcos de suas diferenças. Consolidavam-se, com efeito, as distinções em torno de certas noções representativas de liberais e conservadores como *ordem* e *anarquia*. Embora Clímaco Barbosa assumisse posicionamento mais radical nesse campo semântico, os dois partidos, sobretudo na imprensa, buscaram se caracterizar como bastião da *ordem*.

1.4 CONCLUSÃO

As publicações periódicas no sul da Província eram dirigidas por dois redatores que não eram naturais do Espírito Santo. Tal fato talvez possa explicar o maior engajamento destes jornais

[107] *Sentinella do Sul*, nº 6- 29/09/1867.
[108] *Sentinella do Sul*, nº 6- 29/09/1867.

com os ideais políticos de liberais e conservadores da Corte, indicando identidades partidárias muito mais definidas. No entanto, é necessário considerar que o aparato ideológico dos partidos no Império, naquele período, não possuía conteúdos de total oposição. De acordo com Marcello Basile,[109] o conceito de *conservadorismo* diz respeito ao confronto com aspectos do liberalismo burguês, dentre eles, o mais importante seria a ideia de *progresso*. Embora sejam divergentes, é necessário destacar que *liberalismo* e *conservadorismo* não devem ser pensados como ideais totalmente dicotômicos, mesmo porque o conservadorismo se mostrou uma vertente do liberalismo. Como assinala Lucia Paschoal Guimarães, [110] os postulados do liberalismo acabaram tomando diferentes formas na América Portuguesa. O discurso liberal no Brasil, sobretudo no século XIX, foi em alguns aspectos "revolucionário" quando defendia a emancipação política e a destruição de algumas instituições político-administrativas, mas ao mesmo tempo, foi também "conservador", quando pretendia manter a ordem interna.

No contexto da Corte, por exemplo, a principal diferença entre os partidos se dava sobre a centralização administrativa e o Poder Moderador. Apesar do pouco antagonismo ideológico entre conservadores e liberais, pode-se afirmar que as divergências sustentavam o debate partidário do período. A constituição das diferenças ocorreu centrada na noção de *ordem*.

É curioso, contudo, que a nova linguagem precisou abandonar a confortável posição moderada e, na década de 1870, floresceu na Província vocabulário fortemente crítico da monarquia. As novas formulações sugerem certa transformação no seio da elite provincial, com a entrada de novos atores no processo político, especialmente na direção da imprensa periódica. É necessário, neste sentido, analisar as mudanças empreendidas pela elite intelectual do período por meio dos novos jornais e da criação de espaços de discussão política, a fim de caracterizar a recepção de nova linguagem e das ideias republicanas que, nesse período, já movimentavam os grupos políticos e a imprensa em várias localidades do Império.

---

[109] BASILE, Marcello Otávio. Conservadorismo no Brasil Império. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MEDEIROS, Sabrina Evangelista e VIANNA, Alexander Martins (Orgs). *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p.101.

[110]GUIMARÃES, Lucia Maria Pachoal. Liberalismo Moderado: Postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In GUIMARÃES, Lucia M. Paschoal (org.), PRADO, Maria Emilia Prado (org.). *O Liberalismo no Brasil Imperial*: origens, conceitos e prática. PEIXOTO, Antônio Carlos [et al.]. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001. p.104.

2. A *ORDEM* AMEAÇADA: O PROGRESSO E AS NOVAS PRÁTICAS POLÍTICAS EM 1870

> Os tempos estão mudados! Reina a anarquia em lugar da ordem".[111]
>
> Unamo-nos, pois, conservadores e liberais históricos, e trabalhemos para um único fim – a estabilidade de nossas instituições, ameaçadas. [...] Salvemos a pátria em perigo enquanto é tempo [...].
>
> Daemon.[112]

A partir da ampliação da imprensa política no Espírito Santo em meados de 1860, identifica-se o início da transição da linguagem política monarquista baseada na *ordem* para o novo contexto linguístico, fundado em princípios como *futuro*, *progresso, democracia*, *razão* e *ciência*.[113] Diante disso, este capítulo busca descrever a nova cultura política forjada a partir de 1870, com linguagens e projetos políticos que iam além da dualidade entre Liberais e Conservadores e, inclusive, provocava o acirramento do antirrepublicanismo por parte dos defensores da ordem monárquica. Objetiva-se também, neste sentido, identificar os locais e meios possíveis de discussão política e crítica ao Império na província, levando em consideração a ausência de um partido republicano durante a década de 1870.

Embora tenha ocorrido, no decênio de 1860, uma intensa produção intelectual que questionou e discutiu os problemas sociais e políticos do Império,[114] foi apenas na década de 1870 que o debate sobre a crise do regime imperial tomou fôlego, assim como a questão escravista e religiosa. As discussões na imprensa, nos livros e nos espaços de sociabilidade foram baseadas em um "bando de ideias novas", como destacou Silvio Romero.[115] Por meio de correntes como evolucionismo, determinismo positivismo e cientificismo, atores políticos passaram a elaborar

---

[111] *O Espírito Santense*, n° 50- 21/06/1879.
[112] *O Espírito Santense*, n° 67- 20/08/1879.
[113] É necessário salientar que não se trata já neste momento de uma cultura política republicana. A linguagem "democrática" se torna base para a recepção das ideias de república surgidas posteriormente na província.
[114] Como assinala José Murilo de Carvalho, a década de 1860 se mostrou rica em produção política. Exemplo de obras deste tipo foram as escritas por Tavares Bastos e Vinsconde do Uruguai. CARVALHO, 2007, p. 375.
[115] A expressão empregada por Silvio Romero sobre o "bando de ideias novas" encontra-se no texto "Explicações indispensáveis", prefácio da obra *Vários Escritos,* de Tobias Barreto. BARRETO, Tobias. *Vários Escritos*. Aracaju. Ed. Do Estado de Sergipe, 1926.

soluções para os problemas enfrentados pelo Império.[116] O movimento promovido por um grupo de intelectuais em torno da faculdade de Recife destacou nomes como Tobias Barreto e Silvio Romero, que, baseados nas novas teorias, colocaram em questão uma nova forma de interpretar a cultura brasileira:

> Enquanto no Rio de Janeiro os espíritos se diluíam nas divagações das Cartas de Erasmo, a mocidade do Recife fremia sob o impulso das tentações republicanas, democráticas, abolicionistas, patrióticas. A expressão desse aspirar tumultuário e intenso era natural que, em almas juvenis, se manifestasse pela Poesia e mais natural ainda era que ela tomasse o tom e a coloração dos grandes mestres que no tempo falavam mais alto aos instintos generosos do coração francez, Vitor Hugo e Edgar Quinet.[117]

Este movimento foi alvo de diversas interpretações no campo literário, histórico e sociológico. José Veríssimo[118], por exemplo, contesta a existência real da Escola do Recife. O autor aponta que a influência das novas ideias se deu apenas no grupo dos discípulos de Tobias Barreto, concentrando-se somente na região norte do país. Na visão de João da Cruz Costa,[119] a atuação da Escola de Recife na década de 1870 traduziu-se no primeiro movimento intelectual que ultrapassou a discussão superficial da teologia e da metafísica que era ensinada nos colégios da época.

Em estudo sobre o mesmo período, Lilia Schwarcs identificou que o evolucionismo tornou-se o principal eixo temático nos Institutos Históricos e no Museu Nacional na tentativa de explicar o atraso do país pela mestiçagem, elaborando então as devidas soluções para que se alcançasse o progresso e a civilização. Em trabalhos mais recentes, como a vigorosa contribuição de Angela Alonso[120] sobre a geração de 70, há a proposta de uma análise em que as ideias e as práticas deste grupo de intelectuais são vistas de forma intrínseca, destacando que os textos produzidos pelo grupo complementam as formas de ação. Para Alonso, estes intelectuais se concentraram na discussão de temas sobre a reforma da ordem sociopolítica colonial, com foco na escravidão e na monarquia.

---

[116] Na opinião de José Murilo de Carvalho, as "novas ideias" da década de 1870 concentraram-se muito mais em questões econômicas, sociais e filosóficas, do que propriamente nas discussões políticas. CARVALHO, 2007, p. 389.
[117] ROMERO, Sílvio. *Provocações e Debates: Contribuições para o estudo do Brasil*. Porto: Imprensa Moderna, 1908. p. 351.
[118] VERISSIMO, José. *História da Literatura brasileira*. São Paulo: Letras e Letras, 1998.
[119] COSTA, João Cruz. *Contribuição a História das idéias no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967. p. 151
[120] ALONSO, Angela. Apropriação de Idéias no Segundo Reinado. In: Grinberg, Keila; Salles, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial. Volume III (1870-1889).* 1 ed. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 3, p. 89.

O contexto político daquela década foi marcado pelo 25° Gabinete do Império, criado em 1871. José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, se empenhou na composição de um gabinete homogêneo. Foi uma fase de equilíbrio político que perdurou até 1875. Mesmo com a aparente tranquilidade, a estabilidade do gabinete já estava sendo minada desde seu início, principalmente porque fermentava uma oposição ao governo que ultrapassava a simples acomodação de forças políticas.

A esta altura, na Corte, a ala mais extrema do partido Liberal, os chamados *liberais Radicais*, não acreditava que as reformas propostas pelo grupo pudessem ser estabelecidas dentro do regime monárquico.[121]Após a publicação do Manifesto Republicano pelos radicais, em 1870, várias províncias demonstraram adesão à causa. Formou-se forte núcleo do Partido Republicano em São Paulo. Não há indícios que o Clube Radical tenha atuado de maneira profícua na província do Espírito Santo. O Radicalismo foi apenas uma semente que não adquiriu adeptos na Assembleia Provincial quando propagandeado pelo deputado Clímaco Barbosa. O debate político tanto no parlamento provincial, como também nos jornais, ainda se limitava às divergências entre *liberais* e *conservadores*.

Enquanto isso, na Corte, como enfatizado por Nabuco,[122] o ponto mais importante de adesão às ideias republicanas foi a desagregação dos liberais, que logo contaminou também os Conservadores. O risco era que a oposição se tornasse uma facção diante da crescente simpatia republicana dentro do grupo Liberal.[123] Diante do contexto exposto, cumpre identificar o posicionamento da província do Espírito Santo durante essa década, indicando de que forma as discussões propostas pela Geração de 70, e o início da ideia de República na Corte ecoaram na província que há pouco havia iniciado a definição de seus grupos partidários. É necessário, neste sentido, reconfigurar os significados da ação política dos grupos locais por meio da linguagem e do vocabulário divulgado, caracterizando modificações na cultura política provincial, destacando novos espaços de debate e novas práticas políticas.

---

[121] CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. *Varia hist.* [online], 2011, vol. 27, n. 45, p. 145.
[122] NABUCO, Joaquim. Um Estadista no Império. In MELLO, Evaldo cabral de (Org. e Intr.). *Essencial Joaquim Nabuco.* São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 462.
[123] NABUCO, 2010.

As décadas finais do Império foram, como já dito, período profícuo de embate entre diversas correntes de pensamento. De acordo com a caracterização feita por Roque Spencer de Barros, essa geração de intelectuais foi marcada pelo confronto entre três matrizes distintas: a mentalidade *católico-conservadora*, a *cientificista* e a *liberal*. Nesse processo, algumas instituições foram responsáveis pela interlocução de ideias que combatiam a ordem imperial. Enquanto a maçonaria estava ligada à corrente liberal, a Igreja Católica era identificada ao pensamento conservador.[124]

Na segunda metade do Oitocentos, a Igreja Católica foi alvo de uma discussão de fôlego que ganhou o debate nas ruas e nos impressos no Brasil imperial. O catolicismo, um dos grandes pilares da monarquia, promoveu a reorganização interna do Clero, seguindo tendência internacional. A chamada romanização visava fortalecer a Igreja em oposição a alguns conceitos em voga como: progresso, liberalismo e racionalismo. Emergia assim a Questão Religiosa, em 1872. Colocaram-se frente a frente a Maçonaria e a Igreja Católica Ultramontana.

Levantando a bandeira da liberdade de consciência, políticos e pensadores da Maçonaria defendiam a separação entre Igreja e Estado. A maçonaria teve ainda importante atuação no debate da abolição da escravidão e do apoio à República. Dada a centralidade dessas instituições no processo mais abrangente de mudança no Império, voltamos nossa atenção para a ação da maçonaria na província do Espírito Santo. Nosso objetivo é situá-la na discussão de novos conceitos que ultrapassavam a linguagem política liberal e conservadora da época.

2.1. O ESQUADRO E O COMPASSO: A MAÇONARIA NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

[124] BARATA, Alexandre Mansur. A Maçonaria e a Ilustração brasileira. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 1994. p. 79.

De acordo com Jürgen Habermas[125]e Reinhart Koselleck,[126] as maçonarias foram ambientes importantes na formação do espaço público moderno, pois constituíram, como afirmou Marco Morel, locais onde se davam as discussões políticas fora do controle das monarquias absolutistas, e lugares de exercício do pensamento crítico.[127] A atuação das maçonarias nas revoluções nacionais também foi incisiva na América Espanhola a partir do século XVIII, como assinalou Xavier Guerra.[128] No Brasil, as revoluções e tumultos de 1817 deram base à ação repressiva às associações secretas, sobretudo, a Maçonaria. Ao citar o processo de reorganização da Maçonaria no Brasil, Alexandre Mansur Barata[129] destaca o clima de efervescência política, durante a década de 1820, na discussão constitucionalista que deu base ao novo período vivido pelos maçons no Império.

No Espírito Santo, a maçonaria também atuou de forma mais intensa após a década de 1820, mesmo sem a presença de lojas maçônicas. Bazílio Daemon registrou em suas memórias que certo motim da Tropa de Linha, ocorrido em 14 de julho de 1821,[130] teria sido motivado pela vinda do coronel Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho, do Rio de Janeiro. Souza Coutinho, nas palavras de Daemon, era membro da Loja Distintiva, maçonaria republicana de Niterói, e chegou a Vitória com o objetivo de instaurar um inquérito sobre a Tropa de Linha. Segundo Christiano Fraga, o coronel teria sido enviado pelo maçom José Bonifácio, que visava a instauração do inquérito como pretexto para que Souza Coutinho viesse ao Espírito Santo propagandear e "aliciar" os espírito-santenses para a causa da Independência. Em seu depoimento sobre a manifestação da Tropa, o tenente-coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro insinuou que o coronel Souza Coutinho falava de D. João VI com muito pouco respeito, e dizia ao povo do Espírito Santo que eles não eram mais vassalos, mas sim um grupo de cidadãos livres.[131]

---

[125] HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
[126] KOSELLECK, Reinhan. *Le règne de la critique*. Paris: GalJimard, 1979. Apud MOREL, Marco. Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das Maçonarias da primeira metade do século XIX. *Revista Estudos Históricos*, vol. 2, n. 28, 2001.
[127] MOREL, Marco. Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das Maçonarias da primeira metade do século XIX. *Revista Estudos Históricos*, vol. 2, n. 28, 2001.
[128] GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independencias – ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Mapfre, 1992.
[129]BARATA, 1994, p. 211.
[130]DAEMON, 1975, p. 304.
[131] FRAGA, Christiano Woelffel. *A Maçonaria no Espírito Santo*.Vitória: [s.n.], 1995. p. 23.

Em 1822, a maçonaria no Brasil contou com a criação de uma nova obediência, o Grande Oriente Brasílico ou do Brasil. A modificação centrou-se não somente na reestruturação das ações do grupo, como também na organização de sua liderança. Além disso, de acordo com Alexandre Barata, questões de ordem interna e externa passaram a movimentar as discussões políticas, constituindo-se as lojas como espaço dedicado à formação de *opinião pública*.[132] A atuação da maçonaria no interior da política oitocentista se mostrou ainda mais intensa durante o processo que levou à Independência do Brasil.[133] Os caminhos que deveriam ser seguidos para que se chegasse à emancipação foram amplamente debatidos por jornais cujos redatores eram ligados à Maçonaria, como, por exemplo, Joaquim Gonçalves Ledo[134] e Hipólito José da Costa.

A ata de realização da 15ª sessão do Grande Oriente no Rio de Janeiro ocorrida em 14 de setembro de 1822[135] propôs aos irmãos que se dirigissem às províncias como emissários encarregados de propagar a aclamação do "Augusto Defensor Rei Constitucional do Brasil", não deixando também que nenhuma corporação civil retirasse da Maçonaria este ato de glória. A atuação maçônica foi de fato incisiva diante do contexto de emancipação política, como também das revoltas da Tropa de Linha.

Segundo José Teixeira de Oliveira,[136] o Grande Oriente do Brasil enviou ao Espírito Santo o ouvidor Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, capixaba de nascimento e membro de importante família local. Ele conseguiu apaziguar os ânimos e, além de propagandear a causa da Independência, aproveitou a oportunidade para esclarecer aos membros da Junta quais eram os reais objetivos do movimento. O efeito da visita, segundo José Teixeira de Oliveira, foi o encerramento das manifestações de adesão a D. João.

Pode-se, com efeito, afirmar a influência da Maçonaria, por meio até de maçons capixabas, na consolidação do movimento de independência na província do Espírito Santo. No entanto, a

---

[132] Os conceitos de "opinião pública" e "espaços públicos" são entendidos aqui de acordo com as concepções de GUERRA, François-Xavier; LEMPERIERE, Annick (org.) *Los espacios públicos en Iberoamérica*: Ambiguedades y problemas. Siglos XVIII–XIX. México: Fondo de Cultura Económica / Centro Francés de Estúdios Mexicanos y Centroamericanos, 1998.
[133] BARATA, *op.* cit., p. 213
[134]VIANNA, Jorge Vinícius Monteiro. Imaginando a nação: o vocabulário político da imprensa fluminense no processo de Independência do Brasil (1821-1824). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da UFRRJ, 2011.
[135] A Ata foi transcrita por Christiano Fraga em seu livro sobre a Loja União e Progresso. p. 23.
[136] OLIVEIRA, 1975, p. 302.

primeira maçonaria, de acordo com Christiano Fraga, teria sido fundada em Vitória somente em 1832, com o nome de *Loja Beneficência*. Sua vida, porém, foi muito curta. A mesma loja teria sido restabelecida em 1862, mas novamente logo cessou suas atividades.[137] A consolidação da Maçonaria na província só ocorreu no momento de crise do Império, fato que requer maior atenção e problematização.

A primeira loja Maçônica de grande atuação local foi criada em solo capixaba em 1872, denominada União e Progresso. A formação da loja teve a participação de membros *conservadores*, como o engenheiro Miguel Maria de Noronha Feital, Dr. Heliodoro José da Silva e o capitão Basílio Carvalho Daemon. A instalação contou ainda com a ajuda de outros políticos, como o coronel Dionísio Rosendo.[138] O contexto no qual se insere a criação da maçonaria da província foi repleto de rupturas dentro da própria instituição na Corte, onde o Grande Oriente do Brasil acabou se dividindo. De um lado, surgiu o Grande oriente do Brasil da rua dos Beneditinos, e, de outro, o Grande Oriente do Brasil da rua do Lavradio. A obediência da rua do Lavradio estava sob a direção do Visconde de Cairu,[139] e a dos Beneditinos sob a liderança do grão-mestre Joaquim Saldanha Marinho.

A loja União e Progresso, instalada no Espírito Santo, vinculava-se à obediência da rua do Lavradio, mas, segundo Daemon, alguns membros passaram a pertencer a dos Benditinos por conta de "ambições mal cabidas e intrigas".[140] As intrigas citadas por Daemon se referem ao descontentamento por parte dos irmãos da União e Progresso com relação ao Grande Oriente do Lavradio. Segundo as atas da loja, após a instalação da maçonaria em Vitória, o Grande Oriente do Lavradio não havia dado a assistência devida e os membros não teriam recebido seus diplomas até o ano de 1873.

Além disso, os conflitos internos também demonstram que Miguel Feital se retirou da loja e viajou para a Corte sem prestar contas das finanças daquela instituição. Ou seja, dois problemas eram evidentes logo no início da trajetória da *Ordem e Progresso*. Um se referia a sua precária situação financeira e o outro era o descaso do Lavradio com relação aos irmãos de Vitória. Toda

[137] FRAGA, 1995, p. 24.
[138] DAEMON, 1879.
[139] Filho do primeiro Visconde de Cairu.
[140] DAEMON,1879.

a situação motivou grande reviravolta na maçonaria capixaba, fato narrado por Tito Machado no relatório de março de 1875, na ocasião da posse da nova diretoria.[141]

O documento pode ser considerado relevante para a história da maçonaria no Espírito Santo, pois esclarece alguns possíveis motivos que levaram à troca da obediência para a dos beneditinos. O documento exibe linguagem política diferenciada, pois o relator, Tito Machado, se empenhou em utilizar um jogo retórico que justificasse para os demais irmãos a desvinculação da Grande Oriente no Lavradio, indicando o mau funcionamento da escola e da biblioteca fundada pela ordem, além das dificuldades financeiras pelas quais passavam durante aquela administração.

Tito relatou que, após perceberem a falta de legitimidade do Lavradio em julho de 1874, os irmãos teriam se reunido e discutido a adesão aos Beneditinos. Naquela reunião, contavam-se 71 irmãos e 38 votaram a favor da cisão. Após o juramento com os beneditinos, ocorreram modificações na composição do grupo. Consoante o documento, 15 irmãos se excluíram do grupo, permanecendo com o Lavradio, enquanto dezoito irmãos, aparentemente, foram afastados devido à divergência de ideias.[142] A loja passou a contar com 41 irmãos com residência em Vitória e outros, não identificados, de fora da província. O relatório, que possui parte ilegível, demonstra que a política talvez fosse a maior divergência entre os maçons da *Loja* União e Progresso:

> É que alheia à política, nossa Aug. Loj. Não podia... (papel corroído)...nos preceitos de nossa Subl. Ord., envolver-se na política [...] Não! Outros são seus fins, mais nobre a sua missão, aliás tão felizmente compreendido por nossos irmãos.[143]

De acordo com o testemunho de Tito Machado, a loja não deveria se envolver com discussões da política local. O posicionamento, no entanto, se modificou posteriormente, já que a relação com a Loja dos Beneditinos baseava-se no pensamento de Saldanha Marinho, segundo o qual a Maçonaria deveria se comprometer com os debates políticos. A saída de alguns membros, contudo, desfalcou os cofres da instituição, o que nos faz acreditar que muitos dos que se afastaram eram políticos de grandes posses na cidade de Vitória.

---

[141] Relatório elaborado pelo Secretário Dr. Tito da Silva Machado, por ocasião da posse da nova diretoria no dia 29 de março de 1875. Apud FRAGA, 1995, p. 42 e 43.
[142] FRAGA, 1995, p. 42.
[143] Relatório elaborado pelo Secretário Dr. Tito da Silva Machado, por ocasião da posse da nova diretoria no dia 29 de março de 1875. Apud FRAGA, 1995, p.42 e 43.

2.1.1 A maçonaria e a questão religiosa

> Continua infelizmente a agitar o país a chamada questão religiosa suscitada tão intepestivamente pelos que deveriam ser os primeiros a imitar a doçura de costumes d'Aquele de quem se dizem discípulos, tão maquiavelicamente mantida pelos que para serem o sal da terra, só deviam praticar atos, externar palavras de amor, de consolação e de paz.[...] nos empenhamos por tudo quanto possa concorrer para alívio dos sofrimentos de nossos Ir. e, para purificação da humanidade instruir a moralização das classes menos educadas de sociedade. Nos dará de dia em dia novas forças e vigor para combatermos a hipocrisia, a calúnia, o embuste.[144]

A Loja União e progresso atacou de forma explícita um dos grandes pilares do Império: a Igreja Católica. Na visão dos maçons, os católicos deveriam imitar os bons costumes daquele de quem se dizem discípulos, mas, na verdade, agiam de forma "maquiavélica". A Maçonaria se colocava como combatente da hipocrisia e da calúnia propagadas pelo catolicismo.[145] Os relatórios exibem, além da crítica ao ultramontanismo, a admiração dos irmãos da *Loja* por Joaquim Saldanha Marinho, líder máximo da ordem.[146]

Embora os dois grupos maçônicos – Beneditinos e do Lavradio – partilhassem interesses na Corte,[147] a grande diferença entre eles era Saldanha Marinho. O político e jornalista de ideais republicanos era adepto da corrente da Maçonaria Francesa e não aceitava que a instituição fosse destinada exclusivamente a ação filantrópica. A opção de distanciamento da política manifestada por Tito Machado, da Loja União e Progresso, se modificou a partir do envolvimento com a Grande Oriente dos Beneditinos. Desde então, verificou-se a mobilização política dos maçons na província do Espírito Santo.

De acordo com as indicações de Alexandre Barata,[148] os maçons ligados ao círculo dos Beneditinos vinculavam-se aos ideais de razão, liberdade de consciência e modernidade. Enquanto os do Lavradio eram considerados monarquistas e regalistas. A leitura das atas de sessões maçônicas demonstra que se empregaram frequentemente os conceitos de *progresso* e

---

[144] Relatório elaborado pelo Secretário Dr. Tito da Silva Machado, por ocasião da posse da nova diretoria no dia 29 de março de 1875. Apud FRAGA, 1995, p. 43.
[145] FRAGA, 1995, p. 44.
[146] Relatório elaborado pelo Secretário Dr. Tito da Silva Machado, por ocasião da posse da nova diretoria no dia 29 de março de 1875. Apud FRAGA, 1995, p.44.
[147] Durante os meses de maio a setembro do ano de 1872 as duas obediências maçônicas da Corte tiveram um pequeno momento de união, mas no momento da instalação da loja no Espírito Santo, ocorrida em novembro, os Beneditinos e do Lavradio já estavam novamente divididos.
[148] BARATA, 1994.

virtude,[149] termos ainda muito pouco utilizados com a significação ali difundidos. O conceito de *progresso* divulgado pela maçonaria converteu-se em argumento de oposição ao Império e à vigência das instituições monárquicas. A noção de *virtude* era empregada em condições semelhantes, pois era associada à razão e a ciência.

2.1.2 A maçonaria e a liberdade

O conceito de *liberdade* foi um dos temas mais discutidos na maçonaria. O ideal de liberdade tematizava a linguagem política dos maçons, sobretudo para demonstrar sua ausência no Império. Diversos assuntos estavam incluídos no tema da *liberdade*. A discussão do fim da escravidão no país se configurou, por exemplo, como necessidade para o exercício pleno de liberdade e cidadania. A abolição e a reprovação do comércio de escravos se tornaram, desse modo, tópicos recorrentes nas lojas maçônicas de todo o Império. Em agosto de 1875, o Grande Oriente Unido (beneditinos) proibiu aos seus membros a prática do infame comércio e que negociantes do ramo fossem iniciados na loja. Outro fator interessante foi o decreto de iniciação da instrução de libertos de 1876, estabelecido pelo Grande Oriente, ocupando-se da educação dos ex-cativos.

A abolição também foi tema de discussão da maçonaria na província do Espírito Santo. A concessão de alforrias e a crítica à escravidão ocorriam frequentemente dentro da loja União e Progresso meses após sua instalação em Vitória. Os irmãos manifestavam adesão à causa abolicionista de diversas formas, já que algumas vezes concediam alforria a seus escravos e, em outras, doavam grande quantia de dinheiro para a compra de cartas de liberdade. Em sessão do dia 26 de janeiro de 1882, presidida por Cleto Nunes, foi lida dentro do templo a denúncia de um fato considerado criminoso. Um irmão, Zeferino José Molulo, não havia depositado na tesouraria a quantia de 225 mil réis entregues pelo escravo Maximino. O dinheiro de Maximino constituía-se de suas economias e destinava-se à compra de sua liberdade.[150]

---

[149] Relatório elaborado pelo Secretário Dr. Tito da Silva Machado, por ocasião da posse da nova diretoria no dia 29 de março de 1875. Apud FRAGA, 1995, p.44.
[150] Ata da sessão do dia 26 de janeiro de 1882. Apud FRAGA, 1995, p. 49.

Em 1887, os dirigentes da loja maçônica capixaba propuseram um projeto sobre a urgência de se estabelecer prazo limite para a posse de escravos entre os irmãos da província. A proposta foi analisada pela comissão composta por Cleto Nunes, Delecarliense Alencar Araripe e Francisco de Lima Escobar Araújo. O trio considerou que, diante dos preceitos maçônicos, "a continuação da escravidão é hoje um insulto à dignidade brasileira".[151]

A medida de extinção da posse de escravos dentro do quadro de irmãos já era, naquele momento, assunto recorrente em algumas lojas, como, por exemplo, a loja Ganganelli, localizada no Rio de Janeiro. Os capixabas, posteriormente, aprovaram por unanimidade data limite para que nenhum dos irmãos mantivesse cativos em seu poder. A sessão de 3 de maio de 1888 foi incisiva nos objetivos abolicionistas:

> É com muita satisfação que vou usar a palavra para propor à Loja e submeter à consideração dos meus respeitáveis irmãos a emancipação completa da escravidão entre os irmãos possuidores, que compõem o Oriente de Vitória, no dia 9 do corrente [...]. Os irmãos que não aderirem a esta ideia ficarão desde logo eliminados do quadro.[152]

A partir daquela sessão os irmãos passaram a efetuar ações de liberdade para seus escravos e, inclusive, para os escravos de alguns irmãos já falecidos. Após a promulgação da Lei Áurea, a Maçonaria relatou com entusiasmo o fim da escravidão e demonstrou afeição pelas diversas Sociedades Emancipacionistas da província,[153] como, por exemplo, a Sociedade Libertadora de São Benedito do Rosário.

Certamente a discussão pela liberdade não era o único tema colocado em debate dentro da maçonaria na província, já que em todo o Império esta instituição propagou outras severas críticas ao sistema político do Império. Não há indícios, contudo, nos documentos analisados, de que a maçonaria tenha adotado o ideário republicano. Os poucos documentos acessíveis demonstram contestação indireta à monarquia. A escravidão e as críticas à religião eram os principais pontos da pauta de discussão dos maçons, o que, em todo caso, indica o descontentamento dos irmãos com as instituições que balizavam a monarquia.

Os descontentes com a ordem do Império não precisavam, ou ainda não poderiam, propagar a República para demonstrarem sua insatisfação. A maçonaria optou pelo esvaziamento do

---

[151] FRAGA, 1995, p. 50.
[152] Idem.
[153] PÍCOLI, Mariana de Alameida. Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888). Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGHIS/UFES, 2009.

conceito de *monarquia* por meio da desaprovação de seus principais meios de sobrevivência, discutindo a escravidão, concedendo alforrias e criticando a Igreja Católica. A loja Ordem e Progresso tornou-se, sobretudo, espaço de discussão de problemas políticos por parte de liberais, conservadores e os que não eram partidários destes grupos. O ideário republicano, contudo, floresceria em terreno ainda mais fértil do que a maçonaria. Em meados de 1870, a afeição pela ideia republicana surgiu na província por meio de um grupo de jovens estudantes. O desprendimento político dessa geração possibilitou a formação de nova elite política-intelectual na Província do Espírito Santo, que atuou principalmente nas tipografias criando jornais que ultrapassaram os limites da discussão política entre liberais e conservadores.

2.2 O ATHENEU PROVINCIAL: *"VIVA A REPÚBLICA!"*

A melhoria na educação na província do Espírito Santo foi tema frequente nos relatórios governamentais e nos debates parlamentares. A chamada Reforma da Instrução Pública foi o assunto dominante na década de 1880, provocando divergências sobre a formulação dos currículos e a ausência de algumas disciplinas nas escolas provinciais.[154] A instrução, contudo, só foi reformulada no fim do decênio.

Embora se deva levar em conta as poucas medidas educacionais tomadas na província, o Atheneu Provincial acabou se tornando o espaço mais aberto às novas ideias e sociabilidades políticas. O estabelecimento foi essencial na formação de alguns dos grandes nomes da política capixaba que atuaram no contexto de transição do regime monárquico para a República. O Atheneu foi instalado em 23 de maio de 1873, sob a direção do coronel Manuel Coutinho Mascarenhas, visando aos exames preparatórios e à formação de professores. Neste mesmo mês de maio, a ideia de instrução para o progresso já era também apresentada aos deputados provinciais por meio da fala do presidente de província.

João Tomé da Silva, que assumiu a presidência da província em maio de 1873, indicou, em sua fala inicial, que possuía dois objetivos principais para a educação no Espírito Santo: a reforma

[154] BICHARA, Terezinha Tristão. *História do Poder Legislativo do Espírito Santo 1835-1889*. Vitória: Leoprint, 1985. p. 141.

da instrução do ensino primário e secundário; e a criação de uma escola normal para os candidatos ao Magistério.[155] Baseando-se nas ideias de Victor Cousin,[156] João Tomé da Silva via no professor primário o elemento central para a melhoria da educação provincial.[157] Na visão daquele presidente "[...] É a instrução a condição de todo o verdadeiro progresso." O relatório apresentado na abertura dos trabalhos do Legislativo contém diversos conceitos ligados à nova cultura política que enfatizamos neste estudo:

> [...] Pelo adiantamento intelectual é que os povos se elevam e engrandecem. Os Estados-Unidos, que hoje serve de modelo às Velhas Nações da Europa, deve a força e vitalidade que o distinguem ao desenvolvimento de sua instrução.[158]

Para o chefe do executivo, a falta de instrução se igualava aos conceitos de "trevas", "ignorância" e, sobretudo, "estagnação". Em contrapartida, a instrução seria o "futuro", o "progresso" e as "luzes". Sua inspiração nessas avaliações era o modelo americano de ensino.

Após ser criado, o Atheneu Provincial passou a abrigar certo grupo de alunos que, mais tarde, por meio de alguns professores influenciados pelas novas ideias e pela crescente produção intelectual da época, iniciaram a crítica à monarquia. O envolvimento político dos alunos e professores se deu de forma tão intensa que decidiram então criar o Clube Literário Saldanha Marinho. A homenagem ao maçom pode indicar a influência da instituição entre os professores e alunos, mas certamente mostra o impulso em discutir temas relativos à liberdade e à república, tal como na maçonaria. O debate, no entanto, avançava na crítica e apontava a República como alternativa à monarquia.

> Eleva-te, Brasil, os ferros quebra
> Dos vis que te prendem escravizar.
> Encara o teu passado glorioso,
> Repele quem pensou te avassalar
> [...]
> Salve!... República esperada!
> Tu é o horror do verdugo,
> Vem vingar o Tiradentes,

---

[155] Relatório do Presidente de província Manoel Coutinho Mascarenhas em 1873. p. 4. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/. Acesso em: 12/11/2012.
[156] O filósofo francês Victor Cousin liderou a chamada "Escola Eclética" ou "Espiritualismo", que se baseava na razão e na liberdade como manifestações ativas da alma. PAIM, Antônio. *A Escola Eclética*. Estudos complementares à história das ideias filosóficas no Brasil. Vol. IV. 2ª Edição Revisada. Londrina: CEFIL, 1999.
[157] PAIM, 1999, p. 6.
[158] PAIM, 1999, p. 6.

Ouvindo os versos de Hugo![159]

O clube estimulou tantas discussões políticas e estudos literários que os alunos do Atheneu decidiram expor suas ideias por meio da imprensa. O periódico do grupo foi *O Sete de Setembro,* um pequeno jornal lançado exatamente em 7 de setembro de 1878. A redação do periódico ficou a cargo de alguns de seus alunos, como Amâncio Pereira, Lydio Molulo e Pedro Lyrio[160] que, incentivados pelo professor Joaquim Pessanha Póvoa, ganharam os primeiros papéis de cores verde e amarela para a confecção do jornal. Em suas edições, os alunos expunham transcrições de notícias do exterior, poemas, produções do Atheneu e até mesmo reivindicações diante das modificações que ocorriam na grade de disciplinas do colégio, como, por exemplo, a manifestação de insatisfação dos alunos diante da retirada da cadeira de Retórica.[161]

O fato é que as manifestações do clube literário logo se mostraram audaciosas dentro da província. Após a criação e a difusão das discussões na imprensa, surgiram denúncias de que o grupo Saldanha Marinho era, na verdade, um clube republicano. Os redatores do jornal, no entanto, preferiram negar tal acusação, afirmando que a única república da qual faziam parte era a "república das letras". Entretanto, a necessidade de crítica ao regime era tão ascendente dentro daquele grupo de estudantes, que chegaram ao ponto de organizar uma manifestação contra o Inspetor Geral da Instrução Pública.[162] Os estudantes saíram em passeata pelas ruas de Vitória, acompanhados de banda de música, com o intuito de distribuir a poesia ao povo por meio de discursos inflamados, oportunidade na qual aproveitaram para difundir a ideia de República.[163] No entanto, a passeata foi interrompida pela polícia, que obrigou a os estudantes retornarem à sede do clube, cessando a manifestação.

Na leitura do jornal do clube torna-se evidente que a passeata possuía objetivo claro: "Por ocasião da aparição deste clube, havendo um ligeiro passeio dos sócios [...] dando vivas à República!!"[164] Os redatores d'*O Sete de Setembro* colaboraram para divulgar a manifestação dos membros do Clube Literário e defenderam os estudantes da acusação de serem

[159] NOVAES, 1984, p. 275.
[160] PEREIRA, 1922. p. 30.
[161] *O Sete de Setembro*, nº 10- 10/11/1878.
[162] NOVAES, 1984, p. 276.
[163] NOVAES, 1984, p. 276.
[164] *O Sete de Setembro*, nº 18- 16/08/1879.

republicanos. Advogaram que se tratava de interesse público, pois os colegiais estavam assumindo posicionamento político de crítica à monarquia. Curiosamente, o grupo se esquivou da identificação com o republicanismo e o atribuiu a intrusos e oportunistas, que teriam aproveitado o movimento dos estudantes nas ruas de Vitória para apresentar adesão à República, e assim passaram a rotular o clube como um reduto republicano.[165]

Já o periódico conservador *O Espírito-Santense* minimizou a importância do "desfile" feito pelos estudantes. Daemon mencionou que os alunos do Atheneu, meninos de 12 a 17 anos, formaram uma sociedade literária sob a orientação do inspetor da Instrução Pública, José Joaquim Pessanha Póvoa. Sobre a passeata, Daemon afirmou que os estudantes percorreram as ruas com músicos e distribuíram um poema de "Viva à República", que o noticiarista conservador pensava ter sido produzido pelo próprio Pessanha Póvoa. Segundo seu relato, os estudantes andavam pelas ruas dando "Vivas à República e a Saldanha Marinho". De forma irônica, o escritor do jornal acrescentou que a manifestação foi recebida com bons olhos por Alpheu Monjardim, que, naquele momento, era o líder dos Liberais. Contrariando as informações sobre a repressão, Daemon fez questão de negar que os estudantes foram cercados pelo aparato policial: *"*Não houve nada, passaram em paz".[166]

A proposição do ideário republicano veio acompanhada de mudanças na linguagem política, especialmente nas publicações do jornal do Clube Saldanha Marinho. O impresso trazia anedotas que ridicularizavam a monarquia e os reis, zombando, portanto, desta instituição por meio da linguagem. Os alunos faziam referência ao poeta de Recife, Pelino Guedes,[167] que, no ano de 1879, certamente era recém-formado em Direito. Mesmo assim, o pernambucano exercia forte influência entre os jovens da capital. Os redatores do periódico não só dedicavam a ele poesias, como também publicavam seus escritos.

O noticioso também mencionava a formação de nova agremiação, denominada *Sociedade Democrata*, presidida por Amâncio Pereira.[168] Há poucos dados referentes a esta associação, mas o termo "democrata" parece inaugurar uma série de publicações que exibiam como bandeira a *democracia* na província do Espírito Santo.

---

[165] *O Sete de Setembro*, nº 18- 16/08/1879.
[166] *O Espírito Santense*, nº 51- 25/06/1879.
[167] Pelino Guedes foi poeta, jornalista, advogado e também exercia o cargo de professor. É também conhecido por ter sido a inspiração de Lima Barreto ao compor o personagem Xisto por conta das desavenças que possuíam.
[168] *O Sete de Setembro*, n° 10- 10/09/1879.

O jornal *O Sete de Setembro* não teve vida longa, mas as discussões do clube literário foram de fato importantes dentro da transição das linguagens políticas vistas na província, ultrapassando os conceitos utilizados por *Liberais* e *Conservadores*. De acordo com a análise dos periódicos, enquanto na década de 1870 várias partes do Império já aderiam à propaganda republicana, pode-se dizer que, no Espírito Santo, as únicas utilizações do termo *república* só foram registradas a partir de 1878 pelas discussões promovidas pelo Atheneu e por meio do jornal do clube. Ao investigar as publicações da Geração de 70, Angela Alonso propõe a divisão dessa produção intelectual em "ondas temáticas". A primeira delas vai exatamente até o ano de 1878, momento em que se configura uma autocrítica do *status quo* imperial baseada em seu próprio cânon intelectual,[169] o que é notório também na província do Espírito Santo com o início das discussões sobre os limites da monarquia.

O que deve ser problematizado é a forma embrionária do discurso antimonárquico e o próprio Clube Saldanha Marinho como espaço atuante na crítica ao regime. Assim como Maria Stella de Novaes afirmou, o clube se tornou a "célula *mater*" dos que mais tarde lutariam pela abolição e pela República.[170] Mesmo que o *Sete de Setembro* não se intitulasse um jornal republicano, suas matérias carregavam uma nova linguagem política.

Nota-se, com efeito, que assim, como em outras províncias do Império, a transição dos anos de 1860 para 1870[171], fez com que na província do Espírito Santo se configurasse uma nova estrutura de oportunidades políticas. Este novo contexto teria gerado tanto novas motivações como também novos espaços de ação política, o que pode ser ilustrado por meio dos alunos de Atheneu Provincial, as discussões da Maçonaria e os novos temas abordados na imprensa local.

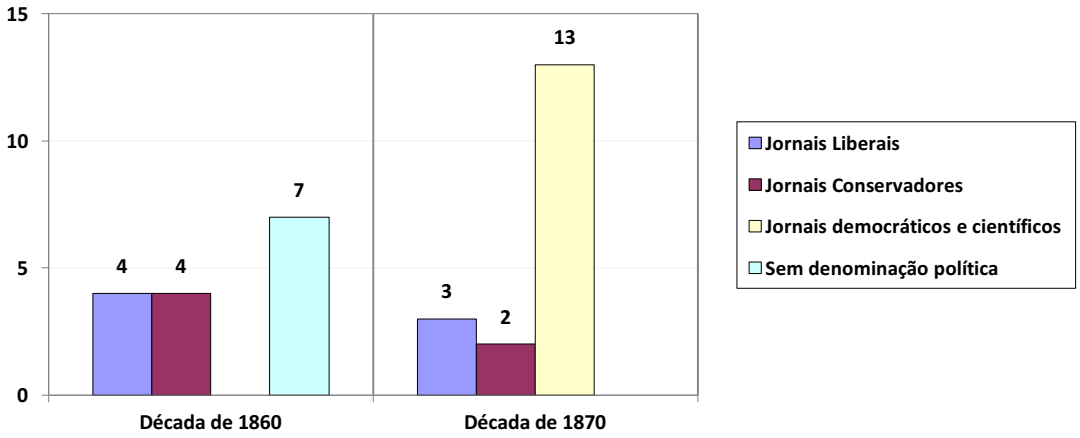
2.3. A IMPRENSA CAPIXABA E AS NOVAS IDEIAS DA DÉCADA DE 1870

Após a exposição sobre a atuação da maçonaria e do clube Saldanha Marinho do Atheneu Provincial, o último elemento a ser destacado como interlocutor da mudança no vocabulário e na linguagem política da província é a imprensa. É necessário discutir as características da produção das tipografias capixabas em 1870, comparando-as aos jornais da década de 1860,

[169] ALONSO, 2002, p. 48.
[170] NOVAES, 1984, p. 276.
[171] ALONSO, 2002, p. 95.

criados a partir da disputa entre liberais e conservadores. O gráfico a seguir demonstra a inserção de novo tipo de denominação dentro das tipografias, caracterizando o início da publicação dos jornais que se intitulavam *democráticos* e *científicos*.

GRÁFICO 1. JORNAIS PRODUZIDOS NAS DÉCADAS DE 1860 E 1870 NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO:



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL, Hemeroteca Digital; BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; Acervo de Periódicos.

A imprensa capixaba que atuou durante a década de 1870 mostrou-se mais diversificada com relação a tendências políticas. Do universo de dezoito periódicos que surgiram nesse período, apenas três estampavam a bandeira liberal e somente dois se denominavam conservadores. O quadro abaixo demonstra as identidades partidárias e os principais temas defendidos pelos jornais que circulavam no período. A delimitação das identidades partidárias ou o posicionamento do jornal foram feitos a partir de alguns critérios, como, por exemplo, a filiação política do redator, a autodenominação impressa no periódico, os principais conceitos empregados no editorial da primeira edição e, de certa forma, também pela manifestação de não adesão aos partidos políticos locais.

QUADRO 2. CARACTERIZAÇÂO DOS JORNAIS PUBLICADOS NA DÉCADA DE 1870 SEGUNDO A IDENTIDADE PARTIDÁRIA OU TEMA

Jornais	Ano de Publicação	Posicionamento/Tema
O Espírito-Santense	1870	Conservador
A União	1873	Liberal
Opinião Liberal	1876	Liberal
A Actualidade	1878	Liberal
Gazeta do Comércio	1876	Órgão Democrático
O Echo dos Artistas	1877	Democracia, progresso e civilidade
Gazeta da Victória	1878	Órgão Democrático
A Idéia	1878	Ciências, civilização, progresso, ilustração e razão
O Conservador	1872	Conservador
O Cachoeirano	1877	Órgão do povo
A Aurora	1875	Ciências, literatura e indústria
O Comércio	1875	Interesse público
O itapemirense	1876	Literário, comercial, agrícola
A liberdade	1876	Letras e ciências
O operário do Progresso	1875	Ciências e progresso
O Operário	1879	Científico e literário
O Sete de Setembro	1878	Literário
O Jornal das Moças	1877	Dedicado ao sexo feminino

Fonte: PEREIRA, 1922.

No ano de 1870, os capixabas passaram a ter em circulação um de seus mais importantes periódicos: *O Espírito-Santense*. No primeiro número que circulou em 8 de setembro de 1870, o programa enfatizava a necessidade de se criar um jornal voltado para toda a família, para todos os sexos, que envolvesse a política, mas também a literatura. O *Espírito-Santense*, um jornal de bandeira conservadora publicado por Bazílio Daemon, manifestava ser diferente ao

iniciar um jornalismo político que não se envolveria apenas com interesses locais, mas também por correspondências e notícias de vários lugares do mundo.

Outra característica importante do jornal era proveniente de sua redação que, com o passar dos anos, passou por vários proprietários e redatores, dando à folha características distintas ao longo de sua publicação. O fundador e primeiro redator foi Marcellino Pereira de Vasconcellos que, em 1872, vendeu o periódico ao chefe conservador Manoel Coutinho Mascarenhas. Já no ano de 1873, a tipografia foi comprada pelo tenente-coronel José Ribeiro Coelho e, em 1874, passado a Pedro de Santana Lopes.

Mas foi sob a nova direção e redação de Basílio de Carvalho Daemon, ainda em 1874, que o Espírito-santense adquiriu grande prestígio. Daemon reformulou o jornal, inseriu matérias variadas, e até mesmo diminuiu os preços. A folha contou com a participação de grandes nomes da elite intelectual local, e, sobretudo, daqueles que não pertenciam ao partido conservador, como, por exemplo, Pessanha Póvoa, Afonso Cláudio, Candido Brizindor, Padre Antunes de Siqueira e "A. d'Oliveira Costa", correspondente de Paris.[172] Em 1872, foi criado mais um periódico ligado ao partido conservador, denominado *O Conservador*, publicado na capital duas vezes por semana. De acordo com Amâncio Pereira, *O Conservador* foi fruto do passatempo do estudante Manoel Corrêa de Vasconcellos e só mais tarde veio a se tornar um jornal político.

Vários jornais liberais foram publicados nessa quadra. Tito da Silva Machado tornou-se o redator do jornal liberal *A União,* criado em 1873. Outro periódico liberal foi criado em 1876, *A Opinião Liberal*, publicado em Vitória. Esse periódico representava a parte moderada do partido e tinha como proprietários os políticos Alfeu Monjardim e Leopoldo Mello e Cunha. No ano de 1878, o partido Liberal ganhou mais uma folha para sua defesa, a *Actualidade*, redigida por José Corrêa de Jesus. O deputado possuía um discurso bem mais caloroso quando comparado aos outros membros do partido dentro da Assembleia Provincial. Desta forma, Corrêa de Jesus visualizou na redação solitária de um jornal a única possibilidade de divergência e de apelo aos ideais liberais com aspectos de renovação política.

[172] PEREIRA, 1922, p. 38

A redação do jornal *Actualidade* teve início exatamente no período do retorno dos liberais à cena política do Império. O debate entre os jornais partidários manteve-se atrelado a denúncias e os atritos pessoais estampavam os jornais liberais e conservadores na década de 1870. Além disso, os dois partidos já sofriam com a falta de unidade dentro de seus respectivos grupos advinda dos diferentes posicionamentos políticos, sobretudo, no partido Liberal.[173] O jornal do advogado José Corrêa de Jesus representou certa transição de ideias liberais para aceitação de alguns preceitos republicanos. Esse periódico citou seu apoio aos republicanos e articulou, sem dúvida, a entrada nas novas ideias na província do Espírito Santo.

Em suas seções literárias, o redator de *Actualidade* trouxe ao público capixaba as primeiras críticas ao estilo romântico e sentimentalista característico do século XIX. Em 18 de agosto 1878, a obra de Silvio Romero, *Cantos do fim do século*, passou a estampar as folhas ditas "liberais".[174] O sergipano Silvio Romero colocou em cena a poesia científica, fundada no criticismo e inaugurando o movimento antiromântico.[175] Mais uma vez a reflexão intelectual pernambucana influenciava a geração de 1870.

O *Actualidade* se destacou pela maneira como abordava o problema da crise dentre os ditos "órgãos do partido Liberal". A opinião de seu redator certamente não coincidia com a opinião do partido que representava, mas se percebe que Corrêa de Jesus foi ousado em tocar em algumas discussões polêmicas, como, por exemplo, a defesa dos direitos do povo. Nas palavras do autor, "[...] É preciso que o povo levante-se com um protesto pacífico e enérgico, a fim de que saibam os algozes, que nos oprimiram, que os tempos em que o povo era semelhante à poeira das ruas levadas pelos ventos das tempestades, estão passados."[176]

Abrigar alguma ideia de republicanismo, por mais branda que fosse, ainda era algo obscuro dentro do Espírito Santo em 1879. A alcunha de Republicano parecia mais um achincalhe, como se pode verificar dentre as ofensas que se transformaram no crime de agressão verbal. Misael Ferreira Pena, por exemplo, ofereceu queixa depois que foi identificado como partidário da

---

[173] O partido Liberal, em meio a dissidências, estava naquele momento sob a liderança de Alpheu Monjardim. Já os conservadores, demonstravam ter sido "abandonados" pelo líder Dionísio Rosendo. No entanto, no mesmo ano em que se desvinculou do grupo, Dionísio aparece com forte atuação na criação da loja Maçônica União e Progresso.
[174] *A Actualidade*, nº 62- 18/08/1878.
[175] MOISÉS, Massaud. *História da Literatura Brasileira:* Realismo e Simbolismo. Volume 2. São Paulo: Cultrix, 1985. p. 137.
[176] *A Actualidade*, nº 54- 28/07/1878.

República na coluna do jornal *A União*, escrito por Tito Machado.[177] Para o queixoso, o ato representava total falta de respeito com sua conduta e sua moral.

No entanto, a grande inovação no jornalismo da província ficou por conta da entrada dos jornais denominados *democráticos* no cenário político e da linguagem antirrepublicana propagada pelos monarquistas. No final da década de 1870, muitos jornais locais se autodenominavam "órgão democrático",[178] como foi o caso da *Gazeta do Comércio,* de 1876; d'*O Echo dos Artistas*, de 1877; da *Gazeta da Victória*, publicado em 1878; d'*A Idéia* e o do próprio *Sete de Setembro*, redigido pelos alunos do Atheneu também nesta época.

2.3.1 Os obreiros da democracia: redatores e tipografias na crise da Monarquia

Alguns jornais não se enquadravam na denominação partidária existente (liberais e conservadores). Esses periódicos passaram a se intitular defensores de certa tendência política que não tinha abrigo em nenhuma agremiação na província e declaravam que o objetivo de suas publicações não estava dentro das discussões dos dois partidos existentes.

A modificação dentro das tipografias surgiu de um grupo de homens que viu na queda do gabinete conservador e na própria dissidência entre os liberais o momento perfeito para a exaltação de novos ideais. Na província, em 1878, houve uma conjuntura conturbada em virtude das eleições para Senador. Christiano Ottoni entrou na disputa como representante da província, porém alguns políticos do Sul, como Bernardo Horta, apresentaram o pleito sobre a necessidade de que um capixaba "legítimo" ocupasse a vaga. A instabilidade no Império e na província favoreceu o surgimento de certo vocabulário que conclamava a participação política, resumido pelo termo *democrático*. Os novos redatores "democráticos" – capixabas ou não – inauguraram,

[177] ARQUIVO do Estado do Espírito Santo. Fundo de Polícia. Caixa 124, ano de 1873.
[178] Destaca-se que muitos destes jornais não se encontram acessíveis para pesquisa. O estudo de seu conteúdo se deu pelos escritos de Amâncio Pereira sobre a trajetória da Imprensa e também por outros jornais da época que estampavam algumas de suas colunas.

desse modo, uma terceira via para a discussão da política local, mesmo sem fundarem um terceiro partido.[179]

Entre os principais redatores "democráticos", destacamos José Joaquim Pessanha Póvoa, Tito da Silva Machado, Afonso Cláudio, José de Mello Carvalho Moniz Freire, Cleto Nunes, Candido Brizindor, Joaquim Lyrio, Aristides Freire e Amâncio Pereira.[180] Muitos desses indivíduos pertenceram anteriormente ao partido Liberal da província, mas, diferente da elite político-intelectual que emergiu na década de 1860, esses redatores não eram, em sua maioria, deputados provinciais.[181] Em todo caso, não abandonaram seu partido durante a publicação desses jornais, pois ainda não havia outro grupo que os abrigasse. Como demonstra o quadro abaixo, a imprensa democrática teve a participação de políticos mais antigos na província, mas também abriu espaço para a nova geração.

QUADRO 3. PERFIL SOCIAL DOS REDATORES DE 1870

Redator	Ano de nascimento	Local de Nascimento
Afonso Cláudio	1859	ES
Aristides Freire	1849	ES
Cleto Nunes	1855	ES
Cândido de Araújo Brizindor	1850	-
Joaquim Correa Lyrio	1838	ES
Pedro Correa de Lírio	1864	ES
José Mello Carvalho Moniz Freire	1861	ES
Candido Vieira da Costa	1855	-
Joaquim Pessanha Póvoa	1836	RJ
José Feliciano Feital	1847	RJ
Augusto Pereira Cesar	-	-
Bernardo Horta	1862	ES

[179] Para José Murilo de Carvalho, na década de 1870 os simpatizantes de ideias republicanas não faziam distinção entre os termos *república* e *democracia.* Portanto, acredita-se que os jornais denominados democráticos já se relaciovam com o ideal republicano embrionário. CARVALHO, *op. cit*. p. 145.
[180] É necessário destacar que debate acirrado contra os conservadores ocorreu no jornal *A Actualidade*.
[181] Tito Machado e Cleto Nunes foram deputados na década de 1870.

Redator	Ano de nascimento	Local de Nascimento
Benjamim C. Pereira da Graça	1842	ES
Antônio Athaíde	-	-
Amâncio Pinto Pereira	1862	ES
Luiz de Loyola e Silva	-	ES
Lydio José Molulo	1861	ES

Fontes: BLAKE,1997; PEREIRA, 1922*;* e DAEMON, 1879.

De acordo com os dados, os locais de nascimento e a formação dos jornalistas também merecem destaque. A maioria dos redatores era nascida na província, o que diferencia essa elite intelectual daquela que atuou em 1860, quando grande parte dos redatores era natural de outras localidades. Muitos redatores ainda eram estudantes nesse período e, posteriormente, iniciaram formação jurídica na Escola de Recife e em São Paulo, fator bastante interessante diante das ideias difundidas nos jornais. Os dois estabelecimentos de ensino citados tiveram ampla divulgação e circulação das correntes europeias, tornando-se espaços privilegiados para contestação da ordem imperial pela geração de 70.

Dos jornalistas que não eram nascidos no Espírito Santo, José Joaquim Pessanha Póvoa era o componente mais novo da imprensa capixaba, pois chegou à província em 1875. Antes de se estabelecer no lugar, o redator Pessanha Póvoa teve alguma expressão na província de São Paulo na década de 1860, durante o curso de Direito. Era o editor e criador da *Revista Dramática*, uma das poucas publicações paulistanas que se dedicava somente ao teatro. Joaquim Pessanha Póvoa idealizava a produção teatral em seus mais variados aspectos e afirmava que "[...] No estado atual das coisas dois elementos podem salvar nossa pátria da apatia em que vegeta, da futura vergonha que virá cortejá-la: é a literatura e a revolução [...]."[182] Não podemos esquecer, ainda, que foi ele quem apoiou os jovens alunos do Atheneu e que também patrocinou a confecção do jornal *Sete de Setembro*.

O tipógrafo Cândido Brizindor, também colaborador desses jornais, era poeta e escritor com atuação no teatro capixaba, assim como Amâncio Pereira, escritor local que também se dedicou

[182] Pessanha Póvoa – *Revista Dramática*, n.º 6, 10 de junho de 1860, p.22. In *Revista Dramática*: São Paulo, 1860. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 258.

às artes dramáticas. Cleto Nunes e Amâncio vincularam-se muito às discussões políticas, dentre as quais se destacou o envolvimento na questão abolicionista. Ambos participaram efetivamente dos festejos e saraus relatados por Afonso Cláudio,[183] quando liam textos sobre a liberdade e proclamavam alforrias concedidas por Associações. Os redatores envolvidos com o "jornalismo democrático", com efeito, não eram somente políticos, mas intelectuais reconhecidos na província. Este também foi o caso de Aristides Barcelos Freire, nascido em Vitória e criador de diversas peças teatrais. Na visão de Afonso Cláudio, Aristides foi o pioneiro do teatro na província.

Por fim, os mais jovens que advogavam a ideia embrionária de "ilustração", foram Moniz Freire e Afonso Cláudio. Ambos tinham formação jurídica dentro das Escolas de Direito de São Paulo e Recife e estavam envolvidos na propaganda republicana que se fortificou nas décadas posteriores. Afonso Cláudio e Moniz Freire, mesmo nos anos em que realizavam seus estudos em São Paulo e Recife, colaboravam com diversos jornais na província do Espírito Santo.

Todos os redatores mencionados até aqui como "democráticos" eram filiados da loja maçônica União e Progresso.[184] Esse fato nos conduz à hipótese de que a maçonaria era reduto de novas discussões políticas que ultrapassavam as dissensões entre liberais e conservadores. Não se pode, contudo, caracterizar as ideias debatidas como republicanas. Além disso, destaca-se o fato de que a maioria dos redatores, como, por exemplo, Pessanha Póvoa, Aristides Freire, Amâncio Pereira foram professores na província, o que solidifica a hipótese sobre a emergência do Atheneu provincial como novo espaço de debate político durante essa época.

Antes de investigar a nova linguagem política construída por esses redatores na década de 1870, cabe destacar os jornais que permaneceram como defensores de liberais e conservadores nesta época. Conhecendo, neste sentido, o repertório da política estabelecida, poderemos compreender as principais características da linguagem política monarquista.

2.3.2 A *cultura política* democrática na província do Espírito Santo

[183] CLÁUDIO, Affonso. *História da literatura Espírito Santense:* subsídios para a história da literatura brasileira. Porto: Officina do Commercio do Porto, 1912. p. 242.
[184] Esta constatação foi possível após se cruzar os dados dos redatores com as listas de irmãos maçons de vários anos do século XIX.

Por volta de 1875, jornais passam a circular na província do Espírito Santo trazendo conceitos e ideias diferentes daquelas tradicionalmente propagadas nos periódicos liberais e conservadores. Dentre os novos termos utilizados na linguagem política dessas folhas observa-se *progresso*, *ilustração* e *ciência*. Os novos periódicos contribuíram decisivamente para a difusão de uma nova *cultura política* que preparou terreno para a propaganda republicana na década de 1880.

Na maioria das vezes, esses periódicos se apresentavam como imparciais ou apenas como críticos do sistema político em vigência. Seus conteúdos literários e as correntes filosóficas que difundiam não deixavam dúvida sobre as mudanças que seus redatores propugnavam. As chamadas "novas ideias" se traduziam nos jornais por meio de termos como *progresso*, *democracia*, *igualdade, ciência*, *futuro* e *razão*. Tal como Maria Tereza Chaves Mello,[185] consideramos que a divulgação de um novo vocabulário propiciou a formação de certa *cultura política democrática* em fins do século XIX. Se a autora afirma que os jornais e revistas fizeram os indivíduos da Corte experimentarem a oposição entre passado e futuro, notamos que, na província do Espírito Santo, colocava-se em marcha certa transformação da cômoda posição moderada da elite local.

Nas últimas décadas do Império, sobretudo no momento da crise de legitimação do governo, ocorreu grande modificação na linguagem política utilizada em jornais e revistas. Nos estudos feitos para a Corte, constatou-se a ampliação do vocábulo *república*, que passou a sintetizar a ideia de *futuro*. A *república* passou a expressar uma diversidade de significados, como o *progresso* e *liberdade*. Neste sentido, *república* e *monarquia* passaram a ser conceitos opostos. A relação dicotômica entre os dois termos acabou compondo um par antônimo assimétrico,[186] o que a autora Maria Tereza Chaves Mello explora como recurso de persuasão no interior da propaganda republicana.[187]

Não obstante a escassa documentação referente aos periódicos locais impressos na década de 1870, acreditamos que tais documentos merecem um aprofundamento de estudos em relação ao vocabulário utilizado, pois esses impressos podem fornecer a composição de novas práticas

---

[185] MELLO, Maria Tereza C. A Modernidade Republicana. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, p. 25-41, 2009.
[186] Para analisar a semântica dos conceitos políticos deste período histórico, Mello (2009) utiliza as bases metodológicas da História dos Conceitos assim como propostas por R. Koselleck em KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC Rio, 2006.
[187] MELLO, 2009, p. 1.

políticas e demonstrar as ressignificações de termos já em circulação no Império. Por isso, buscamos identificar, neste estudo, uma nova linguagem política empregada pelos jornais locais por volta de 1870. Percebemos que se tratava de uma nova cultura política, que denominamos "democrática", baseada nos conceitos de *democracia*, *progresso*, *razão*, *ciência*, *ilustração*, *liberdade*, *civilidade*, *instrução*, *maquinismo*, *indústria*, *futuro* e *modernidade*.

O movimento da imprensa deste período que questionava algumas balizas do Império, como a religião e a escravidão, abriu caminho também para uma linguagem monarquista mais incisiva, que via na propagação de ideais como a democracia, o início da desagregação imperial. A linguagem de defesa monárquica foi representada pelo partido conservador, que, na tentativa de desbancar ideais defendidos pelos jornais democráticos e científicos, utilizava termos como *oligarquia*, *revolução*, *ordem*, *constituição* e *anarquia*. Além disso, pode-se afirmar que a linguagem política monarquista ressignificou conceitos como *República*, pois o expunha maneira pejorativa e, sobretudo, *modernidade*, ao qual, divergindo da opinião dos jornais democráticos, atribuiu sentido negativo.

2.3.3 A onda do *progresso*

O primeiro jornal a iniciar uma discussão sobre o conceito de *progresso* surgiu no sul da Província, em Itapemirim, no ano de 1875. Criado em janeiro daquele mesmo ano, *O Operário do Progresso*[188] se colocou como combatente do analfabetismo. Outra linha editorial do periódico era o viés moderno ao tratar de ciências, das artes e da indústria. Com a epígrafe *Knowledge is power - Sciência é poder*, o jornal saía aos domingos e tinha como redatores principais Augusto Pereira Cesar e José Feliciano Horta de Araújo.

No mesmo ano, em Vitória, apareceu outro jornal com a mesma natureza do *Operário do Progresso*, sob o título de *A Aurora*. Os redatores do periódico eram alunos do Atheneu Provincial, como Moniz Freire e Afonso Cláudio. Tratando também de ciências, literatura e indústria, A *Aurora* foi o segundo noticioso dos estudantes publicado após *O Sete de Setembro,* cuja circulação foi muito breve. Surgiu na mesma época um jornalismo mais crítico com relação à política, mesmo que não se envolvesse com nenhum dos dois partidos monárquicos, exemplo

[188] PEREIRA, 1922, p. 39.

disso é *O Comércio*, também criado em 1875. O fato de não defender nenhum dos partidos dava ao jornal uma posição propícia para o debate e a crítica, e permitia, inclusive, que ele arbitrasse denúncias sobre os partidos. Os redatores d'*O Comércio* eram Joaquim Pessanha Póvoa e José Feliciano Feital, fundadores da loja maçônica em Vitória. As denúncias no jornal eram tão graves que acabavam na esfera jurídica. Pessanha Póvoa foi chamado várias vezes para dar explicações sobre os ataques feitos ao coronel Mascarenhas e a Daemon.[189] Outro de seus colaboradores, Benjamim Pereira da Graça foi condenado por crime de injúrias com pena de seis meses.[190] Após esse fato, o jornal sofreu forte censura e, também por motivos financeiros, acabou fechando.

Outro periódico que se denominou "imparcial", mas ainda assim crítico com relação à política, foi o *Itapemirense*, criado em 1876. Constava em seu programa [...] o direito de estudar os atos administrativos, quer gerais, quer provinciais, ou municipais, a fim de fazer-lhes a reprovação ou elogio merecido.[191] Seu redator e editor era o escritor Cândido Brizindor. Logo em junho daquele mesmo ano, surgiu na capital mais um jornal que se intitulou "órgão democrático" e trouxe muitos do ex-redatores do perseguido *O Comércio*, como Pessanha Póvoa, assim como fortes colaboradores, como Afonso Cláudio e Cleto Nunes Pereira.

Ainda em 1876, surgiu mais uma folha que trazia no título um importante conceito a ser debatido na província: *A Liberdade*. Ao ser criado por José Mello Carvalho Moniz Freire e Candido Vieira da Costa, esse periódico explicitava sua missão de discutir o desenvolvimento da *ciência*. Moniz Freire e Candido Vieira da Costa eram, naquela época, estudantes do Atheneu e desde muito jovens envolvidos no jornalismo local. Estes redatores, como a maioria dos jovens de seu tempo, utilizavam a fase do jornalismo científico como veículo de debate sobre o ideal de civilização e de progresso do Império. No ano posterior, Moniz Freire seguiria para a Escola de Direito de Recife, onde possivelmente teve ainda maior contato com as "novas ideias" que permearam aquela geração.

A mudança no jornalismo local foi marcada também pela redação do *Jornal das Moças* em Vitória, concebido por alguém que assinava como *um pai de família*. As informações sobre este

[189] PEREIRA, 1922, p. 39.
[190] PEREIRA, 1922, p. 39.
[191] PEREIRA, 1922, p. 39.

jornal, todavia, são raras e não existem exemplares em arquivo, o que torna difícil afirmar se o periódico era redigido por um homem ou por uma mulher. Mesmo que nessa época as publicações voltadas para o público feminino fossem escritas essencialmente por homens, cabe lembrar que a partir da segunda metade do XIX já havia algumas publicações redigidas por mulheres. Como destaca Marinalva Barbosa[192], os jornais dedicados aos assuntos femininos também divulgavam a causa civilizadora e modernizadora vigente nos últimos anos do Império. No entanto, foi o *Echo dos Artistas* que introduziu de forma explícita a ideia da democracia e do progresso na Província. Em seu programa exposto em 2 de dezembro de 1877, lia-se:

> Sou filho do trabalho, venho do seio da democracia, meu leito é a enxerga da classe que represento, escudo-me na ideia de progresso e tenho por desideratum fazer respeitar as leis da civilidade, vigiar o cumprimento das no país, aniquilar o vício e engrandecer as virtudes.[193]

O Echo dos Artistas deixou claro a seus leitores que julgaria qualquer ato público ou particular e tentaria diminuir a desigualdade entre os homens. Em seu corpo de redatores, mais uma vez, apareciam Afonso Cláudio, Cleto Nunes e Cândido Brizindor, acompanhados de Joaquim Lyrio e Pedro Lyrio. O jornal se tornou tão violento que sua publicação foi suspensa logo depois da criação.

Mas a mocidade capixaba enaltecida pelas "novas ideias" e pela possibilidade de crítica política voltou a atuar. Foi a vez da *Gazeta da Victória*, criada em janeiro de 1878. Iniciou com a redação de Pessanha Póvoa, que depois passou a dividi-la com Cleto Nunes. Em 1879, a folha também se autodenominou "órgão democrático". Entre seus colaboradores estavam Amâncio Pereira, Afonso Cláudio, Antônio Athaíde, Pedro Lyrio, Moniz Freire, Cândido Brizindor, entre outros. Já em 1879, foi a vez de Itapemirim presenciar o surgimento de mais um jornal, *O Operário*, que se anunciava como imparcial, mas guiado pela ideia da razão, da justiça e do progresso alcançado por meio da instrução.

O conceito de *democracia* passa a compor a linguagem política dos redatores a partir de 1878. Basílio Daemon, redator conservador, acusava os liberais de terem se rendido às novas concepções políticas. No *Espírito-Santense*, ele os acusava de serem "homens sem crença

---

[192] BARBOSA, Marinalva. *História Cultural da Imprensa:* Brasil, 1808-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 209 e 210.
[193] *O Echo dos Artistas*, nº 1- 02/12/1877.

política definida, sectários de uma *ideia nova* e de uma *democracia moderna*".[194] O ideal de democracia era motivo de sarcasmo nas publicações da folha conservadora.

Por meio do estudo dos jornais que circulavam no fim da década de 1870, torna-se perceptível o conflito de ideias e de projetos políticos na província do Espírito Santo. Pela leitura desses periódicos e das atas de reuniões da Maçonaria identificamos pelo menos três modos de pensar a sociedade no espaço provincial. Essas correntes de pensamento se baseavam no Ecletismo Espiritualista; no positivismo embrionário discutido pelos maçons e pela nova elite intelectual; e em uma terceira vertente que discutia a manutenção da monarquia por parte dos partidos liberais e conservador.

A influência do *Ecletismo Espiritualista*[195] chegou à província por meio da redação do jornal *A Idéia*. O primeiro número foi publicado em 1 de setembro de 1878, intitulava-se órgão da mocidade e trazia como epígrafe a frase em latim "*Ubi concordia, vitoria semper*". O jornal contava com a colaboração de Afonso Cláudio em sua redação, ainda no período anterior à sua saída da província para os estudos de Direito na Escola de São Paulo e Recife.

O semanário literário *A Idéia* acolheu grandes nomes da literatura capixaba e aglutinou os primeiros ideais de *progresso* e *razão* dentro da província. As publicações estavam repletas de conceitos assimétricos, como, por exemplo, *progresso* e *ignorância*; assim como conceitos simétricos, como *civilização e ciências*; ou também *indústria* e *maquinismo*. De fato, o jornal pregava que a luz do progresso era na verdade a única possibilidade de civilização para a província do Espírito Santo e que, para alcançar tal objetivo, era necessária a instrução.[196]

A *ilustração* e a *instrução* se apresentavam como fatores pedagógicos, pois "o povo quando *ignorante* está nas garras do fanatismo".[197] A linguagem também se destaca como inaugural nos jornais ao clasificar a *razão* como a maior aliada do homem, por meio de afirmações como "o espírito não ilustrado leva o homem pelos maus instintos". À *ilustração* se unia a *instrução*, pois sem ela: "o homem não é mais do que um mendigo esmolando o pão da caridade

---

[194] *O Espírito-Santense*, nº85- 22/10/1879 (grifos nossos).
[195] Cabe destacar que, em 1869, alunos como Tobias Barreto já haviam rompido com este ideal filosófico dentro da Escola de Direito de Recife. PAIM, Antônio. *A Filosofia da Escola do Recife*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1866. p. 18.
[196] *A Ideia*, nº 8- 20/10/1878.
[197] *A Idéia*, nº 8- 20/10/1878.

pública".[198] Enfim, sacramentava-se que somente a *razão* e a *ilustração* poderiam dar um lugar ao homem na sociedade civilizada.

De acordo com Maria Tereza Chaves,[199] o *ecletismo espiritualista* pode ser considerado um dos pilares do Império, junto à escravidão, ao romantismo, ao catolicismo e ao regime de privilégios da monarquia. O romantismo, contudo, favoreceu que o ecletismo espiritualista ganhasse destaque como filosofia oficial no Brasil na primeira metade do século XIX. Esse racionalismo vinculado à ilustração penetrou de forma muito intensa na elite intelectual do Império na década de 1870, a ponto de Roque Spencer Maciel de Barros[200] denominar a geração de 1870 como a "Ilustração Brasileira".

O grupo de intelectuais que atuou nos jornais e revistas disponibilizou esse novo aparato ideológico e filosófico ao Império, valendo-se da razão como sentido construtor do Estado. O mesmo processo pode ser notado entre os redatores de *A Idéia* na província do Espírito Santo. Na visão de Maria Tereza Mello, o novo pensamento eliminou a tradição baseada na hierarquia do privilégio e na "união trono-altar", colocando acento na *ciência* que levaria ao *progresso*.[201]

As referências europeias praticamente guiavam a temática dos jornais locais. A citação de autores franceses, por exemplo, foi recurso recorrente nos jornais capixabas. O jornal *A Idéia* foi uma das folhas que utilizavam este recurso retórico, exibindo matérias que enalteciam pensadores franceses como Georges Cuvier, conde de Buffon e Louis Figuier, todos ligados à História naturalista. Od periódicos mencionavam ainda, algumas vezes, Rousseu, Voltaire e Robespierre para indicar a necessidade da instrução e das luzes. Não faltavam também os restauradores franceses da ciência como Hugues-Félicité Robert de Lamennais[202] e seu

---

[198] *A Idéia*, nº 8- 20/10/1878.
[199] MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/Edur/anpuh, 2007. p. 94.
[200] BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade.* São Paulo, USP, 1959. p.22.
[201] MELLO, 2007, p. 94 e 95.
[202] Lamennais nasceu em Saint-Malo, França, em 1782. A concepção religiosa de Lamennais indicava a necessidade de um clero bem instruído, o que permitiu sua influência também na esfera política. Em 1825, publicou a obra *De la religion considérée dans ses rapports avec l'ordre politique et civil*, o que possibilitou algum contato com Auguste Comte nesta mesma época. Para Lamennais, a república na França necessitava de uma religião civil, sendo a base espiritual do regime. Em 1830 ele fundou o jornal *L'Avenir* juntamente com Lacordaire, no qual escreviam *Deus e Liberdade*, que pregava a liberdade religiosa, liberdade de consciência e de imprensa. SERRY, Hervé. Literatura e catolicismo na França (1880-1914): contribuição a uma sociohistória da crença. *Tempo soc.*, São Paulo, v.16, n. 1, p. 129-152, jun. de 2004.

discípulo Henri Lacordaire, ambos propagadores da união entre a *liberdade* e *religião*. Até mesmo Joaquim Nabuco, em *Minha Formação*, afirma que a obra *As palavras de um crente,* produzida por Lamennais se distinguiu quase como evangelho para sua geração no século XIX.[203] Os redatores de *A Idéia* também exibiam seus principais expoentes do uso da *razão* na política, eram eles: Edgar Quinet, Émile Littré, Eugène Pelletan e Lois Thiers.

Não só de influências francesas vivia o jornal, posto que brasileiros também faziam parte das considerações filosóficas da folha. Dentre estes, cabe destacar Domingos Gonçalves de Magalhães, precursor do romantismo no Brasil. Pode-se dizer que não foi somente o romantismo que o jornal *A Idéia* buscou em Gonçalves de Magalhães, mas também o *ecletismo espiritualista* por meio da obra *Fatos do Espírito Humano*, citada na edição de nº 8 do periódico. Gonçalves de Magalhães é apresentado como grande expoente do *ecletismo* e seu espraiamento por todo território brasileiro.

O *Ecletismo* espiritualista que tomava como base as teorias de Victor Cousin demonstrou grande influência na literatura e nas discussões sociais do século XIX. Na segunda metade do século, ganhou prestígio entre a intelectualidade e a elite política brasileira.[204] Com Gonçalves de Magalhães, a corrente filosófica demonstrou grande harmonia com o *romantismo*, que influenciou os pensadores da época a formularem a construção da nação por meio de forma crítica, ideia sobre a qual os redatores da província apoiavam os conceitos de liberdade e instrução.[205]

Na província do Espírito Santo, o *ecletismo* ganhou adeptos como Afonso Cláudio e Misael Pena.[206] Este último, bacharel em Direito pela faculdade de São Paulo, escreveu obras de destaque na província e no Rio de Janeiro,[207] mas foi também importante fora da província ao

---

[203] NABUCO, Joaquim. *Minha Formaçã*o. Prefácio de Carolina Nabuco, Rio de Janeiro: São Paulo-Porto Alegre: Jackson 1952, p. 12.
[204] PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967. p.75.
[205] BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A significação educativa do romantismo brasileiro*: Gonçalves de Magalhães. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1973.
[206] Sob o pseudônimo de Philemon, Misael utilizava suas obras para sátiras e denúncias de abusos aos cofres públicos, o que se tornou notório na escrita de *O Livro negro*. Proferiu ainda palestra na Libertadora com o título de "Deus, pátria e Liberdade", por meio de discurso solene que marcava a entrega de cartas de alforria.
[207] Entre as diversas obras de Misael Ferreira Pena estão: *Discurso proferido na libertadora Primeiro de Janeiro*, em prol dos escravos (1874); *Discurso proferido na Assembleia Provincial*, em favor da moção ao Gabinete de 7 de março, (1873); *Conferência nas escolas da Glória*, realizada a 12 de novembro de 1874, com a assistência do Imperador, sobre o tema *Presente e Futuro do Espírito Santo*, publicada no Rio de Janeiro (1875), e *História da província do Espírito Santo*, também publicada no Rio de Janeiro, em 1878.

participar das Conferências da Glória. Estas conferências iniciaram em 1873 no Rio de Janeiro e marcavam o contexto já descrito, em que ciência e civilidade eram a tônica do debate político e intelectual que almejava o progresso no Império. Misael Pena teve notoriedade pelo discurso intitulado *Presente e Futuro da província do Espírito Santo*, proferido em 1874 durante uma das conferências na Corte, no qual tratou das causas que impediam o progresso da Província e as possíveis soluções para um futuro próspero, indicando uma ampliação das discussões sobre a demanda pela civilização e pela ciência na província.[208]

Outra produção jornalística nesse campo da nova cultura política na província é *O Cachoeirano*, do proprietário e redator Luiz de Loyola e Silva. No entanto, o periódico escrito pela primeira vez em 7 de janeiro de 1877 no sul da província se manifestava um pouco diferente dos jornais *democráticos* de Vitória. A própria denominação da folha era distinta, pois *O Cachoeirano* não era órgão Liberal, muito menos Conservador. Na primeira página do jornal, estava estampada sua vocação: *órgão* do *povo*. Declarando seu objetivo de dar voz ao *povo*, o periódico se colocou na arena política como verdadeiro porta-voz de denúncias contra o governo. O jornal se preocupava com os gastos públicos, pedia a construção de estradas e melhorias para a província e, sobretudo, para Cachoeiro de Itapemirim.[209]

Fato interessante dentro dos jornais da província era o recebimento de periódicos de outras localidades, em demonstração das redes de impressos no quadro do Império. Os jornais do Espírito Santo enviavam seus números para outras tipografias e, consequentemente, recebiam periódicos destas. Dos jornais recebidos na tipografia d'*O Cachoeirano*, dois títulos chamam atenção. O primeiro deles é o jornal *A República*, publicado no Rio de Janeiro como interlocutor do Partido Republicano naquela província. O vínculo com este jornal evidencia o posicionamento crítico d'*O Cachoeirano* com relação ao regime de governo. O órgão republicano carioca era citado na folha capixaba a partir de argumentos que demonstravam simpatia pelas ideias do Partido Republicano "[...] cujas ideias nascidas da necessidade do povo contra a opressão dos governantes e do esbanjamento infrutífero do tesouro do Estado, estão sendo fraternizadas no espírito brasileiro".[210]

---

[208] Sobre a importância das Conferências da Glória, ver CARULA, Karoline. As Conferências Populares da Glória e a difusão da ciência. *Almanack Braziliense* (Online), v. 6, p. 86-100, 2007.
[209] *O Cachoeirano*, nº 31- 12/08/1877.
[210] *O Cachoeirano*, n° 35- 09/09/1877.

Em 1877, o jornal ainda não se posicionava como órgão republicano, fato que ocorreu apenas em 1888, quando o periódico mudou de proprietário e redator. Entretanto, é visível o apoio ao ideal republicano nas folhas produzidas no sul, diferentemente dos jornais de Vitória que, até aquele momento, divulgavam o ideal *democrático*, mas não expunham claramente o posicionamento favorável ao *republicanismo*.

Outro jornal encontrado na tipografia de *O Cachoeirano,* e disponível até mesmo para assinaturas, era *O Novo Mundo*: *Periódico Ilustrado do Progresso da Idade*, fundado por José Carlos Rodrigues e publicado em Nova Iorque durante os anos de 1870 e 1879. A folha era redigida em língua portuguesa, abrigava um conjunto de colaboradores e estampava nas publicações os Estados Unidos como modelo de desenvolvimento para o Brasil. O periódico ilustrado *O Novo Mundo* pode ser considerado o divisor de águas entre a tendência literária romântica e as renovações da década de 1870 que indicam, na Província, o rompimento com o *romantismo* e a entrada do *Realismo* e *Naturalismo* na literatura, fato correlato ao movimento que se operava na Corte brasileira.

É provável que não só as novas características literárias tenham chamado a atenção dos leitores do sul da província. *O Novo Mundo* trazia diversas ilustrações, dentre elas estavam várias ferrovias americanas. Outra publicação de José Carlos Rodrigues, *A Revista Industrial*, também divulgada na província do Espírito Santo, exibia perfeitas ilustrações das estradas de ferro da Pensilvânia, Estados Unidos.[211] Além disso, os anúncios do jornal traziam diversas peças e maquinários para a composição de estradas de ferro e locomotivas, como, por exemplo, bancos, balanças, etc.[212] A leitura do jornal enfatizava, portanto, ainda mais o ideal de *progresso* divulgado pelos americanos e o sonho tão esperado dos capixabas da construção de uma estrada de ferro.

Interessa, contudo, destacar nesta tese a nova semântica política desses periódicos, como se pode verificar na enunciação abaixo:

> Com os homens cairão as armas, com as armas o poder. O povo rir-se há dessa, e eles chorarão dizendo: "Fomos pródigos, gastamos o que não era nosso, combatemos sem nos fazerem resistência, e venceram-nos sem arma, sem combate!" Dessa metamorfose nascerão "novos homens e novas ideias".[213]

---

[211] *O Cachoeirano*, n° 35- 09/09/1877.
[212] *O Novo Mundo*, nº 79- Julho de 1877.
[213] *O Cachoeirano*, n° 34- 02/09/1877.

As novas ideias eram verdadeiramente proclamadas no jornal do sul e, na visão do redator, os novos homens e seus novos ideais seriam resultado dos vícios do governo, da opressão sobre o povo e da falta de liberdade. O termo *crise* fez parte do vocabulário do jornal e pelo qual os redatores enfatizavam que "[...] Nada menos de duas crises nos assolam, a crise dos homens e a crise das ideias. Os créditos arruinados, as leis viciadas, a constituição violada [...] o povo agonizante, eis a arma da destruição."[214]

Além da chegada da crise, o periódico manifestava claramente sua profissão de fé política: "Nosso ideal político, essencialmente descentralizador, não pode contemplar esse abatimento das províncias e dos municípios, sem voz e nem no emprego da distribuição de seus haveres e depósitos." [215] Além da descentralização, o jornal se colocou no debate a favor da abolição:

> Cobre-te de vergonha, Brasil, ao recordar-te que foste covarde em escravizar um povo franco e pacífico. [...] Desditoso é seu progresso! Não pode ser digno do nome de uma nação civilizada, porque vos mantedes com a escravidão e por isso vos envolveis no obscurantismo; não podeis ter glória nas vossas ações. [...] Daí a liberdade aos vossos semelhantes, assim como a que possui. As nações civilizadas, das quais devemos seguir o exemplo, são mais ricas e têm melhores conhecimentos, entretanto, desconhecem a necessidade da escravidão para engrandecer seu país.[216]

Sobre as diferenças entre o escravo e liberto, o jornal assinala a crítica:

> Compreende a lei e consente o povo que o escravo não tenha direito de gozar dos favores da igreja assim como o liberto; que o escravo não tenha sentimentos; não tenha afetos à sua família, não vele por ela assim como o liberto? [...] Para o escravo é executada, com mais frequência, ainda a pena de morte, do que para um livre. Em que se baseia o povo quando quer que o castigo do escravo seja mais rigoroso do que o do livre, em igualdade de crimes? Se o escravo deve ser considerado um animal diferente de nós; como pois, levamo-lo à água do mesmo batismo e guiamo-lo na mesma religião?[217]

Nos questionamentos do jornal, se os escravos eram iguais aos livres no momento do batismo, por que não seriam também iguais no momento dos castigos? Na retórica do redator, a *liberdade* caminharia junto à *civilização*, sem a qual o país não poderia progredir. O *progresso*, com efeito, foi termo recorrente n'*O Cachoeirano*, seja por meio da instrução pública, da liberdade de imprensa ou da abolição.

---

[214] *O Cachoeirano*, n° 36- 16/09/1877.
[215] *O Cachoeirano*, n° 34- 02/09/1877.
[216] *O Cachoeirano*, n° 20- 27/05/1877.
[217] *O Cachoeirano*, n° 20- 27/05/1877.

O periódico, com base no ideal de *progresso*, defendia que "[...] para cada época da evolução progressiva de um povo, a lei também deve ser [...] uma lição que instrua, que eleve e prepare os cidadãos para uma época melhor."[218] Propugnava, assim, nova Constituição capaz de acompanhar a marcha dos brasileiros para o *progresso*. Para o redator, *progresso* e *democracia,* juntos, faziam parte do *novo* momento político.

Após a análise dos principais conceitos, *progresso* e *democracia*, empregados na nova cultura política do fim da década de 1870, nos cabe problematizar se a referida linguagem encontrou entraves "monarquistas" para manifestar na província do Espírito Santo as críticas às bases do Império no Brasil.

2.4 POR DEUS E PELA MONARQUIA: A LINGUAGEM ANTIRREPUBLICANA NA PROVÍNCIA

O jornal manifestamente monarquista e conservador na província foi *O Espírito Santense,* redigido pelo jornalista Bazílio Daemon. Os jornais liberais em Vitória pareciam simpatizar com as "novas ideias", mas não explicitavam a posição política de combate à monarquia. Somente no sul da Província encontramos um jornal, *O Cachoeirano,* que publicava livremente os artigos de *A República*. Na capital, portanto, o máximo de divergência com o regime era expresso pelo ideal "democrático" que flutuava sem ação política coordenada.

Por meio da imprensa conservadora, nota-se que em nenhum momento é mencionada a existência de um partido Republicano na Província no fim da década de 1870. Entretanto, os conservadores acusavam os liberais capixabas de adeptos da nova crença republicana, e chegaram até mesmo a nomear Alpheu Monjardim como o chefe do liberal-republicanismo.[219] O *Espírito-Santense* denunciava que "o pseudo partido liberal está morto na província do Espírito Santo; matou-o senhor Alpheu Monjardim e o atual presidente de província".[220]

---

[218] *O Cachoeirano*, n° 20- 27/05/1877.
[219] *O Espírito-Santense*, nº 65- 27/07/1878.
[220] *O Espírito-Santense*, nº 52- 28/06/1979.

O *republicanismo* e, sobretudo, os *republicanos*, passam a ser apontados na folha conservadora como personagens "apáticos" e, ao mesmo tempo, "ambiciosos":

> República! Viva a República! Não há nada como a República - diziam os homens de um pé no inferno e outro no céu! Feliz achado para os ambiciosos! Grande barca de passagem para um outro partido. Já em terra não se encontra mais nenhum passageiro, todos vagão [sic] mar além, todos os republicanos estão em viagem.[221]

O *republicanismo* era tratado como uma barca em que entrariam apenas os aventureiros políticos, que buscavam benefícios para si próprios sem se importar com crenças políticas duradouras. Bazílio Daemon, o principal redator da folha, incriminava os adeptos das novas ideias como os "republicanos sem república",[222] pois, segundo ele, o novo regime era projeto inatingível e inconcebível no Brasil. Com o objetivo de evidenciar a ambiguidade do republicanismo professado pelos próprios republicanos, Daemon citava o exemplo de Saldanha Marinho, adepto do republicanismo que se candidatara a uma vaga na Câmara dos Deputados em 1878. A grande referência de republicanismo dos jovens da Província, no entanto, "[...] reconheceu que a República no Brasil, com republicanos brasileiros é bananeira que ainda não nasceu quanto mais dar cacho". [223]

A oposição às novas ideias fizera circular novas denominações para o partido Liberal, tais como *pseudo-liberais*, *liberais-republicanos*, *liberais exaltados* ou *republicanos intransigentes*.[224] Essas alcunhas tinham lugar na imprensa ao mesmo tempo em que os termos *democrata* e *democracia*.

Mais interessante ainda foi a atuação do correspondente de Paris do jornal *Espírito Santense*. As turbulências que envolveram a instalação da Terceira República Francesa estampavam frequentemente o jornal conservador. A linguagem e a retórica presentes nas notícias de Paris possuíam alto teor pedagógico, pois visavam expor os erros e o triste desfecho de um governo que se rendeu à República. As notícias de 1870 foram publicadas em Vitória em 1878, exatamente no momento de necessidade de se justificar a inadequação da República. O correspondente quase sempre acentuava a culpa dos republicanos pelos acontecimentos. Em

---

[221] *O Espírito-Santense*, nº 15- 02/02/1878.
[222] *O Espírito-Santense*, nº 17- 09/02/1878.
[223] *O Espírito-Santense*, nº 65- 27/07/1878.
[224] *O Espírito-Santense*, nº 9- 18/01/1878.

um dos trechos lê-se "também pode-se dizer que é culpa dos republicanos se a camarilha do 16 de maio levanta a cabeça e procura desforrar-se da derrota que lhe infligiu o sufrágio universal".[225] O jornal noticiava quase todos os encontros dos republicanos na Corte e, em uma de suas edições, destacou o encontro com os correligionários de São Paulo, no qual foi servido um grande banquete presidido por Saldanha Marinho:

> [...] houveram [sic] discursos mais exaltados do que proferiram Marat e Robespierre!... Uma banda de música acompanhava cada um brinde da Marselhesa... [...] Enquanto Bismark procura meios de dar cabo dos socialistas e petroleiros alemães, na capital do Império, nas barbas do governo e por ele talvez protegido, os nossos republicanos procuram por todos os meios minar as nossas instituições, e convulcionar [sic] o país! Isto não se comenta. [...] Não me admiro do procedimento destes espertalhões, mas sim dos imbecis que ainda acreditam nos tais republicanos de nosso país.[226]

Parece-nos que o correspondente já havia se desiludido até mesmo com a atuação do Imperador D. Pedro II. Para o periódico, os republicanos atuavam de forma intensa na Corte e sem nenhuma censura. Para o redator, era inaceitável que políticos sem compromisso com a ordem imperial adquirissem algum prestígio. O respeito à Constituição era ponto central na discussão antirrepublicana na província, denunciando os republicanos como indivíduos interessados em desfazer o alicerce do Império.

A renovação conceitual constatada após leitura dos periódicos conservadores entre os anos de 1878 e 1879 se concentra na utilização de alguns termos principais: *anarquia, revolução, república, republicanos, oligarquia,*[227] *tirania* e *democracia* – este último, na maioria das vezes, esteve acompanhado pelo termo *modernidade.* Tal foi o aparato conceitual divulgado na imprensa para atacar a ideia positiva de república.

A condenação da *revolução*, concepção já antiga na província, ganhou fôlego com o ataque ao *republicanismo*. Para os conservadores, os *republicanos* prometiam reformas que não poderiam cumprir e ameaçavam a nação com a ideia da *revolução*, traduzida em seu lema: "Reforma ou a revolução". Bazílio Daemon, em seu periódico, considerava que a atuação dos republicanos feria intensamente o princípio constitucional da monarquia representativa.[228]

---

[225] *O Espírito-Santense*, nº 68- 07/08/1878.
[226] *O Espírito-Santense*, nº 68- 07/08/1878.
[227] *O Espírito-Santense*, nº 85-22/10/1879.
[228] *O Espírito-Santense*, nº 25- 09/03/1978.

As revoluções, segundo o redator, nunca foram concebidas ou apoiadas pelos conservadores. Em sua perspectiva, os que manipularam movimentos revolucionários no Brasil foram sempre os republicanos. Por meio de fatos históricos e argumentos retóricos, Bazílio Daemon modificava todo o oposicionismo que existia entre conservadores e liberais, esquecendo estes últimos e transferindo aos republicanos todas as ações e movimentos políticos ocorridos no Brasil desde o início do século XIX. E, num lance retórico, desafiou o redator do periódico liberal *A Actualidade* a afirmar se os conservadores algum dia tiveram conduta revolucionária: "Demonstrai agora uma única *revolução* interna ou externa promovida pelo partido conservador? Desafiamos-vos a que o proveis. Eles sim, os conservadores, têm subido ao poder para concluir a paz e dar anistia aos revolucionários".[229]

Renovando seu compromisso com a ordem, Bazílio Daemon, por meio do *Espírito-Santense*, passou a associar os republicanos à *anarquia* e à *tirania*. Além disso, os acusava de impostura e deslealdade:

> [...] Pois no presente - republicano - é para nós sinônimo de especulador, homem enfim que quer viver com ambos partidos militantes, o liberal e o conservador, passando-se para um ou para o outro quando se acha no poder.[230]

A política republicana, para os conservadores, se baseava em novas oportunidades buscadas por homens que não respeitavam o Império e suas instituições. Esses indivíduos, segundo o periódico, eram parte de uma geração que não lutou pelo Império e que não compreendia o valor do patriotismo e, por isso, sacrificavam as bases do Estado em prol de seus interesses.

Contra todas essas críticas aos republicanos surgiu no jornal *A Actualidade*, redigido pelo bacharel Corrêa de Jesus, a defesa do *republicanismo*. A folha se intitulava liberal, mas sua leitura não deixa dúvida de que o redator simpatizava e apoiava as novas ideias trazidas pelos republicanos. Sem o abrigo de um partido, Corrêa de Jesus discutia o *republicanismo* em seu jornal. Em uma de suas edições, por exemplo, o bacharel tentou buscar a origem dos republicanos no Brasil, escrevendo o artigo "Como nascera o partido republicano?". Para Correia de Jesus, o novo partido era uma inovação política que surgiu do descontentamento entre os liberais com a queda de Zacarias de Góes, em 1868. Insatisfeitos com o partido, os dissidentes instauraram o Clube da Reforma que, posteriormente, deu origem aos *Liberais*

---

[229] *O Espírito-Santense*, nº 58- 03/07/1878 (grifo nosso).
[230] *O Espírito-Santense*, nº 30- 27/03/1878.

radicais. O *republicanismo* seria, portanto, o desdobramento das necessidades do grupo radical, em consequência da subida dos conservadores ao poder em julho de 1868.[231] No entanto, os conservadores refutaram as afirmações da *Actualidade*:

> Disse o colega da Actualidade que a facção republicana nascera em 1868! Não concordamos com o contemporâneo; de sua parte há engano manifesto, há incoerência, visto que, esta facção há muito que existe. [...] Desculpe-nos colega, parece desconhecer a nossa história pátria ao avançar essas duas proposições; ou então não encara como existindo em tempo algum a facção republicana. [...] o que ainda é engano manifesto, à vista de 1789 que confirma a sua existência na *conjuração mineira*, e tanto assim é que foi um conjurado estrangulado e outros deportados; a proclamação da república em Pernambuco em 1817 [...] a Confederação do Equador, proclamada a 2 de julho de 1824, tendo a frente Manoel de Carvalho é outra prova; as revoluções de 1842 e 1848 ainda demonstram que essa facção não apareceu em 1868, como diz meu colega, mas que de há muito existe e mina os alicerces em que sustenta a monarquia.[232]

Em todos os episódios da citação que se destaca a presença de republicanos, percebe-se ali que os conservadores os ligam aos momentos de agitação política e instabilidade do Império. Além disso, curiosamente, o jornal enfatizava que o grupo não podia ser considerado "partido", pois, de acordo com a Constituição[233], somente dois partidos existiriam no Brasil: o Liberal e o Conservador. Os *republicanos*, para Daemon, não eram nada mais do que uma facção política. A ideia de Daemon sobre a impossibilidade da criação de um partido republicano possivelmente apoiava-se em sua visão sobre a Constituição do Império, a qual instituía a monarquia constitucional e representativa como única forma de governo, o que, na perspectiva do redator, anulava a prerrogativa de um partido fora do sistema monárquico. Além disso, o Código Criminal de 1830[234], por meio do artigo 85, considerava crime qualquer tentativa de se destruir a forma de governo estabelecida.

Na nova linguagem da imprensa, além dos argumentos retóricos e dos exemplos históricos contra o republicanismo, tentou-se ainda convencer não somente o povo sobre as ideias "inconcebíveis", mas também aos próprios republicanos. Nas afirmações do periódico, as novas ideias eram a mais concreta ameaça às instituições do Império e, principalmente, à Constituição.

---

[231] *A Actualidade*, nº 14 -21/03/1878.
[232] *O Espírito-Santense*, nº 30- 23/03/1878 (grifos nossos).
[233] *O Espírito-Santense*, nº 30- 23/03/1878.
[234] TINOCO, Antonio Luiz Ferreira. *Codigo criminal do Imperio do Brazil annotado*. Ed. fac-similar da original de 1886. Brasília: Senado Federal, 2003.

Percebe-se, pelas exposições do redator, o medo do desdobramento político que levaria à República e a fins considerados ainda piores: "Esta (a constituinte) pode tornar-se Assembléia Nacional e trazer a república, ou então, por evoluções que se deem na ocasião e que abstém pela maioria aquela conflagração, trazer-nos outro mal e esse será sem dúvida o absolutismo". [235]

Assim, a linguagem antirrepublicana passou a pontuar, por meio de conceitos e teóricos, que a república poderia evoluir à forma absoluta de governo. Mas o que o redator conservador acreditava ser a forma de governo absoluta? Citando os erros da facção republicana, Bazílio Daemon se manifestava: "[...] Reconhecendo que o *poder popular*, propriamente *a democracia pura, é o poder absoluto,* cujos resultados dão à *tirania*". [236] Era, portanto, o governo do povo o medo dos monarquistas.

Para dar fundamento a suas constatações, a linguagem política do jornal se mostra repleta de citações aristotélicas sobre o conceito de *república,*[237] a partir da visão negativa desse tipo de governo. De acordo com Aristóteles, a república seria a depravação da aristocracia, governo formado por mais de um indivíduo, trazendo em si aspectos de outros dois regimes degenerados: a oligarquia e a democracia. O despotismo e a arbitrariedade são características centrais da tirania, que é forma impura da monarquia.[238]

O conceito de *democracia*, considerada a maior ameaça pelos monarquistas, se baseou nas teorias clássicas e na própria concepção política e pessoal do redator conservador, que não via com bons olhos um governo da maioria. Apoiado em Aristóteles que entendia a democracia como a depravação da República, Bazílio Daemon concebia na *democracia* pura e no governo *popular* sério risco para a nação. Desse modo, o governo de muitos não significava o melhor governo, para Bazílio Daemon, pois o mal consistia no fato de que estes "muitos" poderiam não ser aptos à política:

---

[235] *O Espírito-Santense*, nº 67- 20/08/1879.
[236] *O Espírito-Santense*, nº 30- 23/03/1878 (grifos nossos).
[237] O conceito de república adquiriu diversas conotações ao longo do século XIX. O uso do termo e sua aplicação nos jornais políticos da Regência são estudados por Silvia Carla Brito. FONSECA, Silvia C. P. Brito. Federação e república na imprensa baiana (1831-1836). In: FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; LESSA, Mônica Leite. (Org.). *Entre a monarquia e a república:* imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). 1. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008, p. 61-81.
[238] ARISTÓTELES. *A Política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 106.

> [...] na Inglaterra, no século XVII, com o protectorado de Cromwel; na revolução de 1789 a 1793 em França, em que a tirania foi resultado da aceitação do poder popular, nessa democracia pura, já reconhecida pelo mesmo Aristóteles, quando disse: "O caráter ético desta forma de governo exerce o despotismo sobre a melhor classe dos cidadãos".[239]

Desse modo, a *república* e seu pior fruto, a *democracia*, eram vistos como formas degradadas de governo. Para consolidar sua argumentação, o conservador lançava mão de mais alguns nomes que pensaram a *democracia* de forma pejorativa, como, por exemplo, François Guizot e Jeremy Bentham. Dessa forma, a lógica do pensamento de Daemon perfaz uma junção entre os conceitos de liberdade e democracia discutidas pelos antigos e por pensadores modernos.[240]

2.5 CONCLUSÃO

Por volta de 1870, ocorreu, portanto, a transição de linguagens, fazendo com que a dinâmica política entre liberais e conservadores fosse invadida por novas práticas políticas e novo vocabulário. Foi exatamente a imprensa dita "democrática" a tônica da segunda parte do estudo, onde se comprova uma grande produção de jornais que não se intitulam liberais e nem conservadores, o que abriu espaço para o início de críticas ao Império e para a entrada de ideias novas, vindas por meio da literatura, da ciência e de um novo grupo de redatores, que se distinguiam da elite política e intelectual atuante em 1860. Mesmo dispondo de aparato tipográfico e meios para divulgação, a cultura política vigente nos anos de 1870 na província do Espírito Santo ainda não abrigava a propaganda republicana, mas já demonstrava o pavor dos monarquistas em relação ao republicanismo divulgado em outros pontos do Império. Percebeu-se, ainda, certa diferença deste período vivido pela imprensa na região sul da província, onde a linguagem política parece ter sido mais incisiva em prol das críticas e do apoio ao partido Republicano. O jornal do sul parecia proclamar sem medo a necessidade do progresso, da descentralização e da liberdade, enquanto a capital permaneceu no debate sobre a ciência e a razão.

Assim, a província do Espírito Santo terminou a década de 1870 já com as bases do Império estremecidas. O silêncio já havia se rompido, os partidos que há pouco haviam sido definidos,

---

[239] *O Espírito-Santense*, nº 30- 23/03/1878.
[240] BOBBIO, Norberto. Liberais e Democratas no século XIX. In: BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000. p.49.

já sofriam com as dissidências. Entretanto, a província tentou suportar a todo custo a política baseada em dois partidos, fazendo com que a ideia de república ainda não fosse uma bandeira defendida por um grupo organizado. A existência de um terceiro partido colocaria em risco a elite política local? Como teria sido a recepção das ideias republicanas pela elite política da província do Espírito Santo e a nova elite intelectual? Durante a década de 1880, a partir da maior circulação de ideias, impressos, e a configuração de um espaço político de opinião, as correntes européias como o positivismo e o evolucionismo ganharão espaço e auxiliarão na composição da linguagem política republicana. Somente a partir de então o Espírito Santo irá vivenciar as "experiências de *república*" e o auge da "crise" do Império.

3. IDEIAS DE REPÚBLICA E LINGUAGENS DA MONARQUIA: A AMPLIAÇÃO DA ESFERA LITERÁRIA E A DIVULGAÇÃO DE PROJETOS POLÍTICOS NA PROVÍNCIA

> Por toda parte as salvas, as cornetas. Fugiram do horizonte as grandes nuvens pretas; Bebera a monarquia um ar mais confortável; Mas não viu sobre si erguida, formidável, uma espada a cortar-lhe a fronte soberana, no braço colossal da liberdade humana![241]

Após a análise da linguagem política empreendida em meados de 1870, este estudo passa a destacar a configuração de projetos políticos divergentes na província do Espírito Santo durante os anos de 1880 por meio da ampliação da esfera literária promovida pela divulgação dos impressos e pela atuação das tipografias. Objetiva-se demonstrar como a cultura política consensual moderada, propagada desde o início do Oitocentos pela elite política local, emoldurou outras perspectivas políticas nos anos de crise da monarquia, agregando-as em suas práticas políticas de manutenção da ordem.

Como enfatiza Reinhart Koselleck[242], os espaços "apolíticos", como as sociedades literárias, bibliotecas e cafés, eram redutos propícios à discussão política e científica dos excluídos da política no Antigo Regime. Deste modo, os espaços sociais adquiriram no momento de crise uma configuração política de crítica. Salientando a importância desses espaços também no contexto provincial no século XIX, buscamos identificar aspectos que indiquem a expansão da imprensa e de espaços sociais de leitura e difusão científica no Espírito Santo.

A ampliação da esfera literária permitiu a circularidade de livros e ideias que, por sua vez, auxiliaram na composição de novos projetos políticos, baseados nos conceitos de civilização, progresso, evolução e ciência, o que indica o embate entre grupos distintos pela condução da política local. Essas novas práticas políticas culminaram na formulação de diferentes linguagens, cujo confrontamento com os interesses da ordem mantida pelos monarquistas deu lugar a modificações na política provincial e abriu espaço para o debate republicano.

As últimas décadas do Império brasileiro foram marcadas por intensa circulação de teorias estrangeiras ligadas à ciência, ao progresso e ao pensamento de evolução, o que compunha uma nova linguagem e cultura política baseada na superação do regime político, que, em tempos de

---

[241] *O Cachoeirano*, nº28- 10/07/1887.
[242] KOSELLECK, Reinhart. Crítica *e Crise:* Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 1999. p.60.

crise, rechaçava a monarquia e clamava pelo ideal republicano. Na Corte, o Clube Republicano, originado dos liberais radicais da década de 1870, discutiu e propagou a ineficiência do governo imperial. Contudo, como indica José Murilo de Carvalho, os próprios republicanos demonstravam divergências quanto às características do novo regime que planejavam instaurar. Diversas correntes, como, por exemplo, a jacobinista, a positivista e a liberal americana, entraram no jogo político para a derrubada da monarquia e a projeção da República no Brasil. [243] É necessário, no entanto, perceber a especificidade das províncias em meio ao contexto de crise da monarquia para elucidar a forma como receberam tais projetos políticos e suas resignificações durante a década de 1880.

Para trazer à luz as práticas políticas, normas, valores e as linguagens que foram vistas na província naqueles últimos anos da monarquia, é necessário resgatar a circulação de ideias nos espaços públicos provinciais e identificar a entrada de novas teorias e ideias políticas. Ao se mencionar a entrada das "novas ideias", torna-se imprescindível buscar quem foram seus divulgadores, quais os principais locais propícios às discussões; e por fim, como as novas tendências políticas influenciaram os projetos locais e delimitaram grupos divergentes na disputa pelo poder local.

Por volta de 1880, com o maior acesso à instrução e à formação superior, consolidou-se na província a elite intelectual que atuou na ampliação do alcance de periódicos e livros por meio das tipografias, bibliotecas e sociedades literárias. Objetiva-se demonstrar, neste capítulo, que a maior divulgação de conhecimento e de novas práticas de leitura colocou em cena temas até então não muito difundidos, como o positivismo e o evolucionismo, possibilitando a formulação de propostas políticas diferentes daquelas que estiveram em discussão entre liberais e conservadores nos anos anteriores. Pretende-se ainda comprovar que, embora houvesse na província a mesma disposição de símbolos, linguagens e espaços literários que serviam de base para a crítica à monarquia e a consolidação da ideia republicana, tais representações foram sentidas de maneiras distintas em algumas regiões do Espírito Santo, acentuando as divergências políticas entre a capital e o sul.

[243] CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

3.1 O INÍCIO DO FIM: A MONARQUIA E O "COLAPSO" DAS IDEIAS

Diversos fatores motivaram a desagregação da ordem imperial durante a década de 1880. As fissuras da monarquia se mostravam no campo político, no plano econômico e no âmbito social. Tais dissidências levaram ao florescimento de inúmeras reflexões e críticas ao regime, e culminaram na formulação de uma solução infalível por parte dos dissidentes: a República. A recepção da ideia republicana nesse período é caracterizada de diferentes formas, promovendo interpretações variadas. Segundo Angela Alonso[244], o momento de contestação da ordem seria consequência das chamadas "novas ideias", propagadas pela geração de 1870. Para a autora, o arcabouço científico utilizado pelo grupo alijado do poder serviu como repertório necessário à crítica da monarquia.[245]

Outros estudos ou apontam a desestabilização da monarquia relacionada a diversos fatores, como as consequências do fim da escravidão, a dissolução da base social do Império e a tensão entre os oficiais do Exército, insatisfeitos com as limitações de seus direitos[246]; ou demonstram o enfraquecimento do regime por meio das mudanças nas estruturas econômicas e sociais.[247] Acredita-se que tais interpretações devem ser matizadas, levando a maiores reflexões sobre a intercomunicação dos fatores que propiciaram a crise do Império. No entanto, concordamos que a divulgação de novas ideias e correntes de pensamento tenha possibilitado a crítica ao regime, e destacamos, assim como Maria Tereza Chaves[248], a importância dos impressos, da literatura e das novas práticas de leitura para a assimilação dos "malefícios" da monarquia. A crítica ao Estado imperial beneficiou-se também da construção de uma linguagem política "democrática" que se tornou vencedora durante o debate contra uma linguagem "monárquica".

---

[244] ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento:* a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
[245] Sobre a recepção e assimilação de teorias científicas, ver também: SCHWARCZ, Lilia Moritz. Entre homens de Sciencia. In: ____. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 23-66.
[246] SCHULZ, John. O exército e o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da Civilização brasileira*. São Paulo: Difel, t. 2, v. 4, 1971. p. 37.
[247] VIOTTI da COSTA, Emília. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
[248] MELLO, Maria Tereza Chaves. A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/Edur/anpuh, 2007.

Os estudos que se dedicam a esta temática no contexto da Corte[249] apontam que a contestação da monarquia não foi o único fator que influenciou a retirada do Imperador, mas, sobretudo, foi necessário que também ocorresse a destruição de todo o aparato simbólico do Império. Por meio da investigação feita em periódicos e outros impressos da década de 1880, percebe-se certa retórica que enaltece os aspectos positivos da República em oposição à monarquia, desestabilizando a figura do Imperador.

Segundo as investigações de Maria Tereza Chaves[250], as questões políticas foram pensadas nesse período por um arsenal de novas ideias, em contexto formador de novos conceitos, semânticas e construções discursivas baseadas na linguagem cientificista contra os símbolos da monarquia. A autora adverte, contudo, que o êxito da nova linguagem deveu-se à tentativa não de criar algo absolutamente novo, à opção por uma reformulação da tradição liberal.

Pretendemos, deste modo, identificar a circulação de ideias durante a década de 1880 dentro da província do Espírito Santo, a fim de tornar possível visualizar a recepção de novos projetos políticos. Acredita-se que, durante a década de 1880 e em meio ao período de contestação política e de divulgação de teorias científicas, os espaços de discussão tenham sido ampliados por meio da imprensa, apontando para maior divulgação das novas ideias por meio de livros e outros impressos. Desta forma, a investigação sobre a circulação de impressos e das formas de leitura na província permite mapear a entrada e recepção das novas correntes que invadiam o Brasil no fim do século XIX.

Torna-se, possível, deste modo, visualizar até que ponto as publicações modificaram o vocabulário político do período e o quanto foram importantes para que se forjasse um terreno propício à chegada da propaganda republicana. As diferentes linguagens auxiliam no mapeamento do jogo político a favor manutenção do poder pela elite vigente e a tentativa de entrada de uma nova geração política influenciada por novos ideais. Para alcançar este esboço sobre a transmissão e recepção de ideias locais, faz-se necessário investigar a importância de espaços de leitura no sul e no centro da província, dois polos políticos principais do Espírito Santo. [251] Demonstra-se a seguir em que medida, em diferentes regiões, as tipografias,

---

[249] MELLO, Maria Tereza C. A República e o sonho. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, p.121-139, jan/jun 2011

[250] Ibidem.

[251] Emprega-se aqui o termo "centro" para a capital, Vitória, e o "sul" para a região de Cachoeiro de Itapemirim e vilas vizinhas.

bibliotecas, gabinetes de leitura, sociedades literárias e o aumento do público leitor possibilitaram a divulgação das novas teorias científicas do século XIX.

3.2 NOVOS ESPAÇOS, NOVAS LEITURAS: A CIRCULAÇÃO DAS NOVAS IDEIAS NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

Voltemos brevemente ao Rio de janeiro e observemos como os primeiros dias do ano de 1880 já enunciavam os acontecimentos e debates políticos da época. Em 1 de janeiro, quando passou a vigorar o imposto de 20 réis sobre as passagens de bondes e trens, o povo já estava nas ruas, ouvia os discursos contra o Imperador e começava a assimilar as denúncias de Lopes Trovão e José do Patrocínio contra os percalços do governo.

Esse período foi marcado pela ampliação e modernização da imprensa em todo o Império. Como indica Marialva Barbosa[252], o número de tipografias aumentou significativamente nesta época e as publicações mais importantes introduziram uma série de melhorias em suas oficinas. As mudanças nos sistemas de transportes, o serviço de Correios, assim como a extensão da malha ferroviária, fizeram com que os impressos atingissem até mesmo os leitores das áreas mais distantes da Corte. Consolidou-se, desta forma, a ampliação do espaço público por meio de conferências, clubes, livrarias e associações, solidificando a politização nas ruas do Rio de Janeiro.

No Espírito Santo, durante o mesmo período, a imprensa tornou-se um espaço de discussão política e canalização de teorias científicas.[253] Na década anterior, o jornalismo local, por meio dos chamados "órgãos democráticos", empregou uma linguagem que já demonstrava a inserção de novos conceitos e ideias ligados à ciência e ao progresso. O jornalismo político, todavia, ainda era efêmero na década de 1870, fazendo com que os redatores "democráticos" não lograssem êxito na criação de projetos políticos, apesar de terem iniciado a discussão de críticas pontuais à monarquia. O projeto de ordem conduzido pela elite política tratou de neutralizar tais conflitos por meio da cooptação de alguns jornalistas para o centro do partido Liberal. O redator Joaquim Pessanha Póvoa é um exemplo dessa prática. No início da década de 1870,

[252] BARBOSA, 2010, p. 117.
[253] VIANNA, 2013.

Pessanha Póvoa era um dos agitadores que guiavam os estudantes do Atheneu Provincial com a publicação de um jornal e demonstrações de apoio à implantação da República no país. Alguns anos depois, o redator cessou suas publicações nos jornais "democráticos" e passou a fazer parte das discussões políticas do partido Liberal.

Nos anos de 1880, é possível identificar a ampliação e a consolidação do jornalismo na Província, além da atuação mais eficaz na esfera política, o que pode ter sido propiciado pela inserção de uma nova geração de redatores. É necessário salientar, contudo, que neste período ocorreu significativa diminuição de impressos sem bandeira política, como ocorrera na década de 1870. Os jornais haviam voltado a se manifestar como liberais ou conservadores e tinham extinguido quase por completo a publicação dos jornais "democráticos", o que fortalecia a ideia monárquica na província justamente durante o período de críticas ao Império.

O problematizamos neste estudo é a formação de uma imprensa em seu sentido mais latente, propulsora da circulação de ideias, muito mais atuante a partir de 1880. Neste sentido, concordamos com as proposições de Marialva Barbosa, que, ao tratar a imprensa por um viés cultural, nos chama atenção para o fato de que a existência de impressos, tipografias e publicações sem regularidade, como ocorrera em outras décadas, podem não configurar a presença de uma "imprensa" de fato:

> Só existe imprensa, no sentido estrito do termo, a partir do momento em que a transmissão de informações regular se torna pública, ou seja, acessível ao público em geral. Só há imprensa quando a ideia do público como espécie de abstração-concreta se torna o desejo dominante das publicações. Não importa que tipo de público: se os próprios jornalistas, se os poderosos do reino, se os comerciantes e os militares de altas patentes. Há jornalismo quando há publicização no sentido mais amplo.[254]

Portanto, identifica-se a imprensa do final do Oitocentos como espaço de ampliação do debate político, pois atuava como veículo de contestação e denúncia sobre o exercício do poder local por parte de grupos distintos, e chocava-se pela primeira vez contra uma cultura política consolidada, baseada nos princípios de ordem e moderação.

A ampliação da esfera literária e intelectual que ocorreu na década de 1880 não atingiu somente o jornalismo provincial, como também marcou a maior circulação de livros e a criação de espaços de leitura e de discussão de correntes políticas e científicas. A situação das bibliotecas e as práticas de leitura situam-se na mesma discussão proposta aos jornais locais. A primeira

[254] BARBOSA, 2010, p. 20.

biblioteca no Espírito Santo remonta ao período colonial como uma criação jesuíta, o que, portanto, nos indica a circulação de livros na província nos anos anteriores a 1880. Entretanto, consideramos haver uma maior circulação literária e diferentes práticas de leitura nos últimos anos do Império que funcionaram como bases para a construção da linguagem política que canalizou projetos políticos distintos.

3.2.1 Os espaços de leitura no Império: bibliotecas e sociedades literárias

As sociabilidades intelectuais e os espaços destinados à divulgação do saber e às discussões políticas redimensionaram a opinião pública e tornaram-se importantes locais de debate para os que, na maioria das vezes, estavam aquém do debate político. O movimento revolucionário francês, por exemplo, foi fator essencial no contexto de criação de espaços públicos de divulgação do saber e da prática da leitura. É necessário ressaltar que, neste período, as bibliotecas particulares eram consideradas "inimigas da república", fazendo com que a revolução transferisse a todos os cidadãos o direito de instrução, abolindo a ideia de que o passado, cristalizado nas bibliotecas particulares, deixasse de ser um privilégio da classe burguesa.[255]

Diversos autores[256] indicam que, apesar da existência das bibliotecas na Antiguidade e no Medievo, as bibliotecas públicas surgiram apenas na segunda metade do século XIX nos Estados Unidos e na Inglaterra. Para Almeida Junior[257], essas bibliotecas se diferenciavam por três fatores: eram integralmente mantidas pelo Estado, possuíam funções específicas e

---

[255] ARRUDA, Guilhermina Melo. As práticas da biblioteca pública a partir das suas quatro funções básicas. In CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, 2000. Disponível em: http://dici.ibict.br/archive/00000734/01/T079.pdf. Acesso em: 23/11/2013. p.7.

[256] As bibliotecas públicas, contraditoriamente, eram locais de acesso restrito, e, além disso, o acervo era proveniente de bibliotecas particulares, o que não agradava ao gosto do leitor. Somente na segunda metade do Oitocentos pode-se falar verdadeiramente em bibliotecas públicas, com acervos provenientes da necessidade e gosto popular. ARRUDA, Guilhermina Melo. *História e memória da Biblioteca Pública do Amazonas (1870 a 1910)*. Manaus: Universidade do Amazonas, 2000.Dissertação de Mestrado. Disponível em <http://www.scribd.com/doc/16826748/MELO2000Historia-e-Memoria-da-Biblioteca-Publica-do-Amazonas-18901910> Acesso em 20/07/2014.

[257] ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Biblioteca Pública*: avaliação de serviços. Londrina, PR: EDUEL, 2003. p. 66

objetivavam atender a sociedade. Na Inglaterra, os espaços de leitura tiveram seu maior desenvolvimento por volta de 1850, em meio ao contexto da revolução industrial, propiciado pelos movimentos de contestação, que indicavam a necessidade de espaços de discussão cultural e local de aperfeiçoamento.[258]

Diversos fatores levaram as bibliotecas públicas e os acervos particulares do século XIX a se tornarem objetos de estudo da historiografia brasileira. A análise dos acervos, das práticas de leituras e do público leitor permite caracterizar o que era lido nas províncias, a interferência das leituras na formação dos indivíduos e nos movimentos de contestação, e, além disso, possibilita descrever a recepção e a circulação das ideias políticas. As investigações desta natureza auxiliam, sobretudo, a mapear o mercado livreiro e as transações que ocorriam entre o Brasil e outros países como, por exemplo, a França.[259]

No Brasil, como afirma Rubens Borba de Moraes[260], as primeiras bibliotecas foram organizadas pelos jesuítas, entretanto, resguardados à ordem religiosa, tais acervos não eram considerados públicos. Com a chegada da Corte, diversas instituições culturais foram criadas no Rio de Janeiro, como, por exemplo, a Real Biblioteca[261], configurada em 1810. Após a Independência, essa instituição passou a se chamar Biblioteca Imperial Pública, contando ainda com o acervo posterior. Da mesma forma, as províncias passaram a projetar suas bibliotecas locais, atribuindo a estes espaços ideias de civilização e modernidade.

A criação de bibliotecas como espaços de difusão de conhecimento a partir da iniciativa e necessidade das elites intelectuais locais foi uma prática recorrente em diversas regiões. Na Bahia, por exemplo, onde ocorreu a criação da primeira biblioteca pública, a necessidade de um espaço de leitura foi requerida pelo intelectual Pedro Gomes Ferrão Castello Branco. Em 1811, ele apresentou ao governador da capitania da Bahia um documento que constituía um

---

[258] WADA, Madalena Sofia Mitoko. *Democratização da cultura nas bibliotecas infanto-juvenis*. Belo Horizonte: UFMG, 1985. p. 16

[259] Sobre o mercado editorial e circulação de livros, ver: MOLLIER, Jean-Yves. *O Dinheiro e as letras*. História do capitalismo editorial. São Paulo: Edusp, 2010; JURATIC, Sabine. Da prosopografia dos livreiros ao estudo das redes do livro. Balanço e perspectivas da pesquisa. *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do livro e da edição.* n. 1, maio, 2011. São Paulo: USP/ Ateliê Editorial.

[260] MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial.* 2. ed. *Brasília:* Briquet de Lemos, 2006.

[261] CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional* (1807 a 1990). Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.

plano para o estabelecimento de uma biblioteca Pública em Salvador. A urgência de um estabelecimento como aquele foi denunciada por Castello Branco:

> Padece o Brazil, e particularmente esta Capital a mais absoluta falta de meios para entrarmos em relação de idéas com os Escritores da Europa, e para se nos patentearem os tesouros do saber espalhados nas suas obras, sem as quais nem se poderão conservar as ideias adquiridas, e muito menos promovê-las a beneficio da Sociedade.[262]

A partir de então a capital passou a contar com um espaço para leitura, onde a maioria de seus livros era escrita em língua francesa, composta por doações de outros intelectuais da região. Nos anos de 1880 a biblioteca pública da Bahia já havia se consolidado, contando com um acervo de quase vinte mil livros.

Por outro lado, a província do Amazonas só passou a vivenciar a experiência de uma sala de leitura em meados de 1870, acompanhando a modernização e as modificações urbanas de Manaus. De acordo com os estudos de Guilhermina Arruda, a iniciativa de se criar uma biblioteca pública em Manaus objetivou satisfazer a elite intelectual manauara, na tentativa de fazer da cidade uma referência intelectual. Após a criação da sala de leitura agregada à biblioteca, o local passou por alguns anos de abandono, tanto por parte dos leitores, como também das autoridades públicas. Foi somente na década de 1880 que a nova biblioteca voltou a ser uma preocupação governamental, ganhando novo acervo.[263]

Acompanhando o mesmo processo, a primeira biblioteca pública do Pará também foi requerida por parte da elite intelectual. A biblioteca iniciou seu funcionamento por volta de 1839 e visava ao desenvolvimento intelectual da província. O acervo foi realocado por diversas vezes, fazendo com que as obras facilmente se desorganizassem e sofressem abandono por parte dos usuários. Somente em 1871 o espaço passou por uma renovação, iniciada pelo presidente de província Joaquim Pires Machado Portella, que renovou o acervo, agregou obras diferenciadas aos volumes já existes, e instituiu-a como departamento público.[264]

---

[262] Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca pública na Cidade de S. Salvador - Bahia de Todos os Santos, offerecido á Approvação do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde dos Arcos, Governador, e Capitão General desta Capitania. In: SOARES, Francisco Sério Mota,,, [et al.] *História da Biblioteca Pública da Bahia*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2011. Disponível em: <http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/356/1/Historia%20da%20biblioteca%20publica%20na%20bahia.pdf>. Acesso em: 12/02/2013.
[263] MELO, 2007.
[264] APOLARO, Kuézia da Costa. *A criação da biblioteca pública na província do Pará*. Belém: UFPA, 2008.

De acordo com Tânia Bessone[265], em 1880, a Corte abrigava grande número de bibliotecas, entre as quais se destacava a Biblioteca Nacional, as bibliotecas da faculdade de Medicina, Escola da Marinha, do Mosteiro de São Bento, da Academia de Belas Artes, do Gabinete Português de Leitura, do IHGB, entre outros acervos. As pesquisas da autora indicam que as bibliotecas públicas eram locais bastante frequentados por leitores com objetivos diversos. As bibliotecas, por sua vez, preocupavam-se em ampliar o público, publicando informativos nos jornais e zelando pelo conforto do leitor com iluminação adequada e expediente que suprisse a demanda dos frequentadores.[266]

Na província de São Paulo, o número de bibliotecas também era bastante significativo nas últimas décadas do Império. De acordo com Marisa Deaecto[267], a primeira biblioteca pública dessa província foi criada em 1825, tornando-se mais tarde Biblioteca da Faculdade de Direito. Por volta de 1890, a instituição já contava com mais de 10.000 exemplares. Na década de 1870, criou-se a Biblioteca Popular e a Biblioteca da Sociedade Germânia. Outra importante biblioteca de estudos foi fundada pelo College Mackenzie, em 1886, e, em 1894, São Paulo contava também com o acervo da Escola Politécnica.

Tomando por base a literatura referente ao estudo das bibliotecas em outras províncias, e a circulação de ideias nos espaços de leitura, é necessário inserir a província do Espírito Santo no mapeamento das bibliotecas públicas do Império. Tal investigação possibilita caracterizar a utilização dos espaços de leitura local como elemento indispensável para a discussão e conhecimento de diversas teorias científicas e correntes políticas divulgadas no fim do século XIX. As novas práticas de leitura e assiduidade às bibliotecas consolidaram a existência de uma elite intelectual atuante nos anos finais do Império, ampliando, neste sentido, o espaço público de discussão e crítica.

---

[265] FERREIRA, Tânia Maria Bessone. Livros de História: bibliotecas e mercado editorial no século XIX. *Anais da anpuh – XXIII Simpósio Nacional de História* – Londrina, 2005. p. 4.
[266] FERREIRA, Tania Maria T. Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados*: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
[267] DEAECTO, Marisa Midori. O Império dos Livros: Instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista. São Paulo: Edusp, 2011.

3.2.2 Impressos, leituras e leitores na Província

A criação tardia da imprensa no Espírito Santo, em 1849, certamente afetou a circulação de livros e outros tipos de publicações, pois fazia como que a impressão de livros também fosse inibida até esta data. A situação pouco se modificou nos anos posteriores, já que a maioria das obras de autores locais costumava ser publicada na Corte.[268] Os entraves não se relacionavam somente às publicações, mas também aos espaços necessários para a pulverização de ideias e difusão de novos conceitos no fim do século XIX no Espírito Santo. Somente nos anos finais do Império foram criados lugares propícios à difusão de conhecimento e ciência na província. Estes espaços, contudo, mostraram-se de forma diferente nas principais regiões da província.

Foi por meio da Biblioteca Pública provincial criada na capital – Vitória – que as correntes políticas e científicas tomaram fôlego na província.[269] O local não era o único reduto de leitura na localidade[270], no entanto, a Biblioteca possuiu um papel de destaque em meio à dinâmica de circulação de ideias científicas e das discussões sobre o progresso e a civilização nos anos finais do XIX. Foi durante a década de 1880 que se verificou a intensificação dos trabalhos na Biblioteca e das práticas de leitura na capital, embora sua criação tenha se dado desde a metade do século. Os relatórios emitidos por presidentes de província auxiliam a delinear a história da Biblioteca pública e também exibem as dificuldades para a concretização do projeto na capital.

Os preparativos para a instalação da Biblioteca Pública tiveram início por volta de 1853. Em comunicado feito à Assembleia provincial, o presidente da província, Sebastião Machado Nunes, indicou que necessitava da aprovação de verbas para que uma das salas do palácio da presidência abrigasse uma biblioteca.[271] Em julho daquele ano, a biblioteca foi aberta, mas continuou a demandar auxílios dos deputados provinciais para a sua permanência.

Os livros que ali existiam eram, em sua maioria, doados por Braz Costa Rubim, intelectual nascido no Espírito Santo, mas residente na Corte no momento da abertura da biblioteca. Autor de diversas obras sobre a história de sua terra natal e membro do IHGB, Rubim presenteou a livraria pública com cerca de 400 obras, que foram então administradas por João Clímaco de

---

[268] HALLEWELL, Laurence. O *Livro no Brasil*: sua história, São Paulo: EdUSP, 1985.
[269] A Biblioteca Pública Provincial foi criada em 16 de julho de 1855.
[270] Em Vitória funcionavam algumas sociedades literárias, como o Grêmio Literário Vitoriense.
[271] APEES. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes, Presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinaria da respectiva Assembléa Legislativa no dia vinte e cinco de maio do corrente anno, 1854.

Alvarenga Rangel, João Malaquias dos Santos Azevedo e José Camilo Ferreira Rabelo. A fundação do espaço para leitura não obteve êxito, posto que, em 1859, o estabelecimento já dava sinais de fraqueza. De acordo com o presidente de província Pedro Leão Velloso, era visível a necessidade do apoio de verbas do legislativo para que a biblioteca cumprisse seu papel na província: "Não passa de [...] 900 volumes inclusive as ditas brochuras atiradas à poeira. Se entendeis que a província deve ter uma livraria pública [...] que adoteis dos meios de que há mister o núcleo que já temos, para que se possa desenvolver".[272]

Durante a década de 1850, o estabelecimento foi pouco frequentado, o que, para os presidentes de província, devia-se à má organização dos livros e à falta de boas acomodações para os leitores. Além da falta de estrutura, a biblioteca sofria com a ausência de um encarregado permanente, fazendo com que geralmente estivesse fechada. Entre outras reclamações dos administradores locais constava também a ausência de um catálogo regular, o que poderia facilitar a consulta dos leitores, além de mobiliário adequado. Reclamava-se, sobretudo, que fosse solicitado às sociedades científicas do Império e a todas as tipografias que enviassem um exemplar de suas publicações para aquela biblioteca.

Se em 1860 as tipografias iniciavam intensa produção na província, o mesmo entusiasmo não foi visto na Biblioteca Pública. Em 1861, o presidente Costa Pereira Junior relatou a situação precária daquele estabelecimento na capital. Segundo o administrador, faltavam móveis adequados, principalmente para guardar os livros. De acordo com o presidente, a ausência de estantes fazia com que as obras ficassem amontoadas e jogadas pelo chão da sala que abrigava a biblioteca. No entanto, a preocupação de Costa Pereira Junior não se referia apenas à estrutura física, mas também ao conteúdo dos livros que formavam a biblioteca:

> Do exame que ali procedi, logo que tomei conta da administração da província, cheguei ao conhecimento de que poucas são as obras de vulto que a biblioteca possui e destas, algumas pela antiguidade das edições, não mostram o último estado das ciências de que tratam. Abundam as brochuras, relatórios, panfletos, etc.. mas infelizmente muitas que serviram para a história pátria figuram apenas no catálogo.[273]

A citação destaca ao menos dois problemas. Um deles era o desaparecimento de livros que eram pegos em empréstimos, mas não eram devolvidos. Essa prática, como alertava o presidente de

[272] APEES. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, o Bacharel, Pedro Leão Velloso, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859.
[273] APEES. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo Presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior.

província, contribuía para que obras que existiam em poucos exemplares, livros raros, já não existissem na biblioteca provincial. Outra questão apontada pelo administrador é a ausência de obras "atuais" para o período, ou seja, havia a carência de livros que acompanhassem a discussão científica da época.

O número de público leitor também não era animador. Segundo as fontes, eram raros os indivíduos que frequentavam o estabelecimento, seja por causa das péssimas condições para realização de pesquisas e leituras, seja pelo desprezo por tal atividade. Neste sentido, parece não haver indícios que nos apresentem grande interesse pelos livros e prática de leitura na biblioteca pública em meados de 1860. Entretanto, foi na década de 1870 que a biblioteca viveu seu pior período. O relatório governamental de 1872 exibiu a precariedade da biblioteca pública, afirmando que "hoje apenas existem alguns livros de todo inutilizados e estragados pelas traças". Contudo, o que chama atenção na fala de Francisco Ferreira Correia não é somente a situação crítica do estabelecimento, posto que tal fato já fosse constatado desde a criação da biblioteca e se assemelhava à situação de outras bibliotecas provinciais. O que o presidente de província faz questão de destacar em seu relatório é a negligência dos capixabas diante da prática de leitura e do conhecimento. Na visão do administrador,

> Reconheço infelizmente que na maior parte da população não há somente indiferença e negação pelas letras; há mais que isso; há um horror quase igual ao que se observa em relação ao serviço das armas e até a inoculação da vacina [...] Em geral, pois, evita-se a escola. [...] Uns não sabem ler, outros não querem aprender o que deveriam saber! E assim grassa a ignorância como uma epidemia de mau caráter, que mata a um tempo o espírito público e todas as aspirações nobres que se precedem à indústria, às ciências, às letras, às belas artes e às armas.[274]

Ainda na década de 1870, paralelo ao surgimento do jornalismo "democrático" vivenciado na província, iniciou-se uma forte discussão sobre a reforma da instrução pública no Espírito Santo. A demanda educacional forjou também a necessidade de se restabelecer a biblioteca como um estabelecimento literário em prol do saber. O discurso de mudanças da época enquadrava as práticas capixabas nos quesitos do "velho" e do "novo". Entretanto, pouco se viu em termos de mudanças e difusão de ideias científicas na província. Foi somente na década

[274] APEES. Relatório lido no paço d'Assembléa Legislativa da Província do Espírito Santo pelo Presidente o Exm. Snr. Doutor Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária do anno de 1871.

de 1880, durante a administração de Eliseu de Souza Martins, que se consolidou a ideia da biblioteca pública como um espaço da ciência e de conhecimento para o progresso.

O governante mencionou em seu relatório à Assembleia provincial sobre a "ideia de fundar na Capital um templo consagrado às ciências, às artes e às letras, e no qual funcionem como sacerdotes meus concidadãos".[275] Para compor a "nova" biblioteca, Eliseu contou com a doação de 1.844 livros e comprou outros 239 volumes. A escolha do acervo concentrou-se na instrução popular, fazendo com que o administrador adquirisse também cartas geográficas, mapas-mundi e do Brasil, globo terrestre e esferas celestes, além de outras figuras geométricas. Dentre as principais mudanças na estrutura física, destaca-se a instalação de gás na biblioteca, o que tornou possível as leituras noturnas, cuja frequência era maior.

No entanto, Eliseu Martins não considerou somente os melhoramentos momentâneos para a biblioteca, pois solicitou renda anual para a compra de livros, assinaturas de revistas nacionais e estrangeiras, e para as despesas referentes a encadernações. Inicialmente a biblioteca teve sua direção entregue ao Atheneu Provincial, e posteriormente, nomeou-se um bibliotecário. Portanto, a biblioteca como espaço destinado à leitura não foi uma novidade para os espírito-santenses nos anos de 1880. Todavia, a ideia de uma biblioteca como espaço da ciência era parte de um novo projeto político e intelectual baseado nas ideias de civilização e ciência. A imprensa positivista da capital prestou honras a Eliseu Martins por concretizar a ideia da biblioteca pública, o que, de certa forma, era visto como parte do projeto positivista:

> Coube-lhe a gloriada criação da Biblioteca Pública, essa ideia luminosa que por si só era suficiente para recomendar o nome de S. Ex. à posteridade. Agenciando donativos de grande número de cidadãos par a realização biblioteca, animou Sua Ex. a iniciativa particular, essa alavanca poderosa do século XIX, e que infelizmente estava adormecida nesta província. Para mostrar as vantagens de uma biblioteca pública, basta lembrar que a troca dos jornais, a leitura fácil e cômoda desperta o gosto e o amor às letras. Em seu relatório apresentado à Assembleia Legislativa provincial mostrou Sua Ex. a sua ilustração e amor às letras pátrias, oferecendo um projeto de reforma para a instrução da mocidade, baseada nos verdadeiros princípios das ciências positivas.[276]

Se a criação de um ambiente de leitura objetivou a difusão de conhecimento e de novas correntes científicas, como o naturalismo, o evolucionismo e as demais discussões do período,

---

[275] Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Eliseu de Sousa Martins, no dia 19 de julho de 1880, passou a administração da Província do Espírito Santo ao Exm. Sr. Tenente-Coronel Alpheu A. Monjardim d'Andrade e Almeida, 1º Vice-Presidente.
[276] *O Horizonte,* nº10- 25/07/1880.

pode-se dizer que a biblioteca pública resguardava estrutura ideal para tal empreendimento. O mapeamento das obras que eram lidas pelos capixabas na Biblioteca Pública indica que havia circulação desses livros, e, sobretudo, que a consulta a estas obras aumentou largamente no decorrer da década de 1880, perdendo espaço para as práticas de leitura mais comuns até meados de 1870.

QUADRO 4. CONSULTAS NA BIBLIOTECA PÚBLICA DE VITÓRIA

Tipo da Obra	Consultas 1881	Consultas 1886
Bellas letras	1.296	644
Jurisprudência	62	58
Ciencias Matemáticas	108	188
Ciências Naturais	78	207
Ciências Médicas	10	47
Filosofia Abstrata	38	78
História e Geografia	-	192
Teologia	8	-
Moral aplicada	68	123
Jornais e Revistas	467	875

Fonte: *A Província do Espírito Santo*; *O Horizonte*.

Os dados indicam que, desde o início do funcionamento da biblioteca empreendida por Eliseu Martins, houve o aumento nas consultas a obras ligadas às ciências naturais e médicas, enquanto as obras de Belas Letras e jurisprudência sofreram declínio no gosto dos leitores. A análise do acervo da biblioteca provincial demonstra a variedade de temas e autores que passam a ser lidos pelos jovens e intelectuais da localidade.

A teoria darwinista e as discussões sobre a evolução, por exemplo, estavam bastante presentes na biblioteca. Entre os livros do acervo estava *Introduction à la Science Sociale,* de Herbert Spencer, difusor do darwinismo social, e, complementando tal discussão, havia também livros de opositores de Darwin, como *L' Espécie Humaine*, escrito por Quatrefages de Bréau, defensor da unidade da origem da espécie humana e da superioridade do homem branco. De acordo com

as investigações de Heloísa Domingues[277] sobre a recepção do darwinismo no Brasil, a discussão darwinista e evolucionista, que em outros países tornou-se problemática, sobretudo por conta do catolicismo, encontrou no Império brasileiro um terreno fértil para debates que envolviam tanto a defesa, quanto os opositores da teoria, assim como ocorreu na província do Espírito Santo.

É necessário destacar a presençã das obras de Auguste Comte e de vários tomos do *Cours Philosophie Positive.* Havia também obras obrigatórias para o debate político da época, como *A Província,* de Tavares Bastos, e a obra *Estudos práticos sobre a administração das províncias no Brasil*, do Visconde do Uruguai. Na seção dedicada à História havia *Histoire de la Revolution Française*, de Adolphe Thiers; *História dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarchia*, de José Silvestre Ribeiro; *História dos Quinhentistas*, escrito por Theophilo Braga; *Historia Graeca Tomus IV,* obra de Xenophotis, entre vários outros livros sobre História[278](APÊNDICE 1).

Apesar de manter um acervo que disponibilizava aos provincianos o contato com diversas teorias em voga no fim do século XIX, a Biblioteca Pública Provincial e, portanto, as práticas de leitura da capital não eram acessíveis a todos os indivíduos da província, até mesmo pela distância que existia entre as cidades e do interior e a capital. A demanda pela leitura e por espaços de discussões científicas e literárias passou então a ser uma necessidade frequente em várias localidades da província, sobretudo no sul, onde a construção do espaço de leitura partiu da iniciativa de populares, redatores e estudantes. Em ambientes diferentes, os capixabas empreenderam a divulgação de ideias que nem sempre se assemelhavam, o que pode ser melhor exemplificado a partir das discussões que a imprensa destacou no Centro e no Sul.

A circulação de impressos que divulgariam ideias cruciais para a contestação da monarquia, como o cientificismo, o republicanismo e o positivismo, também ocorreu na região sul da província. Além dos jornais que eram publicados naquela região, a formação do Grêmio Bibliotecário Cachoeirense também modificou as práticas e os hábitos de leitura em Cachoeiro de Itapemirim na década de 1880. Criado a partir de uma sociedade, o grêmio foi fundado por causa do empenho da própria elite política e intelectual cachoeirana, que, por meio de doações

[277] DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol et al. (org). *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.
[278] A análise do acervo da biblioteca foi feita com base nas obras preservadas da Biblioteca Provincial que hoje se encontram alocadas na Biblioteca Estadual do Espírito Santo.

de livros e móveis, concretizou o projeto de um estabelecimento direcionado à difusão do saber e do conhecimento na região.

A ideia da criação do grêmio surgiu de uma reunião feita na casa do redator do periódico *O Cachoeirano*, João Loyola e Silva. Os sócios, autodenominando-se amantes do progresso e das letras, pretendiam criar um espaço para leitura naquela vila, e, além disso, levar o ensino às classes menos favorecidas:

> Felizmente vai desaparecendo o desânimo que havia, e podemos quase garantir que muito em breve o povo encontrará livros com abundância para a sua distração e a classe menos favorecida da fortuna, aulas noturnas gratuitas para sua instrução.[279]

Em 17 de junho de 1883, alguns cidadãos reuniram-se para a eleição da diretoria do Grêmio para o primeiro ano de funcionamento. A primeira eleição estabeleceu que o Dr. Deolindo José Maciel ocuparia o cargo de presidente, enquanto Emílio Nunes Leão assumiria o cargo de secretário. Bernardo Horta ficou responsável pela tesouraria, e João de Loyola e Silva, editor de *O Cachoeirano*, foi eleito o bibliotecário do grêmio.[280]

A instalação do grêmio foi marcada para 1º de julho de 1883, e, antes mesmo desta data, mais de 700 livros já haviam sido arrecadados.[281] No dia de sua inauguração, a biblioteca contava com mais de 1.115 livros. A concretização da sociedade Bibliotecária em Cachoeiro de Itapemirim representou muito mais que um estabelecimento dedicado à leitura. A análise da linguagem empregada pelo redator de *O Cachoeirano* na edição de 8 de julho de 1883 verifica que o nascimento do grêmio carregava em si a simbologia do progresso, do rompimento com o atraso, de anunciação de uma "era auspiciosa", como denominou João Loyola e Silva. Ao relatar o festejo de inauguração da biblioteca, o redator enfatiza que os que ali compareceram era os que visavam o desenvolvimento das ideias e do progresso, "as conquistas da inteligência".

Diferentemente da capital, que recebeu uma biblioteca projetada pela administração pública, a biblioteca instalada em Cachoeiro de Itapemirim nasceu da iniciativa de particulares, como se visasse preencher uma demanda emanada do próprio povo. Sobre a união dos cidadãos do sul em prol de uma biblioteca, João Loyola e Silva afirmou:

---

[279] *O Cachoeirano*, nº24- 17/06/1883.
[280] *O Cachoeirano*, nº25-24/06/1883.
[281] *O Cachoeirano,* nº25-24/06/1883.

> É belo, grandioso e sublime quando se vê um povo, unido num só pensamento, colocar-se ainda mesmo com passos vacilantes, na estrada que conduz ao grande templo da civilização, deixando após-si as trevas da ignorância. Era tempo! Operou-se a transição e as velhas teorias vão desaparecendo, ofuscadas pelos revérberos dos raios luminosos do século. [...] A mocidade atirou-se com avidez às lutas pacíficas da inteligência bebendo dos livros o elixir confortativo das suas aspirações. Elas caminharão para o zenit e o Grêmio cachoeirense fará parte da grande cruzada civilizadora.[282]

O local escolhido para a biblioteca foi o edifício cedido pelo coronel José Pinheiro de Souza Werneck no largo de São João, e funcionou naquele recinto desde a instalação. Entre os vários discursos feitos no dia de sua inauguração, destacam-se as falas que demonstravam a importância do conhecimento científico e da função das sociedades bibliotecárias no século XIX, como o fez Dr. Lobão Cedro. O discurso do presidente indicou como seria o funcionamento da biblioteca. A sociedade seria formada por um número ilimitado de sócios efetivos, colaboradores e beneméritos, dirigidos por uma diretoria, que, por sua vez, era regida por um estatuto. Os livros do acervo poderiam ser comprados com as finanças da biblioteca ou ainda oferecidos por particulares. Como já dito, outro grande objetivo da Sociedade Bibliotecária era oferecer aos mais pobres uma aula noturna de instrução primária, e posteriormente pasar a outros cursos gratuitos.

O discurso de abertura[283] feito por Deolindo José Vieira Maciel, traçando uma história das bibliotecas por todo ocidente e oriente, exaltou a importância das sociedades bibliotecárias na evolução das sociedades. As bibliotecas de Alexandria, Pérgamo e a Palatina se tornaram exemplos para os cidadãos capixabas do sul que naquele momento empreendiam a consolidação de sua biblioteca, rumo à cruzada pela civilização. Ao verificar a linguagem utilizada pelos fundadores, torna-se evidente que a instalação da biblioteca era parte de um projeto também de cunho político, ligado à ideia de evolução, de civilização e de difusão da ciência. De acordo com Deolindo, a biblioteca poderia trazer à região na qual foi instalada uma série de melhoramentos, como, por exemplo:

> [...] a aquisição e desenvolvimento das ciências pelas relações que pouco a pouco se estabelecem com muitas instituições científicas e literárias do país e

[282] *O Cachoeirano*, nº 27- 08/07/1883.
[283] O discurso proferido por Deolindo Maciel encontra-se no número 28 de *O Cachoeirano*, publicado em 15 de julho de 1883.

> quiçá do mundo. Desenvolvimento das artes e indústrias pelos constantes noticias de descobertas e melhoramentos ocorridos no jornalismo [...]"[284]

Desde sua fundação a sociedade contava com 54 sócios efetivos[285], 4 colaboradores e 2 sócios beneméritos. Destaque especial à participação feminina como D. Joanna P.das Dores e D. Julieta Werneck. O público leitor alcançava a média de 200 pessoas ao mês. Entre as obras mais consultadas estavam as de belas artes, história, ciências naturais e literatura, sendo esta última uma área de grande interesse dos visitantes da biblioteca. A iniciativa dos cidadãos de Cachoeiro abriu espaço para a criação de outras bibliotecas e associações dedicadas à leitura no sul da província.[286]

A iniciativa no sul da província não se restringia ao município de Cachoeiro de Itapemirim. Em São José do Calçado, outra localidade daquela região, formou-se, em 1883, a *Sociedade Bibliotecária Calçadense* e, no mesmo ano, em São Pedro de Itabapoana, foi organizada a *Sociedade José de Alencar,* que criou uma biblioteca para leitura e difusão do ensino e instrução de seus sócios.[287]

Deste modo, verifica-se que nos anos de 1880 houve significativa ampliação dos espaços de leitura na província, e, consequentemente, da circulação de novas ideias e de novo vocabulário político. O que era lido nas bibliotecas particulares, nas sociedades literárias e na biblioteca pública passou a estampar as páginas dos jornais, que divulgava em larga escala os novos projetos políticos e as novas correntes científicas.

Detacamos que os espaços de leitura criados na província nasceram de iniciativas diferentes. Na capital, o empreendimento da Biblioteca Pública foi um projeto de autoridades governamentais, preocupadas em colocar a província a par da modernização e retirá-la do atraso quanto à instrução pública. Embora a biblioteca tenha sido frequentada também pela elite intelectual da época, e, sobretudo, pelos estudantes, percebe-se ali a iniciativa externa para concretizar um espaço de estudo e discussão. Em contrapartida, a elite política e intelectual do

---

[284] Idem. Ibidem.
[285] Entre os sócios fundadores da Sociedade Bibliotecária estavam: Dr. Deolindo Maciel, tenente coronel José Pinheiro de Souza Werneck, Dr. Lobão Cedro, João Loyola, Dr. Eugenio Amorim, Bernardo Horta, Octavio Werneck, D. Joanna P. das Dores, D. Julieta Werneck, Marrero Y Guardia, Custodio Maia, J. de Araújo Gama, Emílio Leão, Martins Coutinho, Vicente Campos, Padre Sampaio Mello, Dr. Baptista, Dr. Novaes e Mello, Carlos do Carmo, Cunha Lobo, J. Ayres, Alberto Fonseca, Luiz da Matta, Ornellas, A. Rosa, Dr. Joaquim Amorim, Luiz Jordão, João da R. Machado, Antônio Jordão, Hermogeneo Toledo, Salvador Thevenar, Francisco Fernandes e Joaquim Jorge. (*O Cachoeirano*, nº29, 22/07/1883).
[286] Também no sul existia a Sociedade Amor a Leitura, fundada nos anos de 1870 em Limeira do Itabapoana.
[287] *O Cachoeirano*, nº 0004, 27/01/1884.

sul parece ter colocado em prática seu próprio plano de construção de espaços dedicados às letras e à divulgação da ciência. Talvez a própria distância da Capital tenha despertado a necessidade de se construir um lugar para a leitura naquela região; ou se pode levantar a hipótese de que o engajamento político e a busca de ampliar o número de adeptos das novas correntes de pensamento tenham transformado a organização de bibliotecas numa estratégia das agremiações da porção meridional da Província.

A biblioteca de Cachoeiro de Itapemirim foi mantida exclusivamente por doações dos sócios daquela instituição, o que permite pensar que havia uma maior independência sobre a escolha das obras, nas discussões em grupo e o em relação ao ambiente de leitura. Poucas informações nos permitem comparar o que era lido nas duas bibliotecas ou mesmo nas demais bibliotecas da província. No entanto, a recepção de ideias e as práticas literárias desses espaços podem ser medidas por meio do reflexo das diferentes leituras no momento em que estas ultrapassavam a biblioteca e chegavam aos leitores por meio dos jornais e seus redatores. Por isso, discutimos a seguir a manifestação das leituras de novas correntes políticas e científicas na imprensa provincial.

3.3 AS MÁQUINAS DE IDEIAS: A AMPLIAÇÃO DA ATIVIDADE TIPOGRÁFICA NO ESPÍRITO SANTO NA CRISE DA MONARQUIA

Nas palavras de Amâncio Pereira, 1860 representou a "explosão" da imprensa na província. Entretanto, quando comparados à produção da década de 1880, os números são bastante representativos. A última década do Império vivenciou um movimento de ampliação e transformação da imprensa. Excluindo-se jornais maiores como *O Correio da Victória* e *O Espírito Santense*, o jornalismo político de 1860, em geral, foi bastante instável, exatamente por estar no centro de disputas partidárias, onde não era raro surgirem jornais de poucos números, projetados somente para uma retaliação política pessoal ou como veículo de um candidato em tempo de eleições. Já na década de 1880, a imprensa da província se mostrava um pouco mais atuante, e representava, nesse sentido, o consequente aumento no número de tipografias:

QUADRO 5. TIPOGRAFIAS E JORNAIS CRIADOS NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

Período	Tipografias	Jornais
1860-1870	6	15
1880-1889	15	27

Fonte: PEREIRA, Amâncio. História da Imprensa Capixaba. *Revista do IHGES*, n. 3, 1922.

O quadro indica que, ao se comparar a quantidade de tipografias existentes na província nas décadas de 1860 a 1880, percebe-se que houve importante aumento desses estabelecimentos. A maior produção de jornais também merece ser destacada dentro da ampliação da imprensa nas últimas décadas do Império. Os indícios desta época como momento de grande produção de impressos não aparecem somente no Espírito Santo, mas também nas demais províncias, como em São Paulo, e, sobretudo, na Corte.

No levantamento feito para a província de São Paulo por Heloisa Cruz, na obra *São Paulo em Papel e Tinta*, os dados indicam que, neste mesmo período, pelo menos 600 publicações paulistanas foram produzidas pelas 20 tipografias que ali existiam.[288] No Rio de Janeiro, os números são ainda mais impactantes. Somente no ano de 1881 foram publicados 95 novos periódicos, e, nos anos que se seguiram, foram criados em média 40 ou 50 novos jornais por ano.[289] Assim como em outras localidades do Império, a ampliação da imprensa e do alcance dos periódicos foi auxiliada pela agilização da transmissão de notícias vivenciadas nesta época como, por exemplo, a regularização dos telégrafos e correios e a criação de vias férreas em várias partes do Brasil.

O aumento da produção nas tipografias na província do Espírito Santo é bastante expressivo, até mesmo se comparado ao número de estabelecimentos em São Paulo. Em 1880, circularam em média 27 jornais na província, mais que o dobro do que existia na década de 1860 (APÊNDICE 2). Outra diferença desses impressos se refere à identidade política dos jornais. No período de 1860-1870, vigorava o jornalismo combatente entre liberais e conservadores, enquanto na década de 1870 emergiram os "jornais democráticos" trazendo evidências de novos

[288] CRUZ, Heloisa. *São Paulo em papel e tinta:* periodismo e vida urbana 1890-1915 / Heloísa de Faria Cruz. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013. p. 53.
[289] FONSECA, Godim da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908).* Rio de Janeiro: Quaresma, 1941.

conceitos como progresso e civilização. Já a partir de 1880, retornaram os órgãos dos partidos monárquicos, talvez pelo contexto de contestação no Império e pela necessidade de se resgatar a ordem provincial. As exceções, neste caso, foram o jornal *O Cachoeirano*, que permaneceu sem adesão aos partidos monárquicos, e o periódico positivista *O Baluarte*, publicado em Vitória.

A localização das tipografias também é elemento de destaque dentro do novo jornalismo, pois ocorre uma significativa ampliação geográfica. Enquanto a imprensa da década de 1850 e 1860 se concentrava na capital da província e na região sul, as 15 tipografias que atuaram durante os anos finais do Império se estabeleceram em diversas regiões, como, por exemplo, nas vilas de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus e Anchieta. Encontra-se aí a justificativa para o estudo das tipografias e de suas produções objetivando caracterizar a nova cultura política vivenciada pela província nos anos de contestação à monarquia. A criação da imprensa em outras vilas é um elemento valioso para análise da dinâmica política destes locais, e, sobretudo, para identificar a circulação de ideias de república que ultrapassavam o cenário do centro e do sul.

O Espírito Santo consolidou, nas décadas finais do Império, uma esfera literária e política de opinião, acompanhada por uma elite intelectual também atuante. Os impressos e o hábito da leitura passaram a adquirir grande importância na sociedade capixaba oitocentista. A ideia pode ser comprovada a partir do grande número de anúncios expostos pelas tipografias, que se ofereciam para impressão e todo tipo de trabalho, como também pela existência de oficinas de encadernação que existiam na província.

Manoel Correia de Jesus, por exemplo, era proprietário de um desses estabelecimentos em Vitória por volta de 1884. Seus anúncios indicavam que a oficina se encarregava da encadernação de brochuras e livros, e, além disso, atuava como mediadora na compra de livros na Corte mediante porcentagem razoável. O mercado livreiro da província era tímido, mas atuante. Embora os anúncios em jornais não indiquem a existência de uma livraria, diversas casas comerciais faziam a mediação entre os livreiros da Corte e o Espírito Santo, como, por exemplo, a Casa Correia, onde era possível encontrar grande variedade de papéis, tintas e livros. Além disso, as próprias tipografias se encarregavam da compra de livros na Corte para vender em seus estabelecimentos, como faziam as tipografias dos periódicos *A província do Espírito Santo* e *O Cachoeirano*.

A atuação comercial das tipografias também se modificou na década de 1880. Alguns jornais permaneceram com pequenas tiragens e técnicas artesanais. Em outros casos, como no jornal *A província do Espírito Santo*, percebe-se o esforço da tipografia em ir além da produção diária de jornais, pois colocava-se à disposição para serviços de impressão de artigos como cartões e documentos. Com a maior tiragem de todo o Espírito Santo, a tipografia de *A província* dispunha de um diferencial com relação às demais tipografias: o estabelecimento liderado por Moniz Freire e Cleto Nunes era o único na província que detinha uma rotativa Marinoni, que, em 1884, chegava a produzir 1.200 exemplares por dia. Para captar ainda mais leitores, *A Província* lançou mão de alguns atrativos, como, por exemplo, a publicação dos debates da Assembleia Provincial, o resumo dos principais jornais da capital, e, sobretudo, do serviço telegráfico que mantinha com a Corte. A redação de *A Província do Espírito Santo* anunciava em primeira mão para os espírito- santenses as principais notícias do Império.

A busca pelo público leitor também se mostrou diferente por parte dos jornais. Enquanto nos anos anteriores as assinaturas tinham um lugar fixo para serem feitas, durante os anos de 1880 os redatores provincianos fizeram uso dos chamados "agentes". Geralmente, esses agentes eram membros do partido defendido pelo jornal, residentes em outras vilas da Província, ou ainda na Corte ou em Paris, no caso do jornal *A Província*. Esses indivíduos se encarregavam de serem mediadores aos interessados em assinar os jornais nos locais onde moravam, encurtando a distância entre o leitor e a tipografia.

A variedade de jornais e a atuação incisiva das tipografias possibilitaram não somente a divulgação de notícias e anúncios, mas fizeram circular na província uma variação de projetos políticos que, na maioria das vezes, resignificaram as ideias vindas da Corte, adequando-as às posições e às necessidades da elite local.

3.4 PROJETOS E LINGUAGENS: ANOS FINAIS DO IMPÉRIO

Durante as duas últimas décadas do Império brasileiro tornou-se evidente a mobilização de grupos compostos por intelectuais e políticos alijados do poder que, por meio da adesão a teorias políticas, indicavam os percalços colocados por um regime monárquico. O desdobramento da ação política e intelectual iniciada em 1870 traduziu-se em grupos distintos, o que Angela Alonso afirma tratar-se de círculos concêntricos, que se distanciavam

progressivamente em relação aos centros político e social do Império. De acordo com a autora, o primeiro grupo era formado pelos *Novos Liberais*, provenientes de famílias agregadas ao partido Liberal, indivíduos que chegavam a possuir empregos públicos, mas não superavam seu posicionamento secundário na política, distanciados pela ordem empreendida pelo partido Conservador. As maiores críticas deste grupo direcionavam-se à escravidão e à grande propriedade.

O segundo grupo, os chamados *Liberais Republicanos*, era formado basicamente por profissionais liberais ligados ao Partido Liberal, mas, nascidos em famílias da elite, não chegavam a alcançar cargos públicos no Império. Os *Positivistas Abolicionistas,* terceiro grupo apontado por Alonso, vinham dos extratos médios da sociedade e também não conseguiam subir aos cargos públicos ou a posições políticas relevantes. As críticas deste grupo se voltavam para a qualidade do ensino no Império e para a falta de acesso aos postos burocráticos.

Os grupos mais distantes do poder central eram caracteristicamente regionais: os *Federalistas Positivistas* do Rio Grande do Sul e os *Federalistas científicos* de São Paulo. O primeiro, ligado à agrolavoura de exportação, requeria participação na política local e mais liberdade na tramitação de seus negócios. Já os *Federalistas* paulistas, defendiam a autonomia provincial e reformas que modificassem o sistema político imperial.

Ao avaliar a atuação desses grupos no cenário de crise do Império, Angela Alonso destaca algumas categorias analíticas que devem ser consideradas. A primeira delas refere-se à estrutura de oportunidades políticas vividas por esta geração. A crise política, a cisão intrapartidária e as modificações econômicas criaram, nas palavras de Alonso, a ampliação do espaço de debate e colocaram em cheque as bases do *status quo* imperial. O segundo conceito explorado pela autora, baseado em Charles Tilly, refere-se ao repertório, categoria que manifesta um conjunto de formas de pensar e agir propagados pelos componentes que se inserem em um conflito político. Para a geração de 1870, as correntes europeias tornaram-se canalizadoras do debate e da crítica. O terceiro componente do arcabouço teórico de Angela Alonso, retirado de Mannheim, discute a comunidade de experiência, que indica que a vivência de um mesmo processo cria laços e ideias semelhantes entre os indivíduos. É necessário destacar que, em sua

hipótese, a marginalização política e social foi o fator determinante para a atuação destes grupos e era ainda o ponto em comum a todos eles.[290]

A atuação desta geração também foi analisada por José Murilo de Carvalho em seus estudos que transitam entre o fim do Império e início da República. Como indica o autor, após a publicação do Manifesto Republicano alguns núcleos políticos foram criados com o objetivo de defender reformas dentro da monarquia[291], sendo que os principais núcleos reformistas concentram-se na Corte e na província de São Paulo. Em locais como Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará e Minas Gerais, a propaganda contra o regime monárquico foi vista de em menor escala e utilizava a imprensa como veículo de contestação.

Ao tratar sobre alguns teóricos republicanos, José Murilo de Carvalho, no mesmo estudo, propõe que, embora grupos divergentes demonstrassem uma variedade de posições dentro do movimento republicano, é possível afirmar uma agenda comum entre os mesmos, composta, por exemplo, pela proposta de extinção do poder moderador, do Senado Vitalício, do Conselho de Estado e a defesa da descentralização. Os direitos civis, contudo, foram praticamente abandonados no discurso propagado pelos republicanos, sobretudo a discussão sobre a abolição da escravidão.

A partir das proposições dos autores que se debruçam sobre as ideias e as formas de contestação do regime monárquico neste período, torna-se possível indicar a recepção, por parte dos grupos existentes na província do Espírito Santo, das diferentes propostas políticas divulgadas na Corte. Por meio da linguagem utilizada nos periódicos locais, apresenta-se o mapa dos projetos políticos provinciais e das modificações dentro da cultura política do Espírito Santo nos anos de 1880.

3.4.1 A *cultura política* consensual: a linguagem monarquista e o medo da revolução

[290] ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no segundo reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Império Vol III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
[291] CARVALHO, José Murilo. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. *Varia hist*. vol. 27, n. 45, 2011.

O projeto político de maior consolidação na província foi, sem dúvida, aquele empreendido pela elite política que dominou o Espírito Santo desde o início do século XIX. Esses políticos alcançaram prestígio ao longo da primeira metade do século exatamente pela atuação em momentos de conflito, resguardando a província de agitações políticas ou revoltas. Certamente o líder monarquista mais atuante no cenário político foi o coronel José Francisco Monjardim, seguido, na segunda metade do século, por seu filho, Alfeu Monjardim. Junto aos Monjardim estavam outros membros do partido Liberal, como Constante Gomes Sodré, Eugênio Pires de Amorim, José Maciel, Joaquim Corrêa Lírio e José Feliciano Horta de Araújo, ligados à ala liberal. No grupo conservador, liderado então por Coronel Mascarenhas, estavam Manoel Ferreira Paiva, Eugênio Pinto Neto, Antero da Silva Coutinho, Joaquim Vicente Pereira, Leopoldo Mello e Cunha, Tito da Silva, Basílio Daemon, Aristides Freire, entre outros.

A ordem ainda era a tônica do debate do grupo, que, mesmo divergindo sobre a bandeira política, optava por um projeto comum de uma monarquia estável e pelo modelo de moderação já pactuado. Como atesta Richard Graham, a lealdade política à monarquia em troca de cargos políticos e proteção sustentava o clientelismo no Brasil do século XIX[292], onde famílias importantes, como as que existiam no Espírito Santo, guiavam o jogo político local em prol de seus interesses, e, ao mesmo tempo, contribuíam para a manutenção da ordem no Império. Os últimos anos da monarquia, e, sobretudo, o surgimento de novos projetos políticos fizeram com que liberais e conservadores se acusassem pela fragilidade do Império. A década de 1880, no entanto, demonstrou que as divergências partidárias precisavam ser esquecidas em prol da manutenção do governo Imperial e a própria sobrevivência da província.

A conservação da ordem era discutida principalmente nos dois principais jornais conservadores: *A Gazeta da Victória*, redigido por Aristides Freire, e *O Espírito-Santense*, escrito por Basílio Daemon. A linguagem utilizada pelos jornais monarquistas parece se pautar em um regime de historicidade, no qual o passado, o presente e o futuro tornaram-se guias para as discussões das práticas políticas da época. Frequentemente os redatores apontavam os maus feitos do partido Liberal do presente que solapava as tradições do passado monarquistas e, impreterivelmente, levariam o Império brasileiro a se transformar no "império de ruínas".[293] Sobre a forma monárquica de governo, o redator justificava sua existência como auxiliadora da

[292] GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 27.
[293] *A Folha da Victória*, nº107- 20/07/1884.

ordem e, ao mesmo tempo, indicava a necessidade de seus limites, não impondo deliberadamente suas leis, como precaução à ideia revolucionária do povo:

> Assim fazem as nações civilizadas e adiantadas em regime de governo, e assim devem proceder as monarquias, que não impõe ao povo sua soberana vontade. Fora desse modo de ação, opera-se a anarquia e periga o estado pela incerteza de garantia, e o povo, para manter sua autonomia, tenta a revolução, como único meio de reaver os seus direitos usurpados.[294]

A preocupação dos monarquistas conservadores com a liderança liberal levou à caracterização negativa do governo, que, segundo eles, colocaria em cheque alguns pilares da nação, como a lei, o direito e a justiça. Para os conservadores, no governo liberal "a Lei é uma esfinge da morte, o direito uma utopia, e a justiça uma ficção". Baseados, sobretudo, no princípio do equilíbrio, acentuavam o "mal corrosivo das opiniões viciosas" dos "descrentes" como o principal fator da "confusão de ideias" e dos "princípios confundidos" que se via no Império, que causariam grave desequilíbrio político.

Tema caro às discussões dos monarquistas em todo o Império e também no Espírito Santo, a Constituição e a resistência das leis também compunham a retórica conservadora. De acordo com *A gazeta da Victória*, por exemplo, a Constituição estava deturpada e a falta de patriotismo imperava entre os brasileiros, principalmente os que se encontram atuando no cenário político. A fim de exemplificar, o redator *d'A gazeta da Victória citou* o caso do Conselheiro Lafayete, adepto à crença republicana que, para os conservadores capixabas, era um político "fingido" e "sorrateiro"[295] que se dizia membro da política liberal, mas nada fazia para ampliar as conquistas da monarquia; ao contrário, procurava fortalecer os "descrentes".

Ordem, direito e justiça cimentavam os princípios da linguagem monarquista, que prenunciava a imagem de um futuro de "degradação social". Caso estes princípios não fossem respeitados, instalar-se-ia o desequilíbrio, posto que "a boa intenção das leis precisa da garantia pública para regular a função do organismo político e social".[296] E, sem garantias públicas e entregues ao descrédito, o governo democrático tornava-se a principal ameaça contra a liberdade construída pelo Império:

---

[294] *A Folha da Victória*, nº107- 20/07/1884.
[295] *A Folha da Victória*, nº67- 23/02/1884.
[296] *A Folha da Victória*, nº67- 23/02/1884.

> Sem a ordem, sem o direito, e sem a justiça provirão sem dúvida as calamidades públicas e a agitação das massas. Todas essas confusões de ideias, do abatimento moral, do descrédito da situação, os males provirão com força intensa, e si não houver quem se oponha à onda da revolução, passaremos por uma transição de formas governamentais, constituindo-se por esse modo a democracia, que já se prepara para o primeiro aceno do arbítrio.[297]

As conclusões conjecturadas pelos monarquistas que difundiam o projeto de manutenção da ordem imperial na província parecem ser provenientes da assimilação entre o elemento democrático e o regime republicano. O debate indicava entendimento do que vinha sendo propagado por teóricos republicanos como Assis Brasil que, em *A República Federal*[298], indicou a democracia como a essência da República, e, sobretudo, lançou o entendimento de que o governo republicano seria a única forma de se exercer a soberania popular.

Diante da iminente ameaça, os monarquistas da província, materializando o Império como um "grande templo" onde cresceram seus filhos e seus antepassados, invocaram novamente o passado como a justificativa de resistência às novas ideias que pairavam sobre a nação. Remontando à tradição antiga, os monarquistas acentuam que os defensores do Império deveriam ser fortes como os romanos, tornando-se invencíveis por meio do amor à pátria para driblar a audácia dos sediciosos:

> A República bate-nos a porta! À postos patriotas; os covardes que fujam ou desertem para o campo do inimigo; nós preferimos morrer sob os tormentos da revolução a ceder um passo que venha dar ganho à causa dos opressores![299]

O fragmento acima aponta mais uma vez o caráter de resistência do grupo monarquista, que via na divulgação do novo regime o atestado da desmoralização.[300] A caracterização da ausência de ordem e da agitação das massas culminando em uma "revolução", que significava a mudança do regime, fortalecia a ideia negativa sobre a noção de soberania popular. A edição de número 80 do jornal *A Folha da Victória*, publicada em 17 de junho de 1884, novamente retira do povo o poder de requerer mudanças e de participar dos assuntos políticos. Para o redator, no momento em que o povo sofre de "abatimento sociológico", sem prudência e deixando-se levar pelas paixões, é que a revolução poderia acontecer. Para se evitar o momento revolucionário, era

---

[297] *A Folha da Victória*, nº67- 23/02/1884.
[298] BRASIL, Assis. *A República Federal*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1881.
[299] *A Folha da Victória*, nº67- 23/02/1884.
[300] *A Folha da Victória*, nº93- 01/06/1884.

necessária, segundo *A Folha da Victória*, a manutenção da *liberdade*, que, por sua vez, só seria possível por meio da sustentação de leis seguras e justas.[301]

Para Bazilio Daemon, redator conservador, todos os aspectos da sociedade também giravam em torno da Constituição. A religião, segundo o publicista, era uma das verdadeiras formas de se sustentar a lei. Ao relatar uma série de melhorias que a província demandava, Daemon pediu a atenção dos deputados provinciais para o ensino que era desenvolvido no Atheneu Provincial, que, a seu ver, funcionava fora da Constituição. O pensamento do redator apoiava-se no fato de que, naquele período, pregava-se no Atheneu a ideia de liberdade de religião, e, sobretudo, introduziam-se discussões contra a Igreja católica, proporcionadas pela entrada do positivismo. Nas indicações de Daemon, a religião do Império era uma das principais bases da ordem:

> Não é livre, não, a cada um atacar a religião do Estado, a uma religião verdadeira, como exclama Platão; o pensamento é livre, mas é o pensamento interno; pense lá para si e que quiserem, com tanto que não se façam dogmatistas do erro ou armadores de prosélitos da impiedade! Benjamim Constant, repetia do alto da tribuna francesa: "Tudo o que é belo, tudo que é nobre, prende-se à religião, tudo o que contribuir para a tornar [sic] mais poderosa e mais sagrada obterá a minha aprovação.[302]

As formulações da linguagem política exposta pelos monarquistas indicam em vários momentos a utilização do pensamento de Benjamim Constant como referência política. O grupo que projetava a manutenção do projeto de ordem na província mantinha fidelidade à ideia de uma monarquia constitucional e da limitação da soberania popular, perpetuando a visualização da democracia pela ótica negativa, e naquele período, atrelada ao republicanismo.

As proposições deste grupo, que, apesar das pequenas investidas feitas nos limites da imprensa, pregou uma tímida democratização pelos jornais em meados de 1870, mativeram-se até a década de 1880 sem grandes problemas. Foi somente a partir deste período que a cultura política consensual dos monarquistas chocou-se com alguns projetos e teorias políticas diferentes, obrigando-os a empreender novas alianças e diversas tentativas de neutralizar os conflitos advindos dos ideais políticos de uma nova geração. Como veremos a seguir, um destes enfrentamentos foi a limitação do ideal positivista na província, que, mesmo subsidiado pela maior circulação dos impressos e pelas práticas de leitura, foi cerceado pela elite política da capital.

---

[301] *A Folha da Victória*, nº80- 17/04/1984.
[302] *O Espírito Santense*, nº26- 02/04/1882.

3.4.2 A linguagem positivista do Centro: o progresso por meio da ordem

A circulação de ideias positivistas no Brasil não se limitou às décadas de 1880 e à contestação imperial. Como destaca Ivan Lins[303], antes da formação do Apostolado Positivista, outros nomes já haviam aderido à doutrina de Comte no Império Brasileiro. Não temos aqui a pretensão de traçar uma história do positivismo no Império, portanto, nos deteremos somente à forte atuação do Apostolado e dos divulgadores da doutrina comteana no momento em que se conjecturou o discurso de crise da monarquia. A atuação dos positivistas nos anos de crise, sem nenhuma dúvida, figurou espaço essencial de crítica à monarquia, por mais que entre seus adeptos emergissem dissidências entre o positivismo como doutrina e como ação política.

Contudo, antes de discutir o positivismo como projeto político no Brasil imperial, é necessário fazer um breve esboço da filosofia de Auguste Comte, que, a partir de variantes distintas, serviu aos homens do Oitocentos como base para a contestação da monarquia. As obras produzidas por Auguste Comte no século XIX pretendiam criar uma nova filosofia, que, de acordo com Arthur de Lacerda[304], libertaria o homem da vivência do sobrenatural e das abstrações propostas pela metafísica. A filosofia de Comte estava intrinsecamente ligada à constatação dos fatos, e visava, sobretudo, renovar as estruturas sociais por meio do poder voltado para o homem. Suas grandes obras, *Sistema de Filosofia Positiva*, que anteriormente se denominava *Curso de Filosofia Positiva*, escrita entre as décadas de 1830 e 1840, e *Sistema de Política Positiva*, publicado nos anos de 1850, trouxeram ao público aspectos teóricos e práticos da doutrina positivista, como, por exemplo, a lei dos três estados, a hierarquia das ciências e a separação entre o Estado e a religião. Elemento primordial da filosofia comteana, a Lei dos três estados demonstra as duas fases de uma sociedade até o desdobramento da terceira fase, o estado positivo.

A primeira fase, denominada teológica ou fictícia, caracteriza-se por um meio social que explica os fatos como consequência da intervenção do sobrenatural e de divindades, politeístas ou monoteístas. Esse tipo de sociedade respeita a origem divina da monarquia, já que esta era imposição de Deus.[305]Na segunda fase, chamada de metafísica ou abstrata, a sociedade passa a explicar os fatos sociais não mais como uma atividade divina, mas como abstrações

---

[303] LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967.
[304] LACERDA, Arthur Virmond de. *A República Positivista*. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2000. p. 17.
[305] LACERDA, 2000.

personificadas, que direcionam o caráter dos acontecimentos. Essa fase pode ser exemplificada pela teoria do contrato social e as demais elaborações dos filósofos iluministas. Já na terceira fase, no chamado estado positivo ou científico, os fatos se explicam pela ciência, por meio da observação das leis naturais que determinam causa e efeito. Nesta última etapa, a sociedade reconhece a preeminência da espécie humana e sua prerrogativa de intervir sobre a natureza a fim de alterá-la em seu benefício.[306]

As proposições de Comte centralizam-se na ideia de aperfeiçoamento, que perpassava pelos dois primeiros estados, a fim de chegar ao estado positivo, instaurando a ditadura republicana. Comte, no entanto, reformulou em certa medida as características iniciais da doutrina positiva que difundia, e agregou a esta alguns princípios religiosos que, em sua maioria, não foram aceitos pelos simpatizantes de suas ideias. A discordância induziu ao rompimento de Emile Littré, que até então era importante discípulo de Auguste Comte. Os que aceitaram a religião criada por Comte foram associados à denominação de positivistas ortodoxos, enquanto os seguidores de Litrré eram chamados de heterodoxos.

Durante os últimos anos do Império, o positivismo conseguiu muitos adeptos, como demonstra, por exemplo, a formação da Igreja Positivista do Brasil, fundada por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, que passaram a seguir Pierre Lafitte, considerado sucessor de Comte após sua morte. Tal fato nos indica a influência da doutrina positivista durante a formulação das linguagens e projetos políticos que disputavam espaço naquele período. A recepção do positivismo, contudo, apresentou diversas interpretações no Brasil oitocentista, sobretudo no grupo heterodoxo. Os adeptos resignificavam e utilizavam as formulações científicas e evolucionistas de acordo com suas necessidades. Havia diferenças até mesmo dentro da região onde a doutrina era difundida, como atestou Angela Alonso.[307] Os ortodoxos também apresentaram dissidências, como, por exemplo, a ocupação de cargos políticos e aceitação do ideal democrático por Miguel Lemos, o que dificultava a adesão dos republicanos.

No entanto, a adoção do positivismo nas províncias ainda é um tema pouco estudado pela historiografia. No Espírito Santo oitocentista, a partir da década de 1880, identifica-se a produção de diversos jornais na capital que se tornaram propagadores das ideias de Comte.

[306] LACERDA, 2000, p. 22.
[307] ALONSO, 2002, p. 146.

Entre os jornais analisados destacam-se *O Horizonte*, *O Baluarte* e *A Província do Espírito Santo*, que eram os principais veículos divulgadores da moral positiva e do cientificismo.

3.4.3 A divulgação de um projeto positivista na Província

É possível afirmar que a divulgação do positivismo na província do Espírito Santo se consolidou por volta de 1882, sob influência do presidente de província, o intelectual Herculano Inglês de Souza. Com o objetivo de reformular o método de alfabetização local, trazendo para província as novidades do método de ensino João de Deus, Inglês de Souza colocou em prática a reforma da instrução pública no Espírito Santo, um projeto debatido desde meados do século XIX. A passagem de Inglês de Souza em terras capixabas confirma a importância da circulação de ideias e sua difusão no meio intelectual. Como destaca Omar Scheneider[308], Inglês de Souza, com suas convicções liberais positivistas, acreditava que a instrução era única esperança para a modernização do Brasil. As três províncias onde exerceu cargos públicos, São Paulo, Sergipe e Espírito Santo, sentiram os efeitos do projeto de modernização e progresso empreendido pelo mesmo.

Para promover tal projeto modernizador, o presidente da província decidiu contratar Antônio da Silva Jardim, professor da Escola Normal de São Paulo. As relações entre Silva Jardim e Herculano Inglês de Souza eram mais estreitas do que se imagina. Apresentados na Faculdade de Direito de São Paulo, Herculano ofereceu a Silva Jardim um emprego na redação de seu jornal, *A Tribuna Liberal*, no qual escrevia críticas literárias. Embora já adepto do republicanismo, Silva Jardim alegou, em *Memórias e Viagens*, que aceitou o cargo no jornal de cunho monarquista por questões de sobrevivência, posto que precisava terminar a faculdade. A amizade com Inglês de Souza deu a Silva Jardim outro emprego, pois passou a ocupar a vaga de professor no Curso Anexo à Escola Normal.

Além da estimada amizade, Silva Jardim e Inglês de Souza mantinham em comum o ideal positivista e a crença no progresso pela instrução. Foi em nome da modernização do ensino que

[308] Relatório apresentado a S.Exa. o Sr. Presidente da província o Espírito Santo Dr. H. M Inglez de Souza – sobre a história e resultado da propaganda do método de leitura João de Deus por Antônio da Silva Jardim – Professor da aula do sexo masculino anexa à escola Normal de S. Paulo, contratado pelo Exm. Governo Provincial para propagar o mesmo método nesta província. 18 de julho, Vitória, Tipografia da "Província", 1882.

o presidente da província e o republicano Silva Jardim apresentaram ao Espírito Santo os conceitos fundamentais da doutrina positiva, que acabariam incorporados pela elite intelectual local dentro de seu projeto de reforma.

Antônio da Silva Jardim narrou, em relatório enviado a Inglês de Souza, os resultados e o desenvolvimento das sete conferências públicas realizadas na Província. Durante a primeira conferência[309], Silva Jardim tratou da evolução das "sínteses educadoras" até a década de 1880, enfatizando a missão civilizadora da educação. Logo no primeiro contato com os espírito-santenses, Silva Jardim disse ter inspirado simpatia de muitos, além de perceber inúmeras adesões, o que, de certa forma, excedia suas expectativas. Já no relato da terceira conferência[310], ele indica que recebeu críticas do redator do jornal *O Espírito-Santense*, o conservador Basílio de Carvalho Daemon, o que motivou a convidá-lo para assistir a conferência seguinte, a fim que de que entendesse melhor as proposições do novo método. Na sexta conferência, Silva Jardim focalizou o ensino na escola primária, abordando claramente sua vertente positivista:

> Estudando este ensino na escola primária, procurei, Exm. Sr., conciliar os elementos de ordem com os de progresso, fazendo ver a necessidade de desenvolver a veneração das crianças pelos grandes homens por meio de retratos ou quadros comemorativos nas salas das aulas; pelas datas notáveis, especialmente o sete de setembro, dia da festa pátria, e pelo dia da festa dos Mortos, em que relembramos, o que devemos aos nossos antepassados.[311]

Na última conferência, Silva Jardim fez questão de acentuar a origem de seus ideais sobre a instrução, citando as proposições de Auguste Comte como a base das conferências:

> Fiz então, Exm. Sr., baseado na grande regra da moral – viver às claras, a declaração de que minhas ideias sobre o ensino eram da escola do grande pensador Frances Augusto Comte, a Escola Positivista. E declarei mais ao auditório que não tinha pretensões a original: que tudo que eu dissera, podia-se encontrar no livrinho de João de Deus – A Cartilha Maternal, e nas obras d'aquele filósofo.[312]

O contrato estabelecido com Silva Jardim previa uma segunda fase na difusão do novo método de ensino, visando um curso público diário para os professores da província, onde ensinaria o

---

[309] Relatório apresentado a S.Exa. o Sr. Presidente da província o Espírito Santo Dr. H. M Inglez de Souza – sobre a história e resultado da propaganda do método de leitura João de Deus por Antônio da Silva Jardim – Professor da aula do sexo masculino anexa à escola Normal de S. Paulo, contratado pelo Exm. Governo Provincial para propagar o mesmo método nesta província. 18 de julho, Vitória, Tipografia da "Província", 1882. p. 1.
[310] Ibidem. p. 2.
[311] Ibidem. p. 3.
[312] Ibidem. p. 3.

método diretamente aos que lidavam com a educação provincial. Muitos professores participaram do curso ministrado por Silva Jardim, alguns vindos do interior e a maioria da capital, dentre os quais estava o redator e professor Amâncio Pinto Pereira.[313] A partir da finalização do curso promovido pelo governo da província, o novo método de letramento e as ideias de Silva Jardim passaram a ser difundidas pelos professores locais, que repassavam os principais pontos da pedagogia moderna aos demais colegas professores. No entanto, o legado positivista transmitido pelo professor republicano, subsidiado por Herculano Inglês de Souza, foi sentido entre os intelectuais locais, que agregaram a doutrina positivista ao projeto da geração que pedia por progresso e por melhorias na província do Espírito Santo, utilizando os preceitos de Comte como meio condutor para a evolução e a civilização em suas publicações.

3.5 OS LIBERAIS POSITIVISTAS NA IMPRENSA

O grupo que divulgava a ciência positiva no Espírito Santo era formado basicamente por jovens membros do partido Liberal como Moniz Freire, Cleto Nunes, Maximino Maia, Antônio Ataíde, Amâncio Pereira e Afonso Cláudio. A linguagem utilizada pelo grupo demarcava o atraso da província, a necessidade de melhorias locais e o clamor pelo progresso e pela abolição. Entretanto, nas entrelinhas dos discursos do grupo, tornou-se claro que não era necessário cortar os laços com a monarquia. Apesar do viés reformista atrelado à opção de não romper com o regime, este grupo não pode ser acomodado na caracterização dos "novos liberais" como propôs Angela Alonso[314]. O posicionamento contra a escravidão também não é suficiente para denominá-los "positivistas abolicionistas" e tampouco como "liberais republicanos".

Descendentes da elite política que já atuava na província, assim como os "novos liberais" identificados pela autora, esta nova geração não sofreu marginalização política. Moniz Freire e Cleto Nunes, por exemplo, ocuparam cadeiras na Assembleia Provincial logo após terminarem seus estudos. Maximino Maia foi membro ativo no grupo liberal liderado por Monjardim. De todos, Amâncio Pereira talvez estivesse um pouco mais distante da política institucional, mas, atuando como professor, tornou-se rapidamente um nome repeitado na província. Afonso

[313] Ibidem. p. 5.
[314] ALONSO, 2002, p. 112.

Cláudio atuou muito mais como propagador do abolicionismo em saraus e associações do que dentro da Assembleia, no entanto, desde jovem, era respeitado no meio político da Província.

Alguns conceitos centrais que seriam utilizados pelos positivistas, como, por exemplo, a ideia de evolução, progresso e civilização, já eram parte da linguagem política capixaba. A década de 1880, no entanto, foi o momento de maior fôlego das ideias de Comte no cenário local direcionadas ao sentido político. Assim, as conferências de Silva Jardim, agregadas à formação que esses homens tiveram em suas faculdades, fizeram com que as novas ideias surtissem efeito na Província, invadindo as tipografias e as folhas locais tanto no centro, como no sul. Na capital, entretanto, os efeitos foram sentidos de forma mais intensa. A circulação de ideias no início da década de 1880 foi operada por meio de três jornais de Vitória: *O Horizonte*, *A Província do Espírito Santo* e o *Baluarte*.

A adaptação das ideias positivistas pode ser mapeada por meio do posicionamento dos jornais, já que nem todos transmitiram a ciência positiva da mesma forma. O periódico *O Horizonte*, por exemplo, iniciou sua publicação em 1880, na Tipografia D´O Horizonte, na rua da Matriz nº 10, em Vitória. A redação pertencia à Maximino Maia, formado em engenharia pela Universidade de Gard, na Bélgica. Como indica Ivan Lins[315], na Corte, Maximino Maia foi aluno na Escola Central, onde conheceu Teixeira Mendes e Miguel Lemos. O redator esteve também na Escola Militar do Rio, onde foi aluno de Benjamin Constant e companheiro de Floriano Peixoto.

O Jornal *A província do Espírito Santo*, por outro lado, foi redigido por Moniz Freire e Cleto Nunes, mantendo esporadicamente participações de Afonso Cláudio. A influência do positivismo não era algo surpreendente em Moniz Freire e Afonso Cláudio, já que ambos passaram pelas Escolas de Direito de Recife e de São Paulo, onde mantiveram contato com tais teorias. Neste periódico é possível identificar uma linguagem articulada ao positivismo heterodoxo, tanto pelos argumentos, como também pela convicção do grupo exposta no jornal.[316] Ao defender o trabalho livre, por exemplo, os redatores insistiam na necessidade da abolição[317] como passo para o progresso, mas, ao mesmo tempo, admitiam as complicações

[315] LINS, 1967, p. 233.
[316] A Província do Espírito Santo, nº 01- 05/01/1883.
[317] A Província do Espírito Santo, nº 72-01/09/1882.

que ocorreriam em decorrência da falta de escravos na lavoura. Em outro artigo, publicou-se um texto enaltecendo as características do partido liberal, dentre estas, destacou-se o respeito e obediência às leis do Império.

Embora alguns autores identifiquem um posicionamento ortodoxo em Moniz Freire durante a proclamação da República[318], destaca-se que, no início dos anos de 1880, Moniz Freire e seus companheiros mostraram-se, em seu jornal, comprometidos com um projeto de progresso, que era, no entanto, conservador, pois não clamava pela mudança de regime e tampouco se desvinculava do partido Liberal. A vertente conservadora é explicada por José Murilo de Carvalho como uma influência política dos grupos positivistas à obra de Comte *Appel aux conservateurs*, de 1855:

> [...] o conceito de conservador provinha de sua visão particular da Revolução, que procurava fugir, de um lado, ao jacobinismo robespierrista, rousseauniano, chamado de metafísico, e, de outro, ao reacionarismo do restauracionismo clerical. Era conservador, na visão de Comte, aquele que conseguia conciliar o progresso trazido pela revolução com a ordem necessária para apressar a transição para a sociedade normal, ou seja, para a sociedade positivista baseada na Religião da Humanidade.[319]

Em outra perspectiva, as normas, valores e laços políticos talvez fossem as motivações da linguagem positivista ordeira empreendida pelos redatores de *A Província*. Cleto Nunes e Moniz Freire pareciam identificar os limites entre a crítica tênue e a exaltação, mantendo os vínculos preciosos com o partido Liberal e as boas relações com o grupo político que liderava a província. Desenvolveram, neste sentido, uma crítica ainda limitada, obediente à hierarquia política. Indicavam, sobretudo, a ineficiência da soberania popular, extirpando-a do meio científico e positivo. Os redatores de *A Província* garantiam que o governo do "povo pelo povo" era, na verdade, um governo impossível, pois fazia parte de idealizações vagas e incoerentes. Nas palavras de Moniz Freire, seria como entregar a direção do universo aos astros.[320]

Em diversos momentos, o progresso é citado na publicação, indicando a ideia de evolução e de superação. Tais aspectos eram utilizados pelos redatores para forjar a linguagem que clamaria

---

[318] Afonso Cláudio relata a mudança de posicionamento de Moniz Freire durante os momentos finais do Império. A partir da opinião de Afonso Cláudio, o historiador Estilaque Ferreira também aponta tal modificação, atrelando-a à formação de Moniz Freire em duas instituições diferentes: A Escola de Direito de Recife e a Faculdade de São Paulo. SANTOS, Estilaque Fereira. *Escritos Políticos de Muniz Freire*. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2013. p. 26.
[319] CARVALHO, José M. *A formação das almas:* O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 21.
[320] A Província do Espírito Santo, nº 62- 09/08/1882.

por melhorias na província do Espírito Santo. Apontava-se a necessidade de mudanças na instrução provincial, e a introdução da moral positiva como fator de regeneração. Tais discussões tomaram maior fôlego no ano de 1882 e 1883, principalmente após a visita de Silva Jardim. A maioria dos jornais da província trazia artigos caracterizando o tema e seu posicionamento sobre o assunto. Era de se prever, contudo, que a pauta gerasse também uma querela política. Em meio às discussões, o jornal positivista *O Horizonte* acusou os redatores de *A Província do Espírito Santo* de aderirem à causa da instrução por mero interesse político.

Antônio Athaíde, outro positivista, respondeu uma dessas críticas. Utilizando o jornal de Moniz Freire, Athaíde afirmou que a motivação que o levava a discutir o ensino na província era parte de sua filiação ao *Centro Positivista Brasileiro*, que tinha por base as ideias veiculadas na *Revista Ocidental* publicada na França sob a direção de Pierre Laffitte, e não o aproveitamento eleitoral. Ao mesmo tempo, Athaíde deixou transparecer no artigo que sabia, por outras pessoas, que Teixeira Mendes e Saldanha Marinho possuíam uma péssima visão do jornal de Maximino Maia, e afirmou que Maia adotava, seguindo outros princípios, uma fórmula positivista incoerente[321].

A "incoerência" do jornal de Maximino talvez fosse resultado de sua proximidade com os ortodoxos, vide suas ligações com membros da Igreja Positivista do Rio de Janeiro. As proposições de Maximino diferenciam-se, em algum sentido, das propostas da redação de *A província do Espírito Santo*, pois ele optava por uma discussão mais científica da moral positiva, expondo os preceitos originais do positivismo.

O periódico exibia claramente editoriais positivistas, atrelando o progresso à adesão às ciências positivas. As afirmações do jornal se dividiam entre o que poderia ou não, ser provado pela ciência, criticando o ateísmo e propondo a superioridade do positivismo. O redator enfatizava o posicionamento dos positivistas, afirmando que "os positivistas nada negam nem afirmam sobre questões em que a ciência não pode interferir".[322] No jornal havia uma coluna frequente denominada "Ciência para todos", onde eram transcritos textos de Augusto Comte ou outros estudos filosóficos ligados ao positivismo. Nas proposições do redator, os homens eram os

[321] A Província do Espírito Santo, nº 01- 05/01/1883.
[322] *O Horizonte*, n° 10 -25/07/1880

"únicos motores do universo" e toda forma de religião se resumiria à ação do homem sobre o mundo[323]:

> George Sand sustentou com os princípios da escola socialista que o futuro necessita da educação de um povo e da liberdade. E demais, caminhando nós para o progresso, é necessário que o Brasil, esta pátria de bravos, que caia por terra os grilhões do cativeiro, que lhe impunha a política de Portugal, faça desaparecer a máscara do escravo que ainda existe em seu seio, este legado bárbaro de seus colonizadores, dando-lhes a lei sacrosanta da Liberdade e instrução ao povo, a fim de que ele conheça seus direitos e deveres.[324]

A citação expõe claramente a linguagem do jornal positivista que se utilizava de termos referentes à escravidão para tratar a necessidade de mudanças políticas, ao mesmo tempo em que o cativeiro e a falta de liberdade exibem posição contra a escravidão negra, posto que tal prática era um dos pilares do Império. Esses termos foram lançados no jornal para indicar também a "escravidão política" e, portanto, a falta de liberdade política. A transição de Monarquia para República só seria viabilizada por meio da instrução do povo, que, somente desta forma, abandonaria o legado bárbaro e o culto ao Rei. Quando se fala em emancipação, percebem-se sempre os dois sentidos empregados na retórica do periódico. O conceito de emancipação quase sempre também se referia à emancipação política.

Além da crítica à escravidão, outros jornais positivistas, como *O Baluarte*, redigido por Amâncio Pereira em 1882, se voltaram para a deslegitimação da Igreja Católica, uma das fortes bases do regime imperial:

> Só a doutrina positiva, que por si só é uma força, conseguirá libertar a Humanidade do cataclismo que assoberba no plano inclinado para onde nos arrasta o Catolicismo. O período do Catolicismo está a terminar, deixando a Humanidade entregue à mais infame anarquia mental, único e fallho legado que lhe deixa esta doutrina retrógrada.[325]

De acordo com os redatores positivistas de Vitória, a ciência difundida pela doutrina de Comte não era, como colocavam os críticos, um elemento destruidor, mas sim um elemento criador. A divulgação da ciência e da moral positiva instruiria o povo contra "as teorias absurdas e fictícias".

Em meio às discussões sociais, o jornal *O Horizonte*, ligado ao positivismo ortodoxo, indicou seu posicionamento político que discutia pela primeira vez a superação da monarquia:

---

[323] *O Horizonte*, n° 10 -25/07/1880.
[324] *O Baluarte*, nº 45- 01/09/1882.
[325] *O Baluarte*, nº 45- 01/09/1882.

> Isto é o que nos ensina a História, a grande mestra em Política. O princípio monárquico do governo liga-se essencialmente ao regime teológico-militar, fora do qual não se pode necessariamente concebê-lo. Portanto, aplaudio aos ataques do partido liberal no Brasil contra a religião do Estado e contra os exércitos numerosos, não podemos menos do que relevar-lhe a sua obstinação em favor da forma monárquica de governo. Isto constitui realmente uma aberração evidente, a de separar-se um fato das circunstâncias, pelas quais unicamente ele nos dá a conhecer.[326]

Para a redação de *O Horizonte*, o regime monárquico se enquadrava na fase teológica, necessitando ser superado para o bem do país e da política. As críticas à monarquia surgiram em forma de frases que relacionavam o Império ao fanatismo e à anarquia de ideias.

A discussão entre ortodoxos e heterodoxos se prorrogou na província por longa data, e, em março de 1883, Joaquim Salles Torres Homem enviou uma carta do Centro Positivista ao Espírito Santo por meio de sua publicação em *A Província do Espírito Santo*. De início, ele destacou que a correspondência não se tratava de um boletim, mas sim de uma reflexão sobre as razões que naquele momento eram causadoras do pequeno progresso da doutrina positivista no Brasil. No artigo, Torres Homem ainda se propôs a indicar quais eram os meios necessários para reparar os erros cometidos até então. Entre as suas preocupações está o fato de que o positivismo na Corte se tornara objeto de zombaria entre os estudantes, diferente da repercussão que as ideias positivas causaram na província de São Paulo:

> [...] O confronto do exemplo da província de São Paulo explica-nos cabalmente a anomalia do Rio. Os bons circunspectos intérpretes que lá encontrou o Positivismo, faltaram-lhe no Rio ou pelo menos não se tornaram salientes, para que fosse eficaz sua propaganda. Uns patrícios nossos, moços de muito talento, porém vindos de Paris, capital brilhante da utopia, propuseram-se estabelecer no Rio, não como Pereira Barreto, a direção do movimento intelectual, o que é muito possível, pela propagação da educação positiva, mas estabelecer, o que é hoje impossível, o governo espiritual dos sentimentos, pelo advento dos costumes normais! Não sabemos se eles fizeram ideia da natureza de sua empresa, ou se simplesmente fizeram-se ilusão sobre as dificuldades de realizá-la e, sobretudo, esqueceram-se da importunidade, apontada aliás pelo próprio Comte para os países mais adiantados da Europa.[327]

De acordo com Torres Homem, os ensinamentos de Auguste Comte em *A Filosofia Positiva* indicavam que os centros positivistas deveriam incumbir-se exclusivamente da direção do movimento intelectual como elemento necessário à instalação do governo espiritual. Torres

---

[326] *O Horizonte,* nº 12- 08/12/1881.
[327] A Província do Espírito Santo, nº 168- 09/03/1883.

Homem questiona os positivistas da Corte: "[...] se eles quiserem constituir-se realmente um centro positivista, pois que este nome adotaram para seu estabelecimento, ou pretendem tomar ordens num sacerdócio por conquanto impossível? Só lhes pedimos coerência."[328].

A publicação dirigida à província do Espírito Santo alertou os positivistas locais para a exploração subjetiva do positivismo feita pelos que residiam na Corte. Para Torres Homem, era necessário destacar a tendência fatal propagada por estes homens que se iludiram sobre uma missão mais direta e imediata do positivismo, e julgaram-se ortodoxos, ocupando-se do futuro sem se prepararem o presente. E assim, destaca o autor, "logo veremos, o positivismo dos Comtistas está atrasado".

Os liberais indicavam por meio da imprensa que não estavam dispostos a condenar ou censurar os compatriotas que fomentavam a propaganda republicana, posto o direito de todos os cidadãos em manifestar seu pensamento sobre a substituição de um sistema do governo vigente. No entanto, afirmavam que é de direito e também de dever imprescindível que apreciem as ideias e os propósitos que animam os que propunham a nova forma de governo, aconselhando que refletissem se seria uma mudança benéfica ou uma falsa orientação para o Brasil.

Os liberais deixaram claro que não cultuavam nenhum fanatismo pela forma de governo vigente, e nem mesmo a traduziriam com a melhor forma de gestão dos negócios públicos. No entanto, na linguagem liberal, abolir essa forma de governo e as instituições vigentes não supriria as necessidades da nação. Neste sentido, as instituições atuais eram vistas como elementos que se modelavam de acordo com as exigências do país, e, sobretudo, acreditavam que a forma de governo era simplesmente um meio e não o fim.[329]

Aos que reclamavam pela reforma e pela substituição da forma de governo como remédio para os males do país, os liberais apontavam que, diante das "condições especiais" do povo brasileiro, suas aspirações, hábitos e índole, uma mudança política como esta resultaria na permanência desses males e ainda na germinação de novos problemas dos quais até então o Brasil havia sido preservado: "Tem defeitos e inconvenientes a monarquia constitucional representativa, mas é a forma de governo que os representa em menor escala, de par com as vantagens importantíssimas que nenhuma outra realiza".[330]

---

[328] A Província do Espírito Santo, nº 168 - 09/03/1883.
[329] A Província do Espírito Santo, nº 02 - 10/01/1989.
[330] A Província do Espírito Santo, nº02- 10/01/1989.

Além disso, as indicações liberais sobre o contexto político de crise construíram um significado para o vocábulo *liberdade* que, no entanto, se aproximava da *liberdade* proposta pelos monarquistas, indicando que a consolidação da liberdade com limites seria a segurança contra o mal: "[...] Nisso consiste a excelência da monarquia representativa sobre quaisquer outras instituições governamentais: nenhuma como ela oferece tanta segurança contra o mal".[331]

Sobre os republicanos, os liberais positivistas advertiam que:

> [...] como se fora possível a descoberta de uma panacéia política universal, os propagandistas da república, enlevados por doutrinas abstratas, querem aplicar-las [sic] entre nós, sem atenção ao meio em que vivemos. Não advertem que as necessidades sociais não são as mesmas em toda parte e em todo o tempo.[332]

Para os liberais, a atuação dos propagandistas republicanos era composta de exageros e provocavam a indignação geral. Desse modo, aconselhavam que chegara o momento de se opor a essas "falsas teorias" que utilizavam uma linguagem "calma e desapaixonada", não pelo receio de que penetrassem na consciência nacional, e sim para que não conseguissem a adesão de indivíduos inexperientes. No entanto, as medidas a serem tomadas contra os propagandistas não deveriam ser os meios violentos, como havia ocorrido na Corte. Não careceria lançar mão dos excessos, pois a lei e a boa doutrina resguardariam recursos eficientes para neutralizar a anarquia.[333]

De acordo com a análise, as ideias positivistas foram veiculadas de diferentes formas no Espírito Santo, e, entre linguagens distintas, o projeto heterodoxo foi superior a qualquer vestígio de crítica ao Império. Tanto o jornal *O Baluarte* como *O Horizonte* cessaram suas publicações em meados da década de 1880. A leitura das edições de *O Horizonte* publicadas nos anos posteriores demonstra que o teor positivista visto nas primeiras publicações diminuiu expressivamente, em especial após o contrato para a publicação de atos oficiais do governo. O redator Maximino Maia diminuiu os debates sobre política, e ganhou cada vez mais prestígio entre o grupo Liberal.

O projeto positivista, com efeito, foi moldado pela elite política local, permitindo que a linguagem positivista provincial se baseasse somente na busca pelo progresso e pela evolução ligados às melhorias referentes a obras públicas, estradas de ferro, finanças provinciais e a uma

---

[331] Ibidem.
[332] Ibidem.
[333] Ibidem.

reforma no ensino provincial. Apesar da incorporação e do controle dos positivistas por parte da cultura política dominante na capital, uma realidade bastante diferente foi vivenciada no sul do Espírito Santo, onde a monarquia gradualmente deixou de ser uma opção política viável para o futuro da província.

3.6 O PROJETO REFORMISTA DO SUL E A LINGUAGEM DA CRÍTICA

Os conflitos políticos que ocorreram na capital foram controlados desde o início do século por um grupo coeso, capaz de neutralizar diferenças e cooptar membros divergentes para os grupos políticos existentes. Como já discutido, as práticas políticas mantiveram-se por muito tempo no terreno dos "não-partidos", demonstrando a pouca diferença entre as propostas políticas. Tal cultura política perpetuou-se até a década de 1880 e mantinha no poder provincial os homens importantes da política capixaba, juntos a alguns jovens políticos que viram na aliança com os monarquistas a porta de entrada para a ocupação de cargos públicos.

No sul, no entanto, apesar do peso político da região, havia um grupo de indivíduos que almejava a carreira política, a ocupação de uma cadeira na Assembleia provincial, ou ainda, uma vaga no Senado. Os conflitos de interesses políticos com o centro já eram visíveis desde 1879, durante a eleição para senador, após a morte do representante do Espírito Santo. De acordo com os estudos de Geert Bank[334], a formulação de uma lista tríplice para e eleição causou intensa agitação na política local. A disputa, no entanto, não ocorreu entre os dois partidos, no interior do grupo liberal. Como o próprio autor afirma, a política clientelista dominava a cultura política no Espírito Santo, fazendo com que as ordens vindas da Corte fossem assimiladas na província. Isso formulava um jogo de poder no qual uma pequena elite política se beneficiava mantendo alianças com o Rio e Janeiro, e, ao mesmo tempo, conduzindo a manutenção da ordem provincial. Em 1879, contudo, percebeu-se pela primeira vez um embate contra a cultura política vigente, já que os liberais da região sul sustentaram a ideia de

[334] BANCK, Geert. Dilemas e Símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. Vitória: IHGES, 1998. p.19.

que precisavam de um representante para a lista tríplice, a fim de que um espírito-santense enfim ocupasse a vaga no Senado.

Os liberais do sul, considerando-se alijados da política provincial, indicaram José Feliciano Horta de Araújo para a lista.[335] A liderança do partido Liberal na Corte, no entanto, impôs o nome de Christiano Ottoni também na tríplice. A presença de Ottoni entre os candidatos revoltou os liberais do sul, pois acabaria ali o sonho de um representante da região. Entre Horta de Araújo e Christiano Ottoni era notório que o mineiro seria nomeado. Depois de muitas cartas vindas de Ottoni e da Corte pressionando o chefe dos liberais, Alfeu Monjardim, e autorizando-o a manusear o que fosse possível em função da eleição do candidato forasteiro, Christiano Ottoni foi eleito senador, mesmo sendo o menos votado.

Tornou-se então evidente a cisão dentro do partido Liberal por parte do grupo do sul, que, ao contrário das práticas anteriores, que aceitavam o comando político do centro, tomou a decisão de se unir a Silveira Lobo, inimigo político de Christiano Ottoni, que instaurou um inquérito para investigar a eleição no Espírito Santo. Com base em várias cartas enviadas pelos liberais da região cafeeira, a comissão de investigação indeferiu a nomeação de Ottoni. Posteriormente realizou-se nova eleição, mais uma vez com a presença de Christiano Ottoni na tríplice, mas, agora, excluindo Horta de Araújo, que, após o enfrentamento com o centro, perdeu seu lugar na elite política.

Apesar da narrativa factual, o conflito mencionado entre os liberais na província mostra-se valioso na análise dos projetos políticos desenvolvidos na década de 1880. A exclusão dos liberais do sul e a consequente cisão no interior do partido abriram espaço para uma nova linguagem que contestava as práticas políticas do centro e a cultura política consensual e ordeira que predominava na Província. Se na capital os conflitos ainda eram esmagados com facilidade, o grupo liberal do sul se mostrava disposto a chegar aos cargos políticos a qualquer custo, mesmo que o preço fosse a monarquia.

Assim como os "liberais republicanos" descritos por Angela Alonso[336], a nova geração política almejava ascender politicamente e via a tradição imperial como empecilho ao seu desenvolvimento. Se um político renomado do sul como José Feliciano Horta de Araújo não logrou êxito em uma disputa política no Senado, jovens descrentes com o Império como seu

[335] BANCK, 1998, p. 35.
[336] ALONSO, 2002, p. 179.

filho, o farmacêutico Bernardo Horta, Joaquim Pires de Amorim, Gil Goulart e João Loyola não viam solução possível para a situação vigente. O jornal utilizado pelo grupo foi *O Cachoeirano*, publicação criada ainda na década de 1870 como órgão do povo, e que somente mais tarde se tornaria órgão republicano.

As mudanças nas práticas políticas são observadas na indefinição partidária que estampava os jornais. Ao enviar uma carta à redação de *O Cachoeirano*, um leitor conservador pediu informações precisas sobre o partido do candidato a deputado provincial Gil Goulart:

> Os partidos ficam a ver navios: pois que nesse boletim lê-se o nome do Sr. Gil Diniz Goulart como candidato liberal; no n. 32 encontra-se a aprovação justa e merecida desse cidadão distinto para ocupar o lugar de deputado, por um eleitor, com certeza liberal: e no entanto S. S dirige-se a Gregos e Troianos sem cor política. Dizem os liberais que o candidato é seu, o candidato pede, dizendo que é sem cor política; que confiança poderá merecer aos partidos, se não vier um protesto clarear nossas dúvidas?[...] os partidos tem direito de ver definida a posição do candidato que lhes pede voto; [...] É bom pois que cada um se defina. Um Conservador.[337]

A indagação sobre a definição partidária surgiu ainda mais uma vez no mesmo número do jornal, onde, muito confuso, um leitor indagava: "O deputado que não é conservador nem liberal, onde se sentará na Assembleia? Que causa defenderá? Qual dos partidos lhe dará o voto?"[338] Percebe-se, desse modo, que alguns liberais do sul já não se enquadravam nas práticas políticas do centro. Todavia, não possuíam outro partido para migrar naquela ocasião. Na ausência de um núcleo republicano na província, eles se definiam sem cor política.

O leitor sob o pseudônimo de "o conservador" voltou a escrever para o jornal, agora insinuando que Gil Goulart era adepto de uma nova seita e por isso havia abandonado os antigos amigos. "O conservador" afirmou que Goulart "desconhece política definida nos partidos, a um dos quais pertenceu, afasta-se dos amigos de muitos anos e vem plantar nova seita, só, sem auxilio, sem pedir! [...] Alerta! ... Vendo aproximar-se um vulto iminente, embora desarmado."[339]

Em resposta às acusações do leitor, publicou-se um artigo em defesa de Gil Goulart e sua candidatura pelo município de Cachoeiro de Itapemirim. As alegações do candidato à cadeira da Assembleia Provincial reivindicavam o direito de não aderir a nenhum dos dois partidos monárquicos:

---

[337] *O Cachoeirano*, n°33, 19/08/1883.
[338] *O Cachoeirano*, n°33, 19/08/1883.
[339] *O Cachoeirano*, nº34, 26/08/1883.

> Por ventura tem sido os republicanos, os socialistas, os radicais, os católicos e os próprios conservadores e liberais dissidentes excluídos das assembléias no Brasil e dos outros países civilizados em que há liberdade de pensamento? [...] Fóra dos dois partidos liberal e conservador não se encontrará salvação possível? [...] A sala dos antigos conselhos gerais, hoje Assembleias provinciais, não é um recinto de exclusivismo nem conquista dos partidos liberal e conservador.[340]

Por meio das retaliações no periódico, é possível perceber que o Gil Goulart se inseria em um projeto político que se desvinculava dos grupos liberal e conservador. Tanto ele como outros publicistas passaram a autodenominar-se os "reformadores" no meio político, mas ainda não divulgavam o republicanismo. A inserção da discussão sobre o regime político parecia ferir alguns leitores do jornal, que, por meio de correspondências, pediam por explicações e provocavam os reformadores indagando se já haviam formado um novo partido:

> De que depende a salvação do país? De uma reforma em todo seu regime interno? Apresente-se esse reformado, debaixo de qualquer nome; escreva, ofereça ao público suas grandiosas ideias, dedique à pátria o fruto de suas lucubrações, procure adeptos, forme uma seita e todos bendirão seu nome! [...] Qual a reforma? Qual o nome do novo partido?[341]

Naquele momento, o grupo certamente ainda não possuía as articulações necessárias para formar um partido, mas as possíveis notícias sobre uma terceira via já assustava alguns políticos. A linguagem política que guiou os liberais do sul se parece em alguns aspectos com os preceitos indicados no Manifesto Republicano de 1870. Definiam a crise como a decadência das instituições políticas, voltando até suas origens para analisar a situação vigente e criticando, por exemplo, a Independência e a permanência do *status quo* imperial.[342] Para os liberais do sul do Espírito Santo, a monarquia era a causa do atraso brasileiro e do futuro sem esperanças. Sem a intervenção do elemento monárquico, dizia o redator, a independência do Brasil teria culminado em uma República, e por isso, assinalava que os brasileiros não deviam assimilar o Império à nossa independência, pois fora um favor não solicitado e que, naquele momento de crise, custava alto preço ao país.[343]

Posteriormente, beneficiado pela sociabilidade que as reuniões do Grêmio Literário permitiam, muitos de seus frequentadores que faziam parte do grupo dissidente liberal do sul iniciaram a

---

[340] *O Cachoeirano*, nº34, 26/08/1883.
[341] *O Cachoeirano*, nº 35, 2/09/1883.
[342] ALONSO, 2002, p. 183.
[343] *O Cachoeirano*, nº 20- 20/05/1888.

organização de um reduto onde as discussões não se limitassem à esfera literária. Era necessário refletir sobre os rumos do Brasil e projetar meios de acessar a política do país. Em 1887 o grupo utilizou o jornal *O Cachoeirano* para convidar os adeptos: "a reunião de todos os cidadãos que tiverem ideias republicanas realizar-se-á amanhã às 6 horas da tarde em casa do prestimoso cidadão Dr. Joaquim Pires de Amorim".[344] A partir de então, totalmente desligados do núcleo liberal do centro, os liberais dissidentes invadiram a imprensa com inúmeros debates acerca da ineficiência do regime, a necessidade de reformas e a adesão tardia dos espírito-santenses ao Manifesto de 1870.[345]

O foco de preocupações dos liberais republicanos do sul residia na discussão sobre a justificativa para o governo republicano e o direito da soberania popular. A liberdade, outro conceito bastante discutido entre os reformadores, foi comparada à possível liberdade que os monarquistas defendiam como conquista do regime. Em sua argumentação retórica, os liberais do sul retiravam da monarquia a prerrogativa de ceder liberdade ao cidadão, afirmando que esta era, na verdade, um direito inerente ao ser humano, e, portanto, não precisava ser dada por rei ou monarquia alguma. Compatível com o progresso, a República passou a ser a solução para os vícios políticos do Império:

> É portanto fatal o movimento favorável ao advento da República, única forma de governo que não depende de intrigas de bastidores, das opiniões e dos atos pensados por uma testa coroada; única forma de progresso; onde cada um tem a responsabilidade de seus atos; onde o povo é governado pelo povo e só feito o que este quer.[346]

O princípio federativo que ia de encontro à centralização monárquica também se fez presente nas discussões iniciais do Clube Republicano. Os argumentos não revelavam ao certo as vantagens do sistema federativo a fim de não repetir os teóricos republicanos, mas considerava o federalismo inevitável e, sobretudo, uma característica inerente ao país, clamada historicamente pelos brasileiros. Os argumentos, segundo o redator, estavam no plano sociológico e científico, baseados nas obras de Assis Brasil, Alberto Sales e Prondhon. Entretanto, o jornal indica que o argumento nacional, a própria demanda do país, atestava que a federação era o único modelo confiável para a organização política do país.[347]

---

[344] *O Cachoeirano*, nº 21- 22/05/1887.
[345] *O Cachoeirano*, nº 22- 29/05/1887
[346] *O Cachoeirano*, nº 29- 15/07/1888.
[347] *O Cachoeirano*, nº 29- 21/07/1889.

3.7 CONCLUSÃO

Após a organização do Clube Republicano, a elite política monarquista se via pela primeira vez frente à iminência de um abalo concreto da instituição que tanto resguardou. Os dissidentes do sul, contudo, já não estavam satisfeitos com as discussões políticas locais e visavam expandir seu projeto político por toda a província. No número 22 do jornal *O Cachoeirano,* Bernardo Horta convocou seus correligionários para iniciar as conferências republicanas por todo o Espírito Santo, expondo naquela edição os principais pontos defendidos pelo projeto reformista do sul:

> A abolição da escravidão foi o prenúncio de muitas abolições e de muitas reformas precisas. A federação das províncias, o sufrágio universal, a grande naturalização, a separação da Igreja do Estado, o casamento civil, a cessão da vitaliciedade do Senado e muitas outras necessidades são as palpitantes aspirações deste povo que quer ser grande como as suas matas, seus rios e suas riquezas.[348]

Com o início das conferências, vários liberais descontentes com a liderança de Alfeu Monjardim seriam encorajados a aderir ao republicanismo, sobretudo alguns positivistas. Resta-nos, neste sentido, compreender como a atuação dos dissidentes liberais, agora republicanos, modificou as práticas políticas que eram conduzidas pela elite política partidária do discurso da ordem. É necessário identificar os sentidos que o republicanismo assumiu em uma província que, até meados da década de 1880, ainda se enquadrava na linguagem política da moderação e da reverência à monarquia.

Percebe-se, todavia, que, mesmo tendo ocorrido uma ampliação da esfera literária dos espaços de divulgação do saber científico, as novas ideias não foram suficientes para introduzir a concepção republicana na província. Naquele período havia, como adverte Angela Alonso, o repertório capaz de empreender a crítica ao regime, a estrutura de oportunidades políticas, e até mesmo a disponibilidade do vocabulário político cunhado pelos teóricos republicanos. O pensamento republicano, entretanto, não penetrou rapidamente na Província, tendo em vista a rigidez da cultura política monarquista que freou por muito tempo a discussão antimonárquica e conduziu as práticas políticas. O republicanismo, neste sentido, somente ganhou fôlego com

[348] *O Cachoeirano*, nº 22- 3/06/1888.

a atuação de uma geração que se distanciava do jogo político da capital e estava descomprometida com a ordem imperial. De todo modo, inicialmente a República não ganhou a adesão de toda a Província, não só em virtude dos fatores já mencionados sobre a barreira imposta pela cultura política do centro, mas certamente também porque a marginalização não era um fator comum a todos os grupos políticos. Ao se sentirem alijados do poder, o grupo liberal do sul decidiu contestar a ordem.

Após o embate entre o projeto político dos dissidentes do sul e o grupo monarquista do centro, é necessário investigar até que ponto os republicanos conseguiram permear e modificar as práticas políticas da província durante o auge da propaganda republicana. Para entender a recepção do republicanismo na província, é preciso buscar seus divulgadores, as ideias propagadas nos *meetings*, e, sobretudo, a assimilação ou, em contrapartida, a resistência por parte dos monarquistas. Busca-se, neste sentido, refletir se a transição entre a monarquia e a República seria uma verdadeira ameaça à cultura política consensual, ou, por outro lado, a forçaria a reformular algumas práticas em nome da manutenção da ordem provincial.

4. OS SENTIDOS DA REPÚBLICA: A DISPUTA ENTRE LINGUAGENS E PROJETOS REPUBLICANOS NO ESPÍRITO SANTO

> Do Espírito Santo não há de dizer jamais que em seu seio guardavam traidores. Declarados republicanos, hão de sê-lo até morrer. Desenganem-se, pois, os que pretendem volvê-la aos tempos em que era um burgo podre da política e cada governo lhe impunha representantes que não conheciam [...] O 2º distrito resgatou-se, é republicano, e o 1º em breve o será também.[349]

Este capítulo discute os diferentes projetos republicanos vivenciados no Espírito Santo durante os últimos anos do Império. A análise das linguagens políticas na imprensa local demonstra a existência de, ao menos, duas aspirações republicanas no fim do Império. Examinamos, desta forma, as diferenças entre o projeto republicano liderado pelo núcleo existente no sul da província, o 2º distrito eleitoral, e o projeto político divulgado pelo grupo concentrado na capital, Vitória. Por meio das significações assumidas pela República nestas localidades, apresentamos o viés pluralista do movimento republicano no Brasil, acentuando as experiências de república vivenciadas no Espírito Santo.[350] Neste sentido, investigamos como o republicanismo remodelou a dinâmica interna da província, o vocabulário, e as práticas políticas locais.

A análise proposta mostra-se como oportunidade de explorar a diversidade conceitual do termo *república*, que passou por diversas reformulações ao longo da história.[351] Modesto Florenzano resgatou a polissemia do termo, indicando a longa trajetória do conceito que, inclusive,

---

[349] *O Cachoeirano*, nº45 - 18/11/1888.

[350] Algumas investigações já destacam o republicanismo no século XIX como movimento plural em outros países. Para a Espanha, o estudo de Román Miguel González investigou a existência de três culturas políticas republicanas. GONZÁLEZ, Román Miguel. Las culturas políticas del republicanismo histórico español. Ayer, Espanha, n. 53, pp. 207-236, 2004; Sobre as particularidades regionais do republicanismo no México: CHUST, Manuel; FRASQUET, Ivana. Orígenes federales del republicanismo en México, 1810-1824. *Mexican Studies/Estudios Mexicanos*, México, vol. 24, n. 2, pp. 363-399, 2008. Para a Venezuela, ver: STRAKA, Tomás. La república deseada, sobre las concepciones del republicanismo venezoelano (siglo XIX). *LOGÓI Revista de Filosofia*, Venezuela, n.17, p. 1-23, 2010.

[351] A obra organizada por Nilton Bignoto, *Matrizes do republicanismo,* realizou análise detalhada sobre a trajetória das vertentes republicanas em países como Itália, França, Estados Unidos e Inglaterra. Cf. BIGNOTTO, Nilton (org). *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Sobre a trajetória do conceito "republicanismo", ver também: RODGERS, Daniel T. Republicanism: the Career of a Concept. *The Journal of American History*, Estados Unidos, v. 79, n. 1, p.11-38.1992.

ultrapassa a significação deste vocábulo na língua latina.[352] Para além da plurarilidade conceitual, este estudo busca resgatar também os diversos usos do conceito de república no Brasil do Oitocentos, com enfoque, todavia, nas especificidades do republicanismo na província do Espírito Santo, a fim de analisar este movimento dentro do contexto politico intraprovincial.

Destacamos a necessidade de que se investigue o movimento republicano por percepções regionais como uma forma de distanciá-lo das generalizações e de evidenciar o papel do republicanismo na disputa pelo poder entre elites políticas locais, que vai além da sua caracterização como somente resposta ao contexto de crise do Império em âmbito nacional. O perigo das generalizações na análise historiográfica também é destacado por Giovanni Levi[353]quando propõe a valorização dos elementos locais e específicos durante a investigação. Nessa perspectiva, concordamos que seja necessária a preservação das particularidades em meio à análise do movimento republicano do final do século XIX. As especificidades locais, neste sentido, permitem acentuar as diferenças entre os "republicanismos" existentes no Brasil do Oitocentos. Regionalizar a crise da monarquia torna possível o melhor entendimento da significação e da recepção da República em diferentes regiões do Brasil, pois considera as realidades distintas das províncias. Pretende-se, neste sentido, contribuir para o mapeamento do republicanismo em *locus* regional, pois este ainda apresenta diversas lacunas, sobretudo com relação ao movimento republicano na província do Espírito Santo.

---

[352] Na Antiguidade Clássica, o conceito de *res publica* foi entendido como tradução do termo grego *politéia*. Tanto na língua grega, como no latim, o termo *república* designava uma constituição política, apresentada por Aristóteles como uma das três formas de governo, ou seja, o governo da maioria em contraposição à aristocracia e à monarquia. A *politéia*, ou *res publica*, seria, na verdade, a única forma de governo que permitiria a moderação e o equilíbrio. FLORENZANO, Modesto. Republica (na segunda metade do século XVIII – história) e republicanismo (na segunda metade do século XX – historiografia). Disponível em: http://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/Republica%20e%20republicanismo.pdf. Acesso em: 22/04/2016.

[353] Giovanni Levi assinala: "Minha definição é: a História é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais. Não podemos imaginar uma generalização da História que seja válida. Ou seja, podemos nos perguntar o que é fascismo, mas há fascismos diferentes na Itália, na Espanha ou em Portugal. Por isso, devemos preservar nos trabalhos dos historiadores, as particularidades, preservar o local - aqui entendido como uma situação específica". LEVI, Giovanni. O Trabalho do Historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Revista Tempo*, Niterói, v. 20, p. 1-20, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-20-20143606.pdf Acesso em: 22/06/2015.

4.1 A PERSPECTIVA REGIONAL DO MOVIMENTO REPUBLICANO NA HISTORIOGRAFIA

Diversos trabalhos dedicaram-se a investigar o movimento republicano e os primeiros anos do novo regime instituído em 1889. Algumas dessas obras são relatos contemporâneos, dentre as quais estão tanto as versões que exaltavam a República,[354] como também as versões dos defensores da monarquia sobre os fatos.[355] Posteriormente, a mudança do regime e suas causas tornou-se tema de discussão acadêmica, resultando em intenso debate sobre o período.

Não se pretende aqui, no entanto, traçar a trajetória historiográfica sobre as causas do "colapso" do sistema monárquico e das contradições políticas internas que vigoravam nos primeiros anos da República.[356] Busca-se destacar até que ponto as obras sobre o período se dedicaram a pensar a perspectiva regional e a dinâmica política interna das províncias, verificando se tais obras identificaram o movimento republicano como um processo plural ou como resposta geral para demandas locais.

Escrita em 1925, a obra de Oliveira Viana, *O ocaso do Império*, destaca-se pela tentativa de compreensão do contexto que levou ao fim do Império brasileiro. De acordo com Viana, a abolição foi um dos principais fatores para a expansão da ideia republicana no Brasil.[357] Foi a partir de então que a classe fazendeira desamparou a monarquia e passou a ver no novo regime a possibilidade de reparação, caminhando para um "ideal utópico". Na visão de Oliveira Viana, a propagação do credo republicano foi beneficiada pelo desenvolvimento da crise de desilusão e descrença que pairava naquele período. A República, neste sentido, era inevitável.[358] Em sua análise, a simpatia pela República encontrou terreno fértil em um grupo específico, formado

---

[354] Refiro-me a obras como OTTONI, Christiano. *O advento da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1890, e BAUARQUE, Felicio. *Origens Republicanas*: estudos de gênese política em refutação ao livro do Sr. Dr. Affonso Celso, O Imperador no exilio. Recife: F. S. Quintas, 1894.

[355] Ver *Advento da Ditadura Militar no Brasil,* de Afonso Celso (1891) e a obra *A Ilusão Americana*, de Eduardo Prado (1893).

[356] Marieta Moraes e Ângela de Castro Gomes dedicaram-se a uma análise bibliográfica extensa sobre o período, subdividindo as obras em diferentes contextos de escrita, correntes ideológicas, e, ainda em perspectivas temáticas. Cf. GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Vértice, v.1, n.4, p.244-280, 1989. Disponível em: < www.cpdoc.fgv.br/revista/ arq/60.pdf>. Acesso em 22/09/2015.

[357] VIANA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. p. 78.

[358] Ibidem, p.83-86.

pelas elites das capitais e de cidades importantes, os líderes dos partidos, universitários e literatos do período.[359]

A perspectiva regional do republicanismo proposta pelo autor, mesmo que usada como tentativa de negar a adesão das províncias à República, acaba auxiliando na identificação das distinções locais em meio à recepção do novo regime. Na visão de Viana, em 1889 a penetração geográfica do republicanismo era pouco acentuada. Sua afirmação baseou-se, entre outros fatores, na pequena produção da imprensa republicana nas províncias, composta ao todo por 74 jornais[360]. O republicanismo, segundo Viana, estava circunscrito à região meridional do país. Mesmo ali, o autor indicou que apenas quatro províncias – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – demonstraram alguma recepção ao republicanismo. Em suas palavras, "o norte era surdo para as ideias republicanas". [361]

Mesmo identificando diferenças regionais, o autor não aprofundou sua análise sobre o jogo político entre elites provinciais com relação ao poder central, o que poderia explicar as diferentes recepções à propaganda republicana. A partir de seus argumentos sobre a fraca adesão ao republicanismo na maior parte do país, o autor conclui que não teria sido o Partido Republicano a verdadeira causa da queda do Império, pois não fora, em sua perspectiva, um movimento de opinião nacional.[362] A derrubada do regime ficou a cargo dos militares.

Já em *A Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Junior, a visão sobre a transição para a República baseou-se em análise de cunho materialista. A obra referencia a superação do regime monárquico como consequência da inadequação das instituições imperiais na marcha de progresso do país. As especificidades regionais não foram consideradas pelo autor, exceto São Paulo, que ganharia destaque dentro do processo político e econômico. Nelson Werneck Sodré, em *Panorama do Segundo Império,* [363] também examinou os elementos precursores da destituição da Monarquia. Sodré apontou para possível indiferença dos próprios monarquistas durante o período, o que, a seu ver, demonstrou muito mais falta de apoio político e desorganização do regime imperial do que a oposição incisiva dos republicanos. Nessa perspectiva de cunho geral, a penetração do ideário republicano nas províncias seria indiferente

[359] Ibidem, p. 93-94.
[360] Em vez de dois jornais republicanos publicados no sul do Espírito Santo, o autor cita apenas um jornal propagandista na província. VIANA, 2010, p. 98.
[361] VIANA, 2010, op. cit., p. 98.
[362] Ibidem, p. 110.
[363]SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do segundo Império*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ Graphia, 1998.

no movimento de transição política.

Curiosamente, em meio à negligência dos autores sobre a experiência política local, a obra *Coronelismo Enxada e Voto*, de Vitor Nunes Leal, destacou a dinâmica política dos municípios ao enfatizar a dependência das localidades com relação ao governo estadual, fator que assegurou a existência do coronelismo. É importante ressaltar também que, na introdução da obra, Leal aponta a necessidade de que haja estudos regionais para compor uma visão mais abrangente sobre o tema. Na visão de Maria de Lourdes Janotti,[364] Leal faz parte do grupo de intelectuais que vivenciou a revolução de 1930, os quais transmitiram para a historiografia a tentativa de compreender as relações entre o Estado centralizador e os interesses das classes sociais. Embora o foco da obra de Victor Nunes Leal não seja a adesão das províncias à República, e nem mesmo a percepção do novo regime dentro das províncias, a análise se destaca por discutir aspectos sobre a municipalidade, e, consequentemente, a autonomia provincial e os conflitos internos pela disputa de poder.

A obra de George Boehrer, *Da monarquia à Republica,*[365] representou importante mapeamento do republicanismo no Brasil a partir da caracterização regional. O autor, ao refazer a trajetória do Partido Republicano nas províncias, identificou especificidades da propaganda em diferentes regiões. O estudo desenvolvido por Boehrer discutiu ainda o alcance do ideário nas diversas localidades do Império, com destaque para o movimento republicano paulista, citado pelo autor como o mais coeso e organizado. Boehrer, no entanto, parece não interpretar a queda da Monarquia como consequência da representação do republicanismo nas províncias. O texto, na verdade, tem caráter de denúncia com relação aos monarquistas, a quem o autor acusa terem se preocupado mais com o poder do que com a lealdade à Monarquia, visando manter a influência política que possuíam.

Propondo escrever a *História Sincera da República*, Leôncio Basbaum retornou à discussão sobre os fatores que levaram ao fim do Império, sobretudo, destacou o papel fundamental da abolição frente ao advento da República. Mesmo se atendo aos aspectos gerais da transição do regime, o trabalho de Basbaum evidenciou a necessidade de compreender o republicanismo em suas especificidades:

---

[364] JONOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: politicos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Macos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 113.
[365] BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República*: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. p. 30.

> Parafraseando um velho aforismo, poder-se-ia dizer: cada republicano, cada sentença. A ideia que sustentava a todos era simplesmente a República. Em tudo o mais, divergiam. Em maio de 1887, às vésperas do Congresso, o líder paulista César do Nascimento escreveu que se sobreviesse uma mudança súbita de governo "seria difícil atingir o ideal republicano, devido à diversidade de pontos de vista, e à confusão de ideias". [...] As divergências começavam pelos *motivos* que os atraiam para o Partido Republicano.[366]

A pluralidade do movimento já estava, neste sentido, apontada por Lêoncio Basbaum. As especificidades da recepção do republicanismo foram exploradas pelo autor[367] ao ressaltar as divergências entre os propagandistas sobre como atingir a República e ao explicitar as correntes evolucionista e revolucionária com seus respectivos projetos políticos, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.[368] As demandas políticas internas das demais províncias que aderiam ao republicanismo, no entanto, não foram tema aprofundado na obra de Basbaum.

Em meados da década de 1960, Emilia Viotti da Costa elaborou alguns ensaios críticos[369]sobre trabalhos anteriores que trataram a respeito do fim da Monarquia. A autora enfatizou a necessidade de relativizar os fatores que, de acordo com a historiografia, levaram à crise do Império, como, por exemplo, a Questão Religiosa, a Questão Militar e a abolição. Ela também chamou a atenção para a diversidade de opiniões dentro do movimento republicano. Para Viotti, a abolição não seria a principal causa da expansão do republicanismo, o que contesta, entre diversos autores, a tese de Oliveira Viana sobre a massiva adesão dos fazendeiros ao republicanismo após o fim da escravidão. Viotti apontou que a República resultou da reunião de três forças distintas: uma parcela do Exército, outra advinda de representantes de classes médias urbanas, e ainda contou com a participação dos cafeicultores paulistas.

Propondo compreensão distinta do movimento republicano, Sérgio Buarque de Holanda destacou a mudança do gabinete em 1868 como ponto de partida para a desagregação do sistema político do Império. Por outro lado, o autor salientou o caráter antirrevolucionário do Manifesto de 1870 e a pequena repercussão do documento em algumas regiões, assim como outros autores

---

[366] BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. p. 219 (grifos do autor).
[367] Em outras províncias, acentuou Basbaum, os republicanos eram parte de uma pequena burguesia intelectual que via na República o remédio para todos os males. Eram, de acordo com o autor, idealistas e românticos, os quais viram na República a oportunidade de belos discursos: "alfabetizados que não eram proprietários de terras e que jamais ultrapassariam sua condição social fora dela". BASBAUM, 1986, p. 226.
[368] O autor destaca ainda a falta de coesão do movimento e a ausência de republicanismo nas províncias.
[369] COSTA, Emilia Viotti da Costa. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

citados. A análise de Sérgio Buarque descartou a atuação do movimento republicano nas províncias, exceto para Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.[370]

Buarque de Holanda acentua a apatia por parte das províncias do norte e anula a existência de qualquer movimento republicano nessa região. Em sua opinião, somente Pernambuco possuía elementos que favoreceriam a emergência do republicanismo, já que possuía uma Faculdade de Direito como São Paulo. O autor indica algumas explicações para a pouca repercussão do movimento em outras localidades. Primeiramente, destacou a subserviência e a docilidade destas províncias diante dos mandos do governo como causa da ausência de confronto político. Em segundo lugar, chamou atenção para a má situação econômica dessas localidades, o que explicaria a inércia diante do Império, já que sua única possibilidade de melhora era proveniente do poder central. Para o autor, a queda da monarquia e o advento da federação não favoreceriam essas províncias.[371]

A análise regional do republicanismo proposta por Sérgio Buarque de Holanda demonstra-se insuficiente quando generaliza o contexto político das províncias durante o movimento. Seu modelo é fixado somente na contribuição vinda das províncias de maior peso político, localizadas no centro-sul. Além disso, ao identificar a apatia da região norte como simples dependência do poder central, Holanda acaba negligenciando os conflitos políticos internos existentes naquelas províncias, o que, talvez, contribuiria para explicar a ausência de críticas à monarquia.

Durante a década de 1970, diversos trabalhos atentaram para a importância da análise regional, ao apontar a composição de elites políticas distintas e a dinâmica interna de algumas províncias. Nesse período, alguns brasilianistas voltaram sua atenção para os aspectos do regionalismo dentro do jogo político inaugurado pela Primeira República. Os trabalhos de John Wirth,[372] Joseph Love[373] e Robert Levine,[374] elaboraram análises sobre a composição e participação das

---

[370] Em Minas Gerais, a propaganda republicana ganhou adeptos, embora não houvesse um grupo coeso. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, os agrupamentos políticos republicanos eram dispersos naquela localidade, o que dificultava a comunicação. Além de Minas Gerais, o autor enfatizou que "pode-se dizer que somente o Rio Grande do Sul mostrava-se mais acessível às novas ideias". HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Do Império à República. Vol. 5. São Paulo: Difel, 1972. p. 266.

[371] Ibidem, p. 268.

[372] WIRTH, John D. *Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889–1937*. Stanford: Stanford University, 1977.

[373] LOVE, Joseph LeRoy. *A locomotiva*: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

[374] LEVINE, Robert. *Pernambuco in the Brazilian Federation, 1889–1937*. Stanford: Stanford University, 1978.

elites regionais respectivamente em Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco. As análises dos autores americanos da década de 70 deram o primeiro passo para que a atenção dos historiadores da Primeira República se voltasse para o cenário local.

No entanto, é necessário frisar que tais obras quase sempre optaram por discutir a dinâmica política interna das localidades de maior importância política ou econômica. O jogo político que existiu em outras regiões durante a transição para a República continuou sem a atenção dos historiadores. As obras discutidas acima indicam que poucas vezes na historiografia o republicanismo foi compreendido por sua pluralidade. E, quando o foi, na maioria das vezes, o enfoque regional foi utilizado para reduzir a importância das relações políticas intraprovinciais durante a recepção do republicanismo e, sobretudo, nos primeiros anos da República. Para a maioria desses autores, a República foi uma espécie de resposta geral, compreendida em sentido único. Assim, não levaram em conta o que o novo regime, ou mesmo a manutenção da Monarquia, significava para diversas localidades no Império, como instrumento de disputa do poder político local.

4.1.1 Novas perspectivas do movimento republicano: as experiências de República nas províncias

Nas décadas de 1980 e 1990, também como consequência do desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação, identifica-se uma série de novos estudos sobre a temática. A partir desse período, os trabalhos exibiram novos direcionamentos de análise ao investigarem o republicanismo e os primeiros anos de consolidação da República. Entre os novos enfoques, emergiram diferentes perspectivas que passaram a valorizar a significação da República no cenário político regional.

O projeto republicano positivista do Rio Grande do Sul, por exemplo, foi estudado por Celi Regina Pinto,[375] e a caracterização política do regionalismo deste mesmo estado foi objeto de pesquisa de Joseph Love.[376] A estruturação política e partidária que emanou da queda da

[375] PINTO, Céli Regina. *Positivismo*: um Projeto político Alternativo (RS:1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986.
[376] Love, Joseph. *Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism, 1882-1930*. Stanford: Stanford University, 1971.

Monarquia em Minas Gerais foi destacada por Maria Efigênia Resende,[377] que enfatizou as cisões em meio ao republicanismo naquela região. A política de Minas Gerais, a partir de 1889, sobretudo os aspectos que marcaram a aliança com São Paulo – a chamada política do "café com leite" – também se tornou objeto de estudo de Amilcar Martins[378] e Cláudia Viscardi. [379]

As análises, no entanto, ainda se centravam em estudos sobre os estados que demonstraram maior destaque político durante a consolidação da República. A necessidade de se estudar outros estados durante a transição e composição do novo regime foi apontada por Marieta de Moraes Ferreira.[380] A autora questionou a problemática interna dessas localidades, temática ignorada pela historiografia. Segundo Marieta Moraes, a dinâmica política desses estados foi então interpretada a partir de modelos de análise oriundos de estados dominantes. Tal assertiva fez com que a autora direcionasse sua análise para a província do Rio de Janeiro, a fim de aprofundar a investigação sobre os conflitos pelo poder e as diferentes propostas políticas naquela localidade a partir de 1889. Também contribuindo para a análise sobre o Rio de Janeiro, mas caracterizando a produção mais recente, o trabalho de Surama Conde[381] se destaca em meio à renovação de propostas, pois realiza a caracterização da elite política carioca que dominou o cenário da Primeira República e indica o papel dos partidos no reordenamento do cenário político local.

Dentre as novas perspectivas para o estudo da República no Brasil, destaca-se aqui a importância dos estudos de José Murilo de Carvalho. Na obra *Os bestializados,* [382] por exemplo, o autor discutiu a relação entre as práticas de cidadania e a consolidação da República no Rio de Janeiro. Já em *A Formação das Almas*[383]*,* o autor destacou o pluralismo do ideário

---

[377] RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais. O novo PRM – 1889-1906. Belo-Horizonte: UFMG-Proed, 1982.
[378] MARTINS, Amilcar Vianna. *A Economia Política do Café com Leite (1900-1930)*. Belo Horizonte : UFMG/PROED, 1981; e MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Trad. Vera Alice Cardoso Silva. Belo Horizonte: Crisálida/ICAM, 2009.
[379] VISCARDI, Cláudia Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias*: Uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
[380] FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na velha Província:* oligarquias e crise do estado do Rio de Janeiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 12.
[381] PINTO, Surama C. S. Só para Iniciados... o jogo político na antiga capital federal. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2011.
[382] CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados:* O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
[383] CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas:* o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

republicano no Brasil por meio do imaginário e dos símbolos que sustentaram o pensamento republicano. O autor discutiu a existência de ao menos três modelos de República transitando no final do século XIX, baseados nas ideias difundidas por seus respectivos grupos propagandistas. Para Carvalho, o projeto republicano brasileiro foi formulado a partir da disputa entre projetos baseados no liberalismo americano, no positivismo e no jacobinismo ao estilo francês.

Grupos políticos e projetos distintos também foram as referências de Angela Alonso em *Ideias em Movimento*.[384] Alonso investigou o arcabouço teórico e conceitual utilizado pela denominada Geração de 70, que se envolveu no movimento republicano a partir de diferentes demandas. Esta geração, como enfatiza a autora, lançou mão das teorias científicas como o positivismo e o darwinismo para embasar suas críticas à monarquia brasileira. Já a obra de Maria Tereza Chaves destacou a predisposição mental ao novo regime por meio da ampliação da esfera pública e literária a partir de 1880.[385] A autora centrou-se na discussão das mudanças ocorridas na imprensa e na linguagem do período, que auxiliaram na composição da visão negativa da monarquia brasileira e da República como possibilidade de resolução dos problemas políticos, sociais e econômicos do país.

A partir de novas temáticas, os pesquisadores também passaram a revisitar as discussões sobre as localidades onde o republicanismo havia alcançado êxito, como já havia feito Marieta Moraes para o caso do Rio de Janeiro. O republicanismo em São Paulo continuava a se destacar em meio às análises,[386] tornando-se foco de novas discussões.[387] Os apontamentos, no entanto, direcionavam-se agora para o entendimento do movimento republicano paulista a partir de uma perspectiva plural. Milene Costa,[388] por exemplo, resgatou as motivações sociais e políticas que

---

[384] ALONSO, Angela. *Idéias em movimento*: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

[385] MELLO, Maria Tereza Chavez. *A república consentida*. São Paulo: FGV, 2007.

[386] A obra de James Woodard, apesar de focar o momento posterior à propaganda, também elabora uma perspectiva plural do republicanismo paulista. Utilizando a imprensa política, o autor analisa a cultura política republicana em São Paulo durante os primeiros anos da República e destaca as diferenças entre os partidos republicanos formados no período. WOODARD, James P. A Place in Politics: São Paulo, Brazil, from Seigneurial Republicanism to Regionalist Revolt. Durham: Duke University, 2009.

[387] CASALECCHI, José Ênio. *O Partido republicano paulista:* 1889-1926. São Paulo: Brasiliense, 1987.

[388] COSTA, Milene Ribas da. *A implosão da ordem: a crise final do Império e o Movimento republicano paulista*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-28052007-141852/>. Acesso em: 24/10/2015.

levaram os paulistas a empreender a propaganda contra a monarquia de forma coesa e organizada. A autora também direcionou sua análise para o momento posterior à proclamação da República, ao discutir o desencanto de Campos Sales com o novo regime, sendo este um dos mais importantes propagandistas em São Paulo.

Por meio da investigação centrada em municípios, outros autores buscaram discutir e problematizar a homogeneidade da propaganda republicana indicada pela historiografia. Estes estudos apontam que o movimento paulista foi composto de estratégias e propostas políticas diferentes. Silvana Mota Barbosa,[389] por exemplo, propôs investigação acerca da dinâmica política e das especificidades do município de Campinas durante a propaganda republicana por meio dos impressos. A cidade de Campinas também foi tema de Antônio Carlos Gaudino, que analisou o Partido Republicano daquela região como associação eleitoral, objetivando entender o êxito eleitoral alcançado por aquele grupo durante a década de 1880. As experiências republicanas do município de Franca tornaram-se objeto de investigação com a obra de Anderson Camelucci,[390] que demonstrou as especificidades daquele município diante da propaganda republicana em São Paulo, ao destacar o processo de adesão ao republicanismo por parte da elite política local, bem como suas propostas locais para a formulação da República.

Outros trabalhos, incentivados pela ausência de estudos sobre as províncias que não foram temas no debate historiográfico até então, optaram por analisar os projetos republicanos nessas localidades. Almir Bueno,[391] por exemplo, dedicou-se a entender a disputa entre projetos divergentes em meio à propaganda republicana no Rio Grande do Norte, onde se confirmou a existência de seguidores da ala mais radical liderada por Silva Jardim, como também de uma vertente moderada, baseada nas ideias de Quintino Bocaiúva. O pensamento republicano no Paraná e a prosopografia dos redatores da imprensa foram destacados na investigação

---

[389] BARBOSA, Silvana Mota. *República das Letras:* Discursos republicanos na província de São Paulo (1870-1889). 1995. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História- UNICAMP, Campinas, 1995.

[390] CAMELUCCI, Anderson Luis. *Crise Monárquica e as experiências de República no Município de Franca (1880-1906).* 2008. Dissertação de Mestrado- Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Franca, 2008.

[391] BUENO, Almir. *Visões de República*: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). 1999. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife,1999.

empreendida por Amélia Siegel Corrêa.[392] Também no Paraná, segundo Corrêa, o movimento republicano cindiu-se em propostas divergentes, sendo uma mais ligada à elite política e econômica, e uma segunda vertente, concebida a partir de ideais mais radicais.[393]

Já a proclamação da República e suas significações no Pará foi objeto de análise de Daniela Moura,[394] que investigou os primeiros anos da República naquela localidade, com foco nos festejos cívicos e criações simbólicas que objetivavam legitimar o novo regime político. Além disso, as disputas de poder internas existentes no Pará foram discutidas por Willian Farias,[395] em *A Construção da República no Pará (1886-1897)*, obra na qual investigou o embate entre os partidos republicanos da região pela liderança durante o início da República. Para o Piauí, o trabalho de Ana Regina Leal acentua a atuação da imprensa republicana e de alguns propagandistas, sobretudo o jornalista David Caldas, que, desde meados de 1870, propagava ideias republicanas em seus impressos.[396]

Deste modo, em diferentes províncias, a República representou a emergência e a circulação de projetos distintos que indicavam a luta por demandas locais. Embora tenha representado um movimento nacional, o republicanismo também assimilou a função de bandeira política entre grupos políticos divergentes dentro de uma mesma província.

Deseja-se, nesta perspectiva, inserir o contexto político da província do Espírito Santo entre os estudos que compreendem a pluralidade do movimento republicano. O republicanismo teria sido uma ideia homogênea na província do Espírito Santo? Quais elementos faziam parte dos projetos de República vivenciados pelos capixabas? E, ainda, como se reorganizou a elite política fiel aos preceitos monárquicos que antes direcionava a política local?

Discutimos, portanto, a experiência republicana da Província, indagando quais foram as apropriações feitas pelos republicanos do Espírito Santo com referência a temas caros ao movimento republicano nacional, como o federalismo, a representatividade e a democracia. Por

---

[392] CORREA, Amélia Siegel. *Imprensa e política no Paraná*: prosopografia dos redatores e pensamento republicanos no final do século XIX. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, 2006.
[393] CORREA, p.174
[394] MOURA, Daniella de Almeida. *A República paraense em Festa*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, 2008.
395 FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897*). Tese de Doutorado. Niterói, agosto/2005.
[396] LEAL, Ana Regina Barros Rego. Imprensa Piauiense e os Ideais Republicanos: A atuação do Jornalista David Moreira Caldas no Piauí. *Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho.* Florianópolis, 2004.

meio das propostas discutidas pelos propagandistas, é possível identificar a escolha dos conceitos e suas ressignificações na linguagem política dos republicanos no Espírito Santo. Para tanto, faz-se necessário relembrar os principais momentos do movimento em âmbito nacional e destacar como esses elementos foram discutidos dentro do movimento republicano das províncias em que a ideia conseguiu maior adesão, ou seja, Rio de Janeiro e São Paulo.

4.2 LINGUAGENS E PRÁTICAS DO REPUBLICANISMO

4.2.1 A criação e a consolidação do Partido Republicano no Brasil

As ideias republicanas já permeavam o pensamento político brasileiro durante a primeira metade do século XIX. Entretanto, como destacou Marcello Basile, é necessário que não se vincule os movimentos de teor republicano ocorridos no Primeiro Reinado e na Regência como precursores do republicanismo que aflorou na década de 1870, já que foram formulados em contextos históricos específicos.[397]

No decorrer dos capítulos anteriores abordou-se a crise política que envolveu liberais radicais na década de 1860, o que posteriormente culminou no Manifesto Republicano em 1870. No entanto, é possível afirmar que, naquele momento, a aceitação do republicanismo não foi homogênea em todo o Império. A adesão das províncias ocorreu de forma gradual e paralela à dinâmica política regional. Foi no Rio de janeiro, em 1870, que o movimento republicano teve seu ponto de partida com os criadores do primeiro clube. Entre os nomes que compunham a formação inicial do grupo, estavam Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Limpo de Abreu e Francisco Rangel Pestana. De acordo com José Murilo de Carvalho, a atuação dos republicanos foi geograficamente diversificada, sendo a Corte e a província de São Paulo os principais núcleos no início do movimento. O republicanismo também foi sentido em algumas províncias como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Pará, embora somente em São Paulo houvesse a formação de um verdadeiro partido que demonstrou capacidade de organização e

[397] BASILE, Marcello. O bom exemplo de Washington: o republicanismo no Rio de Janeiro (c.1830 a 1835). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 17-45, Junho de 2011.

de influência eleitoral.[398]

Autores como George Boehrer,[399] José Murilo de Carvalho e Renato Lessa discutiram e problematizaram o conteúdo do Manifesto de 1870. Estes autores identificaram que a maioria das propostas do grupo republicano já estava inserida nos debates promovidos pelos liberais na década de 1860. A maioria das reformas discutidas pelos republicanos, como a descentralização administrativa prevendo a autonomia das províncias, bem como a separação entre Igreja e o Estado, já eram defendidas pelo Partido Liberal. Além da preexistência desses ideais na década anterior, Lessa também analisou o caráter retórico do manifesto e identificou duas características principais: a moderação e o tom inespecífico do documento. A tática, argumenta o autor, visava ganhar adesão de diferentes grupos que iam de liberais descrentes com a monarquia a fazendeiros insatisfeitos com o processo abolicionista.[400]

Concordamos neste estudo com autores que identificam a continuidade dos elementos de 1860 nas propostas do grupo republicano que emergiu em 1870. Destacamos, no entanto, que na província do Espírito Santo, as discussões políticas se deram de forma bastante diferente. Contrastando com a Corte, o radicalismo não se destacou nas propostas e na linguagem política da província, agindo como entrave à discussão de tais ideias reformistas ainda em 1860. De fato, no Espírito Santo, as "ideias novas" e a linguagem de crítica ao Império só se sobressaíram a partir de 1870, com a ampliação da esfera literária e da atuação de nova geração política na imprensa.

Ao longo da propaganda republicana, no Rio de Janeiro e em São Paulo, surgiram linguagens republicanas bastante distintas. Na Corte, havia dissidências internas no partido sobre a forma de se alcançar a República. Era visível a existência de uma linha de pensamento de caráter moderado liderada por Quintino Bocaiúva, ligada à ideia de que se atingiria a República de forma gradativa, que, por sua vez, contrastava com a ala mais radical guiada por Aristides Lobo,

---

[398] CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. *Varia hist.,* Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 141-157, Junho 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010487752011000100007&lng=en&nrm=is>. Acesso em: 03/11/2015. p.1.

[399] BOEHRER, 1954, op. cit., p. 226-227.

[400] Renato Lessa salienta ainda que a emergência da propaganda não configurou um processo de amadurecimento da uma ideia utópica do republicanismo. De acordo com o autor, o movimento em 1870 exibia a prevalência da ponderação no lugar da utopia que anos antes esteve presente no discurso republicano dos anos de 1830. LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1990. p.38-39.

defensor de mudanças políticas imediatas. O conflito era visto até mesmo na redação do jornal A República, órgão do partido, quando ideais republicanos opostos abriram muitas vezes espaço para o surgimento de discordâncias dentro do grupo.[401]

Além das dissidências internas que existiam no partido da capital do Império, Marieta Moraes assinala que houve pequena aceitação do Manifesto de 1870 em outras regiões da província do Rio de Janeiro. A autora aponta que, ainda que importantes lideranças republicanas nacionais fossem daquela província, a atuação dessas figuras se deu muito mais centrada na Corte. Curiosamente, somente em 1888 foi fundado o Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro.[402] Havia, neste sentido, a distinção entre o movimento republicano no município neutro com relação ao restante da província.

No mesmo sentido, Sérgio Buarque de Holanda destacou que na Corte, berço do movimento, o republicanismo alcançou certa repercussão e receptividade popular. Já no âmbito eleitoral, Buarque indica que o grupo estava longe de ser expressivo.[403] George Boehrer também assinala as limitações do grupo, ao evidenciar que a atuação do Partido Republicano na Corte não se consolidou logo no momento de sua criação. O autor aponta que as dificuldades impostas ao grupo derivavam do fato de que propagavam um novo ideal de governo para um público que não possuía grande apego ao sentimento republicano. Com o passar dos anos, o partido teria adquirido maior força política, contudo, muito menos pela adesão às prerrogativas expostas em seu programa, do que pelo contexto político propício à difusão da crítica monárquica.[404]

Mesmo alguns anos após divulgação do Manifesto de 1870, ainda não havia indícios de consolidação do movimento republicano na província fluminense. Nas afirmações de Hildibrando Albuquerque Junior, [405] as dificuldades de organização encontradas pelos republicanos eram consequências de fatores como o tradicionalismo encontrado naquela região, além da problemática em torno da escravidão e, ainda, a falta de orientação filosófica. As proposições de Marieta Moraes para explicar a lentidão da qual sofria o partido também se

---

[401] BOEHER, 1954, op. cit., p.39.
[402] Para a autora, foi a abolição o fator crucial para a adesão de muitos monarquistas insatisfeitos. FERREIRA, 1986, p. 14.
[403] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Do Império à República. São Paulo :Difel, 1972. Tomo 2, v.5, p.265-6.
[404] BOEHRER, 1954, op. cit., p.29.
[405] JUNIOR, Hildiberto R. C. *O Republicanismo fluminense:* 1887-1891. 1974. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1974, p. 15.

mostram relacionadas a algumas características sociais locais. Para a autora,

> [...] era de se supor que a província do Rio de Janeiro, baluarte do Estado Imperial escravocrata e centralizado, não fosse um terreno particularmente fértil para as ideias liberais e vagamente democráticas defendidas pelos propagandistas republicanos.[406]

Em 1873, ao perceber a necessidade de remodelação do grupo, uma comissão central dos republicanos foi organizada visando o planejamento da União Republicana Federal, com a qual pretendiam centralizar um clube principal no Rio de Janeiro, onde haveria reuniões, além de ações em prol da educação popular por meio de conferências públicas. No entanto, o plano da *União Republicana* não foi levado à frente.

Como destacou José Murilo de Carvalho, os republicanos utilizavam os mesmos meios de propaganda que os partidos monárquicos, concentrando-se em livros, panfletos, jornais e conferências públicas.[407] A difusão da ideia republicana, no entanto, ainda parecia carecer de maior organização. Foram várias as tentativas de consolidação de um partido em nível nacional, mas a própria divisão do partido Republicano em sessões provinciais acabava destacando as especificidades do movimento em diferentes localidades. [408]

No ano de 1878, com a volta dos liberais ao poder, vários membros do partido Republicano retornaram ao partido Liberal, que agora estava liderando a situação política. Durante os dez anos de ostracismo, liberais e republicanos tinham um inimigo comum, os conservadores. Entretanto, como destacou Campos Sales, com a emergência do gabinete Sinimbu, o grupo republicano adentrou em novo contexto político que alarmou os propagandistas para a necessidade de reformulação do grupo. [409]

A partir de 1880 novos membros ingressaram no Partido Republicano na Corte. Dentre eles, destacavam-se Lopes Trovão, José do Patrocínio, Silveira Lobo, Teixeira Mendes e Miguel Lemos. O grupo tentou novamente eleger republicanos para os cargos do governo. Novos jornais como *O Republicano* e *O País* passaram a incorporar a propaganda republicana no Rio

---

[406] FERREIRA, 1986, op. cit., p. 34.
[407] CARVALHO, 2011, op. cit., p. 142.
[408] FERNANDES, M.F.L. *A Esperança e o Desencanto:* Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 54.
[409] George Boehrer assinala que, a partir desse contexto político, os membros que ali permaneceram viram na assinatura de um termo de compromisso e adesão à solução para fortificar o grupo e cessar tais deserções.

de Janeiro, mas, somente em 1888, durante o Congresso Republicano Provincial, foi fundado o Partido Republicano da Província.

Foi com a nova organização do grupo que os republicanos criaram também novas estratégias para acelerar a divulgação do republicanismo, afirma Boehrer. [410] Nesse período foi fundado um comitê executivo na Corte e uma assembleia constituinte que discutiu a criação da função de delegados que atuariam nas paróquias, a fim de recrutar membros para o partido. Outra novidade na estratégia dos republicanos foi a divisão do grupo em unidades, o que parecia destoar das ações anteriores, que viam a fragmentação dos republicanos como uma ameaça à coesão do partido.

Apesar da difusão do republicanismo na Corte, a maioria dos autores citados neste estudo aponta São Paulo como a província mais importante em termos de propaganda republicana e organização do movimento contra a monarquia. Desde a década de 1870, já muito unificado, o grupo republicano paulista teve forte adesão, optando pela atuação independente do grupo localizado no Rio de Janeiro. Sérgio Buarque destacou São Paulo como a localidade com maior número de republicanos, e, sobretudo, com maior capacidade de organização política.[411] A partir das alianças políticas que ocorreram no período, o grupo paulista passou a influenciar os resultados eleitorais. Na visão de Joseph Love,[412] mais importante do que a publicação do Manifesto em 1870, a obra *A Província,* escrita por Tavares Bastos, teve papel crucial na divulgação do ideal federalista dos paulistas, pois apresentava um programa político baseado na autonomia provincial que atraiu os cafeicultores de São Paulo.

Foi no Congresso realizado em Itu, no ano de 1873, que ocorreu de fato a formação estratégica e organizacional do Partido Republicano Paulista. Além das bandeiras levantadas no Manifesto publicado na Corte, como a liberdade e os direitos individuais, o republicanismo em São Paulo assumiu firmemente a bandeira do federalismo. Nesta reunião os republicanos decidiram pela representação dos municípios por meio dos delegados e elegeram uma comissão permanente que guiaria o partido. Entre os nomes de peso do grupo paulista estavam Campos Sales, João Tibiriçá e Assis Brasil. Na visão de Boehrer, o republicanismo em São Paulo não se

[410] BOEHRER, op. cit.,1954. p.30.
[411] HOLANDA, op. cit., 1972, p. 265.
[412] LOVE, 1982, op. cit., p. 150.

caracterizava como um mero movimento intelectual, sublinhando a atuação e a organização partidária do grupo quando comparado ao Rio de Janeiro.

A literatura que enfatiza a coesão como fator de desempenho do partido paulista foi problematizada por Silvana Mota Barbosa.[413] Nas indicações da autora, após suas pesquisas sobre o movimento republicano na imprensa de Campinas, tal ideia lhe pareceu fundada a partir da leitura unilateral da política. Esses relatos foram, segundo Barbosa, subsidiados pela versão oficial do movimento que foi construída pelo próprio Partido Republicano Paulista. A narrativa empreendida pelo grupo visava acentuar a individualidade do republicanismo em São Paulo e destacar a importância do Partido Republicano de São Paulo. O argumento de coesão, destaca a autora, embasou a maioria das explicações sobre o movimento naquela província, retirando de cena possíveis vestígios que indicassem divergências internas no pensamento republicano paulista.

De acordo com Casallecchi, que também fortifica a tese da supremacia paulista, a trajetória proeminente do republicanismo em São Paulo indica que as diferenças com o movimento da Corte não se davam somente no fator organizacional, mas também pela distinção de propostas do Partido de São Paulo:

> [...] O Rio se apegava às reivindicações do manifesto de 1870, relativas aos direitos e liberdades individuais, à soberania do povo, à verdade democrática. São Paulo dava ênfase ao federalismo, à autonomia provincial, medidas que se vinculavam aos interesses dos grandes proprietários.[414]

Embora os dois partidos tenham enfatizado propostas políticas que corroboravam suas necessidades locais, é necessário salientar que as propostas mencionadas por Casallecchi não seriam conflitantes. O estudo de Daiane Elias sobre as linguagens políticas republicanas demonstra que, dentre as três correntes que disputavam espaço na discussão sobre a República, a proposta exibida pelos republicanos de matriz liberal americana mostrou-se vitoriosa na consolidação da República, exatamente por apresentar linguagem e pensamento coesos.[415] As propostas do republicanismo liberal americano conseguia abarcar tanto o grupo de Quintino Bocaiúva na Corte, como também as ideias federalistas de Alberto Sales e Assis Brasil em São Paulo.

---

[413] BARBOSA, 1995, p.13.
[414] CASALECCHI, 1987, op. cit., p. 45.
[415] ELIAS, Daiane. *Imagens Opostas:* a nova linguagem política republicana e a queda do Brasil Império (1870-1891). 2012. Dissertação de Mestrado-IFCS-UFRJ. Rio de Janeiro, 2012.

4.2.2 Conceitos e ideias: o vocabulário republicano durante a propaganda

Durante a propaganda republicana, é possível afirmar que algumas ideias em comum deram a tônica do debate que criticou os malefícios da monarquia nos últimos anos do Império. Concordamos aqui com as premissas dadas por José Murilo de Carvalho ao enunciar a variação de linguagens políticas entre os propagandistas republicanos – liberal americana, positivistas e jabobinista –, pois nos permite evidenciar projetos políticos diferenciados. Cada grupo formulou um modelo de República distinto cabível em suas demandas próprias. Dentre os termos mais abordados pelos republicanos das diferentes vertentes, serão discutidos brevemente os de maior peso nos debates políticos a fim de apresentar as características básicas da linguagem republicana.

4.2.2.1 Democracia e representatividade

Como assinala Carvalho, os conceitos de república e democracia estavam amplamente relacionados no Manifesto de 1870. Para os republicanos, a democracia significava o "governo do país por si mesmo" e a soberania popular alcançada pela representação.[416] Assim, era inconcebível acreditar no sistema misto de governo que agregava representação popular e hereditariedade do chefe de estado na Constituição. Dos teóricos republicanos que enfatizaram o caráter democrático da República, destaca-se o grupo dos republicanos de matriz liberal americana. Na obra de Assis Brasil, *A República Federal,* por exemplo, república e democracia podem ser entendidas como sinônimos. De acordo com Assis Brasil, republicano paulista, a República seria o único regime em que se encontra a democracia, em que se tem, de forma clara, o governo de "todos por todos".

> [...] por isso, só ha democracia na república; por isso deixo já de considerar a distinção, admitida por alguns, entre república *democrática* e *aristocrática*. Toda república é democrática, isto é, é o governo de todos por todos, sem distinção de classes, de fortunas ou de qualquer outro gênero.[417]

Para Quintino Bocaiúva, republicano da Corte, a democracia e a República também eram

[416] CARVALHO, 2011, op. cit., p. 145.
[417] BRASIL, 1881, op. cit.,p.3.

conceitos similares. Já o ideário republicano de Silva Jardim que, embasado na matriz jacobina, mesclava a filosofia histórica comteana agregada a ideias radicais, contrastava com o posicionamento conciliatório e evolucionista do presidente do partido, Quintino Bocaiúva. Em 1889, Jardim indicou a falta de legitimidade de Bocaiúva como líder do partido, acusando-o de representar ideias republicanas retrógadas, ainda atreladas às propostas do Manifesto de 1870.[418] A preocupação de Jardim, segundo José Murilo de Carvalho, era denunciar a falta de clareza entre os ideais do Partido Republicano e os do Partido Liberal, pois na maioria das vezes, confundiam-se exatamente no que se relacionava ao conceito de democracia.

A representatividade era também assunto que dividiu os republicanos. Para Renato Lessa, o discurso republicano foi bastante moderado diante das propostas de redução do eleitorado e sobre a participação do *povo* no debate político. No modelo de república liberal americano, a participação popular não demonstrou ser a maior prerrogativa das aspirações do grupo. Nas palavras de Assis Brasil, "na democracia todos os poderes públicos são delegações do povo, que, para tal fim, elege funcionários por tempo indeterminado [...]. O povo, neste sentido, delega o poder para ser representado". [419] A incorporação do povo na política e as atitudes mais contundentes com relação à participação popular vieram, na verdade, dos republicanos mais radicais como Silva Jardim, que defendiam a participação popular direta, embasada no conceito de liberdade dos antigos.[420]

4.2.2.2 A Abolição

Embora a abolição estivesse presente nas propostas dos liberais radicais desde a década de 1860, o movimento que levou os radicais ao republicanismo acabou por afastá-los da discussão. De acordo com José Murilo de Carvalho, a passagem para o republicanismo demonstrou um retrocesso com relação à profundidade das reformas antes propostas pelos radicais.[421] Entre diversos temas que desapareceram da agenda republicana a partir de 1870, a escravidão figurou

---

[418] CARVALHO, 2011, op. cit., p.148.
[419] BRASIL, 1881, op. cit., p.3.
[420] LESSA, 1990, op. cit., p. 37.
[421] CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lucia Maria. Radicalismo e republicanismo. In: ____ (Orgs.). *Repensando o Brasil do oitocentos*: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 41.

uma das principais ausências.

A preocupação dos republicanos residia na provável rejeição dos proprietários de escravos, o que levou o partido a não se posicionar claramente sobre a escravidão, a fim de garantir a participação de fazendeiros no grupo, como sustentou José Maria Santos.[422] Com o crescimento do movimento abolicionista, o grupo republicano da Corte precisou se posicionar diante do debate. O pensamento evolucionista do republicano liberal Quintino Bocaiúva também se traduzia em suas falas sobre a abolição, indicando que a solução para a questão servil se daria de forma gradual, no momento oportuno. [423] Até meados de 1887, tanto republicanos da Corte, quanto os paulistas, pareciam evitar compromisso com a resolução do problema. O Partido Republicano de São Paulo chegou a assinalar o caráter social da questão, na tentativa de retirá-lo do debate partidário dos republicanos:

> A questão não nos pertence exclusivamente porque é social e não política: está no domínio da opinião nacional e é de todos os partidos, e dos monarquistas mais do que nossa, porque compete aos que estão na posse do poder, ou aos que pretendem apanhá-lo amanhã, estabelecer os meios do seu desfecho prático.[424]

Em trechos da obra *A República Federal*, Assis Brasil também identifica a escravidão como assunto que demandaria análises específicas de cada província, como parte de sua autonomia e, por isso, talvez, não caberia ao partido resolver o problema. Destacava o republicano de São Paulo: "Tenho plena convicção de que a questão do elemento servil já não existiria no Brasil, si nós fossemos uma republica federal. A escravidão seria primeiramente abolida pelos estados que dela menos precisarem [...]". [425]

O grupo dos republicanos de matriz positivista parecia dar peso maior à questão abolicionista. Como argumenta Angela Alonso, a reprovação filosófica da escravidão por parte dos positivistas ortodoxos vinha da ideia dessa instituição como reminescência colonial, o que negava a cidadania plena na sociedade brasileira. A extinção da escravidão adquiria, desta forma, o sentido de retirar o elemento arcaico do meio social, em direção ao progresso. [426]

---

[422] SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo, Livraria Martins, 1942.
[423] BOCAIÚVA, 1986, op. cit., p. 568.
[424] Manifesto do Partido Republicano Paulista de 1873. In PESSOA, R. C. *A idéia republicana através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega,1973. p. 65.
[425] BRASIL, 1881, op. cit., p. 229.
[426] ALONSO, 2002, p. 212.

Foi somente durante o Congresso Republicano Federal[427] que os republicanos passaram a apoiar a abolição, sem, contudo, tocar na questão da indenização dos proprietários. [428] Após o 13 de maio, assinada a Lei Áurea, os republicanos se viram preocupados com a popularidade alcançada pela princesa Isabel. Como destaca Milene Costa,[429] foi o momento em que os republicanos paulistas voltaram seu foco para a descentralização como arma política contra a ordem imperial.

4.2.2.3 O Federalismo

A demanda pelo federalismo foi uma ideia unânime dentro dos republicanismos fluminense e paulista, e, foi, inclusive, anos anteriores, bandeira política do liberal Tavares Bastos ao discutir a temática da descentralização. [430] Ao comparar a atuação dos núcleos republicanos na Corte e em São Paulo, torna-se interessante ressaltar a afirmação de José Murilo de Carvalho, ao indicar o liberalismo como fio condutor do movimento republicano no Rio de Janeiro, enquanto o federalismo compôs o repertório principal do republicanismo paulista. [431] São Paulo, a província mais próspera do Império, necessitava agora de ampliação de seu poder político, requerendo autonomia política e administrativa.

O Manifesto de 1870 já mencionava a necessidade do princípio federativo. Tal prerrogativa aparecia no documento como demanda da territorialidade brasileira, acentuando que a autonomia das províncias facilitaria o crescimento da nação e resguardaria as particularidades locais. Já em São Paulo, os republicanos viam no federalismo o fim da exploração por parte do poder central. [432] Dentre as correntes republicanas que estavam disputando espaço no debate político, os republicanos liberais foram os que mais enfatizaram a necessidade do federalismo e da autonomia provincial. A ênfase a este ideal, no entanto, foi dada pelos republicanos paulistas. Alberto Sales foi um dos principais defensores do ideal federalista entre os

---

[427] O Congresso Republicano Federal ocorreu em 1887.
[428] CARVALHO, 2011, op. cit., p. 144.
[429] COSTA, 2006, p.34.
[430] Ibidem, p. 149.
[431] CARVALHO, 1998.
[432] VASCONCELOS, Rita de Cássia. O Partido Republicano do Rio de Janeiro e o Partido Republicano de São Paulo: uma análise sobre o(s) conceito(s) de república(s) 1870-1889. Cardenos de História, ano IV, n. 2, 2009, p. 26.

republicanos.

Embora o aspecto econômico seja destacado pela historiografia como fator crucial na busca pelo federalismo dos republicanos paulistas, Milene Costa destaca que sozinho esse elemento não é capaz de explicar a defesa do federalismo por parte de Sales.[433]Na obra *Cathecismo Republicano,*[434]Sales evidenciou o papel das províncias e do poder central dentro da federação. O autor denominou o Estado como órgão especial do poder político, o "cérebro no indivíduo", cuja finalidade estava na execução das relações gerais. Já as províncias e municípios estariam incumbidos da inspeção e direção de seus próprios negócios. O republicano paulista afirmava, em *A Política Republicana*, que a federação seria o único regime político capaz de unir a ordem e o progresso.[435]

É possível também encontrar referências ao federalismo nos escritos de Assis Brasil. Na obra *A República Federal,* o autor destacou que a federação seria o único sistema político que garantiria autonomia nos assuntos privativos de uma localidade. Para Assis Brasil, Estado, município e província, possuíam interesses em esferas diferenciadas. Por isso, a federação, em sua visão, seria a única forma de garantir a unidade do país:

> Assim, a federação firma a união naquilo em que ela realmente existe e deve existir, e garante a autonomia naquilo em que ela é necessária para a própria existência da união. É o único modo natural, e, por isso, o único possível, de efetuar-se a verdadeira unidade. É a unidade sem prejuízo da variedade, como no seio da natureza ela existe e se manifesta em todos os seres vivos.[436]

A partir do empenho dos autores, é perceptível que o Partido Republicano de São Paulo tendia a valorizar a temática da descentralização. Nas proposições de José Murilo de Carvalho, a busca pelo federalismo naquela região evidenciou o real interesse dos paulistas diante do fator econômico, em detrimento da luta pela liberdade do povo.[437] Para o autor, a defesa, por parte dos paulistas, do liberalismo como praticado na Inglaterra do século XVII aponta que a aspiração do grupo era um governo a serviço de seus interesses, e não a ausência de governo. Demandas como os direitos individuais e governo representativo não eram suas maiores

---

[433] COSTA, 2006, op. cit., p. 12.
[434] SALES, Alberto. Catecismo Republicano. In: VITA, Luiz Washington. *Alberto Sales ideólogo da República*. São Paulo: Nacional, 1885. pp. 59-60.
[435] SALES, Alberto. *A Política Republicana*. In: CARVALHO, 2011, p.149.
[436] BRASIL, 1881, op. cit., p. 201.
[437] CARVALHO, 1998, op. cit., p. 180.

preocupações.

Como acentua Milene Costa, o grupo republicano de São Paulo era formado majoritariamente por proprietários de terra ligados à produção de café. A centralização monárquica, neste sentido, era vista como empecilho para esses homens.[438] Além disso, havia um descompasso entre o poder econômico e a representação política paulista nas instituições políticas imperiais.[439] Para os republicanos de São Paulo, a República representava o início de maior representatividade política e a tomada de decisões por parte do poder local, em prol de melhorias, retirando os empecilhos para sua ascensão econômica.

4.3 O REPUBLICANISMO NO ESPÍRITO SANTO

Em meio ao mapeamento do movimento republicano nas províncias centrais, marítimas e setentrionais, George Boehrer ressalta que essas localidades tiveram ínfima participação na discussão de um projeto republicano para o Brasil, já que pouco influenciaram na queda da monarquia. Curioso, no entanto, é que, ao finalizar a análise do movimento republicano destas províncias,[440] o autor indica que, mesmo aderindo tardiamente ao processo, a província do Espírito Santo pode ser considerada a única dentre estas localidades a apresentar uma propaganda republicana efetiva. Uma pequena minoria, diz o autor, teria atuado ativamente nesta localidade visando o estabelecimento da República. Na argumentação de Boehrer, a única razão para tal fato seria a proximidade desta província com os maiores centros republicanos do período.

Acreditamos que a localização geográfica do Espírito Santo, principalmente sua proximidade com a Corte, tenha de fato influenciado a circulação das ideias republicanas na província. Este fator, no entanto, pode não ter sido o único elemento que alavancou a propaganda republicana na Província. Perguntamos, nesse sentido, de que minoria falava George Boehrer? Tal grupo teria empreendido uma propaganda homogênea na província? Qual seria a significação do estabelecimento da República para os propagandistas do Espírito Santo?

---

[438] COSTA, 2006, p. 32.
[439] Ibidem, p. 51.
[440] As províncias citadas por Boehrer na composição desse grupo são: Espírito Santo, Bahia, Amazonas, Goiás, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraiba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e Pará.

Vejamos a seguir como o ideário republicano foi recebido na província a partir de 1887, com a fundação do Partido Republicano. A ideia que norteia este estudo é apresentar as modificações na cultura política local, acentuando a reorganização partidária, e, sobretudo, a linguagem empregada na imprensa e no debate político do período.

A existência de diversas linguagens e projetos que disputavam espaço durante a propaganda republicana no cenário nacional, como o jacobinismo, o positivismo e o republicanismo liberal americano, destaca também necessidade de se pensar a ressignificação desses elementos em âmbito regional. A partir das linguagens republicanas disponíveis, quais projetos políticos foram elaborados na província? Questionamos, principalmente, se o recém-inaugurado projeto republicano conseguiu a adesão das elites políticas locais e como isso se refletiu na composição política e partidária da primeira República no Espírito Santo.

4.3.1 O movimento republicano capixaba na historiografia

As principais obras que destacam o processo da propaganda republicana e a implantação do novo regime em terras capixabas são formadas basicamente de relatos de memorialistas ou por escritos de alguns participantes do movimento. Autores como Mário Aristides Freire e Afonso Cláudio constituíram as primeiras obras sobre a propaganda republicana no Espírito Santo.[441] Posteriormente foram publicados os estudos de Maria Stella de Novaes e José Teixeira de Oliveira.[442] Novaes apoiou-se, na maioria das vezes, nos relatos dos memorialistas, enquanto Teixeira de Oliveira dedicou-se à análise de importantes fontes documentais sobre a história da província, como correspondências e relatórios governamentais. Já Marta Zorzal,[443] analisou a dinâmica política na passagem para a República por um viés econômico, destacando os interesses de grupos hegemônicos em meio à disputa do poder local. No âmbito acadêmico, destacamos estudos mais recentes, como o de Adilson Silva, sobre a trajetória política do

[441] CLÁUDIO, Afonso. *História da propaganda republicana*. Vitória: Graf. Espírito Santo, 2002. FREIRE, Mário Aristides. A República no Espírito Santo: a suposta surpresa do movimento. Vitória, *Revista do IHGES*, n. 12, Novembro de 1939.
[442] OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo editorial do Espírito Santo, 1984.
[443] ZORZAL, Marta. *Espírito Santo*: Estado, interesses e Poder. Vitória: FCAA, 1995.

republicano histórico Bernardo Horta,[444] e de Estilaque Ferreira, sobre a biografia de Moniz Freire, político e jornalista de importante atuação na província.[445]

Embora valiosas para a composição do contexto histórico no qual floresceu o republicanismo, tais obras não discutiram o movimento republicano por meio de suas especificidades locais, negligenciando o republicanismo como bandeira política no conflito entre grupos políticos internos, e, ao mesmo tempo, como embate contra o poder central. Na maioria das vezes, o republicanismo foi identificado como ideia homogênea na província e os elementos que demonstrassem projetos políticos divergentes foram ignorados. Visando preencher tal lacuna, objetivamos mapear a trajetória do movimento republicano capixaba, destacando suas diferentes recepções na província. A pluralidade da significação da ideia republicana será investigada por meio da análise da imprensa e dos debates políticos do período. Deste modo, a partir da seleção de periódicos publicados em regiões distintas, será possível destacar a variação e a composição da linguagem política de grupos divergentes.

Para tal estudo, optou-se pela análise de jornais políticos e partidários que circulavam na província durante o período de recepção do republicanismo, que vai desde o ano de criação do primeiro clube republicano em 1887, até o fim do Império, em 1889. A fim de analisar o debate sobre o novo regime em diversas óticas na província, lançamos mão de jornais liberais, conservadores e republicanos. Neste mesmo sentido, optou-se ainda pela análise da publicação impressa advinda de diferentes regiões da província, com o objetivo de realizar um levantamento da circulação impressa dos dois principais pólos políticos: o sul e o centro.

---

[444] SANTOS, Adilson Silva. *Um republicano histórico no Espírito Santo da primeira república*: a carreira De Bernardo Horta De Araújo (1887-1913). Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGHIS-UFES, 2009.
[445] SANTOS, Estilaque Ferreira. *José de Melo Carvalho Moniz Freire.* Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

QUADRO 6. MAPEAMENTO DA IMPRENSA POLÍTICA DURANTE A PROPAGANDA REPUBLICANA NO ESPÍRITO SANTO (1887-1889)

Jornal	Ano de Criação	Posicionamento Político	Distrito Eleitoral	Tipografia	Local de Publicação
A Província do Espírito Santo*	1882	Liberal	1º	Tip. Da Província do Espírito Santo	Vitória
A Folha da Victória	1883	Conservador	1º	Tip. D'A Folha da Victória	Vitória
A Tribuna	1889	Republicano	2º	Tip. D'A Tribuna	Anchieta
O Constitucional	1885	Conservador	2º	Tip. D'O Constitucional	Itapemirim
O Cachoeirano	1877	Imparcial/ Republicano	2º	Tip. D'O Cachoeirano	Cachoeiro de Itapemirim
A Regeneração**	1886	Republicano	2º	Tip. D'A Regeneração	Anchieta

Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL, Hemeroteca Digital.

Embora o repertório linguístico disponibilizado neste período tenha sido modificado pela nova linguagem política difundida pelos núcleos republicanos da Corte e de São Paulo desde meados de 1870, o quadro acima indica que a produção impressa da capital permaneceu atrelada à publicação de jornais de cunho monárquico. Nessa região, não houve a criação de uma imprensa republicana até 1889. Ao mapear a imprensa por regiões, nota-se que o centro ainda estava circunscrito no debate político entre Liberais e Conservadores. Por outro lado, nesse período, o sul já não possuía um órgão liberal. A partir desses dados, conclui-se que todos os jornais

* Afonso Cláudio era um dos colaboradores na redação do jornal *A Província do Espírito Santo*.
** A definição do posicionamento político do periódico *A Regeneração* foi feita com base na análise de suas publicações, sobretudo, as transcritas em *O Cachoeirano*, onde se destaca o posicionamento republicano do jornal de Anchieta.

republicanos surgiram na região sul, o 2º Distrito eleitoral da província. O principal órgão dos republicanos foi o periódico *O Cachoeirano*, publicado em Cachoeiro de Itapemirim. Desde sua criação, o jornal repercutiu pela crítica aos partidos monárquicos, mas somente em 1888, com a concretização do Partido Republicano, mudou sua bandeira política.

A contextualização da produção da imprensa política nos fornece ao menos três informações valiosas para compreender a dinâmica política do Espírito Santo no fim do Império. A primeira delas consiste no fato de que a ideia republicana não repercutiu na região central da província, apesar da ampliação da imprensa política e da difusão do ideário positivista e cientificista. Em segundo lugar, a ausência de imprensa veiculada ao partido Liberal no sul indica que, nesse período, o partido Liberal perdeu força significativa no 2º Distrito eleitoral. A terceira assertiva obtida a partir do mapa da imprensa política enfatiza que o republicanismo atuou especificamente na região sul, onde modificou o vocabulário político na imprensa e compôs um novo projeto político que visava extrapolar a disputa entre liberais e conservadores.

Investiga-se a seguir como o republicanismo se tornou o principal ideário do projeto político conjecturado por intelectuais e profissionais liberais que residiam no sul do Espírito Santo. Pretende-se analisar a composição do grupo republicano, a linguagem política empreendida na imprensa, e, sobretudo, as principais características do projeto político proposto pelo grupo.

4.4 OS REPUBLICANOS DO SUL: OS QUESTIONADORES DA ORDEM PROVINCIAL

No fim da década de 1880, o republicanismo ganhou força política na região sul do Espírito Santo, mais precisamente no município de Cachoeiro de Itapemirim. A localidade pertencia à antiga Vila de Itapemirim, localizada ao sul da província e próxima ao litoral. Em 1864, a freguesia desmembrou-se, tornando-se vila de Cachoeiro.[446] Por volta de 1867, Cachoeiro de Itapemirim adquiriu maior autonomia política proporcionada pela instalação de sua Câmara Municipal e, ao longo da década, destacou-se como principal centro urbano do sul da província.[447]

Durante o século XIX, mais precisamente a partir de 1850, o município também ganhou

[446] Lei Provincial n.11 de 23 de novembro de 1864.
[447] SANTOS, 2009, op.cit., p. 25.

destaque econômico por causa de suas grandes fazendas de café, propiciadas pelos vales da região sul. O café da região seguia para o porto no rio Itapemirim, depois de alcançar sua foz, os produtos comprados por comissários do Rio de Janeiro seguiam pelo mar para a Corte, onde a produção era misturada ao café produzido no Vale do Paraíba, sendo então exportada.[448]

Nos últimos anos do Império, percebe-se a reconfiguração das grandes propriedades do sul. Embora Vilma Almada[449] destaque a produção de café em grandes fazendas com mão-de-obra escrava ainda para esse período, cabe assinalar os dados levantados por Nara Saletto ao comparar as fazendas localizadas em Cachoeiro com as propriedades cafeeiras do Oeste paulista e do Vale do Paraíba.[450] Saletto indica a necessidade de se problematizar os resultados obtidos por Vilma Almada, já que, das grandes fazendas destacadas por esta autora para o período de 1850 a 1886, somente três propriedades são da década de 1880. Nas conclusões de Saletto, essa amostragem feita em torno de um período extenso acabou omitindo que, na década de 1880, o número de cafeeiros e de escravos não aumentou e que as grandes propriedades desta década não eram tão "ricas" como as que existiam nos anos anteriores. Nara Saletto enfatiza, deste modo, a "pobreza da economia cafeeira capixaba", quando comparada às demais regiões produtoras. Às vésperas da República, Cachoeiro de Itapemirim contava com poucas "grandes fazendas", que só se destacavam em extensão quando circunscritas no contexto provincial.

Cachoeiro de Itapemirim era a localidade mais importante do 2º Distrito Eleitoral,[451] enquanto o 1º Distrito era comandado por Vitória, a capital da província.[452] Durante a década de 1860, os liberais da região sul já haviam se destacado pelo acirramento político contra os conservadores por meio dos jornais. Mais de uma década depois, a localidade tornou-se

---

[448] Nara Saleto indica que "a economia do Itapemirim foi um prolongamento da economia cafeeira fluminense". A autora destaca que, na maioria das vezes, o café produzido no sul do Espírito Santo não chegava a passar por repartições ficais na província, seguindo direto para o Rio de Janeiro. SALETTO, 1996, p. 35-36.

[449] ALMADA, Vilma Paraíso. A Escravidão na História Econômico-Social do Espírito Santo. Niterói: Graal, 1981. p. 48

[450] SALETTO, 1996, p. 41-42.

[451] Destaca-se aqui que, de acordo com o Decreto no 8.111, de 21 de maio de 1881, Benevente foi nomeada como a localidade mais importante do 2º Distrito. No entanto, em termos de discussão política, publicação de impressos e organização partidária, a região do Itapemirim, sobretudo Cachoeiro de Itapemirim, liderava o debate político no 2º Distrito.

[452] A organização dos distritos eleitorais efetuava-se da seguinte forma: no 1º Distrito estavam alocados os municípios de Vitória, Serra, Nova Almeida, Santa Cruz, Linhares, vila da Barra de S. Matheus, cidade de São Matheus e Espírito Santo. Já o 2º Distrito era formado pelos municípios de Viana, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, Guarapari, Benevente, Rio Pardo, Alegre, Santa Isabel, Aldeamento Afonsino, São Miguel do Veado e São Pedro de Itabapoana. Sobre a divisão do Espírito Santo em dois distritos eleitorais, ver: Decreto no 8.111, de 21 de maio de 1881. *Coleção Leis do Império do Brasil-1881*. Vol.1, p. 495.

novamente centro das atenções da política local nos últimos anos do Império. O capítulo anterior identificou a organização dos indivíduos dessa região em prol da instalação do Grêmio Literário. A partir da composição do grupo, a circulação de livros, jornais e revistas ampliou-se significativamente naquela localidade.[453] As mudanças das práticas de leitura propiciaram a entrada de novo vocabulário político e beneficiaram a circulação de novas ideias. As novas teorias políticas, atreladas ao descontentamento de alguns indivíduos com a política local, fizeram com que um grupo específico naquela região demonstrasse sua insatisfação com a monarquia.

O núcleo inicial do Clube Republicano originou-se a partir da união de alguns indivíduos que residiam naquela região, mas que, em sua juventude, já haviam convivido em outros contextos. Alguns estudaram no mesmo período no Atheneu Provincial e, mais tarde, foram impulsionados pela sociabilidade política das reuniões do Grêmio Literário e da redação do jornal *O Cachoeirano*. Alguns destes homens eram filhos de membros do Partido Liberal, mas que, diferente de seus pais, até então não haviam logrado êxito na vida política ou social.[454]

O jornal *O Cachoeirano*, que iniciou sua publicação em 1877, desde sua criação apresentou ressalva quanto aos partidos monárquicos na liderança da política provincial. Percebia-se já naquele momento, a célula inicial do republicanismo a partir da crítica à escravidão, do clamor pela liberdade política e da descaracterização de liberais e conservadores como partidos sem projetos políticos concretos. Em maio de 1887, já com dez anos de publicação, alguns participantes da redação do periódico iniciam a convocação para o debate das ideias republicanas. A partir da boa aceitação e do número de interessados em aderir ao ideário republicano, em 23 de maio de 1887, alguns indivíduos se reuniram na casa do advogado Joaquim Pires de Amorim. O quadro abaixo demonstra a composição do grupo:

[453] A partir da análise do jornal *O Cachoeirano*, percebe-se o aumento das atividades do Grêmio literário, assim como a inserção de diversos livros e periódicos que passaram a fazer parte daquele acervo. Além disso, o mesmo periódico indica o recebimento de jornais vindos de outras províncias, sobretudo periódicos republicanos escritos em São Paulo e Minas Gerais.

[454] Tal assertiva baseia-se na comparação entre os nomes dos componentes do clube Republicano e os ocupantes dos cargos na Assembleia Privincial, Assembleia Geral e no Senado.

QUADRO 7. MEMBROS DO CLUBE REPUBLICANO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM FORMADO EM 1887

Nome	Data de nascimento	Formação	Ocupação
Joaquim Pires de Amorim	-	Direito – Faculdade de São Paulo	Juiz Municipal/Deputado Provincial
Bernardo Horta	1862	Farmácia – Faculdade de Ouro Preto	Farmacêutico
Joaquim Aires	-		Fotógrafo
Julião Armínio de Oliveira	-		Dentista
Antônio Aguirre	1859	Medicina- Faculdade do Rio de Janeiro	Médico
Leopoldo Rocha	-	-	Fazendeiro
Henrique Wanderley	-	-	Guarda Livros
Longo Batista Pereira	-	-	Dentista
João Isidoro Bicalho	-	-	Fazendeiro
João Loyola e Silva	-	-	Redator
Francisco Henrique dos Santos	-	-	Negociante
Rafael de Martino	-	-	Relojoeiro
Antônio Ursini de Toscano	-	-	Negociante
José Manoel Rodrigues	-	-	Alfaiate
Joaquim Vieira da Mota	-	-	Negociante

Nome	Data de nascimento	Formação	Ocupação
Eugenio Aurélio Brandão do Valle	-	-	Negociante
Diogo Pires de Amorim	-	-	Fazendeiro

Fonte: O Cachoeirano.

O Clube Republicano foi composto inicialmente por 17 homens que formaram um grupo cujo perfil era bastante heterogêneo. Apesar dos poucos dados encontrados para os primeiros participantes, destaca-se que havia a predominância de profissionais liberais e uma quantidade ainda pequena de fazendeiros.[455] Alguns laços de parentesco também devem ser destacados dentro do grupo. Joaquim Pires de Amorim e Diogo Pires de Amorim, por exemplo, eram irmãos, filhos de José Pires de Amorim. Já Bernardo Horta era genro de Joaquim Aires. Importante ressaltar que dentre os fundadores, apenas 5 indivíduos eram eleitores[456], o que pode estar relacionado à linguagem de denúncia contra a exclusão política que marcará toda a propaganda republicana. Além do exercício da representatividade, ser eleitor no século XIX também representava a possibilidade de ser eleito para cargos políticos.

Evidencia-se também a atuação dos componentes com ensino superior, pois seriam estes os líderes da propaganda republicana na província. Os mais jovens, como Bernardo Horta, Antônio Aguirre e Joaquim Pires de Amorim, estudaram fora da Província durante o ensino superior e retornaram para o Espírito Santo em meados de 1880. Pires de Amorim, por exemplo, adquiriu seu fervor republicanista na Faculdade de Direito de São Paulo, onde fez parte da turma de 1863, a mesma na qual estudaram Campos Sales, Prudente de Moraes e Rangel Pestana. Sua turma, após formada, ficou conhecida como a "turma dos republicanos Históricos".[457] Bernardo Horta entrou em contato com o republicanismo em Minas Gerais, também no momento da

[455] O estudo empreendido por Aristides Freire (1939) destaca que 37 indivíduos participaram da fundação do Clube Republicano, no entanto, nos baseamos aqui na listagem dada pelo próprio clube por meio da imprensa, na qual se identifica um grupo de 17 participantes.

[456] A análise foi feita a partir dos nomes que aparecem na fundação do Clube Republicano, comparados à lista de eleitores por distrito disponível nas publicações do Almanack Provincial: SILVEIRA; GODOLFREDO. *Almanak administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província do Espírito Santo*. Vitória: Tip. Da Província do Espírito Santo, 1884-1889.

[457] MONTEIRO, Deane. Transcrição da fita cassete de entrevista feita com Joaquim Pires de Amorim, neto de Joaquim Pires de Amorim, um dos fundadores do Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim. Data da entrevista: 03/09/99. Disponível em: <http://www.estacaocapixaba.com.br/temas/historia/cachoeiro-de-itapemirim-—-um-clube-republicano-e-um-heroi/5/ >. Acesso em: 22/04/2015.

faculdade, e Aguirre trouxe da Corte suas críticas à monarquia. A eles juntaram-se dois dentistas, três fazendeiros, quatro negociantes, um redator, um fotógrafo, um relojoeiro, um guarda-livros e um alfaiate.

O grupo possuía a ideia comum de que a República seria a única salvação da nação brasileira. Segundo os republicanos, somente a queda da monarquia os retiraria do marasmo da política, que, em certa parte, também era consequência da dominação dos grupos monarquistas da capital sobre a política provincial. O programa do Partido Republicano de Cachoeiro, criado em 1887, estabeleceu como principal dogma o sistema federativo. Pretendia ainda combater os partidos monárquicos e lutar pelos ideais de liberdade e igualdade. Além desses argumentos bastante comuns entre os núcleos republicanos no Brasil, o Partido Republicano de Cachoeiro estabeleceu a luta pela autonomia municipal.

Logo após a formação do partido, os grupos monarquistas iniciaram as críticas na imprensa. Os propagandistas foram acusados de serem caluniadores, propagadores de uma ideia "utópica". Por outro lado, já no mesmo mês de fundação, o jornal *O Cachoeirano* passou a receber várias correspondências de outras vilas que demonstravam interesse em fundar um clube republicano em suas localidades.[458]

O periódico *O Cachoeirano* foi, certamente, o órgão mais importante dos republicanos na imprensa provincial. Criado em 1877 por João de Loyola e Silva, denominava-se "órgão do povo" e era publicado aos domingos na tipografia de mesmo nome, situada na rua 25 de Março, nº 22. Inicialmente, sua assinatura anual custava 10$000, as linhas de anúncio possuíam o preço de 80 réis, enquanto as "publicações a pedido" eram gratuitas para os pobres. Após esse período, o jornal passou a se denominar "órgão imparcial", custando 200 réis um exemplar avulso, sendo 11$000 sua assinatura anual. Por onze anos dedicou-se a propagar os ideais democráticos e a disseminar críticas aos partidos monárquicos, incitando discussões sobre o ideal republicano, e, sobretudo, auxiliando na convocação para a derrubada da monarquia.

Em 1888 o jornal ainda mantinha publicações dominicais, mas desde o ano anterior, com a criação do Clube Republicano, João Loyola percebeu a necessidade de manifestar a tendência republicana do periódico. Mudanças contundentes ocorreram a partir do novo direcionamento

[458] *O Cachoeirano*, nº30 - 01/05/1887.

político do jornal. Além de tornar-se veículo da propaganda republicana, passou a ter a epígrafe em latim: *Qui non prohibet cum potest, jubet*.[459] *Alguns* indivíduos que discordavam do novo credo político, como José Horta de Araújo, retiraram sua participação no periódico. Por outro lado, houve a inserção dos republicanos Bernardo Horta e Antônio Aguirre como redatores oficiais, convidados pelo proprietário João Loyola e Silva.

A análise da trajetória política dos republicanos por meio da imprensa indica que, ao longo da campanha republicana, alguns temas principais ganharam espaço no jornal de Cachoeiro. Ao destacar esses debates, é possível reconstruir as características da linguagem política republicana e os principais conceitos divulgados na propaganda local. Tal linguagem enuncia a formação de um novo projeto político na província e evidencia os sentidos que a República assumiu dentro do contexto político do Espírito Santo do Oitocentos.

4.4.1 As significações da república na Província

4.4.1.1 A república como opinião pública

Os redatores d'*O Cachoeirano* destacavam que a monarquia era a "causa do mal" do país e responsável pela ausência de opinião pública no Brasil. Diziam os propagandistas: "combata-se o efeito pela causa. Eliminem a monarquia, e este povo, sujeito ao papel de pupilo sem vontade, continuará a pensar por si".[460] Questionavam também a supremacia da vontade do imperador contra a opinião de todos, o que dificultava a representatividade de um cidadão de confiança. Deste modo, questionam se realmente haveria opinião pública no Brasil. O redator advertia:

> Por todos esses motivos e por muitos outros que iremos francamente desvendando – reconhecemos a oportunidade da república federativa no Brasil. A nossa felicidade, a nossa prosperidade, o nosso adiantamento, o sermos justiceiramente considerados pelos nossos vizinhos e pelos países estrangeiros dependem do estabelecimento do governo do povo pelo povo e para o povo.[461]

---

[459] "Quem não proíbe, quando tal pode, é cúmplice". *O Cachoeirano*, nº 32 - 30/08/1888 (tradução livre).
[460] *O Cachoeirano*, nº 2 - 15/01/1888.
[461] *O Cachoeirano,* nº 31 - 20/07/1888.

O grupo criticava também a Constituição, afirmando que o documento havia sido imposto aos cidadãos e que permitia a sobrevivência de um poder moderador corrompido, um poder executivo que atua somente em benefício da Coroa, um poder legislativo adulterado e um poder judiciário que trabalhava a partir da conveniência dos partidos monárquicos.[462] Para os republicanos, o Senado também era um grupo que estava a serviço dos interesses do Imperador, e denunciavam que os ministros do Império não eram especialistas nas pastas que ocupavam. Eram apenas convenientes à monarquia.

Na pauta dos republicanos do sul também estava o medo do Terceiro Reinado.[463] Os críticos do governo demonstravam na imprensa a necessidade de não permitir o prolongamento da monarquia brasileira para evitar que a nação fosse arruinada. Durante a conferência "Oportunidade da República" realizada em Cachoeiro, o orador João Loyola e Silva destacou o 13 de maio como um de seus argumentos de inviabilidade de um suposto governo de Isabel.[464] Para o republicano, a abolição foi feita de forma precipitada e derrubaria bruscamente a lavoura local, além de comprometer toda a nação. O possível terceiro reinado era comparado ao governo de Napoleão III, pois seria um governo comandado por ambiciosos. Viam na princesa Isabel a confirmação de que a monarquia já tinha seus dias contados, pois, segundo Antônio Aguirre, competia somente ao povo o governo de si mesmo:

> Dizem também alguns monarquistas que o rei constitucional é um delegado do povo. Mentira! Mentira! O rei impõe sempre a sua vontade derrubando ministérios e dissolvendo câmaras quando por acaso se contrapõem ao seu poder supremo. Esta é que é a verdade! O rei não é um delegado porque ele é perpétuo e o povo não pode cassar-lhe o mandato.[465]

Além de destacar a ausência da vontade do povo na administração política do país, os republicanos indicavam também a incompatibilidade entre a monarquia e a soberania popular. Enfatizava, deste modo, que "a Coroa é incompatível com a dignidade humana".[466]

4.4.1.2 A república como o fim do domínio da capital

É possível ressaltar que o grupo republicano se via como uma nova elite política em busca de

---

[462] Ibidem.
[463] *O Cachoeirano*, nº 33 - 12/08/1888.
[464] *O Cachoeirano*, nº 41 - 07/10/1888.
[465] Conferência Republicana de propaganda – do Clube Republicano do Cachoeiro – realizada no dia 13 de setembro de 1888 pelo cidadão João Loyola e Silva. *O Cachoeirano*, 07/10/1888, nº41.
[466] *O Cachoeirano*, nº 41, 07/10/1888.

um novo governo que beneficiasse os excluídos do poder. Havia, neste sentido, a retórica que denunciava a permanência de uma elite política rival, a qual vinha dominando por muitos anos o cenário político provincial, sobretudo na capital. Para indicar a distinção com o grupo que liderava a política local, o redator de *O Cachoeirano* destacou em sua coluna que uma sociedade era separada em dois grupos. O primeiro é o que defende a ordem, geralmente onde se encontram indivíduos que descendem de antigos nobres, grandes proprietários de terra. Estes possuem uma vida mais material do que intelectual e necessitavam que a ordem fosse mantida para a manutenção e seu *status quo*. O segundo grupo abriga o antagonismo do primeiro grupo, constituído por quem tinha a esperança no futuro e não nutria qualquer saudade do passado.[467]Os republicanos do sul estavam no segundo grupo, almejando lugar na política e na sociedade.

Somente o advento da República, diziam os propagandistas, revelaria a "nova ordem das coisas e novos homens", o que já se tornava visível pela composição de "homens ilustres" dentro do Partido Republicano. Na visão do grupo, a nova geração política formava o "partido dos virtuosos", que atuava para "propagar a honra e luta contra os grupos exploradores de poder". Muitas vezes evidenciavam que eram isolados politicamente na província. Para que a situação se modificasse, o redator de *O Cachoeirano* não hesitava em responder que só havia uma condição para o fim do isolamento: o estabelecimento da república.[468]

Após o mês de julho de 1888, o jornal *O Cachoeirano*, que até então estampava sua denominação de *órgão imparcial*, passou a se declarar *órgão republicano*. A partir de então, o núcleo republicano do sul intensificou a propaganda na província, advertindo que advogava por diversas causas, dentre as quais estavam o interesse público e a estigmatização dos partidos monarquistas. Vale lembrar que, desde a sua criação, o jornal apresentava uma linguagem de crítica aos partidos monárquicos, o que fazia com que *O Cahoeirano*, desde a primeira publicação, não assumisse posicionamento político entre liberais e conservadores.

As críticas mais contundentes aos mandos da capital vinham do farmacêutico Bernardo Horta, que foi, certamente, o mais empreendedor em meio à propaganda republicana e um dos mais atuantes na redação do jornal *O Cachoeirano*. Por meio de seus artigos, o Clube Republicano de Cachoeiro exibiu sua insatisfação com o atual governo e explicou os principais pontos que

[467] *O Cachoeirano,* nº 3, 22/01/1888.
[468] *O Cachoeirano*, nº 4, 29/01/1888,

compunham seu projeto político. A legitimidade da República, para os propagandistas do sul, baseava-se em duas áreas de atuação política: as necessidades provinciais e as demandadas de cunho geral. No primeiro aspecto, tratava-se dos problemas internos, como a escolha dos presidentes de província e a ausência de autonomia das câmaras municipais. Já na perspectiva geral, denunciava-se a centralização política exacerbada por parte da Monarquia, compactuada com a elite monarquista da capital.

As denúncias na imprensa evidenciam que os líderes políticos da Corte manipulavam a política provincial com os "fios invisíveis", em que se percebia o desprestígio dos políticos regionais.[469] O grupo do sul salientou que o pacto com os mandatários da Corte se dava com o núcleo político da capital. Esse grupo, de maioria monarquista, aceitava candidaturas de pessoas de fora da província em troca da manutenção da posição de liderança na política provincial.[470] O pacto beneficiava ambos, mas não favorecia a nova geração política que buscava lugar de destaque no cenário local e nacional. A prática, comum em outras províncias de menor peso político, fazia com que o Espírito Santo tivesse, na maioria das vezes, representantes que nunca nem mesmo conheceram a localidade. Segundo os republicanos, a ocupação de cargos por indivíduos "forasteiros" fez com que a província se estagnasse no marasmo político e clamasse pela atenção do poder central, que pouca importância dava ao Espírito Santo.

Durante todo o Império, na visão dos republicanos, o Espírito Santo representou o "burgo podre", que nenhuma atenção recebeu do Imperador.[471] Denunciavam que a província sempre havia sido submetida à vontade da capital, excluída por manobras do poder central. Neste sentido, o resgate da autonomia em torno da representação política tornou-se bandeira entre os republicanos do sul, não somente contra o poder central, mas contra a elite política sediada em Vitória. A república significava, portanto, o fim da subserviência a duas esferas de poder.

Durante o ano de 1888, a propaganda ganhou a adesão de muitos membros, dentre eles, indivíduos que não pertenciam a Cachoeiro de Itapemirim. Afonso Cláudio, residente na capital da província, juntou-se ao grupo republicano do sul e também passou veicular suas críticas na imprensa de Cachoeiro. O advogado foi um dos precursores do abolicionismo na província e propagador das ideias positivistas na imprensa, atuando como redator do jornal liberal *A*

---

[469] CLÁUDIO, 2002, op. cit., p. 42.
[470] GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 64.
[471] *O Cachoeirano*, nº 45 - 18/11/1888.

Província do Espírito Santo, publicado em Vitória.

Com a propaganda política já efervescente, o Partido Republicano de Cachoeiro de Itapemirim percebeu a necessidade de se organizar para a participação no Congresso Republicano que aconteceu na Corte em outubro de 1888. Para tanto, convocaram o primeiro Congresso Provincial Republicano, que ocorreu em Cachoeiro de Itapemirim. Reuniram-se neste congresso os núcleos republicanos de Cachoeiro de Itapemirim, São Pedro de Itabapoana, São José do Calçado, Alegre, Conceição do Muqui, Castelo e Vitória. Com exceção da capital, todos os demais se localizavam na porção sul da província. Cada clube republicano enviou dois delegados que, reunidos em Cachoeiro, elegeram os cinco delegados que representaram o Espírito Santo no Congresso da Corte. Os eleitos foram Bernardo Horta, Afonso Cláudio, Pedro José Medina, Eugênio Brandão e o jornalista João Loyola. Foi eleita também uma comissão permanente para dirigir o partido, composta por membros de várias localidades.[472]

A composição dos delegados demonstrou a ausência da homogeneidade do ideário republicano na província. Não havia, até então, um projeto republicano consolidado em Vitória. Dos dois delegados que representavam a localidade, somente Afonso Cláudio residia na capital, pois João Loyola, o segundo delegado, era o redator d'*O Cachoeirano* e residente na região sul. Afonso Cláudio já demonstrava há tempos ser uma voz republicana isolada na capital, e até mesmo sua participação na redação do jornal republicano de Cachoeiro demonstrava a ausência de meios para divulgação da nova política no centro da província.

Tal contexto político pode ser explicado a partir das informações mencionadas no capítulo anterior deste estudo, em que se destacaram três projetos políticos que circulavam na província no início da década de 1880. Dois deles eram muito ativos em Vitória, onde se via tanto a atuação dos Liberais positivistas, guiados por Moniz Freire, como também a forte atuação de uma cultura política consensual, orquestrada pela elite política monarquista,[473] que empreendeu um projeto político majoritário desde o início do século XIX. Afonso Cláudio, em sua obra *História da propaganda republicana no Espírito Santo*, abordou em poucas linhas a criação de

[472] A comissão permanente foi composta por Bernardo Horta, Afonso Cláudio, Antonio Aguirre, Pedro Vieira da Cunha e Diogo Pires de Amorim. *O Cachoeirano*, nº 39 - 23/09/1888.

[473] É importante, contudo, destacar que também existia no sul a circulação de ideias monarquistas, sobretudo advindas do Partido Conservador. Tal grupo, no entanto, não foi capaz de absorver e controlar a cultura política republicana emergente e formação de um novo partido na região. Em contrapartida, em Vitória o republicanismo não possuía a mesma força e não encontrou terreno fértil para implantar suas ideias.

um tímido núcleo republicano em Vitória. O clube foi organizado pelo próprio Afonso Cláudio, presidente daquele núcleo, que contava com oito pessoas ou pouco mais, de acordo com o próprio autor.[474]

Para o 2º Distrito, a República significava mais do que a emergência de novas ideias políticas, já que havia também um sentido prático na mudança de governo. Na visão dos republicanos do sul, a mudança de governo caracterizava tomar parte na política provincial que, por tanto tempo, esteve nas mãos de uma elite política local que acatava ordens da Corte.

4.4.1.3 A república como municipalidade: a defesa do Federalismo

Os republicanos indicavam falhas e incompetências na administração provincial, criticando a rotatividade dos presidentes de província, e, ao mesmo tempo, apontavam irregularidades na divisão das rendas provinciais por parte desses administradores. Na visão dos republicanos, o presidente direcionava a renda quase sempre para os seus partidários. Uma das questões mais discutidas pelos críticos da monarquia na região sul da província foi a desvalorização das municipalidades. Para os propagandistas, o Império fazia das câmaras municipais verdadeiras nulidades, dependentes do poder monárquico.[475] Com maior autonomia no âmbito municipal, os republicanos acreditavam que problemas, como o desprezo à instrução primária, por exemplo, poderiam ser sanados. Em relação a esse assunto, o jornal republicano apresentou o exemplo de São Paulo para mostrar que a melhor solução para os problemas na instrução primária seria, procedendo como aquela província, entregá-la à esfera das municipalidades.[476]

A condução das discussões sobre o orçamento municipal por parte da Assembleia provincial também gerou diversas denúncias na imprensa republicana. Em 1884, por exemplo, o legislativo votou pelo aumento de alguns impostos e criou novas taxações.[477] Os redatores d'*O Cachoeirano* formularam a comparação entre os impostos do orçamento municipal dos biênios de 1883/1884 e 1884/1885, indicando não somente a elevação das taxas, como também a inconstitucionalidade de novos impostos.[478] A proposta da Assembleia para a arrecadação das

---

[474] CLÁUDIO, 2002, op. cit., p. 34.
[475] *O Cachoeirano,* 20/07/1888-nº31
[476] *O Cachoeirano*, nº 5 - 05/02/1888.
[477] A Província do Espírito Santo, nº489- 22/04/1884.
[478] *O Cachoeirano*, nº 24, 22/06/1884.

municipalidades causaria prejuízo em diversas áreas, afetando o comércio em geral, como farmácias, drogarias, lojas de fotografias, tipografias, açougues e, sobretudo, os que trabalhavam com qualquer gênero de exportação. Revelavam ainda que alguns impostos eram cobrados de forma diferente a depender da localidade. A taxa sobre abate de animal, por exemplo, em Vitória era menor que em Itapemirim.[479] Evidenciava-se, neste sentido, o prejuízo dos municípios se comparados à situação da capital.

Durante a propaganda, a fim de intensificar a necessidade da autonomia administrativa, os republicanos acusavam os monarquistas de promoverem um governo irresponsável, repleto de "parasitas". Na visão dos propagandistas, a República era o governo das responsabilidades individuais, o governo dos que trabalham para o bem geral, o qual geraria nobreza aos cidadãos brasileiros. Além disso, afirmavam que os partidos monarquistas não possuíam elementos necessários para implementar uma reforma no Brasil. A reorganização do país precisava ser feita pelos republicanos. O único sistema no qual as ideias se tornariam realizáveis seria aquele que garantiria a ampla autonomia dos municípios:

> No sistema republicano há um todo de ideias homogêneo, coordenado; a realização delas implica a inauguração do sistema. Na engrenagem monárquica as ideias tornam-se verdadeiramente irrealizáveis [...]. Federadas as províncias, é de mister restituir às municipalidades a vida ampla que devem ter; ora, imprimir-lhes semelhante movimento, é fracionar ou anular completamente a solidariedade que a une ao centro de opressão e tanto basta para que a monarquia se oponha. Ou a província representará em escala menor o estudo com todo o cortejo de vexações, ou reviverá nas *municipalidades* as comunas; no primeiro caso há federação e no segundo há federação, mas incompatível com o imperialismo. [...] A república é a solução única, imediata e necessária do problema atual, queira ou não queira a liga monárquica.[480]

O federalismo era usado na linguagem política republicana de *O Cachoeirano* para denunciar a centralização excessiva do estado monárquico e evidenciar a demanda por autonomia que não estaria restrita apenas à província, mas também aos municípios. Para os republicanos do sul do Espírito Santo, a retórica que engajava o federalismo na propaganda local trazia também em si a valorização das câmaras municipais diante das prerrogativas políticas, o que demonstra a demanda pela valorização do município de Cachoeiro de Itapemirim. Assim como na linguagem federalista paulista, os republicanos de Cachoeiro também padeciam do descompasso entre poder econômico e poder político. Mesmo com posição de destaque na

[479] Dentre os aumentos nos impostos para aquele ano, houve ainda a criação da taxa que instituia imposto de 50 réis a cada 50 kilos ou 80 litros de produto exportado. *O Cachoeirano*, nº 34 - 31/08/1884.
[480] *O Cachoeirano*, nº 37 - 09/09/1888.

produção cafeeira, a tomada de decisões ainda era feita por políticos da capital.

Os partidários da causa republicana explicavam ao povo capixaba que desejavam a república federal porque apenas nessa forma de governo as províncias possuiriam a prerrogativa de nomear seus governadores, assim como administradores nos municípios. Era a federação, segundo eles, que definia a função do Estado como garantidor de direitos, respeitando as autonomias, derrubando a prevalência do centralismo político, que, para os republicanos, apenas sustentava a aristocracia burocrática: "a república federal é a distribuição da vida por todo corpo social".[481]

É interessante destacar a significação do conceito de federalismo para os republicanos que redigiam *O Cachoeirano*. Se por um lado a federação passa a compor a tônica do debate requerendo maior autonomia provincial, por outro, seu uso também denuncia que, para a consolidação de tal autonomia, também era necessário o fortalecimento das municipalidades, por meio do redirecionamento da condução da política local para Cachoeiro de Itapemirim, e não para a capital. As indicações de Renato Lessa[482] auxiliam na compreensão do conceito de federalismo para republicanos. Para o autor, ao contrário dos americanos, os republicanos no Brasil apresentaram o federalismo sem relação alguma com a tradição liberal e individualista. Lessa ressalta que na perspectiva republicana brasileira os direitos não eram requeridos pelos indivíduos, mas transferida da centralização imperial para as províncias. A ideia federalista, no sentido brasileiro, significava novas formas de domesticação e exclusão do *demos*. Em *O Cachoeirano*, destaca-se, na maioria das vezes, esse mesmo ideal, no qual o federalismo concebia a maior representação política do sul em detrimento dos interesses políticos da capital.

4.4.1.4 As linguagens da república: democracia, ordem... ou morrer pela república!

Aos poucos, os republicanos do sul passaram a demonstrar na imprensa certo ecletismo no uso da linguagem política, como, por exemplo, a equivalência semântica entre democracia e república, característica fundamental do republicanismo baseado no modelo liberal americano. Segundo o jornal *O Cachoeirano*:

---

[481] *O Cachoeirano*, nº 8 - 24/12/1889.

[482] LESSA, 1990, op. cit.

> Dado primeiro passo é preciso que o estandarte da democracia tremule sempre nas ameias do templo que ai esqueCEstes à liberdade de nossa pátria, ó cidadãos cachoeiranos! [...] O que dirá de nós a geração vindoura que terá de suportar o peso de tamanha responsabilidade?! Criminará a nossa indiferença amaldiçoando-nos por não termos seguido o exemplo dos imortais fundadores da pátria de Washington, dessa pátria que tem crise por abundância de ouro!![483]

O jornal destacava os Estados Unidos como modelo ideal de governo, pois nele prevaleceria a liberdade. Em outros trechos, percebe-se a tentativa de inserir conotação negativa à monarquia, denominada como "planta exótica", o que visava fortalecer a ideia de incompatibilidade com o país. Era também a monarquia, segundo esses críticos, responsável pela deterioração dos homens de bem do país que "enquanto não estavam contaminados pelo vírus monárquico resistiam ao despotismo".[484] Assim como os teóricos republicanos, assinaladamente Assis Brasil, os republicanos capixabas caracterizavam a monarquia representativa como um governo impossível:

> Quem acompanha o movimento progressivo e a marcha ascendente do partido republicano no Brazil, não poderá duvidar que dentro em pouco tempo os partidos monárquicos terão imprescindível necessidade de se coligar para defenderem essa planta exótica e raquítica para aqui transplantada pela dinastia bragantina. [...] Quem escreve estas linhas nunca pertenceu a nenhum dos partidos monárquicos [...]. Os outros governos, principalmente os regidos pelas monarquias representativas, não são mais do que meras tutelas; são consensos de eterna minoridade dos povos; imperfeições ante a filosofia, humilhações perante a história [...].[485]

O jornal discutia frequentemente a objeção dos monarquistas de que a República levaria o Brasil forçosamente à anarquia, o que para os republicanos era entendido como argumento sem lógica, pois a República era, segundo eles, um governo racional.[486] Para os republicanos de Cachoeiro de Itapemirim, o estado da sociedade brasileira estaria clamando por uma nova ordem política, o que denunciava os malefícios da monarquia. Anarquia, na visão dos republicanos, era, na verdade, a desarmonia entre as instituições e a sociedade, mas a República instituída, e somente ela, harmonizaria a ordem e o progresso em um só projeto político.[487]

Como mais um dos argumentos que corroboravam a necessidade da implantação da República

---

[483] *O Cachoeirano*, nº 24 - 12/06/1887-
[484] *O Cachoeirano*, nº 4 - 29/01/1888,
[485] *O Cachoeirano*, nº 50 - 11/12/1887-.
[486] *O Cachoeirano*, 12/02/1888- nº6.
[487] Nessa proposição, também há indícios da influência da obra de Assis Brasil. BRASIL, 1881, p. 45.

no Brasil e do fim da monarquia, o jornal utilizou diversas vezes exemplos de governos republicanos que cercavam o país. Cedo ou tarde, diziam os republicanos, o Brasil iria seguir o exemplo de seus países vizinhos.[488] Para intensificar a crítica e os malefícios da monarquia, o redator salientava diferenças entre o Brasil e países como Argentina e Chile, destacando estas como nações mais instruídas e com ampla discussão política.

Além de todas as críticas acima, o grupo acusava o Conselho de Estado de ser uma criação maquiavélica, na qual os juízes de direito eram indivíduos que agiam em prol de seus interesses particulares. No âmbito das finanças, citavam-se os impostos e a falta de equilíbrio orçamentário como consequência do governo monarquista.

O vocabulário político do partido mesclava conceitos de diversas linguagens republicanas. A vertente liberal americana tornava-se visível com a utilização das citações Assis Brasil, Alberto Sales e de Quintino Bocaiúva. Também era possível identificar o pensamento positivista em meio aos conceitos de progresso, civilização e ordem, atrelados sempre à perspectiva de futuro. Curiosamente, vestígios do pensamento jacobinista de Silva Jardim também estavam presentes na linguagem política dos republicanos. Este último autor teve alguns de seus capítulos transcritos no jornal republicano capixaba, quase sempre nas colunas assinadas por Bernardo Horta.[489] Além das publicações, *O Cachoeirano* noticiou a reimpressão da obra *A República no Brasil,* de Silva Jardim, que seria distribuída no Espírito Santo. Em uma província marcada pela moderação política, a publicação de algumas palavras incisivas de Jardim demonstra o quanto a cultura política no Espírito Santo havia se modificado:

> [...] Os republicanos não devem querer morrer pela república, mas não devem ter medo de morrer; não devem querer matar nem ter medo de matar. A vida pátria vale mais do que tudo, e a pátria está em perigo. A república é urgente para os brancos e para os pretos, de que a monarquia não fez o caso; para os nacionais e para os estrangeiros; para os ricos e para os pobres; para todas as classes e pessoas.[490]

Como destaca José Murilo de Carvalho,[491] Silva Jardim era considerado um republicano jacobinista, que pregava a República por meio da revolução, divergindo de Quintino Bocaiúva,

---

[488] *O Cachoeirano*, nº 14 - 08/04/1888.
[489] *O Cachoeirano*, nº43 - 21/10/1888.
[490] *O Cachoeirano*, nº42 - 14/10/1888.
[491] CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. *Varia hist.* [online], v. 27, n. 45. pp. 141-157, 20111. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752011000100007&lng=en&nrm=iso Acesso em: 12/05/2015.

líder republicano, que divulgava pensamento bem mais moderado, e almejava a república pela evolução.

Na linguagem política republicana no sul da província, os conceitos mais utilizados eram: soberania dos povos, direito, liberdade, federação e municipalidade. Os artigos revolucionários se intensificavam no jornal *O Cachoeirano* e chegou-se a lançar um concurso para o melhor hino republicano. Nos atos de fala empreendidos em conferências públicas, a retórica se concentrava em argumentos de fácil assimilação, talvez visando à adesão de público bastante diversificado.

O conceito de monarquia passou a ser associado à desordem e à ausência de progresso. Era o governo da mentira, dos altos gastos, dos impostos, que tudo definha e esteriliza. Tratando-se de uma localidade que sempre revelou sua simpatia pelo Imperador, os republicanos do sul ainda lançaram mão da linguagem de dessacralização da figura Real.[492] Baseando-se nas concepções de Assis Brasil sobre o Imperador,[493] os discursos e conferências encarregaram-se de deslegitimar o poder do monarca. Por meio da comparação com monarcas como Carlos I e Luiz XVI, dados pelo republicano paulista, os capixabas também tentaram demonstrar ao povo que os reis não eram invioláveis, e sim passíveis de deposição. Objetivando inferiorizar a imagem da monarquia, os republicanos concentravam-se em descaracterizar a figura do imperador, denominando-o lunático, e, até mesmo, indivíduo "afeminado". Perguntavam ao povo qual nível de progresso o Brasil atingiria guiado por sua dinastia.[494] Prolongando o mesmo argumento, na tentativa de retirar qualquer outra chance de outros membros da família real assumirem o trono, as críticas passaram a ser direcionadas à princesa Isabel, e, sobretudo, a seu marido, o Conde D'Eu.

Além de os malefícios vindos da pessoa do Imperador, a monarquia constitucional também era denominada o governo da mentira, já que sua prerrogativa era sempre a vontade do Imperador. O voto, na monarquia, não representava a afirmação da opinião pública, diziam os republicanos. A contradição entre o voto e a opinião pública no regime monárquico, exposta na linguagem

---

[492] *O Cachoeirano*, nº41 - 07/10/1888.
[493] BRASIL, 1881, op. cit., p. 29.
[494] Discurso de Antero de Almeida na instalação do Clube Republicano de Anchieta. Transcrito em *O Cachoeirano,* nº 38, de 16/09/1888.

dos republicanos do sul, parece novamente trazer à tona o pensamento de Assis Brasil:

> [...] A república é a única forma de governo que se acomoda com o sufrágio universal, isto é, com a manifestação sincera e positiva da vontade nacional. Na monarquia, seja ela de que espécie for, o sufrágio universal é sempre radicalmente falseado.[495]

Nos escritos de Bernardo Horta, a república simbolizava o exercício da virtude, tanto em caráter democrático, quanto a virtude cívica. A liberdade, para os republicanos do 2º distrito, só poderia ser alcançada pela virtude. A nova geração política aguardava por um governo no qual o "cidadão é livre" e "sua arma é o direito", onde o cidadão possuiria "comunicação livre com o poder".[496]

Nesse ponto, é importante ressaltar a dimensão clássica do republicanismo presente na linguagem do partido, destacada pelos conceitos de "virtude cívica" e "comunicação livre com o poder". Trazendo características intrínsecas ao Humanismo Cívico, o conceito de república foi então relacionado à virtude, assim como o voto tem relação direta com a opinião pública, ou seja, o bem comum. Como assinala Pocock,[497] a virtude é o que sustenta a estabilidade da República nos escritos de Maquiavel. Diferente do medievo, no "momento maquiaveliano", a virtude foi, então, politizada. Para os republicanos de Cachoeiro, além da virtude, a comunicação com o poder precisava ser feita de forma direta, o que pressupõe a ideia de liberdade mais aproximada da chamada "liberdade dos antigos".[498] Os artigos de João Loyola e Silva n'*O Cachoeirano* também estampavam a preocupação com a participação popular. Na conferência pública que realizou em Cachoeiro,[499] Loyola e Silva destacou que a República seria a forma de governo que se identificaria com as tendências naturais do povo, já que o que dirigiria este sistema seria o direito do homem.

Os argumentos retóricos atestavam os múltiplos sentidos que o republicanismo assumia para os partidários capixabas do sistema. Os artigos de Afonso Cláudio, por exemplo, denunciavam os prejuízos dos proprietários de terra após a abolição, já que a lei não havia sido acompanhada de medidas complementares que auxiliassem na transição para a nova fase da lavoura, como a

---

[495] BRASIL, 1881, op. cit., p. 51
[496] *O Cachoeirano*, nº 01 - 06/01/1889.
[497] POCOCK, John. *The machiavellian moment:* florentine political thought and the Antlantic Republican tradition. Princeton: Princeton University, 1975. p. 183.
[498] CARVALHO, 2011, p. 148.
[499] *O Cachoeirano*, nº42 - 14/10/1888

imigração.[500] Na maioria de suas contribuições na imprensa republicana, em Cachoeiro, o advogado discutiu sobre altos gastos da monarquia e a incompatibilidade entre o Império e progresso.

Segundo Afonso Cláudio, o objetivo da monarquia parecia ser o comprometimento com a manutenção da selvageria, visando fazer do Brasil uma exceção na América.[501] A linguagem de Afonso Cláudio indicava maior aproximação com o positivismo, baseada nas ideias que propagava no jornal liberal de Vitória.[502] A monarquia, para o este republicano, inviabilizava a ordem e o progresso, até mesmo por meio das medidas econômicas e pela falta de auxilio aos proprietários de terra, como o alto valor das hipotecas cobradas aos fazendeiros. Ao homenagear o positivismo de Gambetta, por exemplo, evidenciava-se sua apologia à Terceira República Francesa,[503] e também seu comportamento moderado, se comparado ao republicanos fundadores do clube de Cachoeiro. Para Afonso Cláudio, as qualidades de Gambetta como político residiam na política positiva baseada em fatos e não em abstrações, além de destacar sua cautela em não se aventurar em política. Gambetta era ainda o símbolo de negação do aspecto revolucionário, o que o tornava "o melhor baluarte da república contra a desordem e a anarquia".[504] Nos artigos de Afonso Cláudio não era perceptível, por exemplo, o debate sobre a participação popular, o que indicava seu pensamento político bastante coerente com a versão positivista da república. De acordo com José Murilo de Carvalho, a noção positivista de cidadania não incluía os direitos políticos, pois admitia somente os direitos civis e sociais. Nessa perspectiva, os cidadãos não seriam ativos, pois, na verdade, esperam pela ação vinda do Estado.[505]

Já a linguagem dos republicanos fundadores do clube, como Bernardo Horta, João Loyola e Antero Almeida, republicano de Anchieta, exibem aspectos mais contundentes com relação à participação popular na República. Os republicanos chegaram a inserir o conceito de revolução

---

[500] Neste ponto, o discurso de Afonso Cláudio se assemelha às propostas dos republicanos paulistas. Como salienta Joseph Love, para os paulistas a questao da abolição estava totalmente relacionada à da imigração. LOVE, 1982, p. 152.
[501] *O Cachoeirano*, nº 33 - 12/08/1888.
[502] O Jornal *A Província do Espírito Santo* possuia clara adesão às ideias positivistas.
[503] José Murilo de Carvalho aponta que a defesa de pensadores como Gambetta e da Terceira República caracterizava a argumentação do grupo republicano como positivista. CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 87.
[504] *O Cachoeirano*, nº 39 - 23/09/1888.
[505] CARVALHO, 2011, op. cit., p. 54.

no vocabulário do partido, advertindo da proximidade do momento oportuno para o movimento. A revolução, para os republicanos, possuía características de uma revolução popular:

> As revoluções são nacionais ou populares, a nossa será popular porque o que nos falta, ao povo, são direitos e hoje estamos em um século que bem necessidade tem de apagar a legenda bíblica dos anjos exterminadores que brandindo espadas de fogo vem para castigar a uns maus que contristam e estremecem a muitos [...]. A revolução sanguinária sucederá a revolução pacífica, natural, tão necessária a uma sociedade como a seiva às árvores. Congreguemo-nos todos e procuremos o motivo, o momento decisivo.[506]

Somente na República, de acordo com os propagandistas, as pessoas sem importância política e social passariam a se destacar na política. Para exemplificar, destacam que Robespierre e Marat eram homens que não possuíam prestígio algum enquanto existia Luís XVI.[507] Na linguagem empreendida, os republicanos destacavam que na monarquia existia a prática de que somente um pequeno grupo tornava-se canalizador dos anseios políticos da nação. A república, neste sentido, levaria homens comuns ao debate político. O povo, como elemento coletivo e detentor da soberania, alcançaria na república o governo de si mesmo. Como assinala Carvalho, a visão do povo como entidade homogênea e elemento integrador da vontade geral também era vista em Silva Jardim, republicano de matriz jacobina. Para o autor, a defesa dos interesses do povo como voz coletiva, fez com que Silva Jardim demonstrasse uma concepção de cidadania aproximada do modelo rousseauniano, preocupado com a participação direta do povo na política.[508]

Deste modo, é possível identificar que concepções diferentes de república coexistiam dentro do grupo. Ao mesmo tempo, possuíam uma linguagem comum ao formularem significação para o conceito de república a partir das próprias demandas regionais e dos embates entre grupos locais.

4.4.2 A consolidação da propaganda republicana

O Partido Republicano de Cachoeiro estava em plena atividade no ano de 1888 e, a partir de sua criação, diversas vilas criaram seus clubes. Já se tinha notícia do Clube Republicano

---

[506] *O Cachoeirano*, nº 22, 02/06/1889.
[507] *O Cachoeirano*, 14/10/1888- nº42.
[508] CARVALHO, 2011, op. cit., p. 46.

Tiradentes Calçadense, em São José do Calçado. Posteriormente foi a vez da vila de Benevente criar um núcleo republicano e um órgão impresso para o grupo: *A Tribuna*. Antes, em Anchieta, também havia sido publicado o jornal *A Regeneração*, que igualmente divulgava ideias republicanas. Com a crescente adesão de novos republicanos, o jornal *O Cachoeirano* passou a receber, nos anos seguintes, correspondências que indicavam a formação de novos clubes nas vilas do sul. Segundo informações dadas pela imprensa, em agosto de 1889 o partido contava com ao menos 313 republicanos que participavam em algum dos 14[509] clubes da região (APÊNDICE 3).[510]

O republicanismo havia atingido quase a totalidade das vilas que compunham o 2º distrito, exceto a localidade de Rio Novo. Certamente, se comparados aos 48 clubes republicanos paulistas, os núcleos capixabas podem até mesmo insinuar menor importância dentro do movimento. Equiparada, contudo, aos 16 clubes existentes no Rio de Janeiro, a propaganda republicana no Espírito Santo ganha maior destaque.[511] Em outra perspectiva, ao se confrontar os dados sobre o Espírito Santo com os da província de Minas Gerais, por exemplo, constata-se que o maior número de clubes republicanos mineiros também se concentrou na região sul.[512] Por outro lado, embora houvesse a concentração nessa localidade, os clubes republicanos estavam presentes em toda a província de Minas Gerais, diferente do Espírito Santo, onde o movimento esteve realmente circunscrito em determinada região.

Afonso Cláudio utilizou o periódico republicano de Cachoeiro para combater as notícias que corriam pelo país de que o ideal republicano vinha ganhando intensa adesão por vingança e descontentamento com a abolição sem indenização feita pelo Império. O publicista rebateu tal ideia, advertindo que os indivíduos ligados à lavoura na província do Espírito Santo não apoiavam a manutenção da escravidão, e sabiam que o escravo não seria eterno. O prejuízo com o 13 de maio não seria, de acordo com Afonso Cláudio, a causa do sucesso da propaganda na

---

[509] Ao elencar os clubes republicanos por província, Oliveira Viana indica apenas 8 clubes para o Espírito Santo. Em nossa análise, no entanto, aparecem 14 clubes na região sul do Espírito Santo durante a propaganda. VIANA, 2010, op. cit., p. 99.

[510] O número de participantes se baseou na listagem dos republicanos que comparecerem à reunião ocorrida em 28 de julho de 1889 em Cachoeiro para a escolha do candidato republicano que disputaria as eleições seguintes para deputado geral. Deste modo, acredita-se que o número de participantes poderia ser ainda maior, visto que nem todos puderam comparecer a esta reunião. *O Cachoeirano*, nº 31, 04/08/1889.

[511] Os dados para Rio de Janeiro e São Paulo foram retirados do levantamento feito por Oliveira Viana sobre os clubes republicanos nas províncias. VIANA, 2010, op. cit., p. 99.

[512] Existiam 57 clubes em Minas Gerais, dos quais 19 estavam localizados na região sul. VISCARDI, 2013.

província.[513]

Pode se concluir, portanto, que o Espírito Santo entrou no cenário do republicanismo com grande adesão. O jornal *O Paíz*, redigido na Corte, destacou a atuação do sul da Província ao discutir, em um de seus artigos, o descontentamento com algumas províncias que, a seu ver, não vinham se empenhando na causa republicana. Em contraposição, o Partido de Cachoeiro figurava como um dos exemplos de melhor atuação na propaganda:

> A marcha da ideia republicana principalmente nas províncias do Rio de Janeiro, Minas, S.Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, é verdadeiramente auspiciosa. [...] Hoje cabe-nos o prazer de dar à publicidade as importantes comunicações que nos chegam de nossos dignos correligionários da província do Espírito Santo, onde o partido conta, além de consideráveis e importantes adesões, numerosos clubes já formados e outros em caminho de organização.[514]

Como forma de intensificar a propaganda, os republicanos passaram a organizar as conferências em Cachoeiro, as quais contavam com a presença de pessoas da região e ainda correligionários dos clubes de outras vilas como Alegre e Benevente. Em setembro de 1888, o clube apostou em mais uma forma de divulgação do credo republicano e passou a distribuir gratuitamente o livro *A República Federal*, de Assis Brasil, por toda a província e em várias tipografias.[515] Para os propagandistas, Assis Brasil representava a luta pela democracia e a "destruição do edifício monárquico". Suas citações sempre estavam presentes no jornal e nas conferências republicana na região sul.

A consolidação da propaganda na região, juntamente com o contexto de insatisfação dos donos de terra com a abolição do trabalho servil, fez com que alguns monarquistas aderissem ao grupo republicano a partir de meados de 1888. É importante salientar, no entanto, que, até esse momento, o Partido Republicano não possuía ampla participação de fazendeiros, o que diverge das explicações que indicam que o Partido se originou a partir dos prejuízos causados pela abolição. Os apontamentos de Marta Zorzal,[516] por exemplo, indicam que uma das principais causas para o surgimento do republicanismo no sul foi, além dos benefícios da proximidade com a Corte, a solidariedade das classes dominantes ali estabelecidas para com o bloco cafeeiro, prejudicado pelo fim da escravidão.

---

[513] *O Cachoeirano*, nº 32 - 05/08/1888.
[514] *O Paiz*, nº1393 - 31/07/1888.
[515] *O Cachoeirano*, nº 36 - 02/09/1888.
[516] ZORZAL, Marta. *Espírito Santo:* Estado, Interesses e Poder. Vitória: FCAA, 1995. p. 66.

Algumas observações sobre a possível relação do movimento republicano de Cachoeiro ao mero interesse de uma elite cafeeira do sul merecem ser discutidas. Embora o sul se destacasse por sua produção de café dentro da receita provincial, não se deve esquecer que na segunda metade do século XIX o café, como também a mão-de-obra escrava, compunha a base da economia de toda a província, e não somente de uma região.[517] Além disso, como enfatizou Nara Saletto, apesar das limitações em torno da escravidão, a produção do café continuou em expansão na região do Itapemirim. Em 1886, por exemplo, a exportação de café chegava a 500 mil arrobas. Na visão de Saletto, o sul teve sucesso ao enfrentar o desafio de aumentar a produção mesmo com diminuição do número de escravos.[518]

Se a abolição, como indicou Zorzal, afetou a produção dos cafeicultores, ou seja, a base da economia de todo o Espírito Santo, consequentemente o ideal republicano em prol da destituição da monarquia deveria ter culminado em um movimento homogêneo e majoritário, o que, na verdade, não ocorreu. Em nossa análise, a formação do clube Republicano não foi uma iniciativa do grupo cafeicultor, já que este só passou a integrar o partido bem próximo dos momentos finais do Império, em 1889. Este estudo indica que o ideal de República foi a base do projeto político concentrado especificamente no sul da província. As motivações do grupo republicano excedem, deste modo, as aspirações econômicas. Por isso, a recepção do republicanismo requer uma análise que, realizada desde a formação inicial do núcleo propagandista, compreenda as diferentes nuances do movimento.

Apesar da forte relação com os republicanos do Rio de Janeiro, o grupo republicano do 2º Distrito no sul do Espírito Santo manteve estreito contato com republicanos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, e, sobretudo, com o Partido Republicano Paulista a partir do qual idealizou seu projeto de organização partidária. O jornal *O Cachoeirano* publicava assiduamente o recebimento de diversos jornais republicanos vindos destas províncias, bem como a correspondência entre estas e o Espírito Santo.

A organização e eficiência dos propagandistas republicanos capixabas foram destacadas por Rangel Pestana em artigo publicado em *A Província de São Paulo*, em outubro de 1888.[519] O

---

[517] Ademais, como já mencionado, a região sul contava com poucas grandes fazendas de café durante a década de 1880. Após a abolição, que influenciou a desorganização do trabalho na lavoura, os fazendeiros da região do Itapemirim passaram a ver no fluxo migratório a solução para a carência de trabalhadores. SALETTO, 1996, op. cit., p. 86.
[518] SALETTO, 1996, op. Cit., p. 64.
[519] *O Cachoeirano*, nº 41 - 08/10/1888.

republicano paulista relatou que o grupo de Cachoeiro havia se tornado uma força respeitável na luta pela queda da monarquia. Elogiou a organização daqueles republicanos e previu sucesso em futuros pleitos eleitorais com a participação do grupo. Rangel Pestana citou também que as características que diferenciavam a propaganda no Espírito Santo era a direção metódica e inteligente. Ressaltou, sobretudo, que o desenvolvimento paralelo de ações práticas e propaganda doutrinária era a razão do sucesso da propaganda em Cachoeiro.

A propaganda desenvolvida no sul lançou mão de diversos meios para atingir o público. Os republicanos promoveram conferências públicas e atuavam com tenacidade na imprensa política. Chegaram ao povo com a distribuição gratuita de livros sobre a propaganda. Por outro lado, a república não poderia ficar no plano intelectual ou das ideias, eram necessárias ações mais concretas para divulgar o republicanismo em toda a província. Desde a criação do núcleo, no entanto, o partido passou a ser combatido pelos grupos monarquistas da capital, que viam na república a ameaça ao poder das elites locais.

4.5 A REPÚBLICA NA VISÃO MONARQUISTA

4.5.1 A República como o governo da ilusão e o Federalismo como ousadia administrativa

O rompimento com o Império ficou explícito durante as comemorações do aniversário natalício do Imperador no ano de 1888.[520] O redator Bernardo Horta questionou o que se tinha para comemorar no Brasil, posto que o Imperador era, para Horta, um "cérebro que não funciona", uma pessoa mórbida. O que gostariam de comemorar, enfatizavam os republicanos, seria a data na qual se iniciasse o sistema em que "cada um será o que merecer", o que somente aconteceria quando proclamada a República Federal.[521]

[520] O conflito ocasionado pelo aniversário do Imperador demonstra uma disputa entre dois imaginários na província já que o 2 de Dezembro tornou-se uma data memorável na província em nome do sentimento monarquista.
[521] *O Cachoeirano*, nº 47 - 02/12/1888.

O 2 de Dezembro provocou os ânimos dos republicanos no 2º distrito. Um tenente coronel do partido Liberal do sul, acompanhado de uma guarda negra, estava pelas ruas de Cachoeiro comemorando o aniversário do Imperador. Havia comida e bebida para os libertos, que, em certo momento, iniciaram gritos de "Fora a República!". Simpatizantes do partido republicano que ali passavam, entraram em conflito, gritando contra os libertos e monarquistas: "Viva a República! Fora a Monarquia!".[522]

Bernardo Horta publicou um artigo no jornal republicano reprovando o ato do tenente monarquista e acusando-o de incitar os libertos em sua causa. A contenda então teve início, pois todo o grupo liberal do sul voltou-se contra Horta, dentre estes, seu pai, José Horta de Araújo, monarquista fervoroso. No jornal *O Constitucional*, órgão monarquista da região, os partidários do tenente Borges insultaram Bernardo Horta, acusando-o de diversas injúrias contra o tenente. No fim da carta, percebem-se ameaças veladas, que indicam que nem sempre se teria paciência para resolver tais casos. Entre os que assinaram a carta encontrava-se o pai de Horta.

Curiosamente, no número seguinte de *O Cachoeirano*, Horta se despediu da redação e afirmou que já não poderia permanecer na província após o conflito. Destacou que não responderia a carta de Borges em virtude da assinatura de seu pai no documento, e, por respeito, a melhor a atitude era o silêncio. A farmácia de Horta foi então colocada à venda na página de anúncios do jornal, e, por longo período, não se publicou os escritos do iniciador da propaganda republicana na província.[523]

No último ano de vigência da monarquia, a propaganda se intensificou na província, contudo, permanecia concentrada na região sul. Apesar da ausência de Bernardo Horta, o republicanismo ganhou um segundo núcleo bastante forte localizado em Anchieta. Foi nessa região que surgiu o segundo jornal republicano *A Tribuna*. Neste periódico encontrava-se a mesma linguagem de crítica à monarquia, destacando a ineficiência dos partidos monárquicos e do próprio governo. O periódico aconselhava o povo a tomar as rédeas da situação a fim de combater o "círculo de ferro" da centralização, responsável por liquidar a hegemonia das províncias e do município.[524]

Além do trabalho na imprensa, a província contou com a vinda de Coelho Lisboa, dedicado

---

[522] *O Cachoeirano*, nº 48 - 09/12/1888.
[523] *O Cachoeirano*, nº 49 - 16/12/1888.
[524] *A Tribuna*, nº 06 - 10/03/1889.

propagandista republicano. Lisboa participou da redação de *O Cachoeirano* e circulou por muitas vilas para realizar conferências públicas. No entanto, de acordo com o crescimento das adesões ao partido, aumentou também a coação em torno dos republicanos, que, a partir de então, passaram a enfrentar dificuldades para realizar a divulgação de suas ideias.

Como era de esperar, após a intensificação da divulgação republicana no Espírito Santo ocorreram diversos episódios de repressão aos propagandistas. As restrições aconteceram de diversas formas, tanto por meio da imprensa quanto por repressão policial. Publicavam-se também artigos na imprensa monarquista que desqualificavam o republicanismo e ideias democráticas do grupo de Cachoeiro, acusando-os de serem adeptos da causa mentirosa. O periódico *O Constitucional*,[525] por exemplo, órgão do partido Conservador de Cachoeiro, promoveu diversos embates contra os republicanos. Acusava-os de propagandearem uma "panaceia".[526] A república, para os conservadores, era caracterizada como o governo da ilusão, divulgado por aqueles que desconheciam que a monarquia era o mais poderoso elemento de progresso.

Como observado nas publicações d'*O Cachoeirano*, a coerção ultrapassava a imprensa, como no caso já citado de Bernardo Horta. Aos poucos, com maior frequência das conferências, noticiava-se o início de repressões policiais no sul da província. Reproduziam-se telegramas vindos de Anchieta que apresentavam frequentemente as denúncias de ameaças por parte do aparato policial. Horácio da Costa, líder republicano naquela região, relatou por telegrama que a polícia havia cercado os republicanos dentro de uma igreja. Outro telegrama noticiava que em Bom Jesus do Itabapoana, onde a maioria era republicana, houve tumulto quando o governo tentou impedir a conferência de Nilo Peçanha.[527] Nessa ocasião, os republicanos de São José do calçado, correligionários da vila vizinha, dirigiram-se imediatamente para aquela localidade, a fim de afrontarem a polícia e defenderem seus companheiros republicanos.

Os conflitos com a polícia, a julgar pelos relatos publicados na imprensa, aumentaram em meados de 1889 e se acirraram ainda mais após o tumulto ocorrido durante a conferência de Coelho Lisboa na vila de Itapemirim. Os republicanos denunciavam o chefe de polícia que, por

---

[525] Periódico de publicaçao semanal, *O Constitucional* foi um jornal agrícola, político e comercial criado em 1885, em Cachoeiro de Itapemirim.
[526] *O Constitucional*, nº 35 - 31/12/1888.
[527] *O Cachoeirano*, nº 31 - 11/11/1888.

telegrama, deu ordens ao delegado daquela vila para impedir o *meeting*, além de proibir os "vivas à república" e de tentar agredir os republicanos.[528] O povo de Itapemirim também utilizou o *meeting* como local de protesto contra atos arbitrários do presidente de província, que havia, segundo os manifestantes, destituído os eleitos pelo povo para o cargos de vereador e juiz de paz. A população viu no episódio o menosprezo contra o voto popular e a Constituição.

Na imprensa da capital, onde a adesão ao republicanismo era muito pequena, redatores como Aristides Freire destacavam no periódico conservador *A Folha da* Victória a imoralidade da propaganda republicana.[529] Para aquele monarquista, o Império representava o governo onde se vivia em paz e tranquilidade, argumento que indica que os conservadores temiam propostas federalistas vindas não somente de republicanos, mas também dos liberais. Nos primeiros dias de novembro de 1889, diante da iminência do novo regime, os conservadores destacaram que, se não houvesse saída, optariam pela república unitária em detrimento do federalismo. Assim, seria destruída, como afirmavam, a ideia ousada de "reduzir a grandeza da pátria a proporções minúsculas".[530]

Além de *O Cachoeirano*, o órgão liberal *A Província do Espírito Santo,* liderado por Moniz Freire, e o conservador *O Espírito-Santense* também apresentavam suas divergências sobre a ideia republicana. Deve-se ressaltar que, embora Afonso Cláudio, membro do Partido Republicano, participasse da redação do jornal liberal de Vitória, Moniz Freire não se apresentava como republicano,[531] e, sobretudo, fazia pública sua adesão ao partido Liberal. O posicionamento monarquista de Moniz Freire aparece em suas obras e também nos escritos de seu jornal. Além de pregar os benefícios da Monarquia Constitucional, Freire não era um credor do movimento republicano. Como positivista, Freire possuía várias bandeiras que se assemelhavam às daquele grupo, como, por exemplo, a autonomia provincial e a abolição. No entanto, muitos positivistas consideravam a República um estágio a ser alcançado em momento posterior, como fator de evolução, mas irrealizável naquele momento.[532] Tais informações

---

[528] *O Cachoeirano*, nº31 - 04/08/1889.
[529] *A Folha da Victória*, nº 543 - 28/09/1888.
[530] *A Folha da Victória*, nº553 - 01/11/1888.
[531] Sobre o pensamento de Moniz Freire sobre o governo monárquico, ver: SANTOS, Estilaque Ferreira. *Jose de Melo Carvalho Moniz Freire*. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. p. 222; FREIRE, Moniz. Aos meus concidadãos. In: SANTOS, Estilaque. *Escritos Políticos de Muniz Freire*. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2013. p. 125.
[532] BOEHRER, 1954, op. cit, p.34.

tornam-se importantes, já que em seu livro *História da Propaganda Republicana no Espírito Santo*, Afonso Cláudio destacou que as repressões policiais a republicanos também ocorreram na capital. Para exemplificar, ele relatou a interferência da polícia no *meeting* que promoveu junto à Moniz Freire.[533]

É necessário salientar que este episódio não se tratava, na verdade, de uma conferência republicana, mas sim de um protesto do povo contra o péssimo serviço de iluminação pública que estava sendo prestado pelo governo provincial. O anúncio em que convocam a população para tal ato não figura entre as chamadas para conferências republicanas, além do fato de que o panfleto foi assinado pela "Comissão Popular" e não pelo partido Republicano. É bem provável que, diante da revolta popular com tais serviços, encontrássemos, naquele aglomerado, seguidores da causa republicana. Considerado, porém, o posicionamento político de Moniz Freire e o conteúdo da conferência, não se pode afirmar tal *meeting* como reunião republicana.

4.5.2 A República como ameaça à manutenção do poder

A recepção do republicanismo em Vitória mostrava-se bem mais contida quando comparada à região sul, a preocupação do 1º distrito não eram os *meetings* ou a doutrinação republicana. A inquietação do grupo político da capital continuava a ser a manutenção do poder político e o preenchimento de cargos dentro e fora da província. Projetos políticos antagônicos disputavam lugar nos últimos momentos do Império. O 1º distrito eleitoral, liderado pela capital Vitória, exibia veementes desentendimentos com os rumos que tomava a ideia republicana no sul da província. Em contrapartida, o 2º distrito, como já destacado, almejava mudanças na dinâmica provincial e denunciava o comando da Corte sobre a província. A correspondência enviada pelos conservadores de Vitória ao 2º distrito enfatizou a desaprovação do comportamento dos republicanos que não aceitavam apoiar a candidatura de Costa Pereira para o Senado:

> É doloroso o estado da política conservadora neste distrito, até ontem forte pela união, presentemente desorganizado com desvantagem para a eeleição do exmo. Sr. conselheiro Costa Pereira, um cidadão que mais benefícios tem feito a província e cujo afastamento do parlamento há de ser grande prejuízo aos interesses provinciais. A lei de 13 de maio bem longe está de justificativa de

[533] CLÁUDIO, 1912, op. cit., p. 48.

> desorganização que lavra neste distrito, facilitando a organização de um republicanismo mentiroso e falso em suas propagandas [...] E enquanto o 1º distrito vive a vida feliz da harmonia, centralizadora das forças vivas do eleitorado, o 2º distrito morre de inanição, carcomido pelo desgosto, pelas divergências, e esfacelado pelo orgulho.[534]

O fragmento da carta demonstra a disparidade entre os objetivos dos dois principais núcleos políticos. Os monarquistas acusavam os republicanos, chamando-os de mentirosos e gananciosos, de causarem danos à província caso Costa Pereira não fosse eleito. Os republicanos, por sua vez, respondiam à correspondência por meio do órgão do Partido, no qual denominaram os conservadores como pedintes, agraciados e vaidosos, e afirmaram que resistiriam até o fim, e não apoiariam o candidato "forasteiro". Concluindo, os republicanos enfatizaram: "o final da correspondência em resposta aos monarquistas de Vitória trazia a resposta popular: chorem na cama que é lugar quente".[535]

Quando a eleição de 1889 estava próxima, o Partido Republicano se organizou para participar do pleito. Os republicanos, segundo *O Cachoeirano*, voltaram do Congresso Republicano Federal com o intuito de concretizar a representação republicana na Câmara Geral e alertaram seus correligionários sobre a necessidade de preparar a revolução popular, procurando o momento decisivo para a revolução.[536] Bernardo Horta retornou para Cachoeiro durante esse período, e foi escolhido como o candidato pelo Partido Republicano para a Câmara dos Deputados.[537] Os percalços do gabinete Liberal provocavam a adesão de monarquistas ao partido, sobretudo os cafeicultores, que, desde o 13 de maio, já se viam contrariados pela monarquia. Muitos fazendeiros de Cachoeiro convocaram o povo às urnas por artigos em *O Cachoeirano* pedindo votos para Bernardo Horta pelo Partido Republicano.[538]

O Partido Republicano obteve bom resultado na disputa contra o candidato liberal Leopoldo Cunha e o conservador Costa Pereira, mas não o bastante para vencer a eleição. Como nenhum dos candidatos havia atingido a porcentagem necessária, haveria segundo turno. Logo começaram as notícias sobre fraude nas urnas e nas listas de votantes. Muitas vilas alegavam que suas listas não tinham sido entregues. Posteriormente, por decisões arbitrárias, diziam os republicanos, o candidato liberal foi indicado como o vencedor daquela eleição, retirando a

---

[534] *O Cachoeirano*, nº 46 - 25/11/1888.
[535] *O Cachoeirano*, nº 46 - 25/11/1888.
[536] *O Cachoeirano*, nº 46 - 02/06/1889.
[537] *O Cachoeirano*, nº 32 - 04/08/1889.
[538] *O Cachoeirano*, nº 25 - 23/06/1889.

necessidade da nova disputa.

Desacreditando o resultado das urnas, Bernardo Horta partiu para o Rio de Janeiro no fim do mês de outubro para defender sua vaga como deputado e denunciar a fraude que havia ocorrido no processo eleitoral da província. Dias depois, a confusão provocada pelo pleito eleitoral em Cachoeiro foi substituída pela notícia de um telegrama da Corte que avisava aos capixabas sobre o golpe dos militares. Chegava ao fim a Monarquia brasileira.[539]

4.5.3 O 15 de novembro: no Sul, vivas à República! No Centro, armas e munições

A leitura do jornal *O Cachoeirano* fornece um retrato muito positivo por parte dos republicanos do sul com as notícias vindas da Corte. Foram realizadas festas, banquetes e banda de música. Enfim, o Império estava derrotado. Bernardo Horta, que estava no Rio de Janeiro para denunciar a eleição fraudada, chegou em Cachoeiro recebido por seus companheiros com diversas demonstrações de admiração e logo tomou lugar nas comemorações da República proclamada.[540] Dias depois, o governo provisório nomeou Afonso Cláudio como governador do estado do Espírito Santo, [541] seguido, posteriormente, das vice-lideranças de seus correligionários Bernardo Horta e Antônio Aguirre.

Para Maria Stella de Novaes, a chegada da república não surpreendeu os capixabas. Na visão da autora, diferente das províncias que assistiram bestializadas o advento do novo regime, o Espírito Santo comemorou o fim do Império. A análise de Novaes, no entanto, parece generalizar a aceitação da república vista no núcleo do sul, pois atribui o mesmo sentimento de contentamento para toda a província. Com isso, porém, a autora negligencia os grupos antagônicos. As fontes indicam que recepção do novo governo na capital demonstrou a diferença entre as aspirações dos dois principais núcleos políticos. Segundo Afonso Cláudio, foi com frieza que os habitantes de Vitória receberam a república, corroborando o contraste com os festejos do sul do estado.[542] O mesmo autor destacou que o governo foi recebido pelo

[539] *O Cachoeirano*, nº 46 - 18/11/1889.
[540] *O Cachoeirano*, nº 47 - 29/11/1889.
[541] NOVAES, 1984, op. cit., p. 317.
[542] CLÁUDIO, 1912, op. cit., p. 63.

centro da Província como anarquia, e destacou que "em mais de um ponto cogitou-se organizar a resistência ao movimento triunfante, até pelas armas".[543]

Como medida preventiva a esses conflitos, o governador dirigiu uma carta a ser publicada no periódico *A Província do Espírito Santo* com o objetivo de tranquilizar os cidadãos de Vitória. A correspondência certificava que não havia motivos para o pânico estabelecido na cidade e afirmava que as garantias dos cidadãos estavam asseguradas. O governador pedia para que o povo não se deixasse influenciar como muitos indivíduos que já haviam produzido uma injustificável corrida à Caixa Econômica para retirar depósitos para a compra de armas e munições.[544] Dadas tais condições, é necessário discutir alguns elementos que podem elucidar o distanciamento da capital frente às ideias republicanas, bem como as especificidades que fizeram do sul o berço do republicanismo na província.

4.5.4 Poder e elites: as ligações entre o Sul e a causa republicana

A política em Vitória era formada por uma elite majoritariamente monarquista que desenvolveu, desde a primeira metade do Oitocentos, o que chamamos de "cultura política consensual", beneficiada pela homogeneidade do grupo. Eram liberais e conservadores que propagavam adesão ao governo imperial, visando a ordem e a manutenção do poder político que adquiriram desde os tempos da capitania. Entre os monarquistas, como visto nos capítulos anteriores, figuravam o barão de Monjardim, Basílio Daemon e Aristides Freire. A Monarquia também possuía importantes aliados na região sul, indivíduos que eram beneficiados pelos mesmos poderes adquiridos durante o século XIX, em sua maioria fazendeiros e grandes negociantes.

Na capital também havia o projeto promovido pelos "positivistas do centro", no qual estava a jovem geração do partido Liberal que, impulsionada pelo positivismo, ambicionava o progresso por meio da ordem. A monarquia, contudo, não se mostrou empecilho para o grupo[545] que, sob

[543] Ibidem. p. 61.
[544] *A Folha da Victória*, nº658 - 17/11/1889.
[545] Além de Moniz Freire, participavam deste grupo grandes nomes da política e da imprensa capixaba como Cleto Nunes e Afonso Cláudio.

a liderança de Moniz Freire, almejava a modernização da província. O clamor por melhorias locais provocou críticas ao poder da Corte e o apoio ao processo imigratório em detrimento da escravidão. Tais críticas, no entanto, nunca contestavam a legitimidade da monarquia constitucional. Como destacou Estilaque Ferreira,[546] Moniz Freire se empenhava no processo de modernização que objetivava o desenvolvimento e a projeção da província no cenário nacional por meio do desenvolvimento da centralidade da capital. Freire buscou transformar Vitória em núcleo urbano-comercial, inserido no circuito mercantil externo. O pensamento evolucionista de Freire, no entanto, não abraçou o ideal republicano.

Embora adepto de ideias reformistas, como a abolição, a imigração e a descentralização, Moniz Freire não se declarava republicano. Em sua visão, o alcance de tais mudanças não demandava a derrubada do regime. Em discurso proferido pelo deputado em 20 de setembro de 1888, última sessão daquele ano, percebe-se o clamor de Moniz Freire pela efetivação do ideal federativo, garantindo autonomia das províncias. Na visão do liberal, era necessário que se instituísse de antemão tal mudança, a fim de assegurar a integridade nacional e as instituições fundamentais do Império. Freire, deste modo, parecia identificar que, caso não fosse realizada pelos próprios monarquistas, a reforma cairia nas mãos dos republicanos com a queda do Império. [547]

A elite política monarquista, diferente do início do século XIX, deixou de ser um grupo homogêneo em 1880. A mudança no perfil dessa elite, no entanto, não indicou seu esfacelamento. O grupo possuía tamanha capacidade de aglutinar forças políticas que aspectos como local de nascimento, idade, profissão e escolaridade não eram o bastante para desfazer o vínculo que mantinham. A manutenção do poder por parte desse grupo foi sustentada pela ocupação de cargos públicos, indicações eleitorais, e, até mesmo, por relações familiares, como casamentos entre seus descendentes. Essa dinâmica fazia com que os jovens liberais positivistas também estivessem nos partidos monárquicos. O liberal Moniz Freire é exemplo da possibilidade de inserção de membros da nova geração política no grupo monarquista.

As formulações sobre o conceito de elites elaborado por Giovani Busino[548] nos auxiliam a

---

[546] SANTOS, 2013, p.189

[547] Discurso proferido pelo deputado Moniz Freire na 31º sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo em 20 de setembro de 1888.

[548] BUSINO, Giovani. Les théories des élites: problèmes et perspectives. *Revue européene des sciences sociales*, t. 25, n. 76, BUSINO, Giovani. *Les théories des élites: problèmes et perspectives. Revue européene des sciences sociales*, t. XXV, n. 76. pp. 254 – 255, 1987.

entender o comportamento da elite política monarquista no Espírito Santo. De acordo com este autor, não é necessário que a elite seja um grupo restrito e homogêneo, já que as estruturas de poder que nele existem são amorfas e indeterminadas. A existência de uma elite política não sinaliza um grupo fechado, mas sim a composição de elites múltiplas, e por vezes díspares, que podem cooperar entre si, se afrontarem, ou ainda se neutralizarem, como ocorreu na província.[549]

Por que então, por volta de 1887, a elite política monarquista abriu brechas para um núcleo de embate no sul contra seu poder hegemônico?[550] A resposta reside em vários fatores. O primeiro deles, e talvez o mais contundente, é que, em nossa opinião, a preocupação com a cooptação de indivíduos por parte da elite monarquista na capital não foi a mesma com relação à nova geração do sul da província. Isso pode ser comprovado até mesmo pela perda de prestígio do partido Liberal no sul. Certamente havia liberais residentes na região, mas o grupo não possuía forte liderança local, nem mesmo órgão na imprensa. Dessa forma, os liberais que ali residiam seguiam o direcionamento do grupo da capital, não incorporando em seus projetos as demandas específicas daquela localidade.

Havia, deste modo, um grupo que, como parte de nova geração política, não se adequava ao ideário conservador, e tampouco via nos liberais da capital a solução para a maior representação política e para o fim da subserviência à Corte. Este grupo era composto, em sua maioria, por profissionais liberais que viram no republicanismo o fim da negligência da Corte para com o Espírito Santo e da elite da capital para com os jovens políticos do sul. Além disso, mesmo arrecadando a maior parte dos impostos provinciais[551], a região não se via representada na mesma medida na Assembleia Provincial. Por lei, o número de deputados por distrito eleitoral era igualitário.[552] No entanto, as 11 vagas destinadas ao sul eram sempre ocupadas por membros da antiga elite monarquista, perpetuando o direcionamento político imposto por Vitória.[553] Por

---

[549] Ibidem, p. 264.
[550] Além disso, a adesão ao republicanismo não parece demasiadamente tardia se comparamos com os exemplos de outras províncias citadas na primeira parte do capítulo. A época de concretização do clube de Cachoeiro coincide com a consolidação da propaganda republicana em diversas localidades.
[551] Em uma das sessões da Assembleia Provincial, por exemplo, um deputado indica que dos 449$000 colocados para o orçamento provincial, 230$000 eram provenientes da venda do café na região sul. *O Cachoeirano*, nº 24 - 22/06/1884.
[552] Após a Lei Saraiva, a província foi dividida em dois distritos. Cada um deles poderia eleger 11 deputados.
[553] A análise da listagem de deputados provinciais comprova que nenhum dos republicanos ocupou cargo na Assembleia provincial neste período.

outro lado, a análise da linguagem política empregada pelos republicanos indica a retórica embasada nas demandas locais, com a tentativa de travar o controle político da capital e da Corte, que, unidas, dominavam a política provincial.

O impacto da Lei Saraiva de 1881 [554] também pode estar relacionado à demanda por representação política por parte do sul, sobretudo pela região do Itapemirim.[555] O estudo empreendido por Alexandre Bazilio[556] acentua mudanças no perfil do eleitorado e indica a clara diminuição do número de eleitores na província. Se analisarmos os números dados por Bazilio, percebe-se que, em 1878, a região de Itapemirim possuía 9.609 habitantes, a maior população da província, perfazendo também o maior número de votantes: 1.080 indivíduos. Após a Lei Saraiva, o sul perdeu mais da metade de seu eleitorado. Cachoeiro de Itapemirim, por exemplo, perdeu 53% dos eleitores, enquanto a localidade de Veado sofreu a diminuição de 80%. Já em Rio Pardo, houve a diminuição de 91%, e, em Itabapoana, de 73%. Destaca-se, no entanto, o drástico declínio do número de eleitores em Itapemirim, que de maior eleitorado da província, passou a contar somente com 112 eleitores. Além das perdas na região sul, é necessário destacar a proeminência da capital após a reforma eleitoral. Vitória foi o município onde houve menor declínio, passando a ser o maior eleitorado na província, com 211 eleitores.

Destaca-se ainda que os republicanos se viam alijados do poder político, mas, sobretudo, beneficiados pela aproximação geográfica com as províncias de maior peso político – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – o que facilitou o contato com as ideias republicanas. John Wirth também destacou as mesmas características para o sul de Minas Gerais, quando discutiu o mosaico mineiro e o contato com regiões republicanas.[557] No entanto, a exclusão política e o elemento geográfico podem não ser os únicos fatores que impulsionaram forças republicanas na região. Como já citado, os impostos cobrados dos municípios pareciam afetar não somente os grandes proprietários que faziam exportação de café no sul, mas também atingia profissionais liberais, pequenos comerciantes e artesãos, categorias que coincidem com a ocupação da maioria dos fundadores do clube republicano. Farmacêuticos, relojoeiros,

---

[554] A Lei Saraiva, instituida em 1881, gerou mudanças no processo eleitoral do Império. As eleições que antes ocorriam em duas fases, passaram então a contar com apenas o voto direto. A nova lei excluia do pleito os que tinham renda anual menor que 200$000 réis, ou que não pudessem comprovar tal renda, além dos analfabetos.
[555] Compreende-se aqui também a localidade de Cachoeiro de Itapemirim.
[556] BAZILIO, Alexandre de Oliveira. *Das urnas para as urnas: o papel do juiz de paz nas eleições do fim do Império (1871-1889)*. 2012. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História- UFES. Vitória, 2012. p. 171.
[557] John Wirth, ao estudar a maior intensidade do republicanismo no sul de Minas Gerais, também destacou a proximidade desta localidade com as Províncias de São Paulo e Rio de Janeiro.

comerciantes e pequenos prestadores de serviço já não suportavam o peso dos orçamentos votados pela Assembleia Provincial.

Era necessário, deste modo, afastar-se da esfera de poder dos monarquistas. Dadas tais condições, o grupo propagandista do fim do Império identificou a República como o fim dos altos impostos e como a oportunidade de maior participação política da região sul, que se daria por meio da ocupação de cargos no legislativo. Bernardo Horta, líder do movimento republicano, passou a entender desde o final da década de 1870 que a obstrução aos cargos políticos não vinha somente dos conservadores, mas da prevalência dos liberais da capital em detrimento dos candidatos do sul.[558] Foi dessa forma que Horta percebeu que somente a terceira via funcionaria como solução política aos problemas do grupo daquela região.

4.6 OS PROJETOS DE REPÚBLICA NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

4.6.1 O momento da cisão: união republicana *versus* partido construtor

A posse do primeiro governador, Afonso Cláudio, contou com a presença de alguns representantes dos partidos monárquicos e também de membros do Partido Republicano de Cachoeiro. Naquela ocasião, o liberal José Horta de Araújo reconheceu o novo governo em nome do partido e disse que dele esperava liberdade pública e tranquilidade dos cidadãos. Em nome dos conservadores, Aristides Freire também reconheceu o novo governo. De acordo com a *A Folha da Victória*, o governador foi bastante aplaudido pelos "republicanos radicais", como costumavam denominar os membros do Clube de Cachoeiro e de Anchieta.[559] O ritual demonstra que havia necessidade da aprovação do regime por parte dos monarquistas. A presença de liberais e conservadores junto ao governador republicano talvez simbolizasse ordem e tranquilidade para o povo da capital.

Mesmo com o apoio de importantes membros da política capixaba ao governador, a instabilidade política marcou o início da República no estado. A situação dos cofres públicos

[558] Para o entendimento da exclusão de candidatos do sul da província em nome de pactos entre a elite do centro e a Corte é interessante realçar as fraudes das eleições de 1878. VIANNA, 2013.
[559] *A Folha da Victória*, nº 659 - 21/11/1889.

não era das melhores naquele período. Além dos problemas econômicos, várias medidas administrativas e, sobretudo, a retirada de alguns indivíduos de seus cargos públicos fizeram com que Afonso Cláudio se tornasse altamente criticado. Sua administração não agradava aos monarquistas, e muito menos aos republicanos.

A primeira demonstração de que havia divergência entre os republicanos foi a saída de Bernardo Horta e Antônio Aguirre das vice-lideranças do governo de Afonso Cláudio. Horta parecia não ver na figura do governador o mesmo republicano que anos antes participou do Clube de Cachoeiro. Tanto Nara Saleto[560] quanto Adilson Silva[561] identificaram a desavença entre Horta e Afonso Cláudio como consequência da tentativa de exclusão de Antônio Aguirre por parte do governador, quando realizou-se em Vitória o Congresso Republicano em maio de 1890. Bernardo Horta, companheiro de Aguirre desde a criação do clube, não aceitou a exclusão do amigo correligionário e preferiu abrir mão do cargo que ocupava. As motivações, no entanto, não poderiam ser tão simplistas, a ponto de republicanos históricos deixarem o governo por uma briga pessoal. As causas que serão discutidas a seguir explicitam claramente que foi a partir desse momento que dois projetos republicanos passaram a disputar espaço na província.

Após o rompimento com o governo, os envolvidos na querela política não deixaram muito claro nos jornais da província a motivação da cisão. Bernardo Horta, no entanto, adotou a estratégia de denunciar os percalços do governador Afonso Cláudio em jornais da Corte. Uma série de artigos foram então publicados por Horta na *Gazeta de Notícias*, todos objetivando mostrar ao governo provisório a má administração de seu ex-correligionário. Afonso Cláudio foi acusado na imprensa de ser traidor e egoísta, um "mero manequim manipulado". Bernardo Horta afirmava que uma de suas maiores mágoas foi a demissão dos companheiros republicanos que faziam parte da Intendência Municipal de Cachoeiro. O governador havia cassado várias nomeações na província.

No relato de Horta, os republicanos de Cachoeiro foram para Vitória para se reunirem no Congresso Republicano com o intuito de agregarem todos os políticos, republicanos e monarquistas, em um partido republicano unitário.[562] Entretanto, alertou que, quando explicitaram a ideia, percebeu-se a aceitação dos monarquistas em formar um partido comum,

---

[560] SALETTO, Nara. Partidos políticos e eleições no Espírito Santo da Primeira República, 2005. p. 3 Apud SANTOS, 2009.
[561] SANTOS, 2009, op. cit., p. 40.
[562] *Gazeta de Notícias*, nº233 - 21/08/1890.

mas encontrou duas resistências: Afonso Cláudio queria a exclusão de Antônio Aguirre do grupo. Já o liberal Moniz Freire não aceitou a participação do conservador Aristides Freire, seu grande rival na imprensa.

Outro ponto que contrariou Horta, e muitos do partido Republicano, foi a nomeação da comissão que confeccionaria a Constituição do estado.[563] Afonso Cláudio incumbiu os liberais Moniz Freire, José Horta de Araújo – pai de Bernardo Horta –, Horácio Costa, Barcinio Barreto e o capitão Manoel Augusto para a formulação do documento. O nome de monarquistas, sobretudo de Moniz Freire, era inadmissível para Horta. A crítica sobre a comissão motivou a publicação de um artigo[564] em resposta à Horta, escrito por Gil Goulart e Henrique Delantes, no qual acusavam Bernardo de estar se sentindo preterido por Afonso Claúdio, já que o governador já não obedecia a suas ordens.

A partir de então Bernardo Horta iniciou a publicação de várias revelações e expôs informações de cartas pessoais que havia trocado tempos antes com Gil Goulart, um dos representantes do Espírito Santo na Corte. No artigo seguinte, Horta respondeu a Goulart que, ao em vez de criar intrigas no jornal, deveria se preocupar em aconselhar Afonso Cláudio a deixar o cargo.[565] Sobre Moniz Freire, Horta destacou que este havia deixado evidente que não era um convencido pela República, mas que se candidataria no novo governo apenas em benefício próprio. Na Corte, Horta consultou o ministro do Interior, que o aconselhou a não aceitar qualquer tipo de acordo com Moniz Freire até que o liberal demonstrasse adesão completa ao governo provisório e ao regime republicano.[566] Para Bernardo Horta, o apoio de Afonso Cláudio a Moniz Freire para a vaga de deputado no congresso era visivelmente prática de "política mascarada" e a destruição de todos os propósitos do Partido Republicano.

Em outras denúncias, as fontes indicam que, mesmo após a queda do Império, houve a tentativa de "encomendar" candidaturas ao Espírito Santo. Bernardo Horta declarou que recebeu carta de Gil Goulart pela qual este dizia ter um bom candidato, filho de um parente importante e que muito poderia fazer pelo Espírito Santo. Horta indagou Goulart na *Gazeta de Notícias* dizendo: "com que direito me encomenda uma candidatura republicana?".[567]

---

[563] *Gazeta de Notícias*, nº 233 - 21/08/1890.
[564] *Gazeta de Notícias*, nº 234 - 22/08/1890.
[565] *Gazeta de Notícias*, nº 238 - 26/08/1890.
[566] Ibidem.
[567] *Gazeta de Notícias*, nº 240 - 28/08/1890.

A questão das candidaturas pelo partido veio à tona exatamente no Congresso Republicano em 1890, onde Antônio Aguirre e Bernardo Horta discordaram de qualquer tentativa de se colocar candidatos estranhos ao partido. Em contrapartida, Afonso Cláudio apoiou seu amigo de longa data, Moniz Freire. Horta relatou na imprensa que, nessa ocasião, Aguirre agrediu Afonso Cláudio, acusando-o de não ser competente para ocupar o cargo em que estava e que deveria pedir demissão. A querela com Aguirre começou a partir de então. Esse foi o dia em que, para Horta, Afonso Cláudio sacrificou o antigo Partido Republicano. Por fim, aconselhou a demissão do governador o quanto antes para que não ficasse conhecido na história como "o traidor da República".[568]

Bernardo Horta e Antônio Aguirre abandonaram as vice-lideranças, já que não apoiariam o governo contrário ao partido. Aparentemente, Moniz Freire estava disposto a colocar em prática seu projeto político e via a República como ambiente favorável ao crescimento de seu prestígio e o da própria província. Assim, a cisão dentro do grupo não era consequência apenas da exclusão de Aguirre por parte de Afonso Cláudio, mas também a contenda entre os dois políticos: a candidatura de Moniz Freire.

> Marcando o fim de uma fase política, Bernardo Horta fez questão de que, em todos os sentidos, se soubesse que o republicanismo de Afonso Cláudio não estava ligado ao seu grupo. Criou um novo Clube Republicano em Cachoeiro, denominado Clube 4 de Maio.[569] O novo clube e, principalmente, o jornal *O Cachoeirano* passaram a ser a maior oposição ao governador. Horta, um republicano histórico, denunciava que a liderança de Afonso Cláudio fazia parte de uma "política oculta" que muito divergia dos republicanos de Cachoeiro: "A política não é um segredo, é uma ciência de bem gerir os povos – e uma ciência que deve ser estudada. A política oculta é a vossa – a maquiavélica; a política franca é a nossa, é a puramente republicana".[570]

As atitudes de Bernardo Horta comprovam que, após a queda da monarquia, embora tivessem empreendido intensa propaganda durante aqueles últimos anos, o republicanismo não era ideia consolidada e majoritária na província. Consciente disso e buscando angariar forças políticas contra Afonso Cláudio, Bernardo Horta parece ter compreendido que seu grupo republicano necessitava de forte apoio político. Para resguardar seu projeto de República, Horta se alia ao bastião da monarquia, o barão de Monjardim. Os jornais locais noticiaram a reunião ocorrida na casa do barão, cuja finalidade era reunir membros para compor um novo partido.[571]Criou-

---

[568] Ibidem.
[569] *O Cachoeirano*, nº 20 - 18/05/1890.
[570] Fragmento da carta de Bernardo Horta ao jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, contendo denúncias sobre o primeiro governo republicano no Espírito Santo. *Gazeta de Notícias*, nº 00233 - 21/08/1890.
[571] A Província do Espírito Santo, nº 2272- 20/07/1890.

se, então, a *União Republicana Espírito Santense*, formada, contraditoriamente, pela união dos republicanos históricos, como Horta e Antônio Aguirre, com os antigos chefes dos partidos monarquistas: Monjardim e Aristides Freire.

Apesar da proximidade que existia entre Monjardim e Moniz Freire, o liberal positivista não aderiu à *União Republicana*. Moniz afirmava em sua folha que não entendia a necessidade de um Partido Republicano, já que não havia movimento algum de resistência contra o regime. No entanto, após alguns dias, em vista das fortes críticas promovidas pela União contra o governo, surgiu um segundo partido republicano na província, o *Partido Republicano Construtor*. Este partido era liderado por Moniz Freire e contava com a presença de Afonso Cláudio e de outros republicanos, além de participantes dos antigos partidos monárquicos.

Dessa forma, a cisão do projeto reformista do sul proporcionou o surgimento de dois grupos republicanos na província. No entanto, a dissidência também deu margem à reformulação de antigos projetos políticos que existiam no período do Império. O projeto "liberal positivista" exposto por Moniz Freire, que visava pôr em prática sua ascensão política nacional e seu projeto modernizante, abraçou a causa de seu companheiro Afonso Cláudio. Em contrapartida, os políticos monarquistas, que guiavam anteriormente a "cultura política consensual", viram no grupo liderado por Bernardo Horta a possibilidade de perpetuar seu poder político na elite política local durante o novo regime. Pode se avaliar que neste período os ideais republicanos deixaram de figurar entre os objetivos primordiais das novas agremiações. Colocava-se em marcha a antiga cultura política consensual que esboçava os contornos ideológicos para a acomodação dos interesses.

Novamente, aplica-se aqui a perspectiva da heterogeneidade da elite analisada por Giovani Busino. O mesmo artifício usado pela elite política monarquista foi utilizado pelos republicanos após 1889. Na tentativa de manutenção de seus projetos políticos, tanto por parte dos republicanos, como também dos monarquistas, grupos anteriormente antagônicos se aliaram. Após formados os novos partidos republicanos, não houve a conversão dos monarquistas, tampouco por parte do positivista Moniz Freire ao republicanismo. Os partidários que aderiram ao regime explicitavam que respeitariam a Constituição estabelecida, mas salientavam que não havia simpatia pelo projeto republicano pregado pelos propagandistas do sul nos últimos anos do Império.

A linguagem e até a nova denominação dos partidos demonstram as diferenças entre o modelo de República divulgado na propaganda do sul e os recém-criados partidos republicanos. Ambos

inseriram novos elementos no nome de sua agremiação, o que parece distanciar e, enfatizar, que estes partidos não seriam continuações do Partido Republicano formado em 1887. Vejamos a seguir as principais características dos dois projetos de República que disputavam espaço no Espírito Santo após 1890.

4.6.2 Centralismo versus municipalidade

O advento da República propiciou o rearranjo das forças políticas locais e fez surgir projetos políticos que representavam interesses de grupos distintos. Além dos partidos que se originaram da cisão entre os republicanos, os jornais noticiaram a criação do Clube da Lavoura no estado. Houve ainda a criação do Partido Operário, que, a partir de 1890, deu início às discussões do grupo filiado ao Centro Operário Nacional. Esse grupo era formado por artesãos e operários, mas, nos primeiros anos da República, ainda não demonstrava um projeto político consolidado como a *União Republicana* e o *Partido Construtor*. A disputa que movimentou a arena política se deu realmente entre os dissidentes republicanos e monarquistas, como citamos em seções anteriores.

Após a chegada da República, os partidos elaboraram seus programas políticos. A *União Republicana*, partido em que estavam Monjardim, Bernardo Horta, Aristides Freire e Antônio Aguirre, assinalou que as bases de seu partido eram guiadas pela "autonomia e integridade do território", buscando fazer a província gerir seus próprios negócios, sem intervenção do poder central. O programa inicial da *União* destacava, em vez de medidas pontuais, a linguagem neutra, que talvez fosse utilizada propositalmente, visando a adesão majoritária de ex-partidários da monarquia. A base de sua aspiração política era a princípio a "manutenção da ordem e da tranquilidade pública" durante o período do governo provisório de Deodoro da Fonseca. Sua missão, como afirmavam, era a "reconstrução da pátria".[572] A retórica empregada pelo partido torna perceptível a junção dos elementos republicanos de Bernardo Horta à moderação dos chefes conservadores. O grupo criou também um órgão na imprensa politicamente denominado *O Federalista*.

Já o *Partido Construtor*, liderado por Moniz Freire e base do governador Afonso Cláudio,

[572] *O Cachoeirano*, nº 30 - 27/07/1890.

estabeleceu como projeto político o voto direto para presidente, a autonomia federal dos estados, o estabelecimento de um tratado com Minas Gerais sobre a viação férrea, a organização da instrução pública, o comprometimento com o desenvolvimento da imigração, e o desenvolvimento dos municípios com a ampliação de suas rendas.[573]Ou seja, as bases do partido foram formuladas basicamente no projeto político divulgado por Moniz Freire ao longo de sua carreira política.

Cresciam as críticas e a oposição ao governo. Afonso Cláudio, alegando problemas de saúde, renunciou ao cargo de governador, afirmando que a licença era necessária ao seu tratamento. O primeiro embate eleitoral entre os partidos ocorreu já em 1890. A *União Republicana* apresentou Bernardo Horta como candidato a deputado geral e seu pai, José Feliciano Horta de Araújo, ambos agora no mesmo partido, para o cargo de senador. O *Partido Republicano Construtor*, partido governista, indicou Moniz Freire ao cargo de deputado e o ex-conservador Domingos Vicente como senador.[574] Os candidatos da *União* foram bem votados, contudo, o núcleo que apoiava Afonso Cláudio ganhou as eleições.

Após a eleição, os redatores de *O Cachoeirano* lamentaram que os eleitores tenham acreditado nos "cabalistas" e denunciaram que a *União Republicana* havia sido vítima de calúnias por parte dos adversários. Entre os boatos constava a acusação dos Construtores de que a *União* era contrária à religião católica e que era o partido apoiador do visconde de Ouro preto, visto pelo povo como monarquista. Além disso, a *União* destacou "mentiras" usadas pelos construtores para ganhar o voto da população, entre as quais estavam: a promessa de criação de vilas e comarcas, empréstimos bancários, empregos e a promessa de tornar legítimo o dono de terra devoluta sem pagamento ao Estado.[575]

A *União Republicana*, mesmo não obtendo sucesso nas primeiras eleições, insistia na consolidação do sonho federativo que almejava desde os tempos do Império. Artigos de *O Cachoeirano* destacavam a importância de se construir o sistema de governo que levasse em

---

[573] O Estado do Espírito Santo, nº2287 - 07/08/1890.

[574] Também foram indicados pelo Partido Construtor para o cargo de Senador Gil Diniz Goulart e José Cesário de Miranda. Junto ao nome de Moniz Freire, indicaram também o capitão Antônio Borges Athaíde. *O Estado do Espírito Santo*, nº2308 - .02/09/1890.

[575] *O Cachoeirano*, nº39 -.28/09/1890.

conta o âmbito estatal:

> Concedido o *bill* de indentidade ao governo e votada a Constituição, será preciso transladar para a prática a nossa organização federal, definitivamente aceita pelo país. E esta organização só poderá ser efetuada da periferia para o centro, do Estado para o Congresso.[576]

As publicações de Bernardo Horta buscavam um olhar mais atento do governo Federal para a situação política do Espírito Santo, onde os republicanos históricos passaram a ser oposição ao governo. Em vários artigos, percebe-se o clamor por intervenção da junta provisória:

> Em tão grave período, é indispensável que o patriótico governo provisório lance suas vistas para os estados, onde continuam a predominar os vícios do regime decaído [...] Em tais condições, devemos esperar, que o governo Provisório não se manterá indiferente à sorte do Estado do Espírito Santo, e providenciará de modo que os verdadeiros republicanos não continuem a ser vítimas dos empresários do *Construtor*, e tratados como cristãos na Turquia.[577]

Aos poucos, tornou-se evidente que, além dominarem a situação política, o partido governista já colocava em cena os elementos que compunham o projeto modernizante de Moniz Freire. Nos artigos publicados em seu periódico, Moniz exibiu os elementos propulsores do futuro para o Espírito Santo, entre os quais estava a concentração das vias férreas para a capital. O projeto visava o escoamento mercantil e a exportação pelo porto de Vitória.

Percebendo as intenções centralizadoras do *Partido Construtor*, os republicanos passaram a combater os "projetos de futuro" exibidos por Moniz Freire na imprensa. Bernardo Horta passou a denunciar tais projetos no periódico *O Cachoeirano*, advertindo que Moniz havia criado o melhor plano de uma via férrea "apenas no seu modo próprio de entender as coisas", promovendo a inconveniente propaganda da centralização das vias férreas no Estado. Horta discordava das decisões de Moniz Freire e afirmava que a ideia de futuro "resume-se para o Sr. Dr. Moniz em uma estrada de ferro que só toque em um ponto marítimo – o da Vitória".[578]

Além da disputa entre o sul e o centro pela centralização como polos comerciais, a temática que também mobilizou os dois partidos foi a confecção da primeira Constituição do Estado. A responsabilidade da redação do documento estava, obviamente, nas mãos do partido governista. Tal fato, no entanto, não foi o bastante para afastar os republicanos históricos de Cachoeiro da discussão sobre a primeira Constituição do Estado republicano. Deste modo, enquanto o

---

[576] *O Cachoeirano*, nº40 - 08/10/1890.
[577] *O Cachoeirano*, nº 44 - 02/11/1890.
[578] *O Cachoeirano*, nº - 45 - 09/11/1890.

Partido Construtor elaborou o documento oficial, ao mesmo tempo, os republicanos de Cachoeiro, que compunham a *União Republicana*, criaram também um projeto de Constituição concorrente. Os republicanos históricos enfatizavam que possuíam um projeto constitucional para o Estado e, após a criação da Constituição divulgada pelo governador Afonso Cláudio, tornou-se possível iniciar uma comparação entre os projetos políticos em questão.

Não há dúvidas de que a *União Republicana* tinha conhecimento de que seu projeto de Constituição não seria adotado pelo governador. No entanto, ao destacar as diferenças entre os elementos políticos, a formulação de um documento composto pela oposição funcionava como argumento retórico. Ter em mãos uma Constituição concorrente deu aos republicanos históricos capacidade de dialogar com a população contra o documento do partido governista, mas, sobretudo, evidenciou que o grupo de maioria do sul possuía um projeto diferenciado para a construção da República no Espírito Santo.

Bernardo Horta direcionou severas críticas à Constituição redigida pelo grupo de Moniz Freire e Afonso Cláudio. A primeira delas denunciava que o documento dos governistas não concretizava aspectos cruciais dentro do projeto genuinamente republicano, ou seja, afirmava a existência de um governo democrático em que, de fato, sobressaísse a soberania do povo.[579] Para Horta, a Constituição feita pelos governistas ainda exibia a centralização em diversos aspectos da administração pública.

Outra crítica era referente à linguagem dos governistas, que, por meio de "escrita vaga", dizia Horta, dificultava a interpretação de vários artigos. Bernardo Horta citou, por exemplo, o artigo que tratava sobre o limite do estado. Na Constituição oficial, enfatizou que "os limites do Estado serão os mesmos que indicarem as tradições e documentos históricos". Segundo Horta, tal artigo era incompreensível, já que diversas alterações já haviam ocorrido ao longo da história e, dessa forma, não saberiam em qual documento histórico iriam se basear. Em contrapartida, o líder dos republicanos do sul destacou como esse mesmo assunto foi tratado na constituição modelo da *União*. Na constituição dos políticos de Cachoeiro, o limite do Estado ficava circunscrito ao território da antiga província, o que para Horta soava muito mais elucidativo.

Outro artigo da Constituição oficial indicava que todo cidadão devia ao Estado seus serviços "na medida de suas aptidões". Horta também destacou esse trecho do documento como

[579] *O Cachoeirano*, nº 47 - 23/11/1890.

evidência da linguagem vaga obscura dos governistas. Horta indagou se, a partir do artigo, pedreiros e carpinteiros, por exemplo, seriam obrigados a construir pontes para o governo. "Seria de forma gratuita?" Perguntou Horta, polemizando a discussão. Para os republicanos do sul, a Constituição produzida por Moniz Freire também havia concentrado todas as atribuições nos governadores, o que incitava Horta a apontar o caráter centralizador do documento.

As maiores críticas à Constituição, no entanto, foram direcionadas à ausência autonomia das municipalidades, principal bandeira que guiou o clube Republicano durante o Império. Os republicanos de *O Cachoeirano* questionaram o artigo 14 que regia as municipalidades e apontaram que aquela era uma lei "para inglês ver". Denunciaram que na Constituição constava que os municípios eram autônomos, mas, curiosamente, precisavam submeter seus atos e contas à aprovação da Assembleia Estadual.[580] Neste sentido, o redator indagou o que trazia de diferente a Constituição Republicana, já que na monarquia a administração municipal funcionava da mesma forma.

O projeto republicano do *Partido Construtor* também se estendeu para discussões fora do Estado. De acordo com Estilaque Ferreira, durante a reunião de Constituinte, em 1891, Moniz Freire representou o Espírito Santo propondo a defesa dos interesses do Estado e ampliação de sua autonomia fiscal.[581] O líder dos Construtores empreendeu ainda discurso exaustivo contra a intervenção do Governo Federal[582] nos Estados, defendendo a ampliação do direto do voto – com exceção de mulheres – [583] e da liberdade religiosa.[584]

A forma de eleição do Presidente da República também foi parte do discurso de Moniz e de outros representantes do Espírito Santo, como Gil Goulart. Junto a Júlio de Castilhos e outros membros, Moniz Freire foi a favor da eleição direta do presidente pela nação,[585] com mandato de quatro anos. Sobre o aspecto da reeleição, Moniz votou pela não reeleição somente para o período presidencial imediato.[586] A posição de Moniz Freire sobre a reeleição é bastante similar a esta mesma discussão no projeto da Constituição que ajudou a confeccionar no Estado. Já os

---

[580] *O Cachoeirano*, nº 47 - 21/12/1890.
[581] SANTOS, 2013, p. 255.
[582] Anais do Congresso Constituinte de 1890-1891. In: *Anais do Senado Federal*. 1890, vol. 1, p. 451.
[583] Freire considerava a proposição do voto feminino imoral e anárquica, argumentando que o homem seria dedicado à vida ativa, enquanto a mulher tinha como destino a vida doméstica. Ver: Idem.
[584] Estilaque Ferreira destaca que Moniz Freire votou também a favor da queima de documentos relativos à escravidão proposta por Rui Barbosa.
[585] Anais do Congresso Constituinte de 1890-1891. In *Anais do Senado Federal*. vol.1, 1890. p. 430.
[586] ROURE, Agenor de. *A Constituinte Republicana*. Brasília: Senado Federal, 1979. p. 466.

republicanos históricos capixabas pediam pela não reeleição. A partir do posicionamento de Moniz Freire na Constituinte, percebemos que as atitudes do deputado não eram, de forma alguma, centralizadoras com relação às províncias. Neste quesito, *União Republicana* e *Partido Construtor* possuíam a mesma bandeira: a autonomia estadual. O movimento centralizador do qual Bernardo Horta acusa os membros do *Partido Construtor* era, na verdade, referente aos municípios. O projeto de Moniz Freire almejava concentrar em Vitória a força política e econômica do Estado.

4.7 OS PRIMEIROS GOVERNOS REPUBLICANOS E AS INTERVENÇÕES NO ESPÍRITO SANTO

Moniz Freire fazia parte do grupo que incitava críticas ao Governo Provisório de Deodoro e, consequentemente, destoava dos que queriam sua reeleição.[587] Acusando Deodoro de possuir pretensões militaristas, Moniz se colocou ao lado do grupo de oposição, junto aos que defendiam a candidatura de Prudente de Moraes. Entretanto, mesmo com pouca vantagem de votos, Marechal Deodoro da Fonseca foi "reeleito". A oposição de Moniz Freire na Constituinte trouxe consequências políticas ao Estado. Com a saída de Afonso Cláudio, em 1890, Constante Sodré assumiu o governo do Espírito Santo. Posteriormente, Sodré foi também substituído e, em 1891, Henrique Coutinho ocupou o cargo de governador. Assim como procedeu em vários outros estados, Deodoro fez intervenções exatamente nos locais de onde havia surgido oposição contra sua reeleição durante a Constituinte. Dessa forma, o *Partido Construtor*, que almejava a vitória nas urnas para a eleição de governador, foi surpreendido pela nomeação de Antônio Aguirre, membro da *União Republicana*, como o novo governador do estado.

Mesmo com as denúncias de ilegalidade, feitas tanto por Moniz como também por Afonso Cláudio, que naquele momento ocupava a intendência municipal de Vitória, Aguirre tomou posse em março de 1891. Parecia que, enfim, os republicanos históricos dariam início ao tão almejado projeto republicano do sul. Como partido de situação, a *União Republicana* utilizou todos os atributos possíveis para a eleição do primeiro governador e alcançou êxito, elegendo, curiosamente, o Barão de Monjardim como administrador do estado do Espírito Santo.

[587] Ibidem. p. 504.

Monjardim acabou apoiando o Golpe de Deodoro, manifestando apoio ao presidente por meio de inúmeras correspondências. Consequentemente, com a queda do Marechal e a subida do vice, Floriano Peixoto, o *Partido Construtor* e seus apoiadores fizeram pressão para a renúncia de Monjardim, chegando até mesmo a invadirem o palácio do governo.[588]

Vários governadores locais que haviam apoiado Deodoro foram então depostos em todo país, inclusive Monjardim, a fim de substituí-los por lideranças fiéis ao novo presidente. Após a deposição de Monjardim e de Aguirre, seu vice, o governo central nomeou uma Junta para realizar novas eleições no Estado. A Junta era composta por Dr. Graciano dos Santos Neves, coronel Inácio de Gouveia e Galdino Loreto. Novas eleições ocorreram em 1892, mas sem a participação dos republicanos históricos da *União Republicana*, que se recusaram a participar. Com o grupo fora da disputa, a vitória dos Construtores era praticamente certa.

O candidato do *Partido Construtor*, Moniz Freire, foi eleito em maio de 1892, subsidiado também por uma nova Constituição para o estado. Iniciava-se ali a consolidação do projeto liberal e modernizador de Moniz Freire. A República começava a tomar forma no Espírito Santo, no entanto, sem a presença dos republicanos de Cachoeiro de Itapemirim. Seria o fim dos republicanos históricos e da antiga elite monarquista que os acompanhou no conflito contra o projeto de Moniz Freire? Nos cabe agora entender como tais grupos políticos se adaptaram aos novos projetos vigentes durante os anos de consolidação da república no Espírito Santo e no cenário Nacional.

4.8 CONCLUSÃO

Este estudo destacou que a estabilidade da política monarquista no Espírito Santo só se mostrou abalada quando se chocou com uma nova geração política, incitadora de críticas à dinâmica política provincial. Essa geração, nascida em sua maioria na década de 1860, esteve presente em momentos significativos deste estudo, no qual se perceberam evidências de modificações no comportamento político local.[589] Nesse sentido, as modificações que tratamos aqui coincidem com o contexto político no qual emerge este novo grupo. Tanto Bernardo Horta,

[588] OLIVEIRA, 1975, op. cit., p. 433.
[589] Ver capítulos 2 e 3.

como também Antônio Aguirre e Afonso Cláudio, nomes frequentemente citados nesta investigação, estudaram no Atheneu provincial em meados da década de 1870. E foi nesta instituição que se ouviu pela primeira vez clamar-se por "república" na província do Espírito Santo.[590]

A criação do Partido Republicano no sul foi impulsionada pelo ambiente intelectual do período, as chamadas "ideias novas", divulgadas a partir de 1870, mas, sobretudo, por representar uma minoria política que não encontrou abrigo nos partidos monarquistas e, consequentemente, não compartilhava dos benefícios de participar da elite política local. O surgimento dos primeiros elementos da cultura política do republicanismo não ocorreu sem precedentes, já que, desde a década anterior à criação do partido em Cachoeiro, o jornal *O Cachoeirano* já dava indícios da transformação na composição político-partidária provincial. Como assinala Serge Berstein,

> A cultura política assim elaborada e difundida, à escala das gerações, não é de forma alguma um fenômeno imóvel. É um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as de outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento [...].[591]

Nessa perspectiva, o republicanismo no Espírito Santo foi uma ideia que ganhou forma ao longo de décadas e passou a exibir indícios de modificações na cultura política capixaba, introduzindo nova linguagem, novos valores, e, sobretudo diferenças na prática política partidária. O bipartidarismo mantido até 1887, por exemplo, cedeu lugar à existência de diversos grupos políticos em ascensão. No entanto, como já citado, a mudança do regime ainda não indicava a proeminência da cultura política republicana. Entendendo uma nova cultura política como uma construção ao longo dos anos, Berstein destaca também que o prazo para que tais ideias se transformem em uma cultura política normativa pode ser bastante longo. Citando o exemplo de sua própria análise, o autor ressalta que foram necessários ao menos três quartos de século entre o nascimento da ideia republicana e a implantação na sociedade de uma cultura política republicana na França.[592]

Os primeiros anos da República no Espírito Santo indicam o período de transição no qual duas subculturas políticas disputaram espaço para colocar em prática seus projetos políticos. A

---

[590] As informações sobre a criação do Clube Saldanha Marinho formado por alunos do Atheneu constam no capítulo 2 desta tese.
[591] BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural.* Lisboa: Estampa, 1998. p. 356.
[592] Idem. Ibidem.

primeira delas foi composta pelo projeto republicano do sul, baseado em elementos do republicanismo histórico, que ainda era guiado por Bernardo Horta, embora tenha agregado apoio de alguns monarquistas. A segunda subcultura política levava em si o projeto de modernização de Moniz Freire, junto ao republicanismo de vertente moderada de Afonso Cláudio, além de contar com apoio da maioria monarquista.

O fenômeno da aglutinação de forças políticas entre ex-monarquistas no Espírito Santo não foi um fator incomum e pode perfeitamente exemplificar o que possivelmente ocorreu na maioria do país.[593] Dentro desta área de conflito, foi notória a tentativa das elites locais de verem os projetos republicanos como possibilidade de manutenção de poder político. Além deste propósito, a participação dos monarquistas funcionou também como fator de dispersão da ideia original do grupo republicano.

Durante a fase de transição, esses projetos conflituaram em termos de discurso e práticas políticas, a fim de formalizarem a cultura política republicana no Espírito Santo. Cabe agora investigar como, enquanto governador do Espírito Santo, Moniz Freire legitimou seu projeto político, embasado pela linguagem da perspectiva da ordem e do progresso, estampando sua marca na formação da cultura política republicana capixaba, a mesma que anos antes julgou como prática de "proselitistas".[594]

[593] Maria Efigênia Resende também acentuou a cisão entre projetos republicanos em Minas Gerais. RESENDE, 1982.

[594] Sobre as percepções de Moniz Freire sobre o Partido Republicano ver: *A Província do Espírito Santo*, nº 1810 - 27/11/1888.

5. "UMA SÓ REPÚBLICA": PASSADO E FUTURO NA LINGUAGEM REPÚBLICANA

> Mas não és tu República, sagrada pelo sangue dos seus precursores, que decai no amor de seus devotos. São os apostatas, os postiços, que juram falsamente no teu altar, os invertebrados que não te estimam, as consciências revaladias que não te compreendem, nem honram.[595]

Identificando, por meio da linguagem utilizada na imprensa, as divergências entre os projetos republicanos existentes, este capítulo analisa a experiência republicana no Espírito Santo durante as primeiras décadas do novo regime. A proposta deste estudo é apresentar as modificações na cultura política local que deram base ao projeto político do *Partido Construtor* durante os primeiros dezenove anos da República. Ao mesmo tempo, salientam-se as várias linguagens republicanas que influenciaram na formação da identidade republicana no Espírito Santo, destacando-se as diferentes perspectivas temporais e a argumentação retórica dos grupos políticos. Para tanto, foram utilizados diferentes jornais políticos do período, que veiculavam as principais ideias dos partidos formados após a queda da Monarquia. A partir da análise desses impressos, buscou-se analisar a crise política e o declínio das diferentes linguagens durante a construção da República no Espírito Santo, que deu lugar a novos vocábulos de unidade e reconstrução.

5.1 O FIM DO OITOCENTOS E A BUSCA PELA "MODERNIDADE"

O caminho para a *modernidade* passou a ser, nos anos finais do Oitocentos, objeto de discussão na imprensa local. A difusão do conceito de República relacionado ao termo *modernidade* fez com que a queda do Império abrisse espaço para o conceito de progresso. Demonstrava-se, portanto, uma preocupação com o ideal de progresso por meio das melhorias urbanas, dos meios de transporte e das vias que pudessem dar acesso ao Espírito Santo. Seria o tempo das mudanças, desde as novas formas de sociabilidade até as modificações urbanas. Como assinala Lilia Schwarcz,

---

[595] *Diário da Manhã*, nº 360 - 15/11/1908.

> O cenário que então se abriu era propício a todo tipo de utopia e projeção. A República surgiu alardeando promessas de igualdade e de cidadania – uma modernidade que se impunha menos como opção e mais como etapa obrigatória e incontornável. O grande modelo civilizatório seria a França, com seus circuitos literários, cafés, teatros e uma sociabilidade urbana almejada em outras sociedades.[596]

No Espírito Santo, após a chegada da República, ainda não se via traços da *modernidade*. A política sofria alternâncias constantes que não permitiam aos seus governantes a realização de grandes reformas e melhoramentos, sobretudo na capital. O governo de Marechal Floriano e a posse do governador Moniz Freire fizeram surgir reações diversas entre os grupos políticos recém-formados. Os componentes da *União Republicana*, especialmente os republicanos históricos liderados por Bernardo Horta, viam no novo governo a usurpação da República. Já na capital do Estado, em que predominava o *Partido Construtor*, Moniz Freire representava a "nova era"[597] do Espírito Santo, o momento do progresso e do futuro.

Gradativamente, as mudanças começaram a surgir na sociedade capixaba. Na imprensa, por exemplo, nota-se a continuidade da expansão das tipografias. Nas ruas, percebem-se novas formas de sociabilidade, novos valores e costumes. Se a República era a modernidade, certamente seu maior expoente era a França. A partir dos anúncios de jornais da época, identificam-se modificações no modo de vestir, a presença dos cafés e da maior variedade de artigos que eram encontrados no comércio local, quase sempre remetendo à realidade francesa. Alguns estabelecimentos situados na rua 1º de Março, como a "Casa Verde", a "Casa Fundão" e a "Casa do Borges", faziam importação direta de artigos da França. Nestas lojas era possível encontrar tudo o que era mais procurado pelos capixabas: luvas e fraques de seda, coletes de linho, lenços, fitas, paletós de casimira, sobretudos de inverno, além de tecidos como crepe, bordados, rendas e brim.[598]

Os acessórios também se destacavam, sobretudo os chapéus e as bengalas. Artigos de grande procura, os chapéus eram vendidos nos mais variados modelos. Para os homens, havia os chapéus de palha e, para as mulheres, os de "pêlo de seda", que podiam ainda contar com ornamentos e enfeites que chegavam semanalmente nos estabelecimentos. A procura era tamanha que uma fábrica de chapéus foi construída na rua Duque de Caxias.[599]

---

[596] SCHWARCZ, Lilia. *História do Brasil Nação*. A abertura para o mundo: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 19
[597] O Estado do Espírito Santo, nº 2.724- 05/05/1891.
[598] O Estado do Espírito Santo, nº 2.411- 17/01/1891.
[599] O Estado do Espírito Santo, nº 2.637 - 13/02/1891

A imprensa certamente influenciou a demanda pelos novos produtos, principalmente por estampar as edições do periódico de moda internacional *A Estação*. A revista era parte dos anúncios do jornal *O Estado do Espírito Santo* e a assinatura podia ser feita nessa mesma tipografia. Baseada na moda parisiense, *A Estação* era, na verdade, uma publicação produzida em Berlim,[600] e traduzida em treze línguas. No Brasil, era publicada pela editora Laemmaert. A revista continha moldes de roupas e propaganda de produtos de decoração, além de artigos literários escritos por autores como Júlia de Almeida, Arthur Azevedo e Machado de Assis.[601] Todos os moldes eram acompanhados por legenda que detalhava as peças e indicava o tipo e tamanho do tecido. As novidades da revista acabavam ditando moda no Estado, aumentando a demanda pelos tecidos mencionados pelo periódico. Desta forma, multiplicavam-se estabelecimentos de venda de tecidos no Espírito Santo, assim como o aumento de anúncios de máquinas de costura.

Mesmo com a possibilidade de utilizarem esses moldes e confeccionarem suas próprias roupas, as mulheres passaram a contar com a chegada de "modistas", costureiras renomadas que se estabeleceram em Vitória. Para os homens, além das lojas de artigos variados, cresceram os anúncios das alfaiatarias. A "Alfaiataria do Comércio", situada na Travessa da Alfândega, oferecia o serviço de "*Club* de Roupas", pelo qual sessenta sócios pagavam a quantia de 6$000 e depois eram sorteados gradualmente para receberem seus enxovais com as peças básicas da vestimenta masculina como, por exemplo, suspensórios, gravatas, camisas de linho, calças e meias.

Além do vestuário, havia também grande procura por objetos de decoração. Os mesmos estabelecimentos dedicados ao vestuário também vendiam porcelanas, prataria, almofadas de seda e grande variedade de móveis. Já na "Casa Única" era possível comprar variados sabores de chás e a famosa máquina para fazer água gasosa.[602] No armazém do Sr. Lizandro Nicoletti também se encontrava importados como queijos, vinhos e água mineral Saurbrum, uma água alcalina muito procurada.[603]

---

[600] Originalmente a revista se chamava *Die Modenwelt*.
[601] SILVA, Ana Cláudia Suriani da. Moda e literatura: o caso da revistA *A Estação. IARA – Revista de Moda, Cultura e Arte* – São Paulo v.2 n. 1 set./dez. 2009. Disponível em:http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistaiara/wpcontent/uploads/2015/01/07_IARA_vol2_n1_Artigo.pdf Acesso em: 05/05/2016.
[602] *O Estado do Espírito* Santo, nº2.813 - 04/0818/92.
[603] *O Estado do Espírito* Santo, nº49- 28/ 2/2/1902.

Os espaços de sociabilidade em Vitória também se transformaram. Os capixabas passaram a frequentar assiduamente o "Café do Globo", onde era possível encontrar doces finos e bebidas importadas. Certamente o café tornou-se ponto de encontro para reuniões informais, mas também reduto de intelectuais, já que anos mais tarde os anúncios mencionavam que o estabelecimento também fazia a venda de livros. Na década de 1890, o comércio de livros ainda era feito pelas tipografias e por algumas poucas papelarias na cidade, como, por exemplo, a "Papelaria Comercial". Com a virada do século, estabeleceu-se na Rua da Alfândega a "livraria e Papelaria Vitoriense", propriedade de Antônio Capelletti. Em contrapartida, a antiga Biblioteca Pública Provincial parecia não atrair tanta atenção como na década de 1880.

As ausências de relatórios nos jornais sobre a frequência na biblioteca indicam que o estabelecimento passou a ser menos procurado. A demanda do público leitor parecia focar-se na imprensa, já que esta acompanhava o ritmo acelerado dos novos tempos. A rapidez dos telégrafos intensificou a produção de notícias nos periódicos locais, assim era possível observar, quase que em tempo real, os acontecimentos políticos da capital Federal e dos outros estados. Os jornais eram produzidos a todo vapor e as tipografias se empenhavam em imprimir periódicos diários.

A imprensa capixaba apresentava-se, nos últimos anos do século XIX, como uma mescla entre a imprensa comercial e a política. Não houve nessa época grande produção de diferentes jornais, já que os impressos passaram a acompanhar a polarização política local. De acordo com as mudanças partidárias, novos jornais surgiam. O mais natural, no entanto, era que o periódico permanecesse com o mesmo nome, mas modificasse sua bandeira política. Assim ocorreu com as três principais publicações do período: *O Estado do Espírito Santo*, *Commercio do Espírito Santo* e *O Cachoeirano*. Com a mesma velocidade das notícias que chegavam do Rio de Janeiro, os jornais políticos modificavam ou ratificavam seu posicionamento diante das incertezas da República recém-criada. Noticiado o fato, era necessário se posicionar.

Todo este contexto atrelado ao novo e ao moderno, assim como a circulação de ideias que eram disseminadas pela imprensa, fez com que o Espírito Santo passasse a vivenciar pequenas mudanças, seja no âmbito privado, seja no público. Mas, para a "província esquecida", a modernidade e a República possuíam significados ainda mais profundos. O novo regime era o momento crucial para consolidar o projeto de progresso para Estado e, a partir de seu desenvolvimento, ganhar o desejado destaque em cenário nacional. Abriu-se, portanto, o espaço para o empreendimento de um projeto político cuja linguagem e prática abarcavam todos esses

conceitos de futuro e modernidade, e que prometia aos capixabas vivenciar a aceleração temporal. A busca pela "nova era" e pelo progresso se personificou em um nome e em um partido: Moniz Freire e o *Partido Construtor*.

5.2 OS "CONSTRUTORES" DA REPÚBLICA ESPÍRITO SANTENSE

5.2.1 A República construída na prática e na linguagem

Como desenvolver a República no Espírito Santo? As discussões na imprensa e no legislativo trouxeram à luz importantes questões sobre a construção do pensamento republicano e da identidade capixaba. Nos jornais, os membros do *Partido Construtor* pediam pela restauração da legalidade, que, supostamente, se fragilizara com a administração do ex-governador Monjardim, denominado pelos aliados de Moniz como "o período do terror".[604] Com a posse do líder *constructor*, o legislativo estadual destacou o início da "nova ordem política", o momento da volta do patriotismo e do restabelecimento do verdadeiro dogma federativo, que iria então zelar pela autonomia estadual.[605]

Além de construir as bases para o novo regime no estado, a elite política teve também a função de resguardar a identidade local. A autonomia e a identidade do estado estiveram em questão por diversos momentos nos debates do Congresso Estadual. Na primeira sessão ocorrida no governo de Moniz Freire, um dos deputados chamou a atenção para as dificuldades de desenvolvimento do Estado. O deputado Penroze enviou à mesa um projeto que trazia à tona uma discussão já antiga: a anexação do Espírito Santo ao estado de Minas Gerais.

O dentista Penroze inicialmente explicou que, em sua opinião, o advento do regime republicano trouxe ao Espírito Santo mais prejuízos do que benefícios. Além das dificuldades econômicas, a República fez ruir a paz política do Estado, pois a reunião das opiniões diversas havia se tornado uma "conciliação do impossível". O segundo argumento do deputado advertia que, desde o governo provisório, mantida a divisão política do Império, muitos dos estados

---

[604] *O Estado do Espírito Santo*, nº 2.466 - 26/03/1891.
[604] *O Cachoeirano*, n. 9 - 22/03/1891
[605] *O Estado do Espírito Santo*, nº 2.698 - 06/04/1892.

constituídos não poderiam sobreviver. O Espírito Santo, na opinião de Peronze, fazia parte desse grupo. O projeto propunha a criação do Estado Federal do Cruzeiro, formado pelos territórios de Minas e Espírito Santo, cuja capital se chamaria Aliança.[606]

Nas seções seguintes, o projeto de Penroze causou grande comoção no Congresso Estadual. A maioria dos deputados rechaçou o projeto, e, sobretudo, enfrentou a argumentação do deputado. Alguns deputados alertavam que o interesse de Minas Gerais era nossos portos, enquanto outros, em auxílio, ratificavam a autonomia do Estado e julgavam o projeto uma proposta absurda. Abrir mão da autonomia do Espírito Santo pareceu uma afronta aos deputados, que, por isso, negaram provimento à proposta de Peronze. Após os conflitos e bastante desestimulado por causa da reprovação de seu projeto, o deputado renunciou ao mandato, afirmando que havia cumprido sua missão.[607]

Embora o projeto de anexação não houvesse angariado adeptos, a proposta fez surgir medidas de precaução dos deputados contra qualquer investida dos estados vizinhos. A autonomia do Espírito Santo continuou a ser discutida em seções subsequentes. Apontando a necessidade de demarcação correta das fronteiras, os deputados lembravam sempre da importância de os limites territoriais do Espírito Santo serem discutidos.[608] Os legisladores alertavam para a premência de vigilância e organização, pois o Espírito Santo era ainda, segundo eles, um estado fraco. Era necessário "fundar um estado dotado de si mesmo, em que o patriotismo assente o verdadeiro amor social".[609] Era preciso criar uma identidade capixaba sólida e resistente aos percalços da república recém-instituída.

Outro assunto discutido no legislativo relacionava-se ao conceito de federação.[610] O deputado Coelho dos Santos apresentou emenda à Constituição Estadual. Segundo Santos, a Constituição afirmava que o Espírito Santo era membro confederado. No entanto, o legislador chamou atenção dos colegas para a confusão entre o significado das expressões "confederação de estados" e de "estados federativos". Era, neste sentido, necessário alterar a Constituição.

Ainda dentro dos debates sobre a "nova era", os deputados se espelhavam nos projetos urbanos mais modernos, e projetavam construir uma nova capital para o Estado. O objetivo era criar

---

[606] O Estado do Espírito Santo, nº 2.702- 18/04/1892.
[607] O Estado do Espírito Santo, nº 2.709- 19/04/1892.
[608] O Estado do Espírito Santo, nº 2.728- 10/05/1892.
[609] O Estado do Espírito Santo, nº 2.773- 15/05/1892.
[610] O Estado do Espírito Santo, nº 2.719- 29/04/1892.

uma cidade dotada de condições de higiene e melhoramentos urbanos com potencial de se tornar uma das mais famosas do país. O local escolhido para a nova capital seria o município de Alto Castelo. As condições da localidade eram perfeitas para este moderno empreendimento. Alto Castelo seria atravessado por estradas de ferro, impulsionando a lavoura e o comércio.

Além destas prerrogativas, os deputados atentavam para o fator primordial daquela localidade: a abundância de água.[611] Para os deputados, era exatamente a ausência de água e higiene que impediam o desenvolvimento de Vitória. Em contrapartida, os legisladores alertavam que a antiga capital não teria prejuízos com a mudança. O projeto objetivava igualar o porto de Vitória ao de Santos, além de prover incentivos à indústria. O projeto, todavia, não foi aprovado.

A preocupação do Congresso legislativo residia, portanto, em fortalecer a identidade do Estado no momento inicial da República. Buscavam defender a unidade federativa carente de virtudes republicanas. Entenderam como necessárias reformas na esfera judiciária, política e econômica. Para os deputados, tais demandas seriam supridas com a "nova era política", a "era do progresso", a "era Moniz Freire". A palavra de ordem era "reorganizar".

5.2.2 Modernidade e progresso: a era Moniz Freire

Após a Junta Governativa assumir a administração do Estado, quando Monjardim foi afastado do governo em vista de seu apoio a Deodoro da Fonseca, o Congresso Legislativo Estadual escolheu Moniz Freire para ocupar o cargo de presidente. A decisão agradou a maioria dos deputados, e, sobretudo, ao próprio *Partido Construtor*. Havia, no entanto, oposição, que vinha do Partido rival aos *construtores*, a *União Republicana*. A divergência procedia principalmente por parte do diretório localizado na região sul do Estado, reduto dos republicanos históricos. E este antagonismo se constituiu um dos desafios ao governo Moniz Freire.

Em verdade, Moniz se confrontou com dois problemas, ambos relacionados à sua legitimidade. O primeiro deles consistia em enfrentar a oposição, já que sua administração era fruto da destituição do Barão de Monjardim, membro da *União Republicana*. Deste modo, para os que perderam poder após a saída de Deodoro, a administração de Moniz não era legítima. O segundo problema referia-se a sua legitimidade como governador republicano também para a sociedade

[611] O Estado do Espírito Santo, nº 2.719- 29/04/1892.

capixaba, já que seu partido não participou de todo o processo que envolveu a propaganda republicana e a queda da Monarquia.

Na liderança do *Partido Construtor*, Moniz assumiu o governo prometendo o que os capixabas mais aspiravam: o *progresso*. Destaca-se que o projeto político do *Partido Construtor* conjecturado por Moniz já havia sido divulgado desde a criação do Partido. Em linhas gerais, contava-se com o desenvolvimento do Espírito Santo por meio de vias férreas e do povoamento por meio da imigração, projetos focados na independência do Estado com relação à capital federal no que se referia às exportações, sobretudo do café. A renúncia de Afonso Cláudio, primeiro governador do Estado, acabou por frear os anseios dos *construtores*. Deste modo, Moniz Freire tinha por meta colocar seu plano político em prática e construir a República capixaba a partir desses planos.

Admitindo-se, como citado acima, as resistências enfrentadas pelo governador, o *Partido Construtor* e seu líder iriam, a partir da década de 1890, elaborar bases sólidas para o empreendimento do projeto político Construtor. O projeto contou com o suporte de diferentes elementos que sustentaram a *política construtora* por quase duas décadas ininterruptas, concretizando assim a nova cultura política republicana. Os *construtores* utilizaram linguagem política diferenciada na imprensa por meio da inserção de novos símbolos[612], valores e ritos, além de ampliarem e difundirem seu credo político através de células políticas locais, instaladas nos municípios.

5.2.2.1 A linguagem construtora: a perspectiva do futuro

A linguagem utilizada pelo partido em seus escritos na imprensa e nas mensagens governamentais destacam conceitos fundamentais para a consolidação do *Partido Construtor* como condutor da verdadeira política republicana. Com o objetivo de alcançar êxito na condução de seu projeto político sob a liderança de Moniz Freire, o grupo se destacou por basear suas argumentações retóricas na perspectiva temporal do futuro. A linguagem focava na aceleração temporal a partir de um vocabulário que acentuava o governo de Moniz como o

[612] É importante destacar, neste sentido, o trabalho de José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas*, no qual o autor resgata a formulação dos símbolos republicanos como a imagem de Tiradentes, a bandeira, o hino e manipulação do imaginário republicano por parte dos positivistas. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

momento de sobreposição ao passado renegado da antiga província do Espírito Santo. Na imprensa, vocábulos como *progresso* e *futuro* passam a caracterizar a política construtora.

O partido utilizou o jornal *O Estado do Espírito Santo* como principal porta-voz das ideias políticas do grupo. O periódico, que foi criado na década de 1880 por Moniz Freire e Cleto Nunes como veículo do Partido Liberal, passou a ser órgão do *Partido Construtor* durante a República. Moniz, agora no cargo de governador, já não redigia o jornal. No entanto, como líder do Partido, certamente manteve suas marcas na direção política do periódico. A partir de 1891, *O Estado do Espírito Santo* passou a possuir uma tiragem de 1.700 exemplares diários. Com a variedade de colunas, os escritos políticos e as notícias recebidas por telégrafo, esse periódico tornou-se notoriamente o principal jornal do Estado durante as duas primeiras décadas da República.

Quais as principais características da *linguagem política construtora* neste período? Como o vocabulário e, sobretudo, a retórica empregada auxiliaram o partido na consolidação da liderança política do grupo? Como dito acima, o cerne da linguagem construtora residia no vocábulo *futuro*. Este futuro, no entanto, necessitava acima de tudo, segundo o discurso de Moniz, de *construtores*. Assim, os componentes da agremiação não representavam simplesmente um partido, mas "o partido" incumbido do direcionamento do *futuro* e da construção da identidade republicana no Espírito Santo.

O primeiro termo a se destacar constava da própria nomenclatura do partido. A escolha do nome *Partido Construtor* não se deu de forma aleatória, pois deixava explícito que a maioria do grupo acolheu um dos preceitos mais caros a Moniz Freire, o positivismo. O "Partido Construtor" é parte das premissas dadas por Auguste Comte na obra *Apelo aos Conservadores*, escrita em 1855. Nas bases formuladas por Comte, o Partido Construtor teria como objetivos o culto cívico e a prerrogativa de progredir conservando. Nas balizas dadas por Comte naquela obra, ordem e progresso significariam a existência da paz e da liberdade. A ordem, neste sentido, equivaleria a manter a paz pela preservação das instituições, e, ao mesmo tempo, o *progresso* corresponderia ao desenvolvimento, o que na modernidade exigiria também a conservação de todas as liberdades. O governo deveria também manter a ordem material, o desenvolvimento da nação e as liberdades de consciência, de opinião e de ensino. Além disso, Comte destacava que o verdadeiro republicano precisaria ser conservador, pois não se poderia fazer o bem

público por meio da Revolução. O *Partido Construtor* seria o reduto desses conservadores da ordem e das liberdades.[613]

O projeto político dos *construtores*, neste sentido, era baseado na formulação positivista, inclusive no que se refere ao entendimento de determinados conceitos como o de *revolução*, por exemplo. O caráter negativo do termo revolução remonta ao conflito entre os ex-redatores do jornal *A Província do Espírito Santo* e os republicanos históricos do sul do estado. No momento inicial da República, o termo revolução voltou ao centro das discussões a partir do contexto de instabilidade política que se instaurou em virtude da deposição de Deodoro e seus desdobramentos posteriores, como, por exemplo, a Revolta da Armada.[614]

As bases teóricas que deram sustentação ao projeto político de Moniz também podem ser utilizadas para reflexão acerca das acentuações feitas pela historiografia sobre os objetivos deste presidente. Frequentemente Moniz Freire é destacado como formulador de um projeto político agroexportador[615], visivelmente econômico, e, sobretudo, condutor dos mais altos gastos públicos em prol das obras que realizou. A identificação da matriz positivista do projeto de Moniz Freire explica o acento de seu governo não somente no plano da economia, mas também na estratégia mais abrangente para alcançar futuro e progresso.

A partir dos editoriais políticos de seu veículo impresso, o *Partido Construtor* empreendeu uma verdadeira "cruzada" pela posse e pela legitimação da República no Espírito Santo. O duelo na imprensa contra a *União Republicana* almejava aproximar os *construtores* do regime republicano por meio da identificação entre o regime e o partido. A linguagem utilizada na imprensa permite destacar não somente os conceitos mais utilizados pelos construtores, mas também a estratégia retórica formulada pelo grupo.

Afonso Cláudio, primeiro governador do Estado, era membro do *Partido Construtor* e combatente político fiel a Moniz após o fim da Monarquia. Entretanto, uma das articulações retóricas dos redatores do periódico do partido foi a escolha de não vincular o governo de Moniz Freire ao governo de Afonso Cláudio. Na retórica *construtora*, a administração de Moniz Freire

---

[613] COMTE, Auguste. *Apelo aos conservadores.* Rio de Janeiro: IPB, 1899. p. 169.
[614] Sobre o movimento jacobinista, ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
[615] SANTOS, Estilaque Fereira. *Escritos Políticos de Muniz* Freire. Vitória, Pro Texto Comunicação e Cultura, 2013.

não representava a continuação da obra iniciada por seu companheiro de partido. A "nova era" precisava significar o ineditismo, a República que ainda não havia sido concretizada. A imprensa destacava que a nova administração era o verdadeiro "começo da organização estadual", o que realçava, até então, sua originalidade. Moniz Freire era representado como o maior símbolo do "patriotismo" e, sobretudo, o "orgulho da pátria".[616]

A tentativa de vincular Moniz à República ocorria em vários escritos na imprensa. Em um deles, Padre Antunes de Siqueira destacou Moniz como o "ilustre governador", cujas características residiam nos maiores nomes da República Romana. Moniz Freire era, na visão de Antunes de Siqueira, aquele que lutava contra os inimigos tal como Cícero, e que legislava como Mennerico Agripa. Era também um "verdadeiro aconselhador como Cincinato", e "vingador da Pátria como Catão". Sua capacidade de conquista, destacava o poeta, se assemelhava aos feitos de César ao aumentar as riquezas da República Romana.[617]

Os *construtores*, assim como os antigos monarquistas, mantinham o afastamento do vocábulo *revolução*. Para o partido, os portadores da *revolução* eram sempre os indivíduos do grupo político rival, que, naquele período, era representado pela *União Republicana*.[618] O conceito foi bastante exposto no jornal *construtor* durante a Revolta da Armada. A *União Republicana* apoiava a revolta em seus periódicos, na tentativa de manifestar seu descontentamento com o regime de Floriano.

Frequentemente Moniz era comparado a Monjardim nas páginas do periódico governista. Parte da retórica dos *construtores* visava, indicando Moniz Freire como expoente da nova geração política, retirar o prestígio político do antigo Barão.[619] Monjadim é sempre mencionado como "o velho", enquanto Moniz é o político "esmaltado como pérola", o que detém "aptidão" e "hombridade".[620]

Para dar ênfase ao trabalho empreendido pelo governador positivista, todos os feitos de Moniz eram detalhadamente narrados, assim como sua rotina na cidade, as inaugurações de obras e,

---

[616] O Estado do Espírito Santo, nº 2.724- 05/05/1892.
[617] *O Estado do Espírito Santo*, nº 2.724- 05/05/1892..
[618] O Estado do Espírito Santo, nº 2.791- 13/07/1892.
[619] Mesmo após a Proclamação da República, Alfeu Monjardim ainda era denominado Barão de Monjardim nos jornais do estado.
[620] O Estado do Espírito Santo, nº 2.863- 23/09/1892.

sobretudo, suas viagens. Sua visita a Minas Gerais para tratar de um convênio econômico com aquele Estado foi amplamente noticiada e veiculada como um dos maiores feitos do administrador. Os acordos de Moniz Freire com o governador mineiro acarretariam em decisões sobre a tão sonhada estrada de ferro no estado, em nome do "progresso" e da "prosperidade".[621]

A linguagem do periódico governista também fazia uso assíduo dos vocábulos "patriota" e "patriotismo" quando se referia ao presidente do Estado. Certas vezes, como já dito, o patriotismo manifestava-se na imprensa como característica inerente ao republicanismo e ao presidente. Em outras vezes, era Moniz Freire o maior exemplo de patriota do Estado e de "digno cidadão". [622] Para os *construtores*, com o novo governo, o que era utopia havia se tornado realidade para o Espírito Santo. As prerrogativas do que significava ser republicano e a bases que constituíam o verdadeiro regime passaram a fazer parte do vocabulário político dos *construtores*. O que ocorria é que os construtores precisavam prestar explicações de porque não eram republicanos e passaram a ser. Quais motivos os teriam retirado da propaganda do novo regime, e, da mesma forma, como abraçaram a ideia republicana no fim do século?

Ao publicar o artigo "Porque não éramos republicanos?" [623], o *grupo constructor* salientava determinados impedimentos que justificavam a falta de apoio do grupo ao movimento republicano naquele período. Após perceberem a seriedade do novo regime, os *construtores* passaram a manifestar sua adesão. A República, aos olhos dos construtores, estava bem dotada de unidade e convergência, já que estava respaldada pela Constituição Estadual. Tal documento teria por finalidade o "destino positivo das sociedades modernas".[624]

Para os partidários de Moniz Freire, o regime republicano não deveria estar só em palavras. Não bastava a mudança do regime, era necessário que se mantivessem as verdadeiras virtudes republicanas.[625] Para os *construtores*, era imprescindível instruir o povo para adaptar-se ao regime republicano, pois, para os redatores, a República era um elemento estranho e precisava ser difundida na sociedade brasileira: "singular e extraordinário processo é esse de proclamar aos quatro ventos ter a República brotado no Brasil como um fruto natural e espontâneo da nossa cultura, dos nossos hábitos".[626]

---

[621] O Estado do Espírito Santo, nº 2.864- 24/09/1892.
[622] O Estado do Espírito Santo, nº 2.873- 03/10/1892.
[623] O Estado do Espírito Santo, nº 2.186- 22/03/1890.
[624] O Estado do Espírito Santo, nº 2.851- 11/09/1892.
[625] O Estado do Espírito Santo, nº 2.984- 24/01/1893.
[626] O Estado do Espírito Santo, nº 3.025- 07/03/1893.

Havia, na maior parte do tempo, a necessidade de se identificar a República como um termo ligado à perspectiva de futuro, fato que só ocorreria sob a condução dos *construtores*. Os redatores de *O Estado do Espírito Santo* atestavam que a República não era aquele governo que estavam vivendo e que o novo regime não se consolidaria se continuasse impregnado das mazelas oriundas da fase política em questão, referindo-se às revoltas contra o governo de Floriano que eclodiam em diversas partes do país. Para os *construtores* do Espírito Santo, a administração do marechal possuía pontos negativos, no entanto, acreditavam que a oposição àquele governo em troca da desordem política era prejudicial à consolidação da República.[627] Tudo o que era contrário à República ligava-se à ideia de revolução e da perturbação da ordem. Na linguagem *construtora*, a revolução é um movimento desordenado, que desperta paixões populares e causa a destruição das instituições.[628] Como o exemplo a não ser seguido, relembravam a fase de 1789 a 1870 na França, e destacavam a divulgação da anarquia por parte da propaganda dos republicanos históricos.

O que é necessário para a República? Para os *construtores,* havia ainda a necessidade de reorganizar os municípios. Para estes, esta era a base do regime republicano.[629] Além disso, os construtores focavam na ideia de adaptação:

> O essencial, porém, não consiste na proclamação do regime republicano e sim na adaptação perfeita e completa dos princípios que o constituem e o legitimam. Mudada a forma de governo, é imprescindível demonstrar ao povo que a República traduz-se na prática pela garantia de todas as liberdades, pela efetividade da ordem, pelo desdobramento da riqueza pública, pelo bem estar e prosperidade geral.[630]

Neste sentido, liberdade, ordem e prosperidade constituíam-se em elementos fundamentais na construção da ideia republicana por parte do partido governista. Ao anunciar as prerrogativas republicanas da agremiação, os redatores de *O Estado do Espírito Santo* passaram a questionar os membros da oposição sobre seu verdadeiro entendimento acerca do sistema republicano. Ao buscar comparações com a *União Republicana*, os *construtores* acabam por determinar ideias primordiais sobre a República, como, por exemplo, a defesa da Constituição de 24 de fevereiro e de uma República Presidencialista. Além disso, posicionavam-se contra o manifesto de

[627] O Estado do Espírito Santo, nº 3.111- 03/06/1893
[628] O Estado do Espírito Santo, nº 3.196- 21/08/1893.
[629] O Estado do Espírito Santo, nº 2.828- 19/08/1892.
[630] O Estado do Espírito Santo, nº 3.196- 21/08/1893.

Saldanha da Gama, o que indicava oposição ao movimento da armada[631] e contrariava os membros da *União Republicana*. Diante do apoio destes últimos a Saldanha da Gama, os construtores questionavam se os políticos da *União*, na verdade, eram parlamentaristas e se defendiam uma república federativa ou militar.[632]

5.2.2.2 A República de Moniz Freire em ritos e símbolos

Em um dos artigos escritos por Afonso Cláudio, publicado em *O Estado do Espírito Santo*, fica evidente a batalha de símbolos entre a Monarquia e a República. Cláudio chamou atenção para a existência de inúmeros retratos do Imperador e da família Real espalhados pelas repartições públicas no estado. Afonso Cláudio destacou a necessidade de que o povo fosse orientado a não mais prestar culto à família Real, e pediu ao presidente do Estado que alertasse aos líderes municipais para que retirassem os retratos do Imperador, incompatíveis com a nova forma de governo.[633]

Os símbolos saíam da política e chegavam às ruas por meio das vestimentas. Os armazéns e lojas da capital se aproveitavam dos momentos políticos para alavancar as vendas, como ocorreu durante a Revolta da Armada e no auge de manifestações jacobinas de retorno à Monarquia. No clima das agitações políticas, a Casa Fundão anunciava que possuía grande sortimento de chapéus e bengalas, a serem usados pelos que combatiam os sebastianistas, como chamavam os partidários de Deodoro.[634] O uso destes acessórios parecia identificar os defensores da República e do Governo de Floriano.

A partir da entrada de Moniz Freire no governo do Estado, torna-se perceptível que novos valores e ritos com nova simbologia adentraram a cultura política local. O periódico *O Estado do Espírito Santo* seguia a comemoração das datas instituídas pela República[635], assim como do aniversário da Constituição do Estado e do governador. Fotografias de Moniz Freire também passaram a estampar o jornal governista. Além do uso da imprensa como veículo de informações sobre os feitos do governador, a nova *política construtora* não se ateve somente à linguagem, mas, sobretudo, invadiu as ruas.

---

[631] Durante a revolta da Armada, além dos telegramas que chegavam ao estado, Moniz mantinha correspondência com o Apostolado Positivista. Em 1895, foi o próprio Apostolado que enviou a mensagem que indicava o fim da revolta. *O Estado do Espírito Santo*, nº3.403- 01/04/1894.
[632] O Estado do Espírito Santo, nº 3.321- 04/11/1894.
[633] O Estado do Espírito Santo, nº 2.754- 06/06/1892.
[634] O Estado do Espírito Santo, nº 2.812- 03/08/1892.
[635] LIPPI, Lúcia. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/55.pdf>. Acesso em: 01/05/2016.

Uma espécie de culto à Moniz Freire era incentivada pela imprensa política. Não só as festividades de aniversário, mas também o retorno de cada viagem do governador era cultuado e comemorado. O convite se dava pelo jornal do partido, que chamava o povo às ruas de Vitória para homenageá-lo. Na estratégia retórica do periódico, não bastava apenas convocar o povo. O jornal antecipadamente criava comissões destinadas a organizar as festas, arrecadar donativos, ornamentar as ruas e entregar presentes ao líder dos *construtores*. O periódico indicava detalhadamente os ritos que ocorreriam nas festas dedicadas ao governador. O retorno de Moniz Freire de sua viagem a Minas Gerais para tratar do convênio econômico em 1892 é um exemplo da significação dessas festividades em torno do líder do partido.[636]

Antes da chegada de Moniz, o jornal elencou todo o trajeto do governador ao chegar à cidade. Do mar, Moniz foi saudado e as ruas de Vitória foram enfeitadas com arcos de flores. Ao desembarcar, o governador encontrou a multidão que o aguardava, e então começaram as homenagens. O primeiro rito foi iniciado com 17 meninas que seguravam coroas de flores em torno de Moniz. O número de meninas representava as comarcas do Estado, todas unidas ao governador. Nesse mesmo momento, foi lida uma poesia em que Moniz Freire era exaltado como "Brasão de nossa história" e "herói da liberdade". Era preciso, segundo o poeta, "erguer o trono a Moniz". De acordo com o jornal, a massa popular o seguia pelas ruas de Vitória e, ao longo do trajeto, Moniz ouvia diversas poesias, que o colocavam como "filho extremado do estado", homem de talento, um presente para o povo.[637]

Além dessas homenagens, uma comissão era encarregada de ofertar presentes ao administrador. Neste dia festivo, Moniz Freire recebeu de seus companheiros de partido uma escrivaninha de prata, na qual estava gravada a frase "A Família Espírito Santense a seu presidente Dr. José Melo Moniz Freire"; uma caneta de ouro cravejada com pedras finas; e uma lâmina de ouro maciço também com inscrição de homenagem ao administrador. As festas começavam no mar, depois passavam pelas ruas, e eram finalizadas com homenagens no palácio do governo. Ali ocorria quase sempre um jantar com membros do partido e grandes nomes da elite capixaba.

Os festejos em prol de eventos políticos eram tão frequentes que chegavam a suscitar debates por parte da oposição no legislativo estadual questionando a necessidade destas comemorações.[638] O início do governo de Prudente de Moraes gerou tal discussão. Para o

[636] O Estado do Espírito Santo, nº 2.873- 03/10/1892.
[637] O Estado do Espírito Santo, nº 2.873- 03/10/1892.
[638] O Estado do Espírito Santo, nº 3.712- 18/11/1894.

deputado Ramiro de Barros, por exemplo, o início do governo civil era realmente uma causa justa a ser comemorada, mas questionava se tal despesa era necessária aos cofres públicos. Outro deputado apoiou o pensamento de Ramiro e indicou que as comemorações eram válidas, mas entendia que deviam ser feitas com doações de particulares e não com o dinheiro do Estado. Os gastos com tais comemorações também provocavam a imprensa oposicionista. O jornal *A Folha da Victória*, denunciando os gastos públicos desnecessários, indagava quem custeava as festas dadas durante o aniversário de Moniz Freire.[639]

A presença de Moniz Freire também se fazia valer durante as inaugurações de obras na cidade. O governador iniciava simbolicamente os trabalhos, ou batia a estaca, como ocorreu na festa de inauguração das obras de abastecimento de água. Tal empreendimento representava melhoramentos no setor de urbanização de Vitória, uma aspiração antiga dos capixabas.[640]

Eram muitos os adjetivos de Moniz apontados pela imprensa. Além de fomentar o progresso, Moniz Freire era apresentado como o único a tornar possível a organização de uma sociedade forte, e, além disso, conseguir promover a expansão de forças produtoras para o desenvolvimento do estado. Os redatores também destacavam a atuação do administrador ao colonizar áreas do interior por meio da imigração estrangeira.[641] Além das prerrogativas da esfera administrativa, Moniz, na visão do jornal, não agia como déspota, como teriam feito os governantes passados. Nesse sentido, o jornal parece formular mais uma comparação com o governo do Barão de Monjardim.

Na linguagem política do jornal, o nome do governador passou a ganhar novas significações. De acordo com as colunas do jornal do partido, o nome de Moniz Freire era a própria reorganização da Pátria, entendida, neste contexto, como o Espírito Santo.[642] Ele era o único, segundo os escritos, que detinha o ideal de *progresso* e que atingiu a "autonomia perfeita da vida estadual". Ademais, o governador teria conseguido todos esses feitos "sem nenhuma violência à liberdade". Tudo isso se deveria a seu partido forte, e a sua administração organizada. Moniz, no entanto, não era um simples chefe político, enfatizava o jornal. Ele seria o "Espírito Santense", aquele que "encarna as tradições da terra".[643]

---

[639] O Estado do Espírito Santo, nº 4.111- 18/01/1896.
[640] O Estado do Espírito Santo, nº 2.894- 24/10/1892.
[641] O Estado do Espírito Santo, nº 3.070- 23/04/1893.
[642] O Estado do Espírito Santo, nº 3.070- 26/04/1893.
[643] O Estado do Espírito Santo, nº 3.079- 02/05/1893.

O órgão do partido trazia em suas colunas diversos motivos para que o povo compreendesse a importância da atuação de Moniz Freire. O presidente do Estado aparece com características quase messiânicas, pois solucionava, de acordo com o periódico, praticamente todas as principais demandas do Estado. Foi ele, segundo o jornal, que dotou o Estado de leis orgânicas, e fez as maiores reformas políticas e financeiras.[644] Seria também Moniz o autor do projeto da Estrada de ferro, um dos grandes sonhos dos capixabas.

Outras duas razões, dizia o jornal, faziam de Moniz um governador distinto. A primeira delas, de viés econômico, referia-se ao esforço do governador em dar fim à dependência do comércio capixaba ao Rio de Janeiro. Não haveria, assim, a necessidade de um intermediário na esfera econômica. A segunda razão era de cunho político. Moniz havia extinguido o "governo revolucionário" de Monjardim. Fazendo uso de termos antônimos, o redator destaca que a missão dos revolucionários era a de "demolir", enquanto a de Moniz Freire era a de "construir". O governador atuava como o *construtor* da *ordem* e do *progresso*, promovendo a "era da regeneração".[645]

Em outros escritos, Moniz Freire surge como o símbolo maior do estado do Espírito Santo. O nome do governador passou a agregar a simbologia do próprio estado:

> Não! Não foi o honrado chefe construtor quem fez a atual grandeza do Espírito Santo, nem quem lhe preparou o futuro […]. Sua Exa. é também uma manifestação desta grandeza, um produto da civilização espírito santense, a mais elevada e pura encarnação de nossas ideias e aspirações.[646]

Até mesmo os atos do governo ganharam simbologia ligada ao futuro. Um desses momentos foi marcado pelo empréstimo com a França tomado pelo governador para realizar diversas obras no Estado. A retórica dos *construtores* privilegiou a discussão do empréstimo como ato empreendedor de Moniz Freire. O empréstimo representava "a consolidação do regime federal", a autonomia do Estado, e a "abertura das portas para a economia".[647] A iniciativa de Moniz Freire foi destacada na imprensa governista como exemplo de gestão econômica e parte de uma iniciativa gloriosa por parte do governador.

---

[644] O Estado do Espírito Santo, nº 3.079- 02/05/1893.
[645] *O Estado do Espírito Santo*, nº 3.080- 03/05/1893.
[646] O Estado do Espírito Santo, nº 3.083- 06/05/1893.
[647] O Estado do Espírito Santo, nº 3.592- 18/10/1892.

Moniz, a esta altura, já havia ganhado uma rua com seu nome e, posteriormente, um município em sua homenagem. Tornou-se também o nome de uma das locomotivas da Estrada de ferro que idealizou.[648] Por volta de 1894, a imprensa governista passou a explicitar clara vontade de reeleição de Moniz Freire. Tal desejo, no entanto, esbarrou na Constituição Estadual, a mesma que o governador ajudou a criar. Os redatores do jornal governista inseriram nas pautas as discussões sobre uma possível reforma constitucional, a fim de reeleger Moniz.

Em seus argumentos, eles discutiam os feitos futuros de Moniz caso fosse possível sua reeleição, já que o governador era "o chefe que satisfaz nossos desejos" e aquele que "trabalha pelo futuro". Assim, a imprensa *construtora* destacava que o mal da democracia moderna era ser pautada em governos curtos e instáveis.[649] Indicava-se como posicionamento "não substituir o arquiteto que está construindo o majestoso edifício".[650]

Segundo os redatores do Estado do Espírito Santo, a figura majestosa de Moniz merecia os elogios mais grandiosos, já que "a estrela – Moniz Freire – não há quem possa apagar". A tentativa de mudança na Constituição para apoiar a reeleição de Moniz gerou atritos entre os próprios *construtores*. Como a mudança não logrou êxito, Moniz escolheu um sucessor, Graciano das Neves, e transferiu a ele toda a simbologia e o ideário de *progresso* que trazia em seu próprio nome. A eleição para presidente do Estado de 1896 contava com candidatos dos dois grupos oposicionistas: a *União Republicana*, que continuava sob o domínio dos republicanos históricos do sul, e o *Partido Autonomista*, surgido da dissidência da União, liderado por Barão de Monjardim.

Apesar dos concorrentes, Graciano venceu as eleições sem dificuldade. Com o pleito finalizado, cabia agora aos *construtores* difundir o nome de Graciano das Neves como o verdadeiro herdeiro do governo do *progresso* de Moniz. Novamente, a linguagem, os símbolos e a imprensa trataram de fazer de Graciano das Neves não somente o segundo governador pelo *Partido Construtor*, mas também o legítimo sucessor de Moniz Freire.

---

[648] O jornal *O Estado do Espírito Santo* noticiou, em 9 de fevereiro, a chegada das locomotivas que foram denominadas Moniz Freire e Victória. *O Estado do Espírito Santo*, nº 3.792- 09/02/1895.
[649] O Estado do Espírito Santo, nº 3.701- 06/11/1894.
[650] O Estado do Espírito Santo, nº 3.609- 04/09/1894.

5.2.3. O poder invísivel: o Espírito Santo e seus dois governadores

Após o fim do mandato de Moniz Freire, já se consolidava o domínio político do *Partido Construtor*. O governo de Moniz foi marcado pela implementação de diversos artifícios que auxiliaram o grupo na configuração da linguagem que evidenciava a perspectiva temporal de futuro, já que os *construtores* não possuíam um passado puramente republicano. Com a eleição de Graciano das Neves, algumas mudanças ocorreram na estratégia retórica do grupo governista. O ato de empregar termos relacionados ao *futuro* foi mantido pela imprensa governista, sobretudo caracterizando o primeiro governo de Moniz como início do verdadeiro futuro republicano. Após a vitória de Graciano das Neves, porém, a *linguagem construtora* na imprensa sofreu algumas modificações. Percebe-se a partir desse período certo equilíbrio entre estratégias retóricas que buscavam não só no *futuro*, mas também no passado recém-criado, a justificativa de domínio político dos *construtores*.

Pode-se dizer que o governo de Moniz Freire, já finalizado, havia criado com sucesso a perspectiva de legitimação de um passado na trajetória do republicanismo capixaba, permitindo aos *construtores* assinalar tais evidências no âmbito linguístico. A partir das oscilações entre o passado recente e o futuro, o governo de Graciano, recém-inaugurado, não poderia ser concebido individualmente. Na linguagem do *Partido Construtor*, o novo de presidente do Estado é o "continuador", o "sucesso legítimo" de Moniz.[651] No entanto, esses argumentos eram ainda frágeis diante da retórica dos republicanos históricos divulgada no sul do Estado. Não se podia pensar em Graciano sem Moniz, e é neste sentido que o jornal *O Estado do Espírito Santo* afirmava que o Estado agora teria "dois presidentes".[652]

No âmbito das festividades públicas, o processo se deu da mesma forma. A comemoração pública para a posse de Graciano das Neves não ocorreu isolada, pois aconteceu junto à celebração de homenagem aos feitos de Moniz Freire. Durante a comemoração, as ruas da capital foram decoradas, houve um grande baile, eventos náuticos na baía de Vitória, e ainda uma marcha cívica.[653] A maioria das comemorações ocorreu em 23 de maio, dia de "descoberta" da capitania em 1535, em clara associação com a relevância de Moniz pelo governo do Espírito Santo.

---

[651] O Estado do Espírito Santo, nº 4.124- 01/02/1896.
[652] O Estado do Espírito Santo, nº 4.130- 08/02/1896.
[653] O Estado do Espírito Santo, nº 4.208- 13/05/1896.

Na edição de 23 de maio de 1896, a capa de *O Estado do Espírito Santo* trazia a referida homenagem ao novo presidente. No título, no entanto, o nome de Moniz Freire aparece antes do nome do vencedor das eleições, Graciano das Neves. Junto às ilustrações, a imprensa governista detalhou os fatos que marcaram a vida de ambos. Acerca dos fatos que marcaram a vida de Moniz Freire, foram elencadas, entre outros feitos, sua participação no Congresso Constituinte, a fundação do *Partido Republicano Construtor* e, sobretudo, sua atuação como presidente do Estado. Da parte de Graciano das Neves houve destaque para a criação de seu Jornal *O Norte do Espírito Santo*, além de sua participação na Junta Governativa que assumiu após a saída de Monjardim do governo do Estado.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

ORGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO CONSTRUCTOR

Director politico — Augusto Calmon

ANNO XVI — Espirito Santo — Victoria Sabbado 23 de Maio de 1896 — NUM. 4217

HOMENAGEM

AOS

DRS. MONIZ FREIRE E GRACIANO NEVES

DATAS NOTAVEIS

DA

VIDA DO DR. MONIZ FREIRE

13 DE JULHO DE 1861. — Nascimento.
5 DE NOVEMBRO DE 1881. — Recebe o gráo de bacharel em direito.
15 DE MARÇO DE 1882. — Fundação do *Estado do Espirito Santo*.
30 DE AGOSTO DE 1889. — Eleição de deputado á Assembléa Geral Legislativa.
29 DE JULHO DE 1890. — Fundação do Partido Republicano Constructor.
15 DE SETEMBRO DE 1890. — Eleição ao Congresso Constituinte da Republica.
2 DE MAIO DE 1892. — Eleição para Presidente do Estado.
3 DE MAIO DE 1892. — Posse de 1º Presidente do Estado no regimen Constitucional Republicano.
30 DE AGOSTO DE 1893. — Assignatura do convenio Mineiro-Espirito Santense.
13 DE JULHO DE 1895. — Inauguração do 1º trecho da Estrada de Ferro Sul do Espirito Santo.

DATAS NOTAVEIS

DA

VIDA DO DR. GRACIANO NEVES

12 DE JULHO DE 1868. Nascimento.
26 DE DEZEMBRO DE 1889. Collação do gráo de medico.
AGOSTO DE 1891. Fundação do periodico *Norte do Espirito Santo*.
7º DE DEZEMBRO DE 1891, Acclamação para membro da junta provisoria governativa do Estado.
2 DE MAIO DE 1892. Eleição para 1º Vice-Presidente do Estado.
2 DE FEVEREIRO DE 1896. Eleição para Presidente do Estado.
23 DE MAIO DE 1896. Posse de Presidente do Estado, o primeiro eleito pelo voto directo do povo.

Fonte: O Estado do Espírito Santo.

FIGURA 1. Homenagem a Moniz Freire e Graciano Neves na capa do jornal o Estado do Espírito Santo (1896)

Além das homenagens escritas pelos redatores, *O Estado do Espírito Santo* também passou a contar com pequenos depoimentos enviados por leitores de toda parte do Estado.[654] Geralmente tais relatos, que na maioria das vezes chegavam por correspondência ou via telégrafo, tinham por objetivo a exaltação de Moniz Freire e do *Partido Construtor*. Nas mensagens enviadas por ordem da homenagem ao ex-presidente do Estado, o governo de Moniz Freire foi aclamado como "luz benéfica", "gloriosa jornada" e "a idade de ouro". Em certo fragmento das homenagens expostas no jornal, reitera-se que Moniz e Graciano são os "dois presidentes" do estado do Espírito Santo. A imprensa governista, neste sentido, não escondia sua determinação em demonstrar o novo governo como continuidade da política de Moniz Freire.

A cerimônia que marcou a posse de Graciano Neves trouxe novamente os traços simbólicos empreendidos pelos *construtores* em torno do líder do partido. Pelas ruas de Vitória houve grande desfile cívico do qual participaram todas as escolas da capital, que levavam consigo estandartes e acompanhavam o ex-presidente. No palácio do governo, Moniz encontrou Graciano, selando assim a transferência do poder e do projeto político do *Partido Construtor*.[655]

A consolidação e a ampliação do poder político de Moniz Freire por meio da inserção da linguagem, dos ritos e dos símbolos demanda certas reflexões. A estrutura do poder político da primeira República caracterizou-se na historiografia pela figura do coronel, sobretudo após a publicação da obra de Victor Nunes Leal.[656] O coronelismo, como um sistema político, baseava-se em uma rede de relações que se fortalecia por compromissos recíprocos, desde o âmbito municipal, com os coronéis, até a esfera federal, com o presidente da República.

Ao pensar a dominação política do *Partido Construtor* no Espírito Santo, Marta Zorzal tomou por base a análise de Leal, atrelando-a à sua perspectiva basicamente econômica sobre a consolidação do poder político de Moniz Freire e seu partido. Na visão de Zorzal, o grupo de Moniz representava os interesses da classe mercantil e exportadora do estado.[657] Segundo a autora, Moniz consolidou sua hegemonia política a partir do sistema coronelista, que tinha como pano de fundo a política dos governadores criada por Campos Salles. Como destaca José

---

[654] O Estado do Espírito Santo, nº 4.217- 23/05/1896.
[655] O Estado do Espírito Santo, nº 4.220- 28/05/1896.
[656] LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993.
[657] ZORZAL, Marta. *Espírito Santo:* estado, interesses e poder. Vitória: FCAA/SPDC, 1995. p.96.

Murilo de Carvalho [658], a importância do debate não reside em discutir se houve ou não a dominação. O que importa é salientar a natureza de tal poder político. Caso o poder político do grupo de Moniz Freire já estivesse automaticamente estruturado e resguardado por um poderoso grupo econômico, como salientou Zorzal[659], todas as estratégias usadas pelo partido, seja na argumentação retórica, seja símbolos ou na relação entre Moniz Freire e a modernidade, não teriam razão de ser.

Além disso, ao projetar a hegemonia política dos *construtores* tendo por base um grupo econômico dominante, o estudo de Marta Zorzal anula as possibilidades de conflitos entre projetos políticos distintos e de qualquer divergência política contra os *construtores*. E, como se sabe, desde a saída da *União Republicana* do governo e a chegada de Moniz Freire, o grupo republicano histórico do sul passou a denunciar a usurpação do poder por parte dos construtores.

A análise da autora, que determina a identificação dos líderes políticos republicanos em função de interesses econômicos, se estende aos demais grupos. Para Marta Zorzal, o partido republicano conheceu duas fortes lideranças: Afonso Cláudio e Bernardo Horta. O segundo representaria o interesse de fazendeiros, enquanto Afonso Cláudio estaria à frente dos interesses da burguesia mercantil.[660] Em sua interpretação, existia também o grupo dos conservadores, composto pelo estamento burocrático militar e os liberais, remanescentes da ocupação territorial do Espírito Santo e ligados ao capital agrofundiário. Sua análise baseada em interesses de classe nas quais se identifica ideários homogêneos, no entanto, tende a anular os conflitos internos dos grupos políticos locais e, sobretudo, retira qualquer importância desses homens como difusores de ideais políticos e ideias, pois os define como meros líderes de projetos econômicos.

A perspectiva de Marta Zorzal[661] aqui colocada em discussão retoma em muitos aspectos as tradicionais identificações entre o republicanismo e o repúdio dos fazendeiros à Mornarquia como uma resposta à abolição do elemento servil. A proposta de análise de cunho estritamente econômico identificou os grupos que se formaram após a proclamação da República como simples condutores de interesses de classes. Tais partidos pós-República seriam, neste sentido,

---

[658] CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02/07/2016.
[659] ZORZAL, *op. cit*. p. 97
[660] ZORZAL, *op. cit*. p. 86.
[661] Idem. Ibidem.

homogêneos em termos de proposta política. Nega-se, por conseguinte, os conflitos internos dos grupos, o papel dos atores políticos e, ainda, a dinâmica política em âmbito nacional. Ainda nesta discussão, o quadro partidário exposto por Marta Zorzal, por exemplo, traça um roteiro linear no qual grupos de interesses econômicos se perpetuariam no poder local. Assim, a autora nega a divergência de interesses internos destes grupos que davam origem às novas agremiações. Neste sentido, é necessário que se analise os demais fatores envolvidos no conflito entre projetos políticos locais sob a ótica que exceda o viés dos interesses econômicos.

5.3 UNIÃO REPUBLICANA E PARTIDO AUTONOMISTA: A RETÓRICA BASEADA NO PASSADO

Com a entrada dos *construtores* na administração estadual, os membros da União Republicana concentrados em Cachoeiro de Itapemirim passaram a deslegitimar o partido governista na imprensa. A principal acusação era de que os construtores nunca foram verdadeiros republicanos, e, naquele momento, com a mudança do regime político, mudaram seu posicionamento por conveniência. Argumentavam:

> Não temam a oposição Srs. constructores, senão tomaram as nossas lições, senão se guiaram por nossas doutrinas, volvam o passado, admirem a dignidade, a coragem e a intrepidez com que defendemos as nossas instituições violentadas, e, *aprendam a ser patriotas* como souberam ser políticos de conveniências no poder. […] o Partido constructor era uma fração diminuta de espírito santenses ambiciosos e sequiosos das altas posições sociais, primou pelas concessões escandalosas e até os últimos momentos com a concessão Wolkart; […][662]

Além de se identificarem como os detentores do passado republicano e atuantes na propaganda pelo novo regime, os membros da *União Republicana* no sul passaram a destacar que possuíam concepções distintas acerca de alguns conceitos. Um destes conceitos foi, por exemplo, o de *Estado*, acentuando que, na visão do grupo e, diferentemente do que ocorria na administração dos *construtores*, o Estado deveria se resguardar de usurpar os direitos dos cidadãos em prol do poder político:

---

[662] *O Cachoeirano*, n. 9 - 22/03/1891 (grifos do autor)

> A nossa ideia de Estado é a ideia abstrata de um governo desinteressado que nenhum proveito pessoal aufere do seu poder e exerce sua autoridade diretora protegendo a liberdade, mantendo a igualdade e procurando estabelecer a fraternidade, sem nunca usurpar os direitos do cidadão.[663]

Para os redatores de *O Cachoeirano*, o legítimo domínio republicano só se consolidaria com a subida dos históricos ao poder, guiando a administração estadual. Os republicanos do sul acusavam os construtores de serem especuladores da política e afirmavam que a maior prova da lealdade dos republicanos históricos estava em seu passado de pioneirismo em meio à propaganda.

Na retórica da imprensa oposicionista, os membros do *Partido Construtor*, além de não possuírem boa fé por se dizerem republicanos, eram também desprovidos da "elegância da imitação" ao fingirem a adesão ao republicanismo. Para o grupo oposicionista, os verdadeiros defensores da República estavam em Cachoeiro de Itapemirim:

> Enfatuadamente dizem-se – republicanos – e julgam estar esquecido o *passado*. Especuladores vulgares e políticos truanescos não têm para defendê-los nem *a boa fé* […]. Neste Estado uns são construtores (oposicionistas) por ganância, pois nada sofreram com as mudanças radicais da forma de governo; outros por vingança e ódios particulares; outros por terem dado crédito às calúnias e intrigas propaladas com relação aos adeptos da União Republicana – e a maior parte, finalmente é, por julgar a União Republicana incompatível com suas crenças monarquistas, pois que nesse Partido estão *os primeiros que levantaram a ideia republicana neste Estado* e quatro membros da ex-comissão permanente do Partido republicano. O povo sabe, e vós da oposição, melhor que ninguém, que se fosse possível a república sofrer qualquer ataque, que a União e não o Construtor, a defenderia. *Sois as gralhas enfeitadas com ideias e princípios que são expressos forçadamente pelos vossos órgãos.* Nem ao menos a elegância da imitação possuis.[664]

Neste contexto, toda a imprensa parecia voltar-se para a caracterização de quem era ou não um verdadeiro republicano, e buscava no passado as bases para o debate. O *Commercio*, por exemplo, publicado em Vitória, também acusou Moniz Freire de ser "republicano de última hora", pois foi auxiliado, em seu passado, por Monjardim, que também não era republicano. Moniz respondeu à acusação em seu jornal, *O Estado do Espírito Santo*, alertando primeiramente para o fato de que, a partir de 1885, foi ele quem fortaleceu o poder de Monjardim, e não o contrário.

---

[663] *O Cachoeirano*, nº 11- 05/04/1891.
[664] *O Cachoeirano*, nº 16- 10/05/1891 (grifos nossos).

Na visão do presidente do Estado, seu apoio ao Partido Liberal foi crucial para a sobrevivência do partido, visto que a liderança de Monjardim havia declinado naquele tempo. Além disso, para Moniz, foi o antigo Barão de Monjardim que aderiu à República sem fé e por egoísmo.[665] O saudosismo de Monjardim pela monarquia e pelo passado era frequentemente lembrado pela imprensa, sobretudo após rompimento de Bernardo Horta com a *União Republicana* e a formação do *Partido Autonomista*. Segundo a imprensa, Monjardim chegou a promover uma manifestação em apoio aos anistiados da Revolta da Armada que passaram por Vitória no Paquete Pernambuco em 14 de setembro de 1892.[666]

A linguagem que, no passado, baseava seus principais conceitos para defender algum posicionamento político não foi a que ganhou terreno no Espírito Santo, já que tal retórica ia de encontro com a proposta de futuro e de modernidade propagandeada pelo *Partido Construtor*. No entanto, após o governo de Moniz Freire, seu sucessor enfrentaria percalços que ultrapassavam a linguagem da imprensa, pois se configurou um período no qual já não bastava a perspectiva de futuro diante do início de uma grave crise política e econômica no Estado.

5.3.1 A linguagem da crise: o declínio do poder político dos construtores

A partir da saída de Moniz Freire e o início do governo de Graciano Neves, a tônica do discurso da imprensa de oposição e os debates no legislativo já indicavam que havia certa descontinuidade de ideias entre os próprios *construtores*. A administração modelo de Moniz Freire havia deixado profundas sequelas na economia estadual. As críticas aos altos gastos começavam a aumentar e Graciano não fora capaz de negligenciar a crise, pois assumiu o estado totalmente endividado, o que demandou certo planejamento de recuperação econômica. [667]

---

[665] O Estado do Espírito Santo, nº 2.793- 15/07/1892.
[666] O Estado do Espírito Santo, nº 2.857- 17/09/1892.
[667] De acordo com Teixeira de Oliveira, Graciano dos Santos Neves assumiu o Estado quando o café sofria grave queda de preço. Em seu planejamento de governo, optou por suspender as obras programadas por Moniz Freire, antigo governador. Segundo Oliveira, a situação financeira do Estado realmente exigia ações rígidas na economia, no entanto, Graciano Neves, impactado pelo medo da crise que já ameaçava todo o Brasil, teria sido extremista demais em sua contenção. As ações do governador acabaram desagradando seus correligionários construtores, o que deu base para a renúncia de Graciano. OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 437.

No Congresso Legislativo Estadual os deputados passaram a suspender obras a fim de reduzir despesas, assim como havia pedido o novo governador. Durante a 13º sessão ordinária do legislativo em 19 de outubro de 1896[668], o deputado Antero de Almeida afirmava que Moniz Freire tinha plena noção de que as rendas do estado não suportariam despesas como o projeto do Novo Arrabalde[669] e o novo hospital da capital.

O mesmo deputado levantou outra questão sobre os gastos públicos. Agora a discussão focava-se na falta de necessidade de manutenção da delegacia especial na Europa, posto que tal iniciativa fosse bastante dispendiosa para o Estado. Mas no que consistia a delegacia sobre a qual falava Antero de Almeida? Desde que deixou o cargo de presidente do estado, Moniz Freire se colocou como delegado em missão especial na França a fim de tratar dos valores do empréstimo que fora contraído em seu governo. Alegando tal necessidade, Moniz transferiu-se com sua família para a França, e lá viviam à custa do erário. Além da discordância do deputado Antero de Almeida acerca da permanência de Moniz na Europa, sua maior preocupação era a de que o ex-governante estava pedindo um grande aumento dos valores recebidos. Em meio à situação econômica estadual, que vinha se agravando, o pedido de Moniz se tornava totalmente inviável e gerava certo desconforto entre os próprios membros do *Partido Construtor* no Legislativo estadual.

A partir dos indícios encontrados nas publicações da imprensa governista, apesar de estar em outro continente, Moniz Freire ainda era o líder dos *construtores*. De Paris, Moniz dava ordens não só ao diretório, mas também conduzia o governo de Graciano Neves. O chefe político atuava como uma "mão invisível". Não estava presente fisicamente, mas ainda conseguia ramificar sua influência e conduzir o domínio político entre os *construtores*.

A predominância do *Partido Construtor* no cenário político capixaba era inquestionável. Mesmo com a atuação dos republicanos históricos de Cachoeiro, ou ainda com a dissidência

---

[668] O Estado do Espírito Santo, nº 4.350- 02/06/1896.

[669] Como enfatiza Viviane Pimentel, Moniz Freire indicava a carência de edificações em Vitória como um dos principais fatores que interferiam no desenvolvimento da localidade. Diante de tal argumento, o governador compreendia a necessidade da expansão de Vitória com a implantação de um novo bairro, localizado nas praias do nordeste da ilha, alcançando uma área seis vezes maior que o centro urbano existente. O projeto e o levantamento topográfico da área ficaram sob a responsabilidade do engenheiro sanitarista Francisco Saturnino de Brito. PIMENTEL, Viviane. Novo arrabalde: expansão urbana e mídia impressa. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*: Londrina, 2005. Disponível em: http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1044.pdf. Acesso em: 12/10/2016.

liderada por Monjardim que compôs o grupo autonomista, dificilmente algum partido local de oposição teria os mesmos recursos políticos e organizacionais demonstrados pelos *construtores*. A tentativa de enfraquecimento dos *construtores*, no entanto, veio do próprio grupo, quando ocorreu a cisão motivada pela falta de apoio de Moniz Freire aos candidatos que disputariam pelo Espírito Santo.[670]

Henrique Coutinho e Torquato Moreira passaram a disputar o apoio de Moniz Freire. Os dois candidatos se diziam escolhidos pelo líder do partido para a participação eleitoral. Posteriormente, Torquato retirou-se do meio dos *construtores* em busca de uma base política. A oposição dentro do próprio partido foi fortalecida ainda pela atuação de Gil Goulart e Domingos Vicente, que, unidos a outros dissidentes, criaram o *Partido Republicano Federal,* grupo que iria, sob a liderança de Torquato Moreira, contestar o domínio de Moniz Freire sobre a política local.

5.4 O PARTIDO REPUBLICANO FEDERAL: A LINGUAGEM DA CONTESTAÇÃO

A estratégia escolhida pelos dissidentes do *Partido Construtor* foi utilizar a imprensa da capital federal para veicular as ideias contra o domínio político de Moniz Freire. A tática consistia em aliar-se ao Partido Federal do Rio de Janeiro, mas, sobretudo, divulgar fora do estado os "desmandos" do líder do *Partido Construtor*. Tendo em vista o prestígio político adquirido por Moniz durante os últimos anos do Império, e sua fama alcançada em todo o estado com seu mandato de governador, era então necessário que se começasse a destruição do nome de Moniz de "fora para dentro" por meio da imprensa.

Em contrapartida, os *construtores* reagiam em favor do ex-governador e defendiam a liderança política do partido. Ao mesmo tempo, aproveitando-se da situação política que previa a criação de um partido com núcleo nacional, o *Partido Autonomista* de Monjardim também passou a disputar terreno no cenário político capixaba. Na visão deste último grupo, a atuação do núcleo estadual ligado ao Partido Republicano Federal situado no Rio de Janeiro seria uma ameaça à autonomia estadual e um retrocesso aos anos em que o Espírito Santo era subserviente aos mandos da Corte. Neste contexto, a leitura dos jornais locais torna perceptível que os grupos

[670] *O Estado do Espírito Santo*, nº 4.365- 14/11/1896.

políticos deflagraram neste momento uma estratégia retórica voltada para o passado. Mesmo que de formas distintas, *construtores* e *autonomistas* se embasavam no medo do passado, sobretudo no temor com relação à subserviência ao poder central.

A proposta de enfrentamento por parte dos membros do Partido Federal, ex-*construtores*, foi a primeira tentativa real de derrubar o poder político de Moniz Freire e de seu grupo, já que, até então, o grupo autonomista e a *União Republicana*, concentrada no sul do Estado, não haviam demonstrado ameaça ao domínio dos governistas. O incômodo pela chegada do novo partido fez com que o redator de *O Estado do Espírito Santo* manifestasse sua indignação com o término da política baseada em elementos locais nos últimos sete anos de política republicana. Para o redator, ao relembrar com saudosismo o sistema partidário local, o Partido Republicano Federal no Espírito Santo era um "elemento estranho".[671]

Domingos Vicente, Antero de Almeida e Joaquim Gomes Pinheiro, os dissidentes do núcleo *Construtor*, publicaram uma circular no jornal *O Paiz* a fim de explicar os motivos de sua saída do partido. O impacto da circular, no entanto, era o caráter de denúncia acerca da "desorientação política" com a qual os *construtores* dirigiam o Espírito Santo pelos mandos de Moniz. Os autores da circular publicada em sete de novembro de 1896 destacaram os desastres financeiros e políticos iniciados com o governo do líder *construtor*, referindo-se, por exemplo, aos gastos provenientes da construção do teatro na capital e de um hospital. Além disso, os oposicionistas enfatizavam que, durante todo o tempo que se mantinha no poder, o *Partido Construtor* alcançou tal êxito por meio de concessões nada decentes e por troca de votos comprovados.[672]

A linguagem dos dissidentes passava a fazer uso da perspectiva temporal baseada no passado dos próprios *construtores*. Por estratégia, não apenas criticavam a administração de Moniz e suas consequências desastrosas para os cofres públicos, mas, ao mesmo tempo, deslegitimavam a liderança do chefe *construtor*. Perguntavam-se quem, no passado, havia investido Moniz Freire como chefe dos *construtores*, e, além disso, denunciavam que sua posição no partido tornava o diretório nulo, pois fazia deste somente um cumpridor de ordens e vontades expressadas via telégrafo pelo chefe que residia em Paris.[673]

---

[671] *O Estado do Espírito Santo*, nº 4.371- 21/11/1896.
[672] *O Estado do Espírito Santo*, nº 4.371- 21/11/1896.
[673] *O Paiz*, nº 4.129- 22/01/1896.

Em meio às críticas sobre os prejuízos deixados pelo governo de Moniz, os dissidentes citavam os empréstimos de sete mil libras, uma Estrada de ferro sem conclusão, além da falta de água e luz na capital. Os oposicionistas advertiam ainda que, durante as decisões e aprovação das obras ou do empréstimo, os deputados federais não eram consultados, pois Moniz agia por conta própria. [674] Com a mensagem do presidente Graciano Neves aos deputados estaduais, perceberam-se naquele momento as dificuldades financeiras do estado que não se mostravam no fim do governo de Moniz Freire. Os dissidentes então se colocavam a meta de serem os novos *construtores* do *progresso*, rompendo com o partido de Moniz e criando no Espírito Santo o diretório do *Partido Republicano Federal*.

Do outro lado, Monjardim, comandando os *Autonomistas,* destacava a mesma retórica baseada no *passado* para justificar a existência de seu grupo político. Nas cartas escritas por José Monjardim, filho do antigo Barão, destacava-se a necessidade de que aquele partido participasse das eleições federais, exatamente em função de servir de oposição ao *Partido Republicano Federal do Estado*.[675] Para Monjardim, o Partido Federal seria o retorno ao passado de submissão do Espírito Santo.

Por volta de 1897, a redação de *O Estado do Espírito Santo* passou a ter como tema principal o governo de Graciano e a defesa de Moniz Freire frente à liderança dos *construtores*. As críticas, no entanto, eram difíceis de serem neutralizadas, posto que os problemas continuassem a surgir, sobretudo no âmbito econômico, o que também foi agravado pela baixa do preço do café.[676] Na imprensa de oposição, *Commercio do Espírito Santo*, redigido pelos políticos do Partido Republicano Federal, passou então a ser o veículo de maior crítica ao governo. Os alvos do *Commercio* eram, de um lado, as dificuldades da administração de Graciano das Neves, e de outro, a contestação do poder político de Moniz Freire.

---

[674] *O Paiz*, nº 4.129- 22/01/1896.
[675] O Estado do Espírito Santo, nº 4.387- 10/12/1896.
[676] O café era a principal fonte de arrecação das rendas estaduais. Por volta de 1896, a queda dos preços do produto e a grave seca pela qual passou o Estado, fizeram com que os prejuízos se tornassem explícitos nas receitas do Espírito Santo. A produção de café, que era a fonte primordial de arrecadação no Estado, entrou em declínio no que se referia aos lucros obtidos com a venda para o exterior. Entre os anos de 1899 e 1900, o café passou por seu maior déficit na exportação. A produção deste período, quando comparada à safra de 1897, por exemplo, demonstra a diminuição de ao menos 11 milhões de quilos. Acerca da queda do preço, Moniz Freire chegou a atestar em mensagem ao Congresso Legislativo que, enquanto em 1894 teria sido possível arrecadar três mil e quatrocentos contos de reis, em 1900, com a mesma produção de café, o montante arrecadado com a exportação havia sido apenas dois mil contos de réis. OLIVEIRA, *op. cit*., p. 462.

Na retórica do *Partido Construtor*, a denominação de monarquista passou a ser empregada a todos os grupos políticos de oposição. Considerando-se verdadeiros detentores do credo republicano, os *construtores* acusavam os grupos rivais de trabalharem em prol da desmoralização da República.[677]Ao mesmo tempo, como eram acusados pelo *Commercio* de também não possuírem um passado republicano, os redatores do jornal governista advertiam: "Quem é mais republicano? Aquele que era monarquista e leal pela república ou o histórico que a desmoraliza?". [678]

Na visão dos redatores de *O Estado do Espírito Santo*, o *Partido Construtor* era o verdadeiro reduto dos republicanos,[679] acentuando a existência de um passado republicano para o grupo político de Moniz Freire. Eram apenas os *construtores*, na visão do jornal, os que defendiam a pátria, e, para reforçar essa argumentação, passaram a citar o caso de canudos,[680] expondo-o como um movimento de fanáticos contra a República no país.[681] O medo provocado pelos seguidores de Antônio Conselheiro era tão intenso no estado que uma grande confusão se espalhou a partir da leitura errada de um telegrama. Foi enviado um telegrama que informava a capital que havia cerca de cinco mil conselheiros desfavoráveis ao governo em Itapemirim.[682] Somente 24 horas depois de a notícia circular na capital e no estado, percebeu-se o erro dos telégrafos ao redigirem Itapemirim em lugar de Itapicuru. Por hora, o estado ainda estava resguardado dos revoltosos.

Além disso, os *construtores* advertiam que em Cachoeiro havia "meia dúzia de anárquicos" que estariam querendo espalhar o terror.[683] Logo, o fortalecimento do *Partido Construtor* como liderança ordeira e verdadeiramente republicana, fazia-se imprescindível na linguagem dos redatores *construtores*. Neste contexto, os governistas indicavam o modelo republicano que defendiam, apoiando-se nas classes conservadoras e na estabilidade. De acordo com o redator

---

[677] O Estado do Espírito Santo, nº 63- 17/07/1897.
[678] O Estado do Espírito Santo, nº 58- 11/07/1897.
[679] O Estado do Espírito Santo, nº 19- 28/05/1897.
[680] Sobre as interpretações acerca do movimento social empreendido pelos seguidores de Antônio Conselheiro no sertão da Bahia, ver VILLA, Marco Antônio. Canudos. *O povo da terra*. São Paulo, Ática, 1995; LEVINE, Robert. *O sertão prometido*. O Massacre de Canudos. São Paulo, Edusp, 1995 e HERMANN, Jacqueline. Canudos sitiado pela razão: o discurso intelectual sobre a 'loucura' sertaneja. História. *Questões e debates*, ano 13, n. 24, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, p. 126-50, 1996.
[681] O Estado do Espírito Santo, nº 154- 06/07/1897.
[682] O Estado do Espírito Santo, nº 197- 25/08/1897.
[683] O Estado do Espírito Santo, nº 117- 20/05/1897.

governista, "fora disso será a República de Robespierre, Saint Just. Uma república agitada e tempestuosa – jamais República do povo." [684]

5.4.1 Tempos de alianças: todos pela autonomia estadual

Em meio aos percalços da crise política e econômica, o governo de Graciano dos Santos Neves não logrou êxito em seus feitos. As dívidas deixadas pelo governo anterior tornavam quase impossíveis dar continuidade aos projetos políticos dos *contrutores*.[685] Coincidentemente, vindo de Paris, Moniz Freire desembarcava no Brasil com destino ao Espírito Santo, onde então reordenaria o jogo político local. A imprensa de oposição atesta que o retorno de Moniz não causou a mesma comoção que provocava anteriormente. Segundo o jornal *Commercio*, a confiança do povo desapareceu após a administração "desastrada" do ex-governador. A imprensa destacou a diferença entre as antigas recepções a Moniz em sua chegada da Europa: "As ruas não estiveram com galhardetes, arcos, coqueiros, bambus e estátuas; aos ares foguetes não foram estourados com ou sem apitos, com ou sem lágrimas; não houve fogos de artifícios nem passeata cívica […]".[686]

Em meio às dificuldades em sua administração, em 29 de setembro, Graciano renunciava ao governo. Durante a volta de Moniz Freire, os *construtores* se concentraram em dar continuidade ao governo assumido pelo vice-presidente, e a formular uma frente oposição às investidas de Francisco Glicério com o *Partido Republicano Federal*. Para os redatores de *O Estado do*

---

[684] O Estado do Espírito Santo, nº 194- 21/08/1897.

[685] Para compreensão da situação financeira do Estado naquele período torna-se importante destacar alguns dados. O primeiro empréstimo externo foi contraído pelo Estado em 5 de outubro de 1892, compondo um montante de 17.500.000 francos, cuja amortização anual seria de 1% durante 33 anos, começando no ano de 1896 e finalizando em 1929. Além da dívida já existente, o Estado viveu grave redução da receita estadual exatamente no momento da volta de Moniz à administração, piorada pela desvalorização da moeda nacional. Em sua mensagem ao Congresso legislativo no início de seu segundo mandato, em 1900, Moniz Freire fez a identificação da crise financeira do Estado demonstrando com dados reais as dificuldades no orçamento. Ao relatar sobre as finanças do ano anterior, Moniz citou que, em 1899, a receita estadual já havia sentido a diminuição dos números. A arrecadação fora apenas de 140:507$280, somados a mais um empréstimo de 1.500:000$000, agora com o Banco da República do Brasil. Mesmo com o empréstimo, Moniz demonstrou que a receita foi inferior aos anos de 1897 e 1898. Dentro de um orçamento previsto em quatro mil contos de réis, o Estado havia perdido ao menos 25% de sua receita. O presidente já enfatizava em seu relatório o aumento dos prejuízos para os próximos anos de sua administração, que, diante da crise do café, contaria somente com uma receita de, no máximo, 2.000:000$000 dentro do mesmo orçamento, que girava em torno de 4.000:000$000.

[686] Commercio do Espírito Santo, nº 260 - 06/11/1897.

Espírito Santo, Glicério era detentor de uma política demagógica. Além disso, Moniz Freire, ao chegar, escolheu o sucessor de Graciano dos Santos Neves nas próximas eleições.

Após a criação do núcleo do *Partido Republicano Federal* no Estado, tanto o *Partido Construtor* quanto o *Partido Autonomista* intensificaram a retórica acerca do perigo da influência da política federal dentro do Espírito Santo. Neste sentido, por volta de 1897, tais grupos passaram a enfatizar a linguagem que resguardava a autonomia estadual. Na imprensa, os partidos reafirmavam seus programas compromissados com o progresso e o patriotismo, sendo este último vocábulo muitas vezes associado à lealdade ao Estado e não ao país.

Diante da investida de partidos nacionais, e, sobretudo, com a presença Moniz Freire em solo capixaba, se deu então uma das mais importantes articulações políticas dos primeiros anos da República no Espírito Santo: *Partido Construtor* e *Partido Autonomista* se uniram em um só partido a fim de repelir qualquer ameaça à autonomia estadual e aos mandos de Francisco Glicério com o Partido *Federal*. O novo partido passou a se chamar *Partido Construtor Autonomista*, e continuou a ter como órgão na imprensa *O Estado do Espírito Santo*, antigo veículo dos *construtores*.[687]

A aliança partidária dos grupos antes rivais permite diversas análises. Uma delas certamente refere-se ao próprio motivo dado pelas agremiações ao se unirem. Ao retornar da Europa e identificar graves fissuras em seu partido, Moniz certamente viu na aliança com o grupo liderado por Monjardim uma tentativa de fortalecimento de seu poder político. O *Partido Autonomista* não representava uma ameaça aos construtores e, deste modo, a maior vantagem em estar aliado ao grupo era a figura do antigo barão, que, diante da ameaça da entrada de partidos federais forasteiros, tornava-se então aliado da plataforma da autonomia estadual.

O novo *Partido Construtor Autonomista* optou por uma linguagem política de unificação, praticamente igualando os programas políticos anteriores que os dois partidos possuíam. A partir daquele momento, o grupo conjecturou um programa denominado "altamente patriótico e progressista em defesa da autonomia do Estado".[688] Colocavam-se contra o partido "que queria monopolizar todas as posições do país", e a favor do governo federal, a fim de manter o

[687] O Estado do Espírito Santo, nº 279- 28/11/1897.
[688] O Estado do Espírito Santo, nº 285- 05/12/1897.

"espírito conservador da maioria da nação" [689], posto que a "febre revolucionária de Francisco Glicério estava ceifando as tradições do conservadorismo".[690]

No fim do mês de dezembro, ocorreu a nova eleição para o governo do Estado, já que Graciano Neves havia deixado o governo em menos de dois anos. José Marcellino, membro do *Partido Construtor Autonomista* foi eleito. Agora era chegada a hora de apoiar Campos Salles para a presidência do Brasil e Cleto Nunes para o Senado. A chegada de Campos Salles ao poder pretendia estabilizar a situação econômica do país, e, ao mesmo tempo, equilibrar as disputas políticas. Para o novo presidente, "a República precisa de economia e paz", fazendo desta frase seu lema. [691] Como destaca Cláudia Viscardi[692], ao assumir o governo e implementar a política dos estados, Campos Salles pretendia atingir um consenso entre as facções políticas que desestabilizavam a República. A política dos estados, ou dos governadores, que seria, em linhas gerais, uma espécie de pacto entre o presidente e os governadores com base em uma aliança eleitoral calcada na mudança da Comissão de Verificação de Poderes, agora seria controlada pelo grupo hegemônico da Câmara. As oposições estaduais, neste sentido, seriam enfraquecidas.

Mesmo com a possível estabilidade da situação política em âmbito nacional, o cenário político no Espírito Santo permanecia conturbado, agravado por grave crise econômica, com dificuldades de arrecadação e de organização do orçamento. O primeiro ano do governo de José Marcellino foi marcado pelos mesmos empecilhos do governo anterior. A crise econômica era desanimadora e o aumento da taxa cambial prejudicava o país. Marcellino então seguiu o plano econômico colocado por Graciano e, na mesma linha de Campos Salles, pretendia instituir o governo "da paz e da ordem".[693]

Na imprensa, os governistas passaram a utilizar construções retóricas que exaltavam o nome de Moniz Freire, alertando para a necessidade de sua presença no governo. Em 13 de maio de 1899, por exemplo, Pessanha Póvoa publicou um texto em *O Estado do Espírito Santo* em homenagem a Moniz, por conta de um de seus retornos à cidade, e, sobretudo, clamando pela

---

[689] O Estado do Espírito Santo, nº 285- 05/12/1897.
[690] O Estado do Espírito Santo, nº 299- 22/12/1897.
[691] O Estado do Espírito Santo, nº 230- 20/10/1897.
[692] VISCARDI, Cláudia. ALENCAR, J. A. (Org.). *A República revisitada*: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro. 1. ed. Porto Alegre: Edpucrs, 2016. p. 81.
[693] O Estado do Espírito Santo, nº5- 06/01/1899.

presença do líder dos *construtores* na administração do estado. Para Póvoa, o estado precisava de "sua inteligência para a administração atual".[694] Na capital federal, no entanto, Moniz Freire continuava a sofrer denúncias por parte dos dissidentes de seu grupo político.[695] Mesmo com a queda de prestígio político fora do estado, o ex-presidente conseguiu se eleger governador novamente em 1900, inaugurando a "segunda era Moniz Freire". Diferente dos tempos passados, a próxima administração marcaria o início da desagregação do domínio dos *construtores*.

5.4.2 "Estamos acostumados a vencer": o segundo governo de Moniz Freire

Em janeiro de 1900, os diretórios locais do *Partido Construtor* decidiram em comum acordo que Moniz seria o nome escolhido para a próxima eleição de governador. Era preciso "colocar o que foi iniciado nas mãos de quem começou".[696] No momento da eleição, Moniz Freire contou com a oposição de Ramiro de Barros, deputado do Legislativo Estadual, também candidato ao cargo de governador. No legislativo, Barros parecia tentar barrar projetos referentes às obras iniciadas por Moniz Freire, como por exemplo, os gastos com a estrada de ferro.[697]

Em meio ao pleito eleitoral, os jornais indicavam a criação de uma nova organização partidária, algumas vezes chamada de *Concentração*, e outras de *Partido da Lavoura*. Poucas informações foram obtidas a respeito desta agremiação, mas uma das únicas informações concretas seria o fato de ter sido fundado por Jerônimo Monteiro.[698] O grupo, no entanto, é tido pelo partido *Construtor Autonomista* como uma "facção diminuta". Os *construtores* contestavam o programa do novo partido porque

> Não demonstraram ser na prática o que prometeram no programa – defensores das classes conservadoras, muito ao contrário, com as ameaças, intrigas e calúnias de que usaram e abusaram, manifestaram-se que nunca deixaram de ser – revolucionários.[699]

---

[694] O Estado do Espírito Santo, nº 109- 13/05/1899.
[695] *O Estado do Espírito Santo*, nº 231- 06/10/1899. Denúncias de Gil Goulart.
[696] O Estado do Espírito Santo, nº 231- 20/01/1900.
[697] O Estado do Espírito Santo, nº 231- 20/01/1900.
[698] O Estado do Espírito Santo, nº 38- 14/02/1900.
[699] O Estado do Espírito Santo, nº 41- 17/02/1900.

A organização da nova agremiação, no entanto, parece não ter surtido efeitos imediatos, pois novamente a vitória ficou a cargo do *Partido Construtor Autonomista*, que, na prática, era guiado pelos líderes do antigo *Partido Construtor*. "Estamos acostumados a vencer" diziam os redatores do jornal oficial do partido, e foi assim que mais uma vez Moniz Freire foi eleito governador do Estado.

Em 23 de maio de 1900, ao tomar posse, Moniz passou a empreender novamente os mesmos atos da primeira administração. Um grande banquete marcou sua posse, e na imprensa a mesma argumentação retórica de legitimação para o novo governo. Moniz agora era a "esperança" do povo Espírito Santense, o homem que havia renunciado à sua vaga na Câmara dos Deputados para se doar à administração estadual em época de lastimável situação financeira.[700]

Dezenas de telegramas que parabenizavam Moniz Freire por sua posse foram publicados na imprensa governista. O intuito era consolidar a ideia de que Moniz não era somente a escolha do povo espírito santense, mas também a melhor opção de administrador de acordo com pessoas de fora do estado. Moniz prometeu dar atenção à reorganização financeira do estado[701], aos problemas na lavoura advindos da falta de mão de obra[702], além da execução de diversas obras públicas.

A linguagem da imprensa governista agora indicava a utilização de uma perspectiva temporal que buscava tanto o passado quanto o futuro. A esta altura, o partido já poderia falar em um passado republicano, já que praticamente todos os governos anteriores eram derivados de seu programa partidário. Desta forma, era necessária argumentação retórica que justificasse o novo governo de Moniz em meio à grave crise financeira, que foi, em certa medida, causada pelos investimentos realizados em sua antiga administração. Sendo assim, os argumentos da imprensa agora transitavam entre passado e futuro, mostrando ao leitor os aspectos do antes e o depois da primeira administração de Moniz. Antes havia o marasmo, o atraso, e após seu governo, a prosperidade e o progresso.[703] Seu segundo mandato, neste sentido, seria a possibilidade de dar continuidade ao projeto político de modernização do estado.

---

[700] O Estado do Espírito Santo, nº 120- 25/05/1900.
[701] O Estado do Espírito Santo, nº 187- 15/08/1900.
[702] O Estado do Espírito Santo, nº 50- 01/03/1901.
[703] O Estado do Espírito Santo, nº 66- 20/03/1901.

O segundo governo de Moniz Freire, no entanto, não contou com a mesma homogeneidade política de anos anteriores. A atuação da oposição política, feita por meio do *Partido Republicano Federal* e suas denúncias na imprensa, fez com que o poder do líder dos *Construtores* fosse contestado. Na retórica do grupo que atuava por meio do jornal *Commercio*, Moniz era um mero interesseiro, um ambicioso vulgar, que "desde a proclamação da República encontrou meios para não ficar desempregado".[704]

Na linguagem dos opositores, Moniz Freire, quando ocupou a cadeira de presidente, "cavou a desgraça do estado", utilizando-se de violência e fraudes para manter seu partido no poder. Para a imprensa oposicionista, o governo de Moniz Freire poderia ser considerado o "governo do exclusivismo", o "governo positivista do recrutamento forçado e da perseguição".[705] Pedindo "que isso seja falado na História", o redator do periódico *Commercio* enfavatiza o desejo de disseminar a crítica ao governante e desestabilizar o prestígio político de Moniz. Para os oposicionistas, era notório que o poder político dos *construtores* estava diminuindo com relação à década anterior.

A linguagem da contestação, que é como chamamos os artifícios da retórica utilizada pela oposição aos *Construtores*, lançou mão de um elemento primordial para descaracterizar a eleição de Moniz Freire: o voto. A partir da segunda eleição de Moniz para o governo, a imprensa oposicionista empregou a tática de desqualificar o pleito eleitoral vencido por Moniz. Para os redatores, as eleições no Espírito Santo maculavam o princípio do regime que deveria ser do povo pelo povo. A imoralidade eleitoral seria um elemento transportado da monarquia, causando o rebaixamento do voto e prejuízos à República.[706]

As denúncias de fraudes eleitorais eram recorrentes desde o Império, entretanto, os opositores de Moniz Freire, por serem ex-participantes do *Partido Construtor*, parecem saber aprofundar a discussão acerca das eleições fraudulentas. Eles tornaram evidente que a prática era de fato comum nos anos anteriores por parte dos *Construtores* e mobilizaram provas para atestar a fraude na eleição que deu a Moniz Freire seu segundo mandato de governador. O objetivo da imprensa era, sem dúvidas, questionar a vitória de Moniz, já que o candidato de oposição,

[704] Commercio do Espírito Santo, nº 13 – 17/01/1900.
[705] Commercio do Espírito Santo, nº 31 – 07/02/1900.
[706] Commercio do Espírito Santo, nº 31 – 07/02/1900.

Ramiro de Barros, possuía grande eleitorado no Estado. Os membros da oposição denunciaram que as qualificações de votantes foram feitas às portas fechadas, e que, além disso, as qualificações de membros da oposição foram retiradas, o que poderia ter prejudicado o candidato Ramiro de Barros.[707]

Após a posse Moniz, o jornal *Commercio* passou a receber inúmeras denúncias sobre os fatos ocorridos nas últimas eleições. Diferentemente de tempos anteriores, nos quais os partidos traziam para si a prerrogativa de destacar as fraudes, neste momento, as denúncias passaram a vir dos próprios eleitores, que enviavam à imprensa sua denúncia pessoal ao se perceberem impedidos de votar ou com seus nomes em lista de votantes em prol de um candidato que não reconheciam. Os eleitores de Barra do Rio Doce, por exemplo, enviaram uma carta à redação do *Commercio* relatando que, naquela localidade, um capataz chamado Deoclecio Costa havia organizado as atas eleitorais no balcão de seu próprio estabelecimento, dando unanimidade de votos a Moniz Freire sem a adesão dos eleitores.[708]

Aos poucos, vários abaixo-assinados chegaram à tipografia do *Commercio*, todos relatando violência e impedimento nas eleições para governador do Estado. De Santa Isabel, por exemplo, 59 eleitores oposicionistas enviaram um abaixo-assinado para relatar que foram impedidos de votar.[709] Segundo os eleitores, a eleição começou antes do meio dia, horário estabelecido para o início da votação. Além disso, denúncias atestam grande tumulto no prédio onde ocorreu a eleição, chegando a se ouvir ameaças de derramamento de sangue.

O ocorrido em Santa Isabel é um dos casos com maior número de denúncias, pois o delegado de polícia daquela localidade, Felippe João Daniel, era, ao mesmo tempo, o líder dos *construtores* naquela região. Os eleitores denunciavam que, como forma de vingança, o delegado recrutou o filho de um membro da *Concentração Republicana* para o corpo policial. De acordo com os relatos, os ânimos se extremavam em Santa Isabel pelo fato de que, em condições normais, sem as fraudes e ameaças, Ramiro de Barros certamente venceria Moniz Freire.[710]

---

[707] Commercio do Espírito Santo, nº 31 – 07/02/1900.
[708] Commercio do Espírito Santo, nº 32 – 08/02/1900.
[709] Commercio do Espírito Santo, nº 32 – 08/02/1900.
[710] Commercio do Espírito Santo, nº 39 – 16/02/1900.

Outros abaixo-assinados vindos de Barra do Jucú, Jequitibá, Cariacica e Alfredo Chaves chamam atenção para a desorganização da composição das mesas eleitorais. Uma lista com 26 nomes de eleitores de Piúma denunciava que não votaram, mas seus nomes constavam nos livros de presença.[711] O maior abaixo-assinado veio de Viana, pelo qual 146 eleitores alertavam que deixaram de votar em Ramiro de Barros porque a eleição havia também iniciado antes das 9 horas da manhã naquela localidade. Além disso, de acordo com os eleitores, a mesa não admitiu fiscais e juízes distritais na votação. Em contrapartida, denunciavam que os encarregados na eleição admitiram indivíduos não qualificados para a votação, até mesmo menores de 12 anos.[712]

A própria tipografia passou a ameaçar a figura de Moniz Freire, alegando que tinha em seu poder o resultado das eleições na localidade de Rodeio, em Piúma, onde Moniz teve 40 votos a menos do que seu próprio vice.[713] A tentativa era de exibir a decadência do prestígio político do chefe dos *construtores*. Ramiro de Barros, a partir das inúmeras denúncias acerca da eleição, se dirigiu do interior para a capital, a fim de reivindicar sua vitória pelas urnas no pleito. De acordo com o periódico, Ramiro, que ocupava o cargo de deputado estadual, foi impedido de chegar até Vitória por meio de ameaças. O periódico destaca que, até mesmo nas ruas da capital, havia grupos de policiais à paisana para vigiar grupos suspeitos de rebelião contra o governo.[714]

Na impossibilidade de defender pessoalmente sua vitória nas urnas e denunciar a fraude nas eleições, Ramiro de Barros decidiu então enviar um requerimento à Assembleia Legislativa pedindo o prazo de cinco dias para defender sua eleição para presidente do estado. A par dos interesses do governo, todo o legislativo estadual votou contra o requerimento do candidato oposicionista.[715] Com o impedimento de defesa sobre as fraudes, o jornal tornou-se mais incisivo em sua linguagem de contestação, publicando diversos textos de repulsa à figura de Moniz Freire e de sua administração.

No artigo intitulado "Manifesto ao povo do Espírito Santo e a República Brazileira", publicado no *Commercio*, Ramiro de Barros acentuou o descrédito nas instituições da República gerado

[711] Commercio do Espírito Santo, nº 38 – 15/02/1900.
[712] Commercio do Espírito Santo, nº 36 – 13/02/1900.
[713] Commercio do Espírito Santo, nº 50 – 03/03/1900.
[714] Commercio do Espírito Santo, nº 74 – 30/03/1900.
[715] Commercio do Espírito Santo, nº 81 – 30/03/1900.

após a possível fraude que envolveu o início do segundo governo de Moniz Freire. O candidato derrotado reivindicou sua posse como presidente do estado, segundo ele, eleito legitimamente pela maioria, e denunciou a "espoliação" que lhe fora feita do cargo.[716]

5.4.3 A oligarquia no Espírito Santo: a contestação ultrapassa os limites do Estado

As denúncias surgidas acabaram invadindo o debate parlamentar também na capital Federal. Na Câmara dos deputados, no entanto, a contestação ao domínio político do líder *Construtor* não veio de um dos representantes do Espírito Santo, mas sim de Alfredo Verela, deputado pelo Rio Grande do Sul. Verela fez graves acusações aos mandos políticos de Moniz, e, a partir das denúncias sobres as quais havia tomado conhecimento anteriormente, viajou até o Espírito Santo a fim de verificar e investigar as informações recebidas. Após sua volta e surpreso com o que havia presenciado no estado, o deputado Alfredo Verela resolveu explicitar suas conclusões tanto no âmbito legislativo como também na imprensa da capital federal. Em 29 de dezembro de 1904, Verela publicou no jornal *Diário da Manhã* seu artigo intitulado "A Oligarquia no Espírito Santo". Neste texto, o deputado explicou detalhadamente os possíveis desmandos políticos de Moniz e sua forma "tirânica" de governar o estado do Espírito Santo.[717]

Os feitos de Moniz Freire, antes vangloriados pela imprensa nacional, passavam agora a ser motivos de comentários pejorativos entre os deputados da Câmara. Para o deputado Verela, o domínio de Moniz Freire era, na verdade, "burlesco e ruidoso".[718] No entanto, ao visitar o Espírito Santo, advertia que agora sua visão acerca dos feitos de Moniz Freire havia piorado, pois também o considerava verdadeiramente tirânico. As acusações de Verela se direcionavam aos altos gastos cometidos pelo governador em seu primeiro mandato e à falta de planejamento com que exerceu o cargo, direcionando as verbas com intuito de fortalecer seu nome como construtor do progresso, o que Verela denominou como "megalomania". No entanto, para o deputado, além destes fatos, Moniz também tinha contra si o agravante das denúncias sobre sua influência ilegal nas eleições, sobretudo nas últimas eleições para o governo do estado.[719]

---

[716] Commercio do Espírito Santo, nº 83 – 10/04/1900.
[717] *Diário da Manhã*, nº 932 – 30/12/1903.
[718] *Diário da Manhã*, nº 932 – 30/12/1903.
[719] *Diário da Manhã*, nº 932 – 30/12/1903.

Mesmo com a queda de prestígio político do líder do *Partido Construtor*, o grupo se preparava para uma nova empreitada: eleger Henrique Coutinho nas eleições seguintes para presidente de Estado. Neste momento, a retórica dos redatores de *O Estado do Espírito Santo* se revestiu da noção de *patriotismo* e passou a relacionar tal conceito ao nome do candidato *construtor*. Além de ser "patriota", e "o único que poderá manter a orientação patriótica de Moniz" [720], a imprensa governista buscou destacar a atuação de Henrique Coutinho no passado, especialmente o momento da criação do *Partido Construtor*, na tentativa de se atribuir um passado republicano ao candidato.

A mesma linguagem empregada no caso de Moniz Freire agora retornava com Coutinho. O candidato era então caracterizado como um propagandista republicano desde o início, na tentativa de desfazer a má fama dos *construtores* de apoiarem a causa monarquista nos últimos anos daquele regime. Ao mesmo tempo, com o objetivo de resgatar a imagem de Moniz Freire, foram programadas diversas festas para inauguração de obras públicas. Nestas cerimônias, Moniz teria a oportunidade de demonstrar ao público suas realizações e refazer sua imagem como presidente modernizador. Entre as inaugurações ocorridas no mês de maio daquele ano, destacava-se a do primeiro trecho da Estrada de Ferro Vitória-Diamantina.[721] Ainda naquele mês, pela ocasião das festividades do estado, foi estampada a fotografia de Moniz Freire na edição de 23 de maio, data de festividade do solo espírito santense. Deste modo, é perceptível que, para os *construtores*, a figura de seu líder já se confundia com a do Estado. Moniz era, no jornal, praticamente a própria representação do Espírito Santo.[722]

Na ocasião do aniversário de Moniz Freire, em nova tentativa de exaltação de sua imagem diante de tantas críticas, os redatores enumeraram todos os maiores predicados do líder construtor, o "obreiro do progresso pátrio":

> O nome do eminente patrício, largamente divulgado nos agitados departamentos da política nacional, veio para a República já aureolado na imprensa e na tribuna liberal do segundo império; e hoje se destaca à admiração contemporânea como a intelectualidade mais possante da família espírito santense. […] Não conheço no Espírito Santo, quem em si reúna admiráveis predicados que formam a individualidade, indiscutivelmente superior a de Moniz Freire. Na minha humilíssima opinião, sua mentalidade

[720] O Estado do Espírito Santo, nº14 - 17/01/1904.
[721] O Estado do Espírito Santo, nº 111- 14/05/1904.
[722] O Estado do Espírito Santo, nº 119- 23/05/1904.

> resume as aspirações republicanas, na oportunidade histórica que vamos atravessando.[723]

A linguagem do jornal parecia se reformular, pois, na ausência de grandiosos feitos de Moniz, como os que ocorreram na primeira administração, os redatores não poderiam negligenciar a situação calamitosa das finanças estaduais. Neste sentido, a retórica dos *construtores* passou a destacar que Moniz Freire, além de se destacar por seu primeiro mandato, mereceria reconhecimento por sacrificar seus interesses particulares na segunda administração ao assumir o Estado em péssimas condições financeiras.[724]

Com intensa propaganda na imprensa governista acerca de Henrique Coutinho, os construtores conseguiram vencer novamente mais um pleito eleitoral. Em seu discurso inicial, Coutinho refez sua trajetória política e também se vinculou à propaganda republicana durante a crise monárquica. Além de seus atributos políticos, Coutinho destacou que contava também com o apoio dos chefes locais.[725] A mensagem de Coutinho advertia que entre suas metas estava a reorganização financeira do Estado, algo que seria alcançado pela contenção de gastos e pelas modificações nos impostos referentes às indústrias.[726]

A vitória nas urnas, no entanto, não significaria simplesmente o prolongamento dos *construtores* no poder. A entrada de Henrique Coutinho, na verdade, incitou divergências políticas entre o novo presidente de Estado e o presidente do Partido. Para Teixeira de Oliveira, o conflito entre Coutinho e Moniz deu-se a partir de uma discordância acerca de nomes de partidários para a disputa de cargos políticos.[727] O rompimento de Moniz Freire com Coutinho significou a segunda fissura aberta no *Partido Construtor*.

Henrique Coutinho, curiosamente, se afastou dos *construtores autonomistas*, provocando os ânimos da imprensa governista que o acusava de ter somente "boas intenções, mas não muitos predicados como homens modernos do estado". Para o redator de *O Estado do Espírito Santo*,

---

[723] O Estado do Espírito Santo, nº 164- 15/07/1904.
[724] O Estado do Espírito Santo, nº 164- 15/07/1904.
[725] O Estado do Espírito Santo, nº 185- 09/08/1904.
[726] O Estado do Espírito Santo, nº 211- 08/09/1904.
[727] José Teixeira de Oliveira indica que, com base nos escritos de Amâncio Pereira, o embate entre Coutinho e Moniz Freire foi ocasionado pela recusa de Coutinho acerca de três nomes apresentados por Moniz para vagas de governadores municipais. Moniz Freire chegou a revidar, oferencendo ao Congresso uma denúncia contra o presidente do estado. OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. 3 ed. Vitória: Arquivo Público, 2008. p. 441.

o novo presidente havia feito diversas manobras políticas e "encalhado" o crédito estadual.[728] Os *construtores*, neste sentido, passaram a acusar o presidente eleito pelo próprio partido como o criador de uma "oligarquia", marcada pela violência e pela opressão, a qual vegetava há três anos no estado do Espírito Santo.[729]

Uma junção de fatores, como a crise financeira estadual, a queda de prestígio de Moniz Freire e as dissidências partidárias, marcou o início do declínio do domínio político do partido. A retórica partidária baseada na perspectiva temporal de *futuro* parecia não mais encontrar adesão no Espírito Santo, já que o cenário estava agora marcado pela crise financeira, a contenção de gastos e o cancelamento de obras.

A linguagem do *progresso* iniciada por Moniz já não surtia efeito em meio à crise da república capixaba. Nem mesmo seu sucesso no governo foi capaz de empreender as modernizações propostas, já que os gastos nas primeiras administrações estaduais, agregados ao declínio do preço do café, tornavam urgente a solução para a crise e a retomada do projeto dos *construtores*. O auge da retórica *construtora* do *futuro* havia chegado ao fim. Depois de "construída" a república capixaba parecia estar desmoronando, e um sufixo modificou a nova linguagem política da época. Era preciso (re)construir a República no Espírito Santo.

5.5 JERÔNIMO MONTEIRO E A LINGUAGEM DA RECONSTRUÇÃO

A análise da imprensa política que circulou por volta 1908, sobretudo nos momentos finais do governo de Henrique Coutinho, demonstra que havia um esvaziamento do discurso político naquele período. A ausência de uma linguagem dominante era resultado do declínio da condução política do *Partido Construtor*, mas também da impossibilidade do presidente de estado empreender um projeto político que indicasse respostas para a crise financeira. Os problemas, então, giravam em duas esferas: a política e a econômica.

No plano político, a desagregação do *Partido Construtor* fez surgir uma ala fortemente ligada ao *Partido Republicano Federal* e o *Partido da Lavoura* e liderada por Jerônimo Monteiro. Ao

[728] O Estado do Espírito Santo, nº 165- 07/08/1907.
[729] O Estado do Espírito Santo, nº 165- 07/08/1907.

mesmo tempo, percebe-se que nenhuma das linguagens e dos projetos políticos que existiam poderiam dar conta de solucionar as dificuldades do Estado. Nem mesmo os republicanos históricos de Cachoeiro de Itapemirim conseguiram fazer valer o projeto político que divulgavam em prol da autonomia estadual e dos princípios puramente republicanos. Naquele momento, nem a linguagem pautada pelo passado e nem mesmo a que exaltava o futuro cooptava as forças políticas. O problema do Espírito Santo estava no presente, era a ordem do dia.

Era necessário unir a tradição e o progresso, e foi com a eleição de Jerônimo Monteiro que se tornou possível empreender um projeto político unificador. Jerônimo carregava em si a própria hibridez entre aspectos de "coronel" e "entusiasta do futuro". Mas quem era a figura que conseguiria unir o Espírito Santo em termos de projeto político, fazendo com que se passasse a se optar por uma linguagem unificadora e gestora de esperança para o Estado que estava em péssimas condições econômicas e políticas? Desejamos compreender como a argumentação e a articulação política de Jerônimo Monteiro se destacaram.

Ressaltamos que o foco deste estudo não é a análise das características de todo o governo de Jerônimo Monteiro e suas modificações no Espírito Santo. Nosso propósito limita-se ao período de transição entre o governo de Henrique Coutinho e Jerônimo Monteiro, com ênfase nas argumentações e nas propostas políticas de Jerônimo ao ser eleito governador. Pretende-se, sobretudo, compreender as características utilizadas pelo governante nos primeiros meses de seu governo, quando lançou mão de diversos artifícios retóricos na imprensa visando à adesão dos partidos existentes e da população a seu projeto político.

Filho de Francisco de Souza Monteiro e Henriqueta Rios de Souza, Jerônimo Monteiro nasceu em 1870, na Fazenda Monte Líbano, uma das mais ricas da região, em Cachoeiro de Itapemirim. Ao completar 15 anos, Jerônimo, assim como seus irmãos Antônio, Bernardino e Fernando, foram enviados ao Seminário do Caraça com os padres lazaristas. Enquanto os irmãos foram, posteriormente, para o Seminário de São José no Rio de Janeiro, Jerônimo foi enviado ao Colégio São Luis em Itu, onde completou seus estudos secundários. Após os preparatórios, os irmãos Monteiro encaminharam sua vida profissional com a entrada em cursos superiores. Antônio formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, Bernardino graduou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, Fernando seguiu carreira eclesiástica e Jerônimo, assim

como o irmão, também se formou em Direito pela Faculdade de São Paulo, no Largo de São Francisco.[730]

A trajetória política de Jerônimo Monteiro contém elementos que por vezes já foram mencionados neste estudo em meio à construção da identidade republicana no Espírito Santo. Jerônimo era membro do *Partido Republicano Construtor* liderado por Moniz Freire, e chegou a ser eleito deputado federal por aquele partido em 1897. No entanto, dissidências internas e divergências acerca da candidatura para presidente do estado foram elementos cruciais que levaram Jerônimo a deixar o grupo de Moniz. Desse modo, em 1900, Jerônimo Monteiro fundou o *Partido da Lavoura* e laçou Ramiro de Barros como candidato.

Com a derrota de Ramiro de Barros e a volta de Moniz Freire ao governo, Jerônimo retornou a Cachoeiro de Itapemirim e lá permaneceu até 1903, quando então decidiu se mudar para Santa Rita do Passa Quatro, no interior de São Paulo. Naquela localidade, Jerônimo comprou uma fazenda, exerceu advocacia e atuou na imprensa e na política local. O momento de seu retorno ao Espírito Santo converge exatamente com o declínio do poder político de Moniz Freire, como destacado anteriormente. O sucessor de Moniz, Henrique Coutinho, que também se desligou dos *construtores*, enfrentava uma drástica crise econômica estadual. Era necessário que se reorganizassem as finanças públicas.

Coutinho decidiu então vender a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, delegando a tarefa a Cícero Bastos, empresário mineiro, que já havia residido no Espírito Santo e havia adquirido grande prestígio na região de Piracicaba. Além dos predicados citados, Cícero de Barros era pai de Cecília, esposa de Jerônimo Monteiro. O sogro decidiu que a venda da Estrada de ferro seria colocada nas mãos de Jerônimo. Além das transações que envolveram a venda da estrada de ferro, a partir do convite de Henrique Coutinho, Jerônimo se destacou também por negociar a dívida do estado junto ao Banco do Brasil e por auxiliar na venda de outros bens públicos destinados ao pagamento de dívidas. Por causa destes feitos, Jerônimo acabou se projetando no cenário político capixaba.

Além da péssima situação financeira, o Espírito Santo passava também por uma crise política. As divergências entre os membros do *Partido Construtor* deixavam transparecer a distância

[730] SALETTO, Nara. Jerônimo Monteiro. Dicionário. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MONTEIRO,%20Jerônimo.pdf Acesso em: 21/05/2016.

entre os interesses de Henrique Coutinho, presidente naquele período, e Moniz Freire. A necessidade de pacificar a política capixaba foi pensada até mesmo pelo presidente Afonso Pena, que incumbiu o deputado mineiro João Luís Alves de negociar a candidatura de um nome conciliador para a presidência do estado. O escolhido de Afonso Pena foi exatamente Jerônimo Monteiro.[731]A partir de negociações com o *Partido Construtor*, contra uma pequena minoria, mas sob o aval do presidente Henrique Coutinho, a candidatura de Jerônimo foi lançada.

De acordo com Nara Saletto[732], após a convenção do partido, Jerônimo empreendeu uma campanha eleitoral bastante cuidadosa. O candidato fez visitas à Santa Rita do Passa Quatro e à cidade de São Paulo, a fim de conhecer alguns serviços públicos ali estabelecidos para que servissem de inspiração nas melhorias que futuramente promoveria no Espírito Santo. Além disso, o bom relacionamento de Jerônimo com políticos influentes do período também o destacou no cenário capixaba. Ao mesmo tempo, frisamos que a própria linguagem utilizada por Jerônimo durante sua candidatura, e, sobretudo, nos primeiros meses de governo, revela-se como aspecto crucial para a compreensão da solidificação de um projeto político republicano que foi o consolidador das demandas locais. Por meio da imprensa, Jerônimo Monteiro lançou mão de uma argumentação retórica condizente com a crise pela qual passava o Espírito Santo, unindo assim as perspectivas temporais de passado e futuro, a tradição e o progresso. Consolidava-se, com efeito, o projeto republicano que, utilizando a linguagem da conciliação, unificaria elementos políticos distintos.

5.5.1 Em busca de uma só República: Jerônimo Monteiro e a conciliação entre o passado e o futuro

A composição partidária do Espírito Santo em 1908 demonstrava as características da crise política que se passava no período. Todo o debate político evoluíra para o desgaste da liderança de Moniz Freire, que perdeu até mesmo o apoio do governador do Estado que ajudara a eleger. Após a cisão, durante o governo de Coutinho, o jornal *O Estado do Espírito Santo*, fundado por Moniz Freire, deixou de ser o órgão do *Partido Construtor*. O grupo político que se manteve fiel a Moniz Freire passou a ser denominado como "facção monizista".[733] O veículo impresso

[731] Idem. Ibidem.
[732] Idem. Ibidem.
[733] *Diário da Manhã*, nº 120- 15/01/1908.

do grupo governista passou a ser o periódico *Diário da Manhã*, no qual se publicava também os atos oficiais. Já *O Cachoeirano*, antigo jornal dos republicanos históricos de Cachoeiro de Itapemirim, agora também se denominava *construtor autonomista*, visto que Bernardo Horta e seu grupo haviam feito uma aliança com o partido governista. Assim, o governo mantinha dois periódicos de grande circulação no Estado, o que evidenciava, enfim, certa homogeneidade política entre a região sul e a capital.

Após a vitória de Jerônimo Monteiro nas urnas, sua posse em maio de 1908 foi resguardada de um significado praticamente messiânico. A simpatia com relação ao nome do novo presidente saía da imprensa e perpassava pelas ruas até mesmo por meio de símbolos. Para o grupo político do sul, a vitória de Jerônimo, nascido em Cachoeiro, atestava o início das mudanças com relação à representatividade política da região. Em Vitória, o mesmo entusiasmo marcou a entrada no novo presidente.

No jornal *Commercio do Espírito Santo*, por exemplo, encontram-se diversos anúncios que propagandeavam a nova moda da cidade, o uso de chapéus "a Jerônimo Monteiro".[734] Aos poucos, Jerônimo tornava-se o próprio simbolismo da mudança, aquele que retiraria o estado da calamidade. Para os capixabas, a nova administração representava o período de esperança, da regularização de pagamentos e de implementação de obras que melhorassem as condições de higiene do estado.[735] Com o intuito de resgatar inovações a serem feitas no Espírito Santo, Jerônimo viajou novamente para São Paulo e foi daquele estado que retirou as aspirações de modernidade que marcariam seu governo.

Na retórica dos jornais da época, Jerônimo Monteiro representava a "lucidez" e a "renovação".[736] O novo administrador trazia em si os predicados de "homem singelo", "despido de posse"[737] e de "laborioso presidente". Ao mesmo tempo, percebe-se que a imprensa indicava nas entrelinhas certa comparação com a administração de Moniz Freire em anos anteriores. Para o redator de *Commercio*, Jerônimo era um homem "sem sonhos espantosos e irrealizáveis".[738]

---

[734] Commercio do Espírito Santo, nº 129- 08/06/1908.
[735] Commercio do Espírito Santo, nº 124- 02/06/1908.
[736] Commercio do Espírito Santo, nº 135- 02/06/1908.
[737] Commercio do Espírito Santo, nº 147- 02/07/1908.
[738] Commercio do Espírito Santo, nº 147- 02/07/1908.

Havia, neste sentido, diferenças contundentes entre a linguagem de defesa do antigo projeto republicano de Moniz Freire e a argumentação retórica que deu base ao governo de Jerônimo Monteiro. Moniz empreendeu em sua linguagem, como também na imprensa, vocábulos que destacavam seu projeto de modernidade, progresso e futuro. Para tanto, ele e seu partido lançaram mão da própria exaltação de sua figura como o único capaz de promover as melhorias no Estado, projetando assim uma "república do progresso" em contraste com a tradição, onde estava o atraso do Espírito Santo.

Em contrapartida, a linguagem usada por Jerônimo Monteiro optou por uma retórica focada no conceito de "conciliação". O novo presidente do Estado também utilizou a perspectiva temporal de futuro, principalmente para evidenciar a necessidade de melhorias locais. Havia, porém, um diferencial: Jerônimo não descartou o passado e a tradição. Em suas falas, tornava-se notória a necessidade de conciliar as gerações políticas. Outra diferença crucial entre a linguagem de ambos refere-se à condução do projeto republicano. Na linguagem empregada no manifesto político de Jerônimo Monteiro, havia um projeto de "uma só república", mas que não dependia somente da condução do próprio presidente. Mesmo após eleito, a figura de Jerônimo não era exaltada, mas sim colocada junto ao povo do Espírito Santo, para que, juntos, construíssem a república capixaba.

As frases de apelo ao povo são constantes nas falas de Jerônimo Monteiro. A menção ao "povo" também se relacionava aos grupos políticos. Era necessário, nessa perspectiva, que as inúmeras bandeiras partidárias fossem esquecidas e que todos se lançassem ao projeto de reconstrução do estado. Expressões como "colaboração dos cidadãos", "bem comum", "auxílio dos conterrâneos" e "concurso do povo" demonstram a tentativa de unir a população capixaba em torno do projeto de renovação política e econômica:

> Concito, pois, a todos indistintamente para que juntem aos meus os seus esforços com o propósito de trabalhar para o bem comum, na conquista do nosso progresso. […] Terminando esta ligeira exposição, levo meus ferventes votos ao Altíssimo para que me ampare na penosa missão que me está confiada e peço instantemente a todos os meus compatrícios que me favoreçam com seu auxilio e com o seu valioso apoio, para que eu possa alcançar o meu objetivo, que outro não é senão servir dignamente ao nosso estado.[739]

Jerônimo, diferentemente de seu opositor Moniz Freire, alertava que não poderia seguir sozinho com o projeto que visava o progresso. Sua retórica, além de clamar por união, o colocava

[739] Commercio do Espírito Santo, nº 132- 11/06/1908.

também em posição inferior, pois não se representava como chefe de governo, mas sim como alguém que assume o mandato para servir ao povo e ao estado. Além de pedir pela união política do povo capixaba, Jerônimo compreendeu que, para além de um grande jornal divulgador de suas ideias, tornava-se muito mais interessante em termos políticos que toda a imprensa capixaba o apoiasse, já que as divergências ocorridas na imprensa incitavam as contendas partidárias. O presidente, portanto, fez um apelo à imprensa local para que, como auxiliar do governo, contribuísse com seu governo por meio de críticas sinceras:

> Consigno um especial apelo à imprensa de minha terra para que me dispense suas luzes, trazendo-me seu concurso leal e dignos por meio de uma crítica judiciosa sincera e imparcial dos atos do governo. Válvula de segurança dos direitos do povo, a imprensa, quando mantida no terreno da justiça, da liberdade, da serenidade e do critério, torna-se o melhor e mais poderoso auxiliar dos governos.[740]

Dias após a publicação do manifesto no qual o presidente pedia pela união em prol da reconstrução do Estado, os partidos locais atenderam ao chamado de Jerônimo Monteiro. Em 20 de junho de 1908, Torquato Moreira, líder do *Partido Republicano Federal* no estado, publicou no *Commercio do Espírito Santo* o manifesto de seu partido.[741] Torquato enfatizou que o *Partido Republicano Federal* surgiu a partir da cisão ocorrida dentro do *Partido Construtor Autonomista* e que, agora, a partir do programa da entrada de Jerônimo Monteiro, daria por finalizada a missão do partido que liderava. Segundo Torquato Moreira, Jerônimo era uma aspiração do *Partido Republicano Federal* e seu programa satisfazia o partido que Torquato liderava. Neste sentido, o líder do *Partido Republicano Federal* aderiu ao governo do novo presidente e pediu o auxílio de todos os membros do partido.

Jerônimo Monteiro compreendeu que, para levar em frente seu projeto de reconstrução e modernização do Estado, era necessário mais do que a adesão da oposição. Nos últimos meses no primeiro ano de governo, o presidente teve como objetivo principal a extinção de todos os partidos políticos existentes, a fim de que não sobrevivesse qualquer perspectiva de oposição política e qualquer contratempo ao projeto republicano que pretendia desenvolver. Na visão de Jerônimo, não era o bastante ter o apoio de todos os partidos, pois somente a criação de um novo partido que congregasse todos os elementos políticos poderia resguardar um projeto único de República.

---

[740] Commercio do Espírito Santo, nº 132- 11/06/1908.
[741] Commercio do Espírito Santo, nº 139- 20/06/1908.

5.6. A CRIAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO ESPÍRITO SANTENSE: UM PROJETO UNIFICADOR

A partir de novembro de 1908, mesmo já com a simpatia dos grupos políticos locais, Jerônimo Monteiro passou a atuar com afinco em prol da estabilidade política que, a seu ver, seria uma das bases para a resolução da situação econômica do Estado. O presidente já estava agindo com o objetivo de incentivar a economia dos cofres públicos, quando contratou um engenheiro de São Paulo para compor o projeto de abastecimento de água, construção de esgotos e do fornecimento de luz para a capital. Jerônimo, no entanto, não relutou em continuar sua retórica baseada no auxílio do povo para alcançar o progresso do Espírito Santo. Em mensagem publicada no *Diário da Manhã*, o presidente adverte sobre a necessidade do apoio dos representantes da população que ocuparam o Congresso Estadual:

> Ainda uma vez faço instante apelo a todos os meus concidadãos para que continuem a prestar ao governo seu valioso concurso nesse trabalho que pertence, exclusivamente, à comunhão espírito santense e que só concorre para elevar o nome de nossa amada terra no conceito dos povos cultos. É um apelo sincero que alcança o das classes, sem distinções políticas, porque reconheço que os elementos úteis e proveitosos, capazes de servirem ao estado, se encontram em todas elas.[742]

Neste sentido, o presidente do Estado incluía em sua linguagem a tentativa de mobilizar o apoio de todos os grupos da sociedade capixaba, e não somente a elite política. A continuidade de seu projeto modernizador dependia da colaboração do legislativo, que representava diretamente a soberania popular:

> E vós, representantes legítimos da soberania popular, colaborando eficazmente com o governo em serviço tão grandioso, sede o braço forte, o arrimo seguro em que se possa apoiar o executivo, encontrando em vossas judiciosas ponderações as luzes precisas e a direção acertada para bem e corretamente orientar-se no objetivo de melhor servir ao estado.[743]

Durante a comemoração da instituição do regime republicano em 15 de novembro de 1908, a imprensa governista relatou a trajetória do movimento que levou à queda da monarquia e fez

[742] *Diário da Manhã*, nº 359- 14/11/1908.
[743] *Diário da Manhã*, nº 359- 14/11/1908.

reflexões acerca do encaminhamento que a República tomou em solo brasileiro. Para o redator do *Diário da Manhã*, os homens incumbidos de executar o princípio republicano federativo não correspondiam às aspirações da nação. A República, para o redator, vinha sendo executada de forma invertida, desleal e criminosa.[744]

Além de reflexões acerca das desilusões republicanas, o jornal também acentuava a necessidade de se pensar no progresso do Espírito Santo, destacando que Jerônimo Monteiro havia deixado evidente em sua mensagem que contaria com o apoio da oposição para o levantamento e a reconstrução do Estado. O Presidente, neste sentido, esperava a aceitação dos grupos políticos em prol de um projeto unificador, formando um só partido destinado ao progresso e desenvolvimento do Espírito Santo.[745]

Jerônimo Monteiro já contava com o apoio do *Partido Republicano Federal*, liderado por Torquato Moreira. Naquela altura, somente o grupo representado por *O Estado do Espírito Santo* manifestava oposição política ao presidente. Após as mensagens de Jerônimo Monteiro publicadas na imprensa, os monizistas acataram o apelo do presidente do estado e publicaram seu manifesto de apoio em seu periódico, *O Estado do Espírito Santo*, indicando que se tornava notória a nova fase vivida pelo estado com a administração de Jerônimo Monteiro:

> […] Quando o governo, inteiramente livre de sugestões de partidos, solicitou nosso apoio e solidariedade na obra patriótica do engrandecimento do Estado, não podíamos seguir outra diretriz senão a que ontem traçamos nas colunas desta folha, secundando o ilustre Sr. Jerônimo Monteiro na brilhante cruzada a que se impôs, e prestando-lhe a mais sincera e decisiva colaboração na meritória obra de grandeza e prosperidade desta terra.[746]

Deve-se destacar que o direcionamento político vindo do jornal de Moniz Freire não foi assinado por seu líder político. A manifestação de apoio ao presidente parece advir muito mais da redação de *O Estado do Espírito Santo* e do Barão de Monjardim do que do próprio Moniz Freire, que até então não havia se manifestado. De toda forma, a adesão do grupo representado por tal periódico destacava o sucesso de Jerônimo ao tentar aglutinar as forças políticas no Estado.

---

[744] *Diário da Manhã*, nº 360- 15/11/1908.
[745] *Diário da Manhã*, nº 360- 15/11/1908.
[746] O Estado do Espírito Santo, nº 259- 18/11/1908.

Em 3 de dezembro de 1908, Jerônimo utilizou a imprensa como porta-voz de seu convite para a reunião que ocorreria no dia seguinte, nos salões da Escola Modelo. Tratava-se de uma grande reunião cuja finalidade seria a discussão de assuntos de cunho econômico, de interesse geral do Estado. Muitos convites foram distribuídos, além de serem convocados também os governadores municipais.[747] A reunião, no entanto, fora muito além dos assuntos econômicos, conseguindo congregar 160 pessoas, dentre os quais estavam os mais importantes nomes da política capixaba, vindos de todas as partes do Estado. Naquela noite, agregando diversas forças políticas em prol de seu projeto republicano unificador, Jerônimo Monteiro fundou o *Partido Republicano Espírito Santense*.

No dia posterior à reunião, o assunto tornou-se unânime na imprensa. Os periódicos locais narraram os fatos ocorridos no salão da Escola Modelo e destacavam o programa do novo partido político que unia todos os capixabas para a consolidação do plano de modernização e engrandecimento do Estado. De acordo com o *Diário da Manhã*:

> A tão louvável, a tão benéfico, a tão dignificante ideal por si só, bastante para garantir a ponderosa agremiação a mais sólida e harmonia existência, não podia ser indiferente o povo desta terra e, nesse concurso, nesse avultadíssimo concurso de cavalheiros que, acudindo ao apelo do chefe de estado, acotovelou ontem no salão da Escola Modelo, ficou inconcussamente patenteado o ardor com que todos nós nos achamos dispostos a batalhar pelo progresso da comunhão espírito-santense, unidos todos em um só partido, sob cuja bandeira teremos de defender os interesses do Estado e pugnar pelo progresso deste.[748]
>
> A missão do partido é a prática de uma política republicana que traduza, ao vivo, pela influência educativa dos exemplos, as preciosas virtudes do regime adotado pela nação a 15 de novembro. Ele pretende ser com lealdade, pautado pelas severas injunções do patriotismo, e liberto da atmosfera insalubre, onde reinam as pequenas e inexpressivas competições, nutridas pelas nocivas e esterilizantes sugestões do pessoalismo, uma disciplina de forças patrióticas aplicadas com ardoroso empenho na realização das ideias progressistas […].[749]

Além da união em torno de um projeto de reconstrução do Estado, o diferencial do partido criado por Jerônimo Monteiro residia no fato de que, diferente de seus antecessores, não se optou por uma perspectiva temporal única como fio condutor de seu projeto político. A demanda por estabilidade política necessitava convergir interesses de grupos tradicionais e, ao mesmo tempo, de grupos formados por políticos de gerações mais novas. Jerônimo uniu a

[747] Commercio do Espírito Santo, nº 273- 03/12/1908.
[748] *Diário da manhã*, nº 376- 05/12/1908.
[749] *Diário da manhã*, nº 376- 05/12/1908.

linguagem do passado e a linguagem do futuro a partir de uma retórica baseada nas resoluções necessárias aos problemas do presente.

Da mesma forma, Jerônimo também compreendeu que a centralização política nas mãos de uma só região geraria conflitos de interesse, por isso a opção pela reunião de políticos de todo o estado. Este não poderia ser um partido dos interesses de Vitória, tampouco da região sul ou do norte do estado. A agremiação fundada pelo presidente do estado era a manifestação do interesse estadual. A convocação dos governadores municipais também pode ser destacada como parte da argumentação política de Jerônimo. Ao valorizar as municipalidades, o presidente dava voz aos redutos políticos que fomentaram as maiores discussões acerca da falta de autonomia em meio à política desde o Império.

A junção entre elementos tradicionais e modernizadores também se tornou visível diante da análise do programa do novo partido. Entre os dez objetivos do *Partido Republicano* estavam a manutenção da Constituição Federal; a promoção da instrução primária e secundária do Estado; a fiscalização das rendas públicas para evitar déficit estadual e municipal; lutar pela autonomia dos municípios, identificando-os como associações cruciais no regime republicano; o desenvolvimento da iniciativa particular; a garantia da verdade eleitoral e da representação das minorias; o levantamento do crédito do estado; a melhoria das vias de comunicação; o levantamento da lavoura e disseminação do ensino agrícola; além de zelar pela autonomia do estado do Espírito Santo.[750]

O programa da nova agremiação destacava os anseios de diversos grupos políticos que existiram anteriormente. As proposições abrangiam as municipalidades e a autonomia estadual, como desejavam os republicanos históricos de Cachoeiro de Itapemirim, e, ao mesmo tempo, direcionavam atenção à lavoura, à economia, e, sobretudo, ao progresso, desejo da nova geração política. A reunião promovida por Jerônimo Monteiro contou com diversos discursos proferidos pelos principais chefes políticos. Nomes como o antigo Barão de Monjardim, major Domingos Vicente, Antônio Aguirre, José Horácio, Torquato Moreira, Aristides Guaraná e Anthonio Athaíde declararam sua adesão à assembleia.[751] Percebe-se novamente a presença de líderes que compunham a elite política tradicional junto ao agrupamento republicano histórico do sul.

---

[750] *Diário da manhã*, nº 376- 05/12/1908.
[751] *Diário da manhã*, nº 376- 05/12/1908.

Para estes últimos, o projeto republicano de Jerônimo Monteiro manifestava-se como o início de uma fase baseada nos verdadeiros princípios republicanos.[752]

Na imprensa, a visão do novo partido como a verdadeira república tornou-se também evidente. Nas palavras da redação de *O Estado do Espírito Santo*, a fundação do *Partido Republicano Espírito Santense* representava uma data gloriosa para toda a República brasileira:

> Para os que descreem do regime, para os que sentem o enfraquecimento da fé republicana, o Espírito Santo apresenta, nesta quadra feliz, o mais vivo e frisante exemplo da verdade democrática, da excelência da forma republicana, orgulhando-se de ser o primeiro estado da federação, em que todas as forças políticas combatentes, todas as agremiações se congregaram para apoiar e sustentar a operosa administração de um ilustre conterrâneo.[753]

Para os redatores de *O Estado do Espírito Santo*, a atitude de Jerônimo Monteiro colocava o Espírito Santo na vanguarda da civilização, pois tornava o estado um dos mais adiantados da República.[754] Estava assim instituída uma nova fase da República capixaba, baseada na conciliação de diferentes concepções políticas que se conflitaram por anos desde a formulação do pensamento republicano local. Futuro e passado estavam unidos em prol da resolução do presente. A partir de 1908, sob a administração de Jerônimo Monteiro, finalizava-se um período de disputas intensas entre projetos de República conflitantes, cedendo lugar à fase de modernização do Espírito Santo.

Certamente novos partidos e novos projetos surgiram após o governo de Jerônimo, mas o que se destaca é, sobretudo, o fechamento de um ciclo específico em que esteve em jogo a formação da identidade republicana capixaba. Os projetos de República estudados nesta investigação diferem-se por seu caráter de construção gradual desde a propaganda republicana. Os projetos que surgiram a partir de 1908 certamente eram baseados em conceitos distintos e novas linguagens, deixando para trás o período inicial de construção do ideário republicano no Espírito Santo.

5.7 CONCLUSÃO

[752] *Diário da manhã*, nº 376- 05/12/1908.
[753] O Estado do Espírito Santo, nº 274- 06/12/1908.
[754] O Estado do Espírito Santo, nº 274- 06/12/1908.

Este capítulo objetivou demonstrar a consolidação da primeira fase da República no Espírito Santo desde a formação do *Partido Republicano Construtor* como grupo dominante do cenário local, assim como identificar os conflitos políticos e os projetos republicanos distintos durante os primeiros anos de aprendizado da República que modificaram as bases da cultura política vigente. Para tanto, utilizou-se a imprensa como condutora do debate político, salientando a utilização da linguagem, dos ritos e símbolos como fio condutor na consolidação do poder político do *Partido Construtor,* formado, em sua maioria, por membros que não participaram da propaganda republicana. Enfatizou-se, ainda, que, a partir da linguagem de Moniz Freire, que privilegiou conceitos como modernidade e se baseava na perspectiva temporal de futuro, surgiram novas linguagens que pretendiam conflitar com a retórica do partido governista, acentuando o passado como argumentação retórica convincente.

No entanto, as linguagens de passado e de futuro foram surpreendidas pela retórica que enfatizava a crise econômica no Estado, dando base à linguagem da contestação do poder político dos *construtores*. A partir deste contexto de crise política e econômica, e com foco agora no presente, as perspectivas de passado e futuro não pareciam mais dar conta do debate político local. Os problemas financeiros e os conflitos políticos do Estado demandavam uma pronta resposta. Foi neste momento que se abriu terreno para a emergência de uma nova linguagem política baseada na conciliação formulada por Jerônimo Monteiro, que, em busca de uma só República, destacava termos como "união", "bem comum" e "auxilio do povo".

Nota-se, neste contexto, a formulação de nova cultura política republicana, destacando a nova argumentação retórica e as modificações na dinâmica partidária. Este novo projeto político focou-se na neutralização dos grupos políticos locais por meio da criação de um partido republicano único, destinado à reconstrução do Estado do Espírito Santo, e pela anulação de projetos republicanos divergentes em voga desde o fim do século XIX. Concluía-se, neste sentido, a trajetória política local marcada pela existência de diferentes ideias republicanas conjecturadas a partir da década de 1880. Inaugurava-se assim a nova fase da República no Espírito Santo.

CONCLUSÃO

Esta investigação objetivou discutir os projetos de República que disputaram espaço no cenário político do Espírito Santo durante os anos de crise política da monarquia brasileira. A partir da pesquisa empreendida, tornou-se evidente que a dinâmica política capixaba exibia, desde a primeira metade do século XIX, características próprias. A formação dos primeiros partidos políticos após 1860 e a constatação da ampliação da utilização da imprensa também nesta época demonstram as peculiaridades da política local. Essas afirmações, no entanto, estão longe de indicar expressões como "atraso" ou "descompasso" com a política imperial. São exatamente suas especificidades que ajudam a compor a lacuna historiográfica com relação à história local, e, sobretudo, contribuem para mapear o contexto político do Império por meio da análise que parte das províncias para a Corte, enfatizando as escalas do político entre o geral e o particular.

Constatou-se que, embora não possuísse um partido Republicano provincial nos mesmos moldes do que existia na Corte por volta de 1870, o Espírito Santo também viu emergir, na mesma época, conceitos que indicavam simpatia ao credo republicano, demonstrados por meio da imprensa e por membros da elite intelectual. A criação do Clube Saldanha Marinho, composto por estudantes do Atheneu, na capital, exemplifica tal assertiva. A ideia republicana já circulava na província, mas ainda não encontrava espaço para se desenvolver como grupo partidário.

Visando discutir a recepção e assimilação do ideário republicano simultaneamente à necessidade de ampliação do debate político por meio dos ambientes de leitura e da maior circulação de impressos e ideias, optou-se por mapear o desenvolvimento da esfera literária na província nos anos finais do Império. As informações coletadas evidenciaram que os dois centros políticos destacados na investigação estavam equilibrados em termos de circulação impressa e ambientes de leitura propulsores de debate político. Tanto a região sul quanto a região central da província vivenciavam intensa circulação de impressos políticos e possuíam ambientes de discussão literária que poderiam servir de espaço para conjecturar as novas ideias republicanas. A pesquisa demonstrou, no entanto, que mesmo em iguais condições, o

republicanismo como núcleo político organizado teve seu ponto de partida na região sul e não na capital.

A historiografia capixaba acerca do movimento republicano não teria levado em conta a dualidade entre as regiões sul e centro diante do republicanismo. Obras como as de Mário Aristides Freire[755] e Maria Stella de Novaes[756] chegaram a identificar o sul da província como região do republicanismo embrionário, mas, posteriormente, acabaram por expandir a ideia republicana para toda a província, provocando erroneamente a percepção de que o republicanismo teria sido recebido de forma positiva em todo o Espírito Santo.

É neste sentido que as diferentes reações ao ideário republicano no cenário provincial nos auxiliaram na demarcação projetos políticos distintos em tais centros políticos. A partir dos momentos de crítica ao Império, tornou-se notória a defesa de propostas divergentes entre o núcleo político concentrado em Cachoeiro de Itapemirim e a elite política da capital. Durante a investigação acerca da linguagem política dos jornais produzidos no sul, que criticavam a monarquia, a República passou a denotar a única solução para a exclusão daquela região dentro do jogo político provincial. Para o sul, somente a República daria fim ao pacto entre a elite política da capital e a política imperial, que, por sua vez, acabava dando voz exclusivamente aos políticos da região central e apartando a nova elite intelectual do sul. Para esta nova geração, o fim do Império significava sua entrada na dinâmica política local e a ocupação de cargos almejados.

Nossa perspectiva destoa, neste sentido, das bases explicativas que enfocam o reordenamento das forças políticas locais em obediência rigidamente aos interesses de classe de cada grupo em questão. Como já visto, o republicanismo foi além dos interesses econômicos. A suposta liderança de Bernardo Horta como condutor de interesses de fazendeiros na região sul não daria conta de explicar a formação e a composição do Clube Republicano em Cachoeiro, que contava com a presença de profissionais liberais, alfaiates, relojoeiros e uma tímida presença de fazendeiros.

Nossa proposta, portanto, destacou outros elementos envolvidos na dinâmica política provincial nos momentos de crise do Império e de chegada da República. Dentre tais elementos, a análise

[755] FREIRE, Mário Aristides. A república no Espírito Santo: a suposta surpresa do movimento. Vitória, *Revista do IHGES*, n. 12, 1939.
[756] NOVAES, Maria Stella. *História do Espírito Santo*. Vitoria: FEES, 1984.

da cultura política, destacando a construção do ideário republicano e seus novos valores, forneceu a base para o entendimento da formação do Partido Republicano como um projeto político que pretendia exceder as bases tradicionais da política local, e não somente uma estratégia econômica, como defendido por autores anteriores.

Esta pesquisa privilegiou o estudo da reorganização partidária local com base em estratégias políticas, pessoais, alianças partidárias e, sobretudo, pela disputa entre projetos políticos. A metodologia que destaca as linguagens políticas utilizadas na imprensa partidária, a retórica e os conceitos reformulados, identifica os momentos de reordenamento dos grupos políticos locais.

A investigação concentrada na linguagem política utilizada pelos grupos em questão indicou a comprovação da hipótese norteadora deste trabalho, que indicava a existência de projetos republicanos distintos no Espírito Santo durante os primeiros anos do novo regime. Em nossa perspectiva, no entanto, era necessário investigar a recepção dos modelos republicanos no cenário regional, o provável hibridismo entre tais correntes em âmbito local, mas, sobretudo, privilegiar a análise que destacasse a assimilação destas ideias dentro de um projeto político regional, que levasse em conta as demandas de grupos políticos locais.

Sobre tal questão, a pesquisa revelou que os projetos republicanos que se encontravam no Espírito Santo nos anos iniciais do novo regime seguiam exatamente a agenda política dos dois centros que vinham sendo estudados. O sul do estado deu base ao projeto de cunho republicano histórico, destacando as demandas políticas e econômicas da região, e, sobretudo, preconizava a presença de indivíduos daquela região dentro do executivo e do legislativo estadual. Os indivíduos de Cachoeiro de Itapemirim denunciavam o excessivo pagamento de impostos por parte da região cafeeira, pois, em contrapartida, viam-se alijados do poder político. A demanda da região era, em geral, baseada na busca por autonomia municipal, e por uma dinâmica que renovasse a elite política que ocupava os cargos no estado.

Um segundo projeto político republicano foi identificado na região central do estado, liderado pela elite política da capital, Vitória. Esse projeto possuía traços claros do direcionamento do pensamento positivista de Moniz Freire, como já havia destacado Estilaque Ferreira dos Santos. As bases do projeto republicano da elite central estavam, entre outras temáticas, no direcionamento de Vitória como centro de um complexo de exportação, que, por sua vez, daria vazão à produção cafeeira do sul do estado. Como já destacado, o café do Espírito Santo era,

naquele período, escoado pelo porto do Rio de Janeiro. O fortalecimento de Vitória como polo exportador iria auxiliar no desenvolvimento e na modernização do Estado.

O último capítulo deste estudo baseou-se exatamente no exame, por meio da análise da linguagem política utilizada e dos novos traços da cultura política republicana que formalizaram no estado, do conflito entre esses dois projetos republicanos existentes. A investigação concentrada nas linguagens e na argumentação retórica dos dois grupos republicanos conflitantes lançou mão da distinção acerca da perspectiva temporal empregada nas diferentes falas políticas. Identificou-se que o grupo concentrado na capital e liderado por Moniz Freire, ao constituir o Partido Republicano Construtor, empregou, nos impressos políticos que publicava, uma linguagem baseada no conceito de futuro. Na ausência de um passado de luta pelo republicanismo, posto que este grupo era, em sua maioria, advindo de partidos monárquicos, foi necessário relacionar a agenda política do partido ao futuro e à modernização do Espírito Santo republicano.

Os republicanos do sul do Estado, por sua vez, destacavam em seus impressos a perspectiva temporal baseada no passado. Tal ênfase pretendia relembrar o leitor sobre as verdadeiras premissas republicanas dos chamados "históricos", e, assim, utilizá-las como forma de comparar e criticar a República estabelecida no Brasil. Na visão dos republicanos do sul, a República instituída não era a mesma sonhada pelo grupo.

Em meio à disputa entre linguagens políticas de perspectivas temporais diferentes, o Partido Construtor e o projeto republicano modernizador conduzido pela capital foi o vencedor. Tão importante quanto a agenda política do grupo, a liderança de Moniz Freire frente aos construtores tornou-se primordial durante o período de consolidação do ideário republicano no Estado. Resgatou-se, neste sentido, a configuração de uma cultura política republicana que inseriu novos valores e símbolos à sociedade capixaba. O nome de Moniz Freire foi evidenciado pelo grupo como o único capaz de conduzir o estado para seu futuro prometido. Por meio de práticas simbólicas, festas, comemorações, e, sobretudo pela imprensa, construiu-se a figura de Moniz Freire como a própria personificação da República e do futuro.

A elaboração simbólica em torno do Partido Construtor fora tão eficiente que, por meio de suas práticas políticas e da condução por parte de Moniz Freire, o partido manteve-se no poder por praticamente dezenove anos. Nos momentos em que Moniz não estava na presidência do Estado, era notório que as articulações de poder no partido ainda perpassavam por sua liderança.

Os feitos de modernização prometidos pelo Partido Construtor, no entanto, demandaram grandes sacrifícios financeiros ao Estado. Por volta de 1904, o Partido Construtor viu-se em meio a muitas críticas. Após empréstimos internacionais, obras inacabadas, como, por exemplo, a estrada de ferro idealizada por Moniz, e dentro de uma crise financeira que fez despencar o preço do café, a liderança de Moniz Freire e o projeto de futuro do partido passaram a ser questionados. Iniciou-se ao mesmo tempo uma grave crise política destacada no último capítulo desta investigação, demonstrando cisões partidárias significativas que, por sua vez, pioravam a situação política do estado.

Em meio à crise emergiu então um projeto político que diferia das perspectivas de futuro e de passado que disputavam espaço nos anos iniciais da República. Era necessário reordenar o Espírito Santo, organizar suas finanças, progredir, e, ao mesmo tempo, instituir metas com base na realidade do estado. Este projeto político passou a ser a bandeira de Jerônimo Monteiro, candidato à presidência do Estado.

Ao assumir em 1908, Jerônimo Monteiro também lançou mão de linguagem política específica dentro de suas falas nos impressos. O novo governador reunia em si as perspectivas temporais de passado e de futuro, e, sobretudo, destacou as soluções imediatas para os problemas do presente. A partir de sua linguagem baseada na conciliação, Jerônimo tornou possível estabelecer metas econômicas para o Estado, mas, acima de tudo, conseguiu abrigar em seu projeto político os interesses dos diversos grupos que estavam em conflito.

A retórica utilizada por Jerônimo Monteiro privilegiava a tentativa de adesão dos cidadãos do estado, independente de seus partidos. A partir de tal unificação das elites políticas locais, iniciava-se uma nova fase da República no Espírito Santo, neutralizando enfim as disputas políticas locais que eram originárias dos grupos políticos da monarquia. Os conflitos entre os interesses políticos dos grupos monárquicos, neste sentido, perduraram até o governo de Jerônimo Monteiro, pois a primeira fase republicana funcionou como uma extensão da dinâmica política anterior, agregado aos novos valores republicanos, que somente conseguiram consolidar uma nova cultura política republicana por volta de 1908.

A investigação acerca dos projetos republicanos identificados no Espírito Santo durante os primeiros anos no regime pretendeu contribuir com mapeamento do republicanismo no cenário nacional, indicando o lugar do Espírito Santo dentro do movimento, a recepção deste ideário, e a assimilação dos modelos republicanos visualizados na Corte. Ao mesmo tempo, objetivou-se destacar aspectos cruciais deste período em âmbito local, preenchendo lacunas na historiografia

sobre a dinâmica política do Espírito Santo durante a transição do Império para a República, com o intuito de compreender o movimento republicano em sua heterogeneidade e suas diversas fases, destacando a pluralidade do ideário republicano no Brasil.

REFERÊNCIAS

1. FONTES

I. DOCUMENTOS OFICIAIS

a) RELATÓRIOS GOVERNAMENTAIS

APEES. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes, Presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembléa Legislativa no dia vinte e cinco de maio do corrente anno, 1854.

APEES. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Pedro leão Veloso em 1859.

APEES. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, o Bacharel, Pedro Leão Velloso, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859.

APEES. Relatório apresentado a S.Exa. o Sr. Presidente da província o Espírito Santo Dr. H. M Inglez de Souza – sobre a história e resultado da propaganda do método de leitura João de Deus por Antônio da Silva Jardim – Professor da aula do sexo masculino anexa à escola Normal de S. Paulo, contratado pelo Exm. Governo Provincial para propagar o mesmo método nesta província. 18 de julho, Vitória, Tipografia da "Província", 1882.

APEES. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Eliseu de Sousa Martins, no dia 19 de julho de 1880, passou a administração da Província do Espírito Santo ao Exm. Sr. Tenente-Coronel Alpheu A Monjardim d'Andrade e Almeida, 1º Vice-Presidente.

APEES.Relatório lido no paço d'Assembléa Legislativa da Província do Espírito Santo pelo Presidente o Exm. Snr. Doutor Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária do anno de 1871.

APEES. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo Presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior.

PLANO para o estabelecimento de huma bibliotheca publica na Cidade de S. Salvador - Bahia de Todos os Santos, offerecido á Approvação do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde dos Arcos, Governador, e Capitão General desta Capitania in História da Biblioteca Pública da Bahia

II. JORNAIS E PERIÓDICOS

a) BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO

A Actualidade

A Ideia

A Folha da Victória

A Província do Espírito Santo

Jornal da Victória

O Tempo

O Sete de Setembro

O Amigo do povo

O Monarchista

O Estandarte

O Echo dos Artistas

O Cachoeirano

O Novo Mundo

O Espírito-Santense

O Estado do Espírito Santo

O Horizonte

b) HEMEROTECA DIGITAL

A Sentinella do Sul

Commercio do Espíto Santo

Diário da manhã

O Paiz

III- OBRAS

ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo / José de Alencar*. Organizado por José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do Solitário,*.4ªedição. São Paulo: Nacional,1975.

_____. *Os males do presente e as esperanças do Futuro.* 2. ed. Brasília: Nacional. 1976.

BLUTEAU, Rafael. Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 2: L - Z). Silva, Antônio de Morais, 1755-1824. Lisboa: [s.n.], 1979.

BRASIL, Assis. *A república federal*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1881.

URUGUAI. Visconde. Ensaio sobre o Direito Administrativo. In *Vinconde do Uruguai.* Org. e Intr. de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 2002.

OTTONI, Christiano. *O advento da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1890.

ROMERO, Sílvio. *Doutrina contra doutrina.* O evolucionismo e o positivismo na República do Brasil. Rio de Janeiro: J.B. Nunes, 1894.

IIII - OBRAS DE APOIO

ALMADA, Vilma Paraíso. A Escravidão na História Econômico-Social do Espírito Santo. Niterói: Graal, 1981.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Biblioteca Pública:* avaliação de serviços. Londrina: PR: EDUEL, 2003.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture*: Political Attitudes and Democracy in Five Nations. Princeton: Princeton University, 1963.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial. Volume III (1870-1889).* 1. ed. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Idéias em movimento:* a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Alex Lombello. *Cascudos e Chimangos: Imprensa e Política em São João del-Rei (1876-1884)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Juíz de Fora, Juíz de Fora. 2008.

AMORIM, Joaquim Pires de. A Trajetória dos Partidos Políticos capixabas até 1930. *Revista do Instituto Jones dos Santos Neves*, n. 1, 1985.

_____. *Um dos primeiros habitantes de Cachoeiro.* 2. Ed. Cachoeiro de Itapemirim: Tipografia Vitória, 1996.

APOLARO. Kuézia da Costa. A criação da biblioteca pública na província do Pará. UFPA: Belém, 2008.

ARISTÓTELES. *A Política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARRUDA, Guilhermina Melo. *História e memória da Biblioteca Pública do Amazonas (1870 a 1910)*. Manaus: Universidade do Amazonas, 2000.

ARRUDA, Guilhermina Melo. As práticas da biblioteca pública a partir das suas quatro funções básicas. In: *Anais do Congresso brasileiro de biblioteconomia e documentação*. Porto Alegre: Associação Rio Grandense de Bibliotecários, 2000. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000734/01/T079.pdf. > Acesso em: 22/07/2014.

BAKER, Keith Michael. El concepto de cultura política en la historiografía reciente sobre la Revolución francesa. *Ayer,* n. 62, 2006. pp. 89 – 110.

_____. Introduction. In: *The French Revolution and The Creation of Modern Political Culture*. Oxford (Grã-Bretanha): Pergamon, 1987. v. 1, pp. xiii – xv.

BANCK, Geert. *Dilemas e Símbolos:* estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. IHGES, 1998.

BARATA, Alexandre Mansur. A Maçonaria e a Ilustração brasileira. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 1994. pp. 78 – 99.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Silvana Mota. *República das Letras*: Discursos republicanos na província de São Paulo (1870-1889). 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARRETO, Tobias. *Vários Escritos.* Rio de Janeiro: Estado de Sergipe, 1926.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade.* São Paulo: USP, 1959.

_____. *A significação educativa do romantismo brasileiro:* Gonçalves de Magalhães. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1973.

BASBAUM, Leôncio. *Historia sincera da república*. 2. ed. São Paulo: Edições L.B., 1963.

BASILE, Marcello. O bom exemplo de Washington: o republicanismo no Rio de Janeiro (c.1830 a 1835). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 17-45, Junho de 2011.

_____. Conservadorismo no Brasil Império. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MEDEIROS, Sabrina Evangelista e VIANNA, Alexander Martins (Orgs.). *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

_____. *O Império em construção*: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial. 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2004. (Mimeo).

BATISTA, Dimas J. O discurso oficial: a tranquilidade pública, princípio de governabilidade. In: XXIII Simpósio Nacional de História - História: guerra e paz, 2005, Londrina. XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz, 2005.

BAUARQUE, Felicio. *Origens Republicanas*: estudos de gênese política em refutação ao livro do Sr. Dr. Affonso Celso, O Imperador no exilio. Recife: F. S. Quintas, 1894.

BAZILIO, Alexandre de Oliveira. *Das urnas para as urnas: o papel do juiz de paz nas eleições do fim do Império (1871-1889)*. 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

BENTIVOGLIO, J. C. Cultura política e consciência histórica no Brasil: uma contribuição ao debate historiográfico sobre a formação dos partidos políticos no Império. *Diálogos* (Maringá), v. 14, 2010. pp. 535 – 556.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma História Cultural.* Lisboa: Estampa, 1998.

BESSONE, Tânia. Livros de História: bibliotecas e mercado editorial no século XIX. *Anais da anpuh– XXIII Simpósio Nacional de História* – Londrina, 2005.

BICHARA, Terezinha Tristão. *História do Poder Legislativo do Espírito Santo 1835-1889*. Vitória: Leoprint, 1985.

BIEBER, Judy. *Power, Patronage, and Political Violence*: State Building on a Brazilian Frontier, 1822-1889. Lincoln: Univ. of Nebraska, 1999.

BIGNOTTO, Nilton (org). *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. 7 vs. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. [1827-1903].

BOBBIO, Norberto. Liberais e Democratas no século XIX. In:_____. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República*: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.

BUENO, Almir. *Visões de República*: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

BUSINO, Giovani. *Les théories des élites: problèmes et perspectives. Revue européene des sciences sociales*, t. XXV, n. 76. pp. 254 – 255.

CAMELUCCI, Anderson Luís. *Crise Monárquica e as experiências de República no Município de Franca (1880-1906).* 2008. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 2008.

CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais*. 2003. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CAPELATO, Maria do Carmo. O processo político-partidário na primeira república. In: Carlos Guilherme Mota (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1976.

CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da História do Brasil.* São Paulo: Cia. Editora nacional, 1933.

CARULA, Karoline. As Conferências Populares da Glória e a difusão da ciência. *Almanack Braziliense* (Online), v. 6, p. 86-100, 2007.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional* (1807 a1990). Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/ Teatro de Sombras.* Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Os Bestializados:* O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Pontos e Bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

_____. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. *Varia hist.* [online], vol. 27, n. 45, pp. 141 – 157, 2011.

_____; NEVES, Lucia Maria. Radicalismo e republicanismo. In: ____ (Orgs.). *Repensando o Brasil do oitocentos*: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CASALECCHI, José Ênio. *O Partido republicano paulista:* 1889-1926. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHUST, Manuel; FRASQUET, Ivana. Orígenes federales del republicanismo en México, 1810-1824. *Mexican Studies/Estudios Mexicanos*, México, vol. 24, n. 2, 2008.

CLÁUDIO, Afonso. *História da propaganda republicana*. Vitória: Graf. Espírito Santo, 1912.

CORREA, Amélia Siegel. *Imprensa e política no Paraná*: prosopografia dos redatores e pensamento republicanos no final do século XIX. 2006. 230 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

COSTA, João Cruz. *Contribuição a História das idéias no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967.

COSTA, Milene Ribas da. *A implosão da ordem: a crise final do Império e o Movimento republicano paulista*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CRUZ, Heloisa. *São Paulo em papel e tinta:* periodismo e vida urbana 1890-1915 / Heloísa de Faria Cruz. *São* Paulo: Arquivo Público do Estado de *São* Paulo, 2013.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo*: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.

DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros*. Instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista. São Paulo: Edusp, 2011.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol et al. (Org). *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.

DUARTE, Nestor. A ordem privada e a organização Política Nacional. São Paulo: Ed. Nacional, 1939.

ELIAS, Daiane. *Imagens Opostas:* a nova linguagem política republicana e a queda do Brasil Império (1870-1891). 2012. Dissertação (Mestrado em História) - IFCS –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder.* A formação do Patronato Político Brasileiro. 1. ed. Porto Alegre: Globo, 1958.

FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897*). 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

FERNANDES, M.F.L. *A Esperança e o Desencanto:* Silva Jardim e a República. Niterói: Humanitas, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *A República na velha Província: oligarquias e crise do estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

_____; GOMES, Ângela de Castro. Primeira República: um balanco historiográfico. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, pp. 244 - 280, 1989.

FERREIRA, Tania Maria T. Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados*: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

FLORENZANO, Modesto. República (na segunda metade do século XVIII – história) e republicanismo (na segunda metade do século XX – historiografia). Disponível em: http://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/Republica%20e%20republicanismo.pdf. Acesso em: 15/05/2015.

FONSECA, Godim da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908).* Rio de Janeiro: Quaresma, 1941.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; LESSA, Mônica Leite. (Org.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889).* 1. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

FRAGA, Christiano Woelffel. A *Maçonaria no Espírito Santo*. Vitória: [s.n.], 1995.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria do Partido Político do Direito Constitucional Brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1974.

FREIRE, Mário Aristides. A república no Espírito Santo: a suposta surpresa do movimento. Vitória, *Revista do IHGES*, n. 12, Novembro de 1939.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Vértice, v.1, n.4, p.244-280, 1989. Disponível em: < www.cpdoc.fgv.br/revista/ arq/60.pdf>. Acesso em 22/09/2015.

GONZÁLEZ, Román Miguel. Las culturas políticas del republicanismo histórico español. *Ayer*, Espanha, n. 53, pp. 207-236, 2004.

GOULART, Rodrigo da Silva. *Os figurões da Terra.* 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRYNSZPAN, M. 1996. *A Teoria das Elites e sua genealogia consagrada*. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 41,1996.

GUERRA, François-Xavier. Modernidad e Independencias – ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid: Mapfre, 1992.

_____; LEMPERIERE, Annick (Org.). *Los espacios públicos en Iberoamérica*: Ambiguedades y problemas. Siglos XVIII–XIX. México: Fondo de Cultura Económica/Centro Francés de Estúdios Mexicanos y Centroamericanos, 1998.

GUIMARÃES, Lucia Maria Pachoal. Liberalismo Moderado: Postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lucia M. Paschoal; PRADO, Maria Emilia Prado; PEIXOTO, Antônio Carlos (Orgs.). *O Liberalismo no Brasil Imperial:* origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983.

HALLEWELL, Laurence. O *Livro no Brasil*: sua história, São Paulo: EdUSP, 1985.

HEINZ, Flávio (Org.).*Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da República. *Tempo*, vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1996. pp. 81- 105.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Macos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JUNIOR, Hildiberto R. C. *O Republicanismo fluminense:* 1887-1891. 1974. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1974.

JURATIC, Sabine. Da prosopografia dos livreiros ao estudo das redes do livro. Balanço e perspectivas da pesquisa. *Livro*, São Paulo: USP/ Ateliê Editorial, n. 7, pp. 75 - 88, maio de 2011.

KOSELLECK, Reinhardt. *Crítica e Crise*: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 1999.

_____. *Futuro Passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

_____. *Le règne de la critique*. Paris: GalJimard, 1979.

LACERDA, Arthur Virmond de. *A República* Positivista. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2000.

LEAL, Ana Regina Barros Rego. Imprensa Piauiense e os Ideais Republicanos: A atuação do Jornalista David Moreira Caldas no Piauí. *Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*. Florianópolis, 2004.

LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1990.

LEVI, Giovanni. O Trabalho do Historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Revista Tempo*, Niterói, v. 20, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-20-20143606.pdf Acesso em 12/06/2015.

LEVINE, Robert. *Pernambuco in the Brazilian Federation, 1889–1937*. Stanford: Stanford University, 1978.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967.

LOVE, Joseph. *A locomotiva:* São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism, 1882-1930. Stanford: Stanford University, 1971.

MARTINS, Amilcar. *O Segredo de Minas*: clientelismo e representações de interesses em Minas Gerais, 1889-1930. Editora Crisálida, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELLO, Maria Tereza C. A Modernidade Republicana. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, p. 25-41, 2009.

_____. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/Edur/anpuh, 2007.

_____. A República e o sonho. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, p.121-139, jan/jun 2011.

MINDLIN, José E.; TEIXEIRA, Cleber e BRUCHARD, Dorothée. *Memórias esparsas de uma biblioteca: entrevista a Cleber Teixeira e Dorothee de Bruchard*- São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. p.103.

MOLLIER, Jean-Yves. *O Dinheiro e as letras*. História do capitalismo editorial. São Paulo: Edusp, 2010.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial.* 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: HUCITEC, 2005.

_____. Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das Maçonarias da primeira metade do século XIX. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 28, 2001.

MOSCA, Gaetano. The Ruling Class. Elementi di Scienza Política. New York: McGraw-Hill, [s.d.].

MOURA, Daniella de Almeida. *A República paraense em Festa*. 2008. 12 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formaçã*o. Rio de Janeiro: Jackson, 1952.

_____. Um Estadista no Império. In MELLO, Evaldo Cabral de (org. e intr.). *Essencial Joaquim Nabuco.* São Paulo: Penguin Classics. Companhia das letras, 2010. pp. 330 - 512

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X / FAPERJ, 2008

NEEDEL, Jeffrey D. Brazilian Party Formation from the Regency to the Conciliation, 1831-1857. *Almanack Braziliense*. n. 10, 2009.

NOVAES, Maria Stella. *História do Espírito Santo.* Vitoria: FEES, 1984;

OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

PAIM, Antônio. *A Escola Eclética*: Estudos complementares à história das ideias filosóficas no Brasil. vol. IV. 2ª Edição Revisada. Londrina: Edições CEFIL, 1999.

_____. *A Filosofia da Escola do Recife*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1866.

_____. História das idéias filosóficas no Brasil. São Paulo: Grijalbo, 1967.

PARETO, Vilfredo. *Traité de Sociologie Générale*. 2 vols. Paris: Payot, 1933.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. História da Imprensa Capixaba. *Revista do IHGES,* n. 3, 1922. pp. 95 – 106.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação:* A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888)*. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

PINHO, Wanderley. *Cotegipe e seu tempo*: primeira phase, 1815-1867. São Paulo: Typ. Nacional, 1937.

PINTO, Céli Regina. Positivismo: um Projeto político *Alternativo* (RS:1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986.

PINTO, Surama C. S. Só para Iniciados... o jogo político na antiga capital federal. Rio de Janeiro: Ed: Mauad/Faperj, 2011.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político.* São Paulo: Edusp, 2003.

_____. *The machiavellian moment:* florentine political thought and the Atlantic Republican tradition. Princeton: Princeton University, 1975.

PRADO JR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo, 1933.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais*. O novo PRM — 1889-1906. Belo-Horizonte: UFMG-Proed, 1982.

_____. *Provocações e Debates*. Contribuições para o estudo do Brasil. Porto: Imprensa Moderna, 1908.

ROSA, Affonso Cláudio de Freitas. *História da Literatura Espírito- Santense*. Porto: Oficina do Comércio do Porto, 1912.

RODGERS, Daniel T. Republicanism: the Career of a Concept. *The Journal of American History*, Estados Unidos, v. 79, n. 1, 1992.

SALES, Alberto. Catecismo Republicano. In: VITA, Luiz Washington. *Alberto Sales ideólogo da República*. São Paulo: Nacional, 1885. pp. 59-60.

SALETTO, Nara. Partidos políticos e eleições no Espírito Santo da 1ª República. Vitória: Edufes, 1998.

_____. Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930). Vitória: Edufes, 1996.

SANTOS, Adilson. *Um republicano histórico no Espírito Santo da primeira república: a carreira De Bernardo Horta De Araújo (1887-1913)*. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SANTOS, Estilaque Fereira. *Escritos Políticos de Muniz* Freire. Vitória, Pro Texto Comunicação e Cultura, 2013.

_____. *José de Melo Carvalho Moniz Freire.* Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

SCHULZ, John. O exército e o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da Civilização brasileira*. São Paulo: Difel, t. 2, v. 4, 1971.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Entre homens de Sciencia.* O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão recial no Brasil-1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERRY, Hervé. Literatura e catolicismo na França (1880-1914): contribuição a uma sociohistória da crença. *Tempo soc.*, São Paulo, v.16, n. 1, p. 129-152, jun. de 2004.

SILVA, Antônio de Morais. Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 2: L - Z), 1755-1824. Lisboa: [s.n.], 1979.

SIQUEIRA, Francisco Antunes de. *Memórias do passado:* a Vitória através de meio século. Edição de texto, estudos e notas de Fernando Achiamé. Vitória: Floricultura, 1999.

SIRINELLI, Jean-François (dir). Historie des troites em France.T.2. Apud BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma História Cultural.* Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno.* 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do segundo império*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. O Processo Político-Partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. 10. ed. São Paulo: Difel, 1990.

STRAKA, Tomás. La república deseada, sobre las concepciones del republicanismo venezoelano (siglo XIX). *LOGÓI Revista de Filosofia*, Venezuela, n.17, 2010.

TINOCO, Antonio Luiz Ferreira. *Codigo criminal do Imperio do Brazil annotado*. Ed. fac-similar da original de 1886. Brasília: Senado Federal, 2003.

VASCONCELOS, Rita de Cássia. O Partido Republicano do Rio de Janeiro e o Partido Republicano de São Paulo: uma análise sobre o(s) conceito(s) de república(s) 1870-1889. Cardenos de História, ano IV, n. 2, 2009.

VIANA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

VERISSIMO, José. *História da Literatura brasileira*. São Paulo: Letras e Letras, 1998.

VIANNA, Jorge Vinícius Monteiro. *Imaginando a nação*: o vocabulário político da imprensa fluminense no processo de Independência do Brasil (1821-1824). 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VIANNA, Karulliny S. Imprensa e Partidos Políticos na Província do Espírito Santo, 1860-1880. *Cadernos de História*, IHGES, 2013.

VIOTTI da COSTA, Emília. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

VISCARDI, Cláudia Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias:* Uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WADA, Madalena Sofia Mitoko. *Democratização da cultura nas bibliotecas infanto-juvenis*. Belo Horizonte: UFMG, 1985.

WIRTH, John D. *Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889–1937*. Stanford: Stanford University, 1977.

WOODARD, James P. *A Place in Politics:* São Paulo, Brazil, from Seigneurial Republicanism to Regionalist Revolt. Durham: Duke University, 2009.

ZORZAL, Marta. *Espírito Santo:* estado, interesses e poder. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE 1. OBRAS E AUTORES ENCONTRADOS NA BIBLIOTECA PÚBLICA PROVINCIAL DO ESPÍRITO SANTO

TÍTULO	AUTOR	ANO DA OBRA
A Constituinte: perante a história	F. T. Marcondes Homem de Mello	1863
Anabasis – Anabasis – Tomo III	Xenofonte	1840
Anno Biographico Brazileiro – Vl.2	Joaquim Manuel de Macedo	1876
A província – Estudo sobre a descentralização no Brasil	Tavares Bastos	1870
A Sua Magestade Imperial: Senhor D. Pedro II: Apontamentos sobre o Abaneênga também chamado de Guarani ou Tupi ou Língua Geral dos Brasis	Não identificado	Não identificado
Bibliothéque des Melveilles	Gaston Tissandier	1874
Breve noticia sobre a colleção das madeiras do Brasil	F. Freire Allemão, et al	1867
Catalogo dos diversos productos da exposição provincial Paraná	Agostinho Ermelino de Leão	1875
Catálogo Supplementar dos Livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro	Não identificado	1868
Catálogo Supplementar dos Livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro	Não identificado	1870
Comissão Superior da Exposição Nacional de 1875	J. M. de Macedo	1876
Commentaries Sur les Lois Anglaises	W. Blackstone	1822
Commentaries Sur les Lois Anglaises	W. Blackstone	1823

Congrés Internacional des reformes Douaniéres	Não identificado	1857
Constituição e Estatutos Geraes da Maç: No Império do Brasil	Alexandrino Freire do Amaral	1870
Consultor Juridico ou Manual de Apontamentos	J. M. P. de Vasconcellos	1862
Continuação dos Séculos Christãos ou História do Christianismo	Não identificado	1807
Continuação dos Séculos Christãos ou História do Christianismo – Tomo XI	Não identificado	1807
Cours d'economie politique	MG de Molinari	1863
Cours Philosophie Positive – Tomo 1	Auguste Comte	1887
Cours Philosophie Positive – Tomo 3	Auguste Comte	1877
Cyropaedia – Tomo I	Xenophotis	1839
D'Economie politique	M. G. de Molinari	1863
Diário ou Narração Histórica	Matheus van Den Broeck	1877
Dictionnaire de Medecine de Chirurgie, de Pharmaciem de part veterinaire et des sciencies	Ch. E. Robin Littre	1873
Dictionnaire de Médecine, de Chirurgie, de Pharmacig, des sciences accessoires et de l'arts veterinaire, de p nysten	M. M. Bricheteau; O. Henry; L. Briand	1840
Dictionnaire Raisonne des Termes de Botanique et des Familles Naturelles	H. Le Coq	1831
Economie Politique	Frederic Bastiat	1852
Elementos de Direito Ecclesiático Público e Particular em relação à disciplina geral da igreja.	D. Manoel do Monte Rodrigues d'Araújo	1858

Elemento Servil (parecer e projecto de lei)	Joaquim Noberto de Souza Silva	1870
Encyclopedie Moderne – Tomo 12	Firmin Didot Freres	1848
Encyclopédie Moderne Dictionnaire Abrege – Tome quitieme des sciences, des lettres, des arts	Leon Renier	1849
Encyclopédie Moderne Dictionnaire Abrege – Tome quitieme des sciences, des lettres, des arts – Tomo 25	León Renier	1851
Encyclopedie Moderne ou Dictionaire Abrege	Não identificado	Não identificado
Encyclopedie Moderne: Dictionnaire Abrege des Sciences, des Lettres, des Arts, de L'industrie, de L'Agriculture et du commerce	Firmin Didot Freres	1848
Encyclopédie Moderne Dictionnaire Abrege des Sciences, des Lettres, des Arts, de L'industrie, de L'Agriculture et du commerce	Léon Renier	1850
Encyclopédie Moderne Dictionnaire Abrege des Sciences, des Lettres, des Arts Entie Rement Refondue et Augmentee de Pres Du Double – Tomo 25	Léon Renier	1850
Ephemerides Nacionais	S. A. Teixeira de Mello	1881
Essai sur pouvoir public ou exposition des lois Naturelles de l'ordre social	Ventura de Raulica	1859
Estudos Históricos – Tomo I	Joaquim Caetano Fernandez Pinheiro	1876
Estudos Históricos	Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro	1876
Estudos práticos sobre a administração das províncias no Brasil – Tomo II	Visconde do Uruguay	1865

Estudos sobre o crédito rural e hypothecario seguidos de leis, estatutos e outros documentos	L. P. de Lacerda Werneck	1857
Grand Dictionnaire Unversel Du XIXe Siecle – Vol. 10	P. Laurousse	Não identificado
Histoire La Revolution Française	M. A. Thiers	1878
História da fundação do Império Brazileiro	J. M. Pereira da Silva	1865
História das lutas com os holandeses no Brasil	Barão de Porto Seguro	1872
História do theatro portuguez	Thephilo Braga	1871
História dos Estabelecimentos Scientificos Literarios e Artisticos de Portugal	José Silvestre Ribeiro	1874
História dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarchia	José Silvestre Ribeiro	1876
História dos Quinhentistas	Theophilo Braga	1871
História Ecclesiastica – Tomo VII	Abbade Ducreux	1787
Historia Graeca Tomus IV	Xenofonte	1840
Histórico e analyse esthetigraphica do quadro de um episódio da Batalha de Campo Grande	Pedro Américo de Figueiredo e Mello	1871
Historiarum Libri – Lib. XXXI	Titi Livii Patavini	Não identificado
Historiarum Libri Novem	Fridericus Palm	1853
Indicador da legislação militar	Antônio José de Amaral	1872
Indice Alphabetico das Ephemerides Nacionaes	Não identificado	Não identificado

Informações dos agentes diplomáticos e consulares do Império	Alexandre Affonso de Carvalho	1873
Informações dos agentes diplomáticos e consulares do Império	Alexandre Affonso de Carvalho	1877
Introducion a la Science Sociale	Herbert Spencer	1880
Journal dês economistes revue Mensuelle de l'economie politique – Tomo III	Não identificado	1850
La Monnale ET Le Meca Nisme de L'echange	W. Stanley Jevons	1877
L'Année Scientifique et industrielle	Levis Figuier	1882
Le cerveau et ses Fontions	J. Luys	1879
Le Crime et la Folie – Vol. VIII	H. Maudsley	1880
Le livre de La Nature Physique	Adolphe Scheler	1872
Leçon de Physiologie Experimentale appliquee ala medecine faites au college de France – Tomo II	M. Claude Bernard	1856
Leçons de clinique medicale faites a l'hospital de la charité	S. Jaccoud	1874
Leçons de clinique medicale faites a l'hospital de la charité	S. Jaccoud	1874
Le Nouveau Voyage em orient – Tomo I	M. A. de Lamartine	1851
Les Chemins de Fer	Amédée Guillemim	1880
L'Espécie Humaine	A. de Quatrefages	1880
L'ouvrier – Journal Hebdomadaire Ilustré	Quinton	1871

L'ouvrier Journak Hebdomadaire Ilustre paraissant tours les samedis	Não identificado	Não identificado
Manou Moise – Mahomet	Louis Jacolliot	1856
Memorabilia	Xenofonte	1839
Memória Histórica das epidemias da febre amarela e cholera – morbo que têm reinado no Brasil	José Pereira do Rego	1873
Monaies Poids Mesures	Aguislain Lemale	1866
Notícia sobre os mais recentes melhoramentos adaptados na lavoura de Canna, e Fabrico do Assucar	Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho	1869
Obras Phostumas de A. Gonçalves Dias	Antonio Henriques Leal	1868
Obras Phostumas de A. Gonçalves Dias	Antonio Henriques Leal	1869
Obras Phostumas de A. Gonçalves Dias – Vol. IV	Antonio Henriques Leal	1868
O Trabalho Nacional e seus adversários	Emile Prat	1881
Os séculos christãos ou história da Igreja	Não identificado	Não identificado
Relatório sobre a Exposição Universal de Vienna da Austria em 1873	José de Saldanha da Gama	1874
Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil – Tomo I	Instituto Histórico e Geographico do Brasil	1856
Revista Trimensal de História e Geografia	Instituto histórico e geographico brazileiro	1863
Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil	Pedro Taques de Almeida Paes Leme	1871

Revista trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnografico do Brasil – Tomo XXX	Instituto Histórico e Geographico do Brasil	1867
Revista trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnografico do Brasil – Tomo XXXIX	Instituto Histórico Geographico e Ethnografico do Brasil	1876
Revista trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnografico do Brasil	B. L. Garnier	1873
Revista trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnografico do Brasil	Não identificado	1877
Revista trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnografico do Brasil	Não identificado	1880
Revista trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnografico do Brasil – Tomo XXXII	Instituto Histórico e Geographico do Brasil	1869
Revista trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnografico do Brasil – Tomo XXXVI	B. L. Garnier	1873
Revista trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnografico do Brasil – Tomo XXXIX	Instituto Histórico Geographico e Ethinographico do Brasil	1876
Selecta brasiliense ou noticiasm, descobertas, observações, factos e curiosidades em relação aos homens, a história e as cousas do Brasil	F. M. P. de Vasconcellos	1868
Segundo Período do Reinado de Dom Pedro I no Brasil	J. M. Pereira da Silva	1871
Sermons de Bergier	Du Dictionnaire Théologie	1852
Tableau des Revolutions de L'Europe	M. Koch	1823
Theorie Scientifique de la Sensibilité le plaisir et la peine	Léon Dumont	1877

Traité de Medecine Operatoire Bandages et Appareils	C. A. Sedillot; L. Legoues	1870
Traité de Medecine Operatoire Bandages et Appareils – Tomo II	Ch. E. Legouest Sedillot	1870
Variedades, sobre os objetos relativos às artes, commercio e manufacturas, consideradas segundo os princípios da Economia Política	José Accursio das Neves	1814
Xenophontis de republica lac ET athen de vectigalibusde re equestri de officio magistri equitum de venatione II – tomus VI	Não identificado	1829

APÊNDICE 2. TIPOGRAFIAS E REDATORES NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO DURANTE A DÉCADA DE 1880

Jornal	Ano	Redator	Tipografia	Assinatura	Local
O Horizonte	1880-1885	Redator-gerente Maximino Maia	Typ. D`O Horizonte	12$000 ano capital 14$000rs Outros lugares da província e externo 100 rs avulso	Vitória
O Arado	1884-1885	José Joaquim Pessanha Póvoa Francisco Lima Escobar	-	-	Vitória
O Povir	1884	ErnestinoFranscisco do Nascimento Cleto Nunes Godofredo da Silveira	Typ. Da Prov. Do Espírito Santo	-	Vitória
Lucifer	1884	Antônio Nascimento J. Marins e outros	Typ. Da Folha da Victória	2$000 trimestre 500$ o mês	Vitória
Almanak Adminstrativo Mercantil	1884	Godofredo da Silveira	-	-	Vitória

O Constitucional	1885-1889	João Vasco Cabral Filho Francisco Gomes Pinheiro Augusto Cabral em 1888	Typ. Do Constitucional	10$000 ano	Cachoeiro deItapemirim
O Liberal	1885	José Joaquim Pessanha Póvoa Maximino Maia	Typ. D´O Liberal	100 rs (avulso) 12$000 ano/ 6$000 semestre 14$000 ano/ 7$000 semestre c/ selo	Vitória
O Athleta	1885	Sócios da Sociedade "Amor as letras" LydioMolulo	Typ. Da Folha da Victória	-	Vitória
A Regeneração	1886	Heliodoro José da Silva Horacio Costa	Typ. D´A Regeneração	10$000 ano	Benevente (Anchieta)
O Meteoro	1886	Sizenando Meirelles editor	Typ. Da Folha da Victória	- -	Vitória

O Namorado	1887	Manoel Corrêa de Jesus Francisco Goulart	Typ. Do namorado	-	Vitória
O Zoilo	1887	Os mesmos redatores de O Namorado	Typ. D´O Zoilo	-	Vitória
Homenagem ao dia 7 de setembro	1888	Tipógrafos da Folha da Victória		-	Vitória
A Grinalda	1889	Urbano Xavier Antônio Coelho	Typ. Da Folha da Victória	500 rs mensal	Vitória
A Tribuna	1889	Horácio Costa	Typ. D´A Tribuna		Anchieta
O Semanal	1889	Alunos do Atheneu Affonso de Magalhães Enéas Tagarro Sebastião Barroso	Typ. Da Província do Espírito Santo	500 rs mensal e 600 rs p/ outras regiões	Vitória

A Violeta	1889	Leopoldino Silva Manoel Bermude	Typ. Do Cachoeirano	1$500 trimestre	Cachoeiro de Itapemirim
O Cachoeirano			Typ. Do Cachoeirano		Cachoeiro de Itapemirim
O Espírito-santense	1870-1889	Basílio Daemon	Typ. Do Espírito Santense		Vitória
A Gazeta da Victória	1878-1889	J. Joaquim Pessanha Póvoa/ Joaquim Corrêa Lyrio	Typ. Da Gazeta da Victória	1$000 capital 4$000 trimestre /200 rs	Vitória
O Baluarte		Tiburcio de Oliveira/ Amâncio Pereira			-
A Folha da Victória	1884	-	-	-	Vitória
Gazeta de Itapemirim		-	-	-	Itapemirim
Vasco Coutinho	1883				Vitória

APÊNDICE 3. CLUBES REPUBLICANOS FORMADOS NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim

Clube Republicano Tiradentes Calçadense

Clube Republicano de São Pedro do Itabapoana

Clube Republicano de Conceição do Muqui

Clube Republicano do Castelo

Clube Republicano de Alegre

Clube Republicano de Alfredo Chaves

Clube Republicano de Santa Izabel

Clube Republicano de Anchieta

Clube Republicano de Itapemirim

Clube Republicano do Rio Pardo

Clube Republicano do Veado

Clube Republicano do Espírito Santo

Clube Republicano de Alto Benevente